

ISSN 1519 – 1958

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE UNAÍ



Revista

FACTU

Ciência

ANO 18 VOLUME 35 – AGOSTO/DEZEMBRO/2018

Publicada pela
Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

Adalberto Lucas Capanema
Presidente AEPU

Maria José Lucas Capanema
Diretora Administrativa

Adalberto Lucas Capanema
Diretor Geral

Fabírcia Lucas de Mendonça
Secretária Geral

Amanda Alcebíades de Lima
Bibliotecária

Graziela Cristina Simões
Editor

Francilene Lima Ferreira
Gabriel Moreira
Graziela Cristina Simões
Lidiane Campos dos Santos
Maria Aparecida de Oliveira
Michelle Lucas Cardoso Balbino
Nathalia Oliveira Martins
Conselho Editorial

Jânua-Celi de M. Souto
Revisão

Revista FACTU Ciência
Rua Rio Preto, 422 Unaí – MG
CEP. 38.610-0000
Tel: 38 3676 6222
www.factu.br
Contatos

**Ficha catalográfica preparada pela seção de catalogação e Classificação da Biblioteca da
FACTU**

Revista FACTU CIÊNCIA – Ano 18, nº 35 (AGO/DEZ 2018). Unaí: FACTU, 2018.
Semestral
ISSN 1519 – 1958

1. Lúdico 2. Enfermagem 3. Contador 4. Professor 5. Gestão 6. Agricultura familiar

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. Os resultados expressos nos artigos são de inteira responsabilidade dos seus autores.

APRESENTAÇÃO

O Conselho Editorial da revista FACTU CIÊNCIA coloca à disposição de seus leitores o 35º volume da Revista Científica, referente ao segundo semestre de 2018. A Revista FACTU CIÊNCIA é o meio de divulgação de artigos científicos dos nossos sete cursos de graduação. Neste volume são apresentados artigos de autoria de membros do corpo docente e discente.

A revista FACTU CIÊNCIA consolida-se como um dos mais importantes veículos de comunicação científica da região e o Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA convida, mais uma vez, os estudiosos e pesquisadores da FACTU e de outras instituições a enviarem seus escritos para o próximo volume.

Tenham uma boa leitura.

Conselho Editorial da Revista FACTU CIÊNCIA

Os editores não assumem nenhuma responsabilidade por danos a pessoas ou propriedades que possam ser causados por uso das ideias, técnicas ou procedimentos contidos no material publicado nesta revista. A submissão de artigos pressupõe que estes artigos, com exceção dos resumos ampliados, não tenham sido publicados anteriormente, nem submetidos a qualquer outra publicação.

Sumário

Diabetes Mellitus e Atividade Física: Um estudo de caso realizado no programa de assentamento Estrela Guia do município de Unaí-MG. Victor Juan Ramos da Silva; Graziela Cristina Simões.....	05
A Comunicação entre a Equipe de Enfermagem e a Segurança do Paciente Cirúrgico. Renata Pereira Santana da Silva; Renata Silveira Lucio.....	21
A Importância dos Jogos Lúdicos nas Séries Iniciais: Um estudo de caso realizado com professores de educação física de uma escola estadual de Unaí-MG. Kethelen Lorrany Araújo Soares; Fabrícia Lucas de Mendonça; Danyella Júnia Mendes; Graziela Cristina Simões.....	34
A Importância do Lúdico na Alfabetização de Crianças: Perspectivas e práticas dos professores na alfabetização. Hivenizia Calixta Oliveira; Juliana Lacerda Machado.....	50
A Comunicação do Contador com Gestores de uma Empresa Familiar: Um estudo de caso realizado em uma lotérica no município de Unaí-MG. Juliene Cruzeiro Ribeiro; Juliana Lacerda Machado.....	64
A Influência da Família no Processo Ensino-Aprendizagem das Crianças das Séries Iniciais do Ensino Fundamental de uma Escola Pública de Unaí-MG. Evânia Moura de Abreu Melo; Maria Aparecida de Oliveira	78
A Experiência das Nutrizes em Relação ao Ato de Amamentar em Público Hanna Layla Guimarães de Lima; Natália Oliveira Martins.....	94
Condicionamento Físico na Dança: Um estudo realizado com um grupo de <i>Hip Hop Dance</i> de Unaí - MG. Thayla Loisy Teixeira da Cruz; Renata Aparecida Elias Dantas.....	113
Os Desafios do Professor Alfabetizador Acerca da Utilização dos Métodos Analíticos e Sintéticos no 3º Ano do Ensino Fundamental. Darlene dos Reis Figueiredo; Juliana Lacerda Machado.....	128
Psicologia Organizacional e do Trabalho – POT. Izabela Coimbra Pereira; Letícia Ribeiro Rodrigues; Cláudia Aparecida Machado	143
Ações de Enfermagem na Prevenção de Infecções no Sítio Cirúrgico Elen Pinheiro da Silva; Renata Silveira Lúcio.....	156
A Importância das Ferramentas de Gestão de Pessoas nas Pequenas Empresas em Unaí. Elre Souza Paz; Ilson Batista Alves Junior; Cláudia Aparecida Machado.....	171
Percepção de Mães de Crianças com Síndrome de Down Acerca do Crescimento e Desenvolvimento de Seus Filhos. Elen Pinheiro da Silva; Luciente Lourenço Mota	182
Importância da Constituição de Associações Para a Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar. Camila Kelen de Sousa; Lidiane Campos dos Santos; Cláudia Aparecida Machado	190
Influência de diferentes cepas de trichoderma spp. na cultura de tomate. Reimário de Castro Rodrigues; Marinaldo Loures Ferreira; Sônia Cristina Dias.....	211
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO	228

DIABETES MELLITUS E ATIVIDADE FÍSICA: Um estudo de caso realizado no programa de assentamento Estrela Guia do município de Unaí-MG

SILVA, Victor Juan Ramos da¹
SIMÕES, Graziela Cristina²

RESUMO: O diabetes *mellitus* (DM) é uma disfunção metabólica originada pela ausência/insuficiência e/ou resistência do hormônio insulina, responsável pelo controle da glicemia, e a atividade física entra como mediadora tanto no tratamento, quanto na prevenção. Este estudo teve como objetivo localizar indivíduos diabéticos e submetê-los a uma entrevista a respeito da doença e atividade física, verificar se eles possuem conhecimentos sobre sua doença. A pesquisa se caracterizou em exploratória/qualitativa, contando com 6 voluntários diabéticos fisicamente ativos há mais de 3 meses. A pesquisa evidenciou quais são os processos fisiopatológicos do DM e do exercício voltado para este, assim como prescrição e cuidados para diabéticos. Conclui-se então que os diabéticos pesquisados possuem pouco conhecimento sobre o tema “diabetes *mellitus* e atividade física”.

Palavras-chave: Diabetes *mellitus*. Atividade física. Exercício físico. Prevenção.

1 INTRODUÇÃO

O diabetes *mellitus* é uma patologia de atenção global por ser uma doença responsável por diversas hospitalizações, causadas pelo seu mau controle que, por vez, torna o portador mais vulnerável a complicações agudas e crônicas. (ISER et al, 2015).

No ano de 2013 havia cerca de 387 milhões de indivíduos diabéticos no mundo, sendo que 46% desses indivíduos não possuíam qualquer diagnóstico. Já no Brasil, em 2014, havia aproximadamente 11,6 milhões de pessoas com o diagnóstico da doença, cerca de 8,7% de um total de 133,8 milhões de habitantes, na faixa etária entre 20 e 79 anos de idade. No mesmo ano houve uma estimativa de 116,383 mil mortes causadas pelo diabetes *mellitus* (DM), 41,7% delas acometidas em indivíduos abaixo de 60 anos de idade. (ISER et al., 2015; ROSSANEIS et al, 2016).

O DM é uma disfunção metabólica originada pela ausência/insuficiência e/ou resistência do hormônio insulina, responsável pelo controle glicêmico e tem sido uma das principais doenças responsáveis por causar diversas complicações, como retinopatia, nefropatia, neuropatia periférica (doenças microvasculares) doença arterial coronária, doença cerebrovascular e vascular periférica (doenças macrovasculares). (MERCURI; ARRECHEA, 2001; BRASIL, 2006; MORAIS et al, 2009).

Segundo os autores supracitados, em decorrência destas complicações, a doença pode levar a terríveis quadros, podendo ter como consequência, amputações de membros inferiores. Um desses quadros denomina-se “pé diabético” que consiste em feridas no pé (úlceras) que, se não tratadas corretamente e a tempo, poderá levar a uma amputação do membro, tais complicações são devidas a um estilo de vida inadequado dos indivíduos diabéticos, (envolvendo má alimentação e sedentarismo). Por isso, entende-se a necessidade de um bom controle da doença, e o exercício físico entra como uma grande contribuição no tratamento e prevenção do DM, benefícios esses, dados a curto, médio e longo prazo.

¹Acadêmico do Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

² Orientadora. Mestre em Educação Física. Professora no Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

Nesse sentido, a problemática deste estudo foi buscar informações sobre o diabetes *mellitus* e quais são os benefícios advindos da atividade física ou exercício físico voltado para portadores da patologia.

O objetivo geral é conhecer melhor o diabetes *mellitus*, seus processos fisiológicos e compreender por que a atividade física ou exercício físico auxilia na melhoria de vida de milhões de diabéticos no mundo, sendo incluso nesses milhões, o autor do tema/estudo então elaborado.

Os objetivos específicos são: localizar indivíduos diabéticos e submetê-los a uma entrevista a respeito da doença; verificar o grau de informações que esses indivíduos possuem sobre a doença e sobre os benefícios da atividade física para o controle da doença; identificar se fazem monitoramento da glicemia antes e após a atividade física; e quais os tipos de exercícios realizam.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CLASSIFICAÇÃO DO DIABETES MELLITUS

Desde a antiguidade tem-se o conhecimento do Diabetes. No ano de 1500 a.C. foi encontrado em um papiro egípcio o primeiro vestígio da doença (LYRA; CAVALANTE, 2013).

O DM1 consiste em uma confusão do sistema imunológico em que este acaba matando as células “ β pancreáticas” responsáveis pela fabricação de insulina. Doença essa responsável por alterar a metabolização de carboidratos, proteínas e lipídios. Tal decorrência faz com que os níveis glicêmicos aumentem na corrente sanguínea, devido à ausência de insulina, podendo acarretar em diversas complicações. Tinha-se o pensamento de que a evolução do diabetes tipo 1 fosse aguda, mas na realidade o DM1 é uma enfermidade de autoagressão lenta, cujo desenvolvimento pode acontecer durante anos sem percepção do portador e, quando aparece, alguns sintomas são notáveis: cetose e hiperglicemia. Nesse período de descoberta da doença, as células betas encontram-se em menor número ou já estão completamente eliminadas (SESTERHEIM; SAITOVITCH; STAUBI, 2007).

Já o DM2 é o tipo mais frequente entre os tipos de diabetes, pode ocorrer em um índice maior em indivíduos acima de 40 anos de idade, sendo ele, acima do peso ou não. Contudo, a maior incidência está ligada à obesidade (OLIVEIRA; MILECH, 2004).

No início da doença já se nota grande resistência à insulina não estimulando a captação de glicose pelo tecido muscular, tecido adiposo e fígado. Resulta, assim, no impedimento da lipólise (quebra de lipídios), acarreta em mais ácidos graxos na corrente sanguínea, podendo atrapalhar ainda mais a ação da insulina (GABBAY; CESSARINE; DIB, 2003).

Neste tipo de doença, o pâncreas continua a secretar insulina adequadamente, porém com um índice elevado de glicose fora das células, assim, as células produtoras de insulina acabam produzindo mais insulina para tentar conter o excesso de açúcar na corrente sanguínea. Todo esse processo sobrecarrega o pâncreas, onde as células β se danificam, causando necessidade não apenas do uso de hiperglicemiantes orais, mas também do uso exógeno da insulina (GUYTON; HALL, 2002).

2.2 PÂNCREAS ENDÓCRINO

Responsável por diversas funções no organismo, o pâncreas caracteriza-se por ser uma glândula mista, onde são realizadas tarefas exócrinas e endócrinas. Exócrinas, pois realiza secreção de enzimas digestivas e de sucos pancreáticos alcalinos, que participam do

processo de digestão de alimentos. E endócrinas, porque é responsável pela secreção de dois hormônios responsáveis pelo controle da glicemia, são eles; insulina e glucagon (DAVIES; BLAKELEY; KIDD, 2002).

A insulina trata-se de uma proteína pequena, pela qual duas cadeias de aminoácidos são unidas por dissulfeto. Para realizar suas funções, a insulina primeiramente se liga uma proteína de membrana (proteína receptora) (GUYTON; HALL, 2002).

Portanto, a insulina exerce um papel pelo qual atua no metabolismo intermediário, ligados aos músculos, fígados e lipídios, tendo como função intermediar a atuação no sistema energético do organismo que, por vez, atua no controle da glicose (RANG et al, 2003).

2.3 PATOGÊNESE DO DIABETES

Foram descobertos diversos tipos de anticorpos desencadeantes do DM1, acredita-se que alguns fatores ambientais, como vírus, alimentos e bactérias associados a ações dos anticorpos possam ativar essa patologia. Esses podem conter antígenos parecidos com as células β , o que em contato com o organismo irão sofrer reconhecimento do sistema imune e, em seguida, eliminação. Esse antígeno, uma vez conhecido como maléfico, é reconhecido pelo sistema imune, resultando na sua destruição novamente, e como as células beta podem ter antígenos parecidos, também acabarão sendo eliminadas (LYRA; CAVALCANTE, 2013).

Como já citado, no caso da patologia do DM2, trata-se de uma ineficiência do hormônio insulina, a ideia base é que os receptores tecidos alvo não reconhecem a insulina, por defeitos nos receptores ou por mudança na composição do hormônio, o que faz os receptores não a reconhecerem, e, não entrando glicose nas células causa hiperglicemia. Porém, existem alguns fatores de risco que podem causar esses efeitos indesejados na ação da insulina, como sobrepeso, sedentarismo, alimentação inadequada (FIGUEIREDO; CARAMONA, 1991).

2.4 POSSÍVEIS TRATAMENTOS DA DM

Um dos principais tratamentos do diabetes *mellitus* é o controle nutricional, este talvez seja o mais complicado, pois necessita de uma grande mudança no estilo de vida alimentar, visto que a maior parte dos diabéticos não mantém dieta. Esse fator é o maior causador do diabetes tipo 2, que pode ser evitada com uma alimentação saudável. Esse controle metabólico relacionada à dieta rígida, também evita complicações. Visto que essas mudanças alimentares devem ser levadas rigorosamente, colocando o paciente em modo observatório com intuito de acompanhar suas melhorias e fazê-lo ter convicção da importância do controle alimentar (ZILLE, 2015).

De acordo com o autor supracitado, no que se refere ao tratamento do diabetes, além de uma boa alimentação, deve-se também evitar o sobrepeso, não fumar, realizar atividades físicas e uso de alguns tratamentos farmacológicos; o uso de insulina exógena, em casos específicos da DM2 e em 100% no caso do DM, diabéticos do tipo 2, também utilizam hipoglicemiantes orais.

2.5 EXERCÍCIO FÍSICO E DIABETES

A atividade física para o DM é eficaz, pois em exercício o organismo não precisa da insulina para estimular a entrada de glicose dentro das células. Durante a contração muscular (principalmente em treinamentos contínuos) são estimuladas enzimas denominadas AMPK. Através destas irá ocorrer uma nova cascata de fosforilação no interior das células, resultando na ativação de Glut 4 que irão transportar glicose para seu interior (transporte facilitador).

Todavia, a atividade física não é responsável somente pela ativação da enzima AMPK como também de outras, assim como o aumento do óxido nítrico (NO) e de íons cálcio, que podem ativar os transportadores de glicose (PAULI et al., 2009).

Esse mecanismo auxilia a homeostase glicêmica, sendo considerado benéfico a curto e longo prazo. (MERCURI; ARRECHEA, 2001). Isso acontece porque durante o exercício físico as reservas de glicogênio do músculo e fígado caem e então o organismo retira glicose circulante para novos estoques de glicogênio, e também utiliza esta glicose como energia para os reparos no músculo. (CANCELLIERE, 1999).

Estudos publicados por Khawali; Adriolo; Ferreira (2003); Molena-Fernandes et al (2008) comprovaram que, além da baixa da glicose, houve também melhorias no colesterol, em especial no LDL (lipoproteína de baixa densidade, conhecido como mau colesterol), resultados benéficos para o HDL (lipoproteína de alta densidade, conhecido como bom colesterol), comprovando a eficácia da atividade física em resposta ao perfil lipídico de diabéticos do tipo 1 e 2.

Com o exercício é possível diminuir a dosagem de insulina, porque aumentam os receptores, facilita a entrada de glicose nas células, melhora a circulação sanguínea e consequentemente impede diversas complicações que possam surgir ao portador do DM, como doenças cardiovasculares (POWERS; HOWLEY, 2000).

2.6 PRESCRIÇÃO E CUIDADOS DA ATIVIDADE E EXERCÍCIO FÍSICO PARA O DIABÉTICO

Antes da prescrição de um programa de treinamento, o diabético deve ser submetido a uma série de exames para avaliar se há problemas macro e microvasculares, pois caso tenha algum problema relacionado a estes, sua identificação é importante para a prescrição correta. A realização de qualquer exercício poderá trazer danos à saúde, nesse caso específico. Outro ponto importante é ter acompanhamento de nutricionistas para controlar a quantidade e o tipo de alimento a ser ingerido, assim poderá evitar que o diabético tenha hipo ou hiperglicemia. Dessa forma, o médico, o nutricionista e o profissional de educação física são responsáveis pelo sucesso no tratamento com o paciente (CANCELLIERE, 1999).

São recomendadas atividades aeróbias, como: correr, caminhar, andar de bicicleta, nadar, dançar e exercícios resistidos para fortalecer a musculatura (hipertrofia), entretanto não se deve esquecer de que exercício resistido é indicado para aquelas pessoas que não possuem o estado de saúde debilitado, como citado anteriormente. É importante saber que sempre ao iniciar uma atividade física é bom começar com intensidade leve, depois aumentar progressivamente de acordo com a capacidade física de cada um. As recomendações aeróbicas são de 150 minutos divididas por toda semana, sendo 20 minutos por sessão, não sendo recomendados exercícios abaixo de 15 minutos, pois não trazem benefícios suficientes. Os exercícios resistidos devem ser realizados três vezes na semana, no mínimo 20 minutos por sessão, para compensar a captação de glicose (PARANÁ, 2018; CANCELLIERE, 1999).

No quadro 1 pode-se verificar os tipos de exercícios indicados para cada estado de saúde em que o diabético se encontra.

Quadro 1 - orientações sobre práticas corporativas e atividade física para pessoas com diabetes

Atividades de baixa intensidade, como caminhada leve, trabalho doméstico, jardinagem, dança sênior, bicicleta estacionária, hidroginástica	Retinopatia proliferativa, complicações vasculares, ortopédicas ou neuropáticas dos pés.
Atividades de moderada intensidade, como caminhada rápida, danças, tênis em dupla, jardinagem pesada, natação	Pessoas sem sinais de alerta, doenças vasculares e aterosclerótica, complicações crônicas.

Atividades de moderada intensidade	Pessoas com menos de 35 anos, sem sinais de alerta ou doença vascular aterosclerótica, e complicações crônicas.
Determinadas pelo cardiologista	Presença de doenças vasculares e aterosclerótica e/ou sinais de alerta (dor ou desconforto em peito, pescoço ombro ou braço ou áreas sugestivas de isquemia, tontura ou síncope, dispnéia paroxística noturnas, ortopedia ou dispnéia para atividades usuais; palpitação ou taquicardia; claudicação intermitente ou fadiga).

Fonte: Paraná, 2018.

Segundo Miculis et al (2010), os exercícios recomendados para crianças diabéticas tipo 1 são: atividade física contínua moderada, porém deve-se ter bastante cuidado, porque esse tipo de atividade física poderá abaixar a glicose rapidamente levando à hipoglicemia, então o controle de CHO (carboidrato) e insulina devem ser realizados. Elas também podem praticar atividade física contínua rigorosa, mas cuidados redobrados, porque como a intensidade é muito alta, após o exercício, grande estimulação de glicogênólise poderá ocorrer, necessitando da insulina para a homeostase glicêmica.

Já para adolescentes com diabetes do tipo 2, o tratamento e os cuidados são equivalentes aos para diabéticos tipo 2 adultos (SILVA; NUNES, 2015).

Para o idoso, as atividades físicas podem ser aeróbicas, resistido (musculação), equilíbrio e flexibilidade. Os exercícios de flexibilidade aumentam a capacidade de elasticidade, o de equilíbrio ajuda os idosos a reduzirem as quedas, o de resistência, além de aumentar a capacidade aeróbica, também aumenta a capacidade cardiorrespiratória e, o resistido trará como resultado o fortalecimento da musculatura. Vale lembrar que esses indivíduos devem estar atentos ao tipo que se caracteriza sua doença (tipo 1 ou tipo 2) (ALMEIDA, 2017).

Costa e Porto (2015) ainda relatam que exercícios combinados, como resistido com o aeróbio são indicados para o melhor controle do diabetes, assim como comprovado no estudo de Silva e Lima (2002).

3 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica durante a qual se fez um levantamento de referências teóricas já publicadas por meios escritos eletrônicos e impressos do referente tema para então seguir para a coleta de dados de uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi utilizada para obter informações sobre o conhecimento de diabéticos acerca do diabetes, exercício e atividade física.

Quanto ao procedimento, utilizou-se o estudo de caso que é caracterizado pelo “estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2008, p. 57-58).

Fez-se uso da pesquisa exploratória e qualitativa. Para Gil (2008, p. 27) “a pesquisa exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Tendo como abordagem pesquisa qualitativa, a qual está relacionada a compreender e interpretar determinados comportamento e opiniões de uma determinada população.

Foram recrutados indivíduos que atenderam aos critérios de inclusão, como: estarem fisicamente ativos (praticando atividade física pelo menos duas vezes na semana e há pelo menos três meses).

Por se tratar de definição de levantamento de dados, foi aplicado um questionário semiestruturado para as pessoas, cuja conduta se desejava conhecer. Procedeu-se de um requerimento de informações acerca do fato a ser estudado, em seguida, mediante análise qualitativa, obtiveram-se as conclusões apropriadas aos dados coletados.

O questionário semiestruturado foi constituído por uma série ordenada de perguntas que foram respondidas por escrito com a presença do entrevistador.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os dias 27 e 30 de agosto de 2018, foi realizada uma pesquisa com 6 indivíduos diabéticos tipos 1 e 2, residentes em um programa de assentamento localizado no município de Unaí-MG, a fim de responder à problemática: Quais informações os indivíduos diabéticos tipo 1 e 2 possuem sobre o diabetes *mellitus* e os benefícios da atividade física/exercício físico para controle da doença.

Foram recrutados indivíduos que atenderam os critérios de inclusão, como: estarem fisicamente ativos (praticando atividade física pelo menos duas vezes na semana e há pelo menos três meses).

O método roteiro de entrevista semiestruturado foi aplicado de dois modos, o primeiro a fim de realizar o censo demográfico dos voluntários, já o segundo foi constituído por 22 perguntas as quais foram explicadas a cada um e em seguida transcritas, sendo que dois voluntários relataram problemas na visão e o outro na escrita, autorizando o pesquisador a transcrever suas respostas.

Todos os 6 voluntários da pesquisa são residentes de um Programa de Assentamento situado no endereço: Rodovia Alírio Herval, Município de Unaí Minas Gerais, 38610-000. Segundo o site do “Instituído Nacional de Colonização e reforma agrária” (s/d), assentamento é um conjunto de áreas rurais onde são desapropriadas de um único dono, através de compra e venda, e então são divididas em forma de lotes para atender os povos de baixa renda sem moradia própria, esse processo é realizado pelo INCRA - Instituído Nacional de Colonização e reforma agrária.

Dos seis voluntários, 4 são do sexo feminino, uma com idade entre 41 e 60 anos e o restante ultrapassando 60 anos, essas voluntárias são portadoras do diabetes do tipo 2 e fazem o uso de hipoglicemiantes orais; já os dois voluntários do sexo masculino, possuem idades entre 21 e 30 anos portadores do diabetes do tipo 1, no entanto apenas 1 deles faz o uso de insulina, o outro faz uso de hipoglicemiante oral.

A presente pesquisa foi realizada com 22 perguntas abertas e fechadas, para dar mais liberdade de respostas para os entrevistados, assim foi possível avaliá-las.

Logo após ser efetuada a coleta de dados, foi feita a análise que teve como objetivo responder à problemática do estudo, permitindo ter uma visão mais clara sobre as respostas, e então podendo chegar a uma conclusão sobre as mesmas.

Dessa forma, foram transcritas todas as perguntas e respostas obtidas pelos participantes da pesquisa em questão, em seguida foi realizado um embasamento teórico e análise de tais informações colhidas em campo. Os voluntários estão identificados da seguinte forma: D1, D2, D3, D4, D5 e D6.

Pergunta 1: Quais os principais malefícios que a doença trouxe a você?

D1: Problemas de visão.

D2: Problemas na visão, dores de cabeça, e irritabilidade.

D3: Problemas na visão e dores no corpo.

D4: Além dos problemas com a visão, a doença trouxe muitos impedimentos.

D5: Dores nos pés, nas costas e visão comprometida.

D6: Fungo em uma parte do corpo devido à má alimentação impedindo o bom controle da patologia, problema na visão no início da doença.

Em análise às respostas a essa pergunta, percebe-se a variedade de malefícios encontrado nos voluntários, causados pelo diabetes *mellitus* (DM), um dos malefícios comum entre todos foi problemas na visão, em um caso mais específico, foi relatado pelo voluntário D6, que adquiriu um tipo de fungo por mau controle alimentar, este disse também que seu problema de visão foi temporário, somente no início da patologia.

Pode ser observado nestes indivíduos estudados, que uma das principais complicações que obtiveram foi problemas oculares, entendendo o cuidado que indivíduos diabéticos devem ter sobre a possível complicação, mas não desfocando a atenção dos outros problemas transcritos.

De acordo com Henrique et al (2015), problemas relacionados com a visão são uma das possíveis complicações advindas do diabetes, esse problema é conhecido como retinopatia diabética, que pode ser ploriférica e não plorireférica, estas complicações microvasculares podem ser responsáveis pela piora da vida desses pacientes, podendo levar à cegueira; os indivíduos diabéticos apresentam 25 vezes mais chances de contrair problemas oculares, comparados a pessoas não diabéticas, a cegueira por vez, pode vir de uma RDP (retinopatia ploriférica) não tratada, que segundo o autor, pode levar à cegueira irreversível a 50% destes indivíduos 5 anos após o diagnóstico.

Corrêa e Eagle Jr (2005) acreditam que alguns malefícios advindos do diabetes, como: nefropatia, neuropatia e retinopatia diabética são causados pela hiperglicemia. Os autores ainda relatam que estudos evidenciam o mau controle glicêmico relacionado à hiperglicemia, como fator para a retinopatia. Diante desse fato, compreende-se o motivo pelo qual o voluntário D6 desta pesquisa apresentou problemas com a visão antes do diagnóstico da doença, e com o diagnóstico, iniciou-se imediatamente o tratamento, tendo controle glicêmico e melhorias na visão.

O outro problema relatado pelo mesmo voluntário (fungo) está relacionado com as células mucosas e epiteliais, que facilitam o alojamento de alguns patógenos; *cândida albicans*, podendo trazer complicações na mucosa vaginal e bucal, e *escherichia coli*, trazendo também problemas com as células do epitélio urinário (FOSS et al, 2005).

Problemas com os pés relatado pelo voluntário D5 devem-se a outra complicação do DM, o “Pé diabético” que pode ser classificado em neuropatia periférica e autônoma (polineuropatia periférica), os sintomas podem ser: distesia, parestesia, alodinia, sensação de dormência “ausência de sensibilidade” e dor a qual foi relatada pelo voluntário (DUARTE; GONÇALVES, 2011).

O pé diabético é uma complicação perigosa e necessita de grande atenção e cuidados, 50% das amputações não traumática de membros inferiores são em decorrência da doença, que é 15 vezes mais comum em diabéticos do que em indivíduos sem alguma anomalia, e, a expectativa de vida de pessoas amputadas em decorrência de pé diabético é de 50% em 3 anos após a cirurgia, e em 5 a taxa de mobilidade pode ficar entre 36% e 68%. Isso evidencia os cuidados que o diabético deve exercer sobre seu pé. (OCHOA-VIGO; PACE, 2005). Outros malefícios que boa parte dos voluntários afirmou foram: dores, irritabilidade, estes podem ser alguns sintomas do mau controle do DM, os quais podem ocorrer hiperglicemia e hipoglicemia (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2018).

Pergunta 2: O que você entende sobre o diabetes?

De acordo com respostas foi possível identificar que há pouco conhecimento sobre o distúrbio e sobre os benefícios e malefícios (malefícios, sem controle da glicemia) que a doença pode trazer a eles, apenas dois souberam dizer mais ou menos características da doença, e somente 1 dos seis soube responder com convicção e conhecimento, já os 4 voluntários restantes não souberam responder. Essa falta de conhecimento torna-se bem mais perigosa para eles, pois os podem acabar realizando tarefas inapropriadas, levando à piora de seu estado de saúde.

Diante dessa falta de informação, e sendo o diabetes *mellitus* uma patologia relacionada com a má eficiência ou escassez da insulina, podendo levar ao acometimento de diversas complicações, entende-se a necessidade de maior informação de indivíduos diabéticos, para que saibam mais sobre a doença e seus riscos, também conhecimento para os familiares, para melhor atenção e tratamento da doença (BARBOSA; CAMBOIM, 2016).

Conforme Costa et al (2004), o HU-UF/JF (Hospital Universitário da Universidade de Juiz de Fora) têm ampliado o atendimento e apoio aos diabéticos, são realizados grupos de discussões sobre a doença, há acesso pela comunidade a palestras, com inclusão de algumas faculdades da área de medicina, enfermagem, psicologia, serviço social e educação física. Além de acompanhamento médico, acadêmicos de graduação e pós-graduação dão assistência com monitoramento de seus docentes.

Pergunta 3: Quais foram os primeiros sinais ou sintomas que você apresentou quando descobriu a doença?

Os voluntários relataram diversos sinais e sintomas antes do diagnóstico do DM, entretanto alguns não se encaixam muito bem como sendo da doença. Segundo Colberg et al (2016), os sintomas do diabetes são adversos, sendo eles: Urinar frequentemente, muita sede, fome demasiada a todo momento (explicando a ânsia por açúcar), fadiga extrema (no caso dos voluntários que relataram fraqueza), visão turva, má cicatrização, perda de peso mesmo se alimentando, formigamento, dores e dormências nas mãos/pés. O mal-estar relatado por alguns voluntários se dá em razão dos sintomas. Todos os voluntários relataram sintomas que condizem ao diabetes, além de outros (calor excessivo e tosse), que não é encontrado na literatura como sintomas ou sinais da doença.

Pergunta 4: Você acha que a atividade física/exercício físico ajuda no controle da doença?

Todos acreditam que a atividade física pode ser o mediador de um bom controle para o DM, como comprovado em estudos científicos já publicados, como dos autores Castro (2009), Batista e Oliveira (s/d).

Pergunta 5: Você pratica atividade física/ exercício físico?

Essa pergunta foi anulada devido ao requisito para participar desta pesquisa, todos os voluntários estarem fisicamente ativos, logo a pergunta não possui valor.

Pergunta 6: Há quanto tempo?

A pergunta 6 visou saber quanto tempo os voluntários praticam atividade/exercício físico, todos apresentam no mínimo 5 anos, podendo ultrapassar os 15 anos de prática, identifica-se até aqui como uma boa notícia, isso caso estes indivíduos estiverem realizando as práticas de acordo com suas capacidades físicas e sob recomendações de profissionais. Caso contrário poderão realizar hábitos que serão maléficis para sua saúde, assim como citam na análise da pergunta 2, e também por Barbosa e Camboim (2016).

Pergunta 7: Se você pratica, é por opção sua ou indicação de alguém?

Notou-se que apenas dois voluntários executam atividades físicas por opção própria, o restante relataram que foi por indicação médica e um disse que foi tanto por indicação médica, quanto por vontade própria.

Por mais que um dos voluntários apresente ser bem informado sobre atividade física para seu estado de saúde, todos devem passar por avaliações médicas e acompanhamento, e é

importante ter o acompanhamento de nutricionista e de educador físico ao realizar um programa de treinamento adequado (CANCELLIÈRE, 1999).

Pergunta 8: Qual tipo de atividade física/exercício físico você pratica?

D1, D3, D5: Caminhada.

D2: Caminhada e corrida.

D4: Joga futebol/futsal.

D6: Corrida.

Pergunta 9: Com que frequência semanal você pratica atividade física/exercício físico?

D1, D3, D5: 3 vezes por semana.

D2: Todos os dias na parte da manhã.

D4: Todos os dias da semana.

D6: 5 vezes na semana, intercalando os dias, para haver um descanso para melhor recuperação muscular.

Pergunta 10: Durante quantas horas ou minutos você pratica atividade física/exercício físico por dia?

Pelas 3 últimas perguntas, identifica-se que as atividades físicas realizadas pelos voluntários, juntamente com a frequência semanal e o tempo de cada sessão, estão mais ou menos de acordo com as práticas indicadas, mas deve-se atenção especial ao voluntário D4, porque segundo ele, atividade física é praticada todos os dias, com duração de 3 horas por dia. Encontra-se um problema, pois, segundo World Health Organization (2018), as práticas recomendadas a adultos são: pelo menos 150 minutos semanais de atividades aeróbias, atividades combinadas ou mesmo aeróbias de 75 minutos bem intensas.

Como esses voluntários na pergunta 1 mencionam problemas na visão, podendo levar a uma retinopatia (as complicações podem ser mais severas), as atividades recomendadas a este são de acordo com o quadro 3: Atividades de baixa intensidade, como caminhada leve, trabalho doméstico, jardinagem, dança sênior, bicicleta estacionária, hidroginástica.

A Secretaria do Estado de Saúde do Paraná relata que os pacientes diabéticos que se encontrem debilitados por causa das complicações da doença, devem realizar menos tempo de prática de atividade física. Essas características valem para maioria dos voluntários, já que apresentam complicações advindas do diabetes (PARANÁ, 2018).

Além desses fatores, Cinea (s/d) afirma que o necessário para uma regeneração muscular pós-treino, é de 75 horas para indivíduos treinados e de 48 horas para indivíduos de nível moderado, ou seja, treinar o mesmo grupo muscular todos os dias não é benéfico, porque o mesmo necessita de descanso para uma recuperação adequada.

Pergunta 11: Você tem o hábito de monitorar sua glicemia antes e após a prática de atividade física/exercício físico? Se sim quais foram os valores obtidos antes e depois?

Apenas o voluntário D6 relatou que faz o monitoramento antes e após a prática de atividade física, o valor em média de 140 mg/dL antes, e 70 mg/dL após, os outros participantes não realizam o monitoramento.

Não monitorar a glicemia antes de qualquer exercício pode ser um risco, porque existem valores glicêmicos adequados para a prática, e como eles não fazem o controle, o risco de a glicemia estar em níveis não recomendado para atividade física aumenta, podendo ocorrer hiperglicemia caso a glicose se encontre em 250 mg/dL com cetose ou acima de 300 mg/dL sem, há riscos também caso a glicemia se encontre abaixo de 100 mg/dL, o que pode causar uma hipoglicemia (especialmente em diabéticos do tipo 1) (ACSM; ADA, 2000).

Pergunta 12: Você sabe qual a importância da prática de atividade física/exercício físico para o portador do diabetes mellitus?

Aqui, três dos voluntários não souberam responder, os três voluntários que responderam têm noção da eficácia da atividade física/exercício físico sobre o diabetes, um em específico, mostra-se bem informado sobre os benefícios, o que pode ser útil também para estimular os outros.

Pergunta 13: Se sim, quais os benefícios mais importantes você acredita que a atividade física/exercício físico pode trazer para o portador do diabetes do tipo 1 e 2?

Um deles respondeu que pode trazer bem-estar e calma, o voluntário D6 acredita que traz benefícios ao perfil lipídico, controle da glicemia, melhora dos receptores de insulina. Os voluntários que souberam responder estão de acordo com os benefícios da atividade física.

Dentre os benefícios que a atividade física traz ao portador do diabetes, podem-se citar: melhora no perfil lipídico, tanto em diabéticos do tipo 1 e 2, melhora da pressão sanguínea no decorrer do controle glicêmico e o aumento do óxido nítrico, diminuição de massa gorda, o que beneficia principalmente o diabetes do tipo 2, melhora na sensibilidade à insulina, aumenta os receptores de insulina; diminui o risco de complicações recorrentes do diabetes (doenças macro/microvasculares), diminui os riscos de se contrair diabetes do tipo 2; dentre diversos outros benefícios que também são citados por Zani, Breijão e Caporossi (2014).

Pergunta 14: Você já passou mal durante uma sessão de exercício físico? Se sim o que sentiu? E qual foi a tomada de socorro na hora?

Apenas dois indivíduos disseram que já passavam mal durante a atividade física, o voluntário D1 disse que sentiu muita fraqueza e descansou embaixo de uma árvore enquanto os socorristas realizaram o atendimento, já o voluntário D6 disse que sentiu muita fraqueza, fome, tremores e mal-estar, ele disse também que a medida de socorro foi comer barras de proteínas à base de açúcar.

Nota-se que ambos realizaram os socorros apropriados, isso porque, caso os indivíduos tenham hipoglicemia, precisam realmente ingerir alimentos adocicados para aumento da glicemia, no entanto não se deve ingerir de forma constante até a glicose normalizar, mas esperar alguns minutos após a ingestão de alimentos para a glicemia ir voltando à normalidade.

Em caso de hiperglicemia, o indivíduo deve ser encaminhado imediatamente ao hospital, caso o socorro demore, tomar bastante água, e se estiver próximo de casa ou com a insulina em sua bolsa, aplicar 6 unidades, indivíduo muito alto e 4 se for de menos estatura, para crianças são de 1 a 3 unidades (as insulinas devem ser aplicadas caso o indivíduo for portador do DM1, e deve ser de ação rápida ou ultrarrápida) (MINICUCCI, 2005).

Pergunta 15: Você sabe quais os malefícios da atividade física sem controle prévio da glicemia?

Cinco dos seis voluntários não conhecem o risco que a atividade física sem o controle prévio pode trazer para eles.

Pergunta 16: Você sabe quais sintomas podem surgir durante e após atividade física/exercício físico?

D1: Dores de cabeça.

D2, D3, D4, D5: Não sabem.

D6: Dores de cabeça, fraqueza, fome excessiva, tremores.

Pergunta 17: Você sabe qual melhor horário para fazer atividade física/exercício físico para o indivíduo diabético? Se sim, qual?

A pergunta 15 e a 16 mostram que os diabéticos não possuem conhecimentos satisfatórios sobre os malefícios da prática de atividade física sem o controle prévio da glicemia e também sobre os sintomas que podem surgir durante e após a prática. Tal fato é perigoso, pois não possuem informações suficientes, então poderão realizar atividade física sem o controle glicêmico.

Já no item 17 disseram ser na parte da manhã e à tarde, sendo os melhores horários para prática de atividade física, no entanto 2 ficaram sem responder.

Através da Colberg et al (2016) é possível entender que os sintomas que podem ocorrer durante a atividade física, pode ser em decorrência à hiperglicemia ou hipoglicemia. A hipoglicemia pode acontecer em picos de 6 a 15 horas pós-exercício, e deve ser tomado bastante cuidado à noite, sendo necessária a diminuição da dosagem de insulina em até 20%. Diante dessas informações, entende-se que no período noturno pode ser perigoso, pelo risco de hipoglicemia, principalmente em diabéticos do tipo 1, e que o horário correto pode variar de acordo com cada um, de acordo com sua alimentação e dosagem de insulina, dentre outros.

Pergunta 18: Você sabe qual melhor exercício e a intensidade ideal para o diabético?

Um dos voluntários relatou que a caminhada é o melhor exercício, porém não respondeu qual a intensidade adequada, já o outro afirma que exercício de moderado a intenso são melhores para o controle glicêmico, no entanto também disse que vai depender de cada indivíduo, da sua capacidade física e sua saúde, vários exercícios, como: caminhada, corrida, natação, musculação. Os demais voluntários não souberam responder.

Ramalho; Soares (2008) dizem que no caso do diabetes do tipo 1, o exercício deve ser prescrito de acordo com a dosagem do hormônio, isso para evitar uma hipoglicemia ou hiperglicemia. O tipo de atividade recomendada depende também em que situação se encontra a saúde do diabético, por exemplo: caso tenha uma retinopatia, os treinos devem ser mais leves, porque dependendo do estado em que se encontra a RD, haverá um aumento na pressão retiniana e piora da patologia (ACSM; ADA, 2000). As demais orientações estão presentes em específico no quadro 1.

Pergunta 19: Você se alimenta antes e depois de fazer atividade física/exercício físico?

D1, D2: Depois.

D3, D4, D6: Sim. Antes e depois.

D5: Somente depois.

Pergunta 20: Você mantém dieta? Caso use insulina, faz o controle de acordo com a atividade física/ exercício físico que pratica?

Em análise, nota-se que a maioria dos indivíduos não mantém uma dieta de acordo com a atividade física que realiza, nem tampouco faz adaptação de insulina.

Pergunta 21: Você tem acompanhamento de profissionais da saúde como: endocrinologista, nutricionista e profissionais de educação física?

Todos os participantes afirmam não ter nenhum tipo de acompanhamento dos profissionais de saúde citados acima.

Nas questões 19, 20 e 21 todos os voluntários disseram que não realizam acompanhamento de profissionais de saúde, nem para a alimentação correta, nem controle de medicamentos e prescrição de atividades físicas, alimentando-se por conta própria antes e/ou depois das atividades físicas, entretanto há o risco de tanto a alimentação quanto atividade física estarem incorretas.

Não controlar a alimentação, a medicação e não ter a prescrição correta dos exercícios, pode ocasionar riscos de hipo e hiperglicemia, ou outras complicações (ACSM; ADA, 2000; POWERS; HOWLEY, 2000; MICULIS et al., 2010).

Pergunta 22: Já teve hipoglicemia? O que fez a respeito? Sabe o que deve ser feito caso aconteça?

Analisando a última pergunta, 4 dos pesquisados afirmaram ter passado pelo quadro e a medida de socorro foi ingerir alimentos adocicados, no entanto apenas 1 participante relatou saber o que deve ser feito caso ocorra “O que deve ser feito é ingerir algo doce, para que a glicemia possa voltar ao normal”. Pela leitura do artigo sobre hipoglicemia de Dib, Tschiedel e Nery (2008), a medida de socorro é ingerir carboidratos de rápida absorção (carboidratos simples). De acordo com os autores, 15 gramas desse carboidrato ajudam a aumentar a glicemia em 40 a 50 mg/dL. Nesse caso a medida tomada por alguns voluntários encontra-se correta, mas deve ser dada atenção com hipoglicemia constante, pois o paciente poderá ingerir muito carboidrato, e isso poderá aumentar a glicemia de forma a chegar a hiperglicemia, e então a homeostase glicêmica ficara balançada tanto altos e baixos.

Caso o diabético se encontre em desmaio, deve ser colocado entre as bochechas, uma colher de sopa com açúcar ou mel, mas não se deve ser forçar a abertura de sua boca, também não é recomendado dar líquidos, realizar massagem nas bochechas, pois aumenta a saliva e o açúcar será derretido para melhor deglutição, também é muito importante que pessoas que convivem com diabéticos saibam o que fazer caso ocorra. Compreende-se que os cuidados com o diabetes *mellitus* e seu controle glicêmico, não se aplicam atenções somente com o estado hiperglicêmico, a hipoglicemia constante poderá causar sérios problemas à saúde, podendo ocorrer danos cerebrais irreversíveis, com isso fica o alerta não somente com a alta glicemia, mas com a baixa também (MINICUCCI, 2005; ROQUE et al, 2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O índice de indivíduos diabéticos com piora em sua saúde devido às complicações do diabetes *mellitus* não é baixo, essas pioras são devido aos hábitos de vida desses indivíduos. Através do levantamento bibliográfico e da pesquisa de campo, foi possível obter melhores informações sobre a patologia e seus riscos, e os benefícios que a atividade física pode levar ao paciente. No entanto, atenções devem ser dadas com relação a sua prática, porque há riscos de complicações caso sejam executadas de forma e intensidade incorretas.

Além disso, outros fatores podem levar à piora do quadro, como sedentarismo, má alimentação e dosagem inadequada de medicamentos.

Através deste estudo, conclui-se que os diabéticos analisados em questão, possuem pouco conhecimento sobre o tema “diabetes *mellitus* e atividade física”, acredita-se que essa falta de conhecimento seja de grande parte dos portadores da doença, esse fator acaba sendo um dos motivos cruciais da piora de vida deles “a falta de informação adequada”.

Para amenizar o desconhecimento acerca do diabetes, programas de educação devem ser implantados pelos órgãos de saúde pública, como palestras sobre a doença, reeducação alimentar, divulgação sobre a importância dos indivíduos se tornarem fisicamente ativos, distribuição de cartilhas sobre diabetes e atividade física, assim tanto a saúde pública, quanto os pacientes poderão minimizar gastos, isso porque grande parte da população é carente, sem condições suficientes para arcar com gastos que as complicações podem gerar.

A educação em diabetes poderá contribuir na diminuição do índice de mortalidade e novos diagnósticos da doença. Por ser um problema de saúde pública, faz-se necessário envolver mais profissionais de saúde, como médicos, nutricionistas, profissionais em educação física, psicólogos, assistentes sociais na divulgação sobre a importância dos cuidados com a saúde da população.

Ademais, ressalta-se a importância da prevenção já desde cedo nas escolas com uma boa alimentação e prática de aulas de educação física.

REFERÊNCIAS

ACSM - AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE; ADA - AMERICAN DIABETES ASSOCIATION. **Diabetes mellitus e exercício**. Niterói, v. 6, n. 1. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-86922000000100005>. Acesso em: 15 Ago 2018. ISSN 1517 -8692.

ALMEIDA, J. F. F. **Atividade física regular no idoso com diabetes tipo 2**. 2017. 18-20 f. Dissertação (mestrado integrado em medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, 2017.

BARBOSA, S. A; CAMBOIM, F. E. de F. Diabetes mellitus: cuidados de enfermagem para controle e prevenção de complicações. **Temas em Saúde**. João Pessoa- PB, v. 6, n. 3, p. 404. 2016. ISSN 2447 -2131.

BATISTA, C. B; OLIVEIRA, L. C. de. Os benefícios do exercício físico no tratamento do diabetes melito. **Cadernos da Escola de Saúde**. Curitiba- PR, v. 12, p. 1-11. s/d. ISSN 1984 - 7041.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Diabetes Mellitus – Brasília: Ministério da Saúde. 9-12 p. il. – **Cadernos de Atenção Básica**, n. 16 (Série A. Normas e Manuais Técnicos). 2006.

CANCELLIÈRE, C. **Atividade física e diabetes**. Jundiaí- SP: Fontoura, 1999, 58-305p. ISBN 85-87114-05-0.

CASTRO, M. H. **Exercício e diabetes mellitus tipo 2**. 2009. 29 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia - Licenciatura em Educação Física) - Faculdade de Desporto da Universidade do Porto. 2009.

CINEA, K. E. Rest and recovery the forgotten training component. **NSCA's Performance Training Journal**. v. 4, n 2, p. 24-25. s/d.

COLBERG, S. R. et al. Physical activity/exercise and diabetes: a position statement of the **American Diabetes Association**. *Diabetes Care*. v. 39, n. 11. 2016. Disponível em: <<http://care.diabetesjournals.org/content/39/11/2065.full-text.pdf>>. Acesso em: 28 Set. 2018.

CORRÊA, Z. M. da S; EAGLE JR, R. Aspectos patológicos da retinopatia diabética. **Arq. Bras. Oftalmol**. v. 68, n. 3, p. 411. 2005.

COSTA, M. B. et al. 2º congresso brasileiro de extensão universitária. **Anais**. 2004.

COSTA, P. A, M; PORTO, M. Efeito do treinamento resistido no diabetes mellitus. **Revista Educação Física UNIFAFIBE**. Bebedouro- SP, n. 3, p. 115. 2015.

DAVIES, A; BLAKELEY, A. G. H; KIDD, C. **Fisiologia humana**. São Paulo- SP: Editora Artmed, 2002, 550-585p.

DIB, S. A; TSCHIEDEL, B; NERY, M. Diabetes melito tipo 1: da pesquisa à clínica. **Arquivos Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia**. São Paulo- SP, v. 52, n. 2, p. 143-145. 2008. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302008000200001>. Acesso em: 14 Fev. 2018. ISSN 1677 -9487.

DUARTE, N; GONÇALVES, A. Pé diabético. **Angiologia e cirurgia vascular**. Lisboa- LX, v. 7, n. 2, p. 67. 2011 Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-706X2011000200002>. Acesso em: 25 Set. 2018. ISSN 1646 -706X.

FIGUEIREDO LV; CARAMONA M. M. Patogênese da diabete mellitus não-insulino dependente. **Boletim da Faculdade de Farmácia de Coimbra**. v. 15, n. 2, p. 20-26, Jul/dez. 1991.

FOSS, N. T. et al. Dermatose em pacientes com diabetes *mellitus*. **Rev. Saúde Pública**. Ribeirão Preto- SP, v. 39, n. 4, p. 678-679. 2005.

FOSS-FREITAS, M. C; FOSS, M. C. Cetoacidose diabética e estado hiperglicêmico hiperosmolar. **Medicina (Ribeirao Preto. Online)**. Ribeirão Preto- SP, v. 36, p. 389-390. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2176-7262.v36i2/4p389-393>>. Acesso em: 10 Ago. 2018.

GABBAY, M; CESSARINE, P. R; DIB, S. A. Diabete mellito do tipo 2 na infância e adolescência: revisão de literatura. **Jornal de Pediatria**. Rio de Janeiro- RJ, v. 79, n. 3, pag. 204-203. 2003. ISSN 0021 -7557.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo- SP: Atlas, 2008, 27-58p.

GUYTON; HALL. **Tratado de fisiologia médica**. 8.ed São Paulo- SP: Editora Guanabara Koogan S.A, 2002, 838-839p.

HENRIQUE, J. et al. Doença ocular diabética. **Acta. Med. Port**. v. 28, n. 1, p. 107, Jan/fev. 2015.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRARIA. **Assentamentos**. s/d. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 10 Ago. 2018.

ISER, B. P. M. et al. Prevalência de diabéticos autorreferidos no Brasil resultados da pesquisa nacional de saúde 2013. **Epidemol de Serv. Saúde**. Brasília- DF, v. 24, n 2, p. 306, Abr/jun. 2015. ISSN 1679 -4974.

KHAWALI, C; ADRIOLO, A; FERREIRA, S. R. G. Benefícios da atividade física no perfil lipídico de pacientes com diabetes tipo 1. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia e Metabologia**. São Paulo- SP, v. 47, n. 1. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302003000100008&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 15 Jun. 2018. ISSN 1677 -9487.

LYRA, R; CAVALCANTE, N. **Diabetes mellitus**. 3.ed. São Paulo- SP: AC farmacêutica uma editora integrante do GEN- Grupo editorial nacional, 2013, 450-454p.

MERCURI, N; ARRECHEA, V. Atividades físicas e diabetes. **Diabetes clínica/Jornal Multidisciplinar do Diabetes e das Patologias Associadas**. v. 5, p. 347. 2001.

MICULIS, C. P. et al. Atividade física na criança com diabetes tipo 1. **Jornal de Pediatria**. Porto Alegre- RS, v. 86, n. 4. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0021-75572010000400005>.
Acesso em: 10 Set. 2018. ISSN 0021 -7557.

MINICUCCI, W. J. **Diabetes**: o que fazer em situações especiais. São Paulo- SP: Editora Atlanta, 2005, 27-37p.

MOLENA-FERNANDES, C. A. et al. Efeito do exercício físico aeróbio sobre o perfil lipídico de pacientes idosas, portadoras de diabetes mellitus tipo 2, atendidas em unidade básica de saúde, Maringá, Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**. Rio de Janeiro- RJ, v. 11, n. 2. 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232008000200167&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 Jun. 2018. ISSN 1981 - 2256.

MORAIS, G. F. da C. et al. O diabético diante do tratamento fatores de risco e complicações crônicas. **Revista de Enfermagem URFJ**. Rio de Janeiro- RJ, v. 17, n. 2, p. 241, Abr/jun. 2009.

OCHOA-VIGO, K; PACE, A. E. Pé diabético: estratégias para prevenção. **Acta. Paul. Enferm.** v. 18, n. 1, p. 100. 2005.

OLIVEIRA, J. E. P; MILECH, A. **Diabetes mellitus clínica, diagnóstico tratamento multidisciplinar**. São Paulo- SP: Editora Atheneu, 2004, 2-4p.

PARANÁ. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PARANÁ. **Linha guia diabetes mellitus**. 2.ed. Curitiba- PR: 2018. 35 – 36p.

PAULI, J. R. et al. Novos mecanismos pelos quais o exercício físico melhora a resistência à insulina no musculo diabético. **Arq. Bras. Endocrinol. Metab.** v. 53, n. 4, p. 400-402. 2009.

POWERS, S. K; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício teoria e aplicação ao condicionamento e desempenho**. 1.ed. Barueri-SP: Editora Manole Ltda, 2000, 300-305p.

RAMALHO, A. C. R; SOARES, S. O papel do exercício no tratamento do diabetes melito tipo 1. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia**. Salvador- BA, v. 52, n. 2, p. 260-266. 2008.

RANG, H. P. et al. **Farmacologia**. 8.ed. Rio de Janeiro- RJ: Elsevier Editora LTA, 2003, 895p.

ROQUE, K. E. et al. Fatores de riscos associados à hipoglicemia e análise de eventos adversos em uma terapia intensiva. **Texto e Contexto - Enfermagem**. Florianópolis- SC, v. 27, n. 3. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072018000300307>. Acesso em: 30 Set. 2018. ISSN 1980 -265X.

ROSSANEIS, M. A. et al. Diferenças entre mulheres e homens diabéticos no autocuidado com os pés e estilo de vida. **Revista Latino-Americano de Enfermagem**. Ribeirão Preto- SP, v. 24, p. 2. 2016. ISSN 1518 -8345.

SESTERHEIM, P; SAITOVITCH, D; STAUBI, H. L. Diabetes mellitus tipo 1 multifatores que conferem suscetibilidade à patogenia autoimune. **Scientia Médica**. Porto Alegre- RS, v. 17, n. 4, p. 213, Out/dez. 2007.

SILVA, C. A; LIMA, W. C. Efeito Benéfico do exercício físico no controle metabólico do diabetes *mellitus* Tipo 2 a Curto Prazo. **Arquivo Brasileiro de Endocrinologia e Metabologia**. Campinas- SP, v. 46, n. 5, p. 550-554. 2002.

SILVA, D. A. S; NUNES, H. E G. O que é mais eficiente para perda de peso: exercício contínuo ou intermitente? com ou sem dieta? uma revisão baseada em evidências. **Medicina**. Ribeirão Preto- SP, v. 48, n. 2, p. 119-128. 2015.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Physical Activity and Adults**. WHO, 2018. Disponível em: <http://www.who.int/dietphysicalactivity/factsheet_adults/en/>. Acesso em: 28 Set. 2018.

ZANI, E. de P; BREIJÃO, F. P; CAPOROSSI, C. Efeito da atividade física no controle glicêmico em pacientes de diabetes *mellitus*: uma revisão literária. **Revista Científica do Hospital Santa Rosa**. n. 4, p. 39-45. 2014.

ZILLE, M. L. B. **Estudo da influência de um modelo de orientações acerca dos exames laboratoriais e da doença no conhecimento e autogestão de pacientes com DM tipo 2**. 2015. 17-83f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação em Diabetes) - Instituto de Ensino e Pesquisa- IEP, Belo Horizonte, 2015.

A COMUNICAÇÃO ENTRE A EQUIPE DE ENFERMAGEM E A SEGURANÇA DO PACIENTE CIRÚRGICO

SILVA, Renata Pereira Santana da¹;
LUCIO, Renata Silveira².

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo geral identificar como a comunicação entre a equipe de enfermagem influencia na segurança do paciente cirúrgico. Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva de caráter qualitativo, realizada por meio de questionário estruturado aberto. A pesquisa foi realizada com a equipe de enfermagem do bloco cirúrgico de uma instituição hospitalar localizada no município de Unaí-MG. Percebeu-se, nessa pesquisa, que os objetivos propostos foram alcançados demonstrando, que a comunicação é fundamental na prestação de cuidados pela enfermagem atuante no CC, ocorrendo de forma verbal e buscando promover a segurança do paciente cirúrgico pelo uso de checklist.

Palavras-chave: Comunicação. Enfermagem. Cirúrgico.

1 INTRODUÇÃO

Para o desenvolvimento eficaz do trabalho em equipe, a comunicação é um elemento de extrema relevância, e pode ser um fator de aproximação ou desentendimento, de acordo com a forma como ela é estabelecida.

Compreender como ocorre o processo comunicativo, seus elementos formadores e suas consequências, torna-se essencial para enfrentar alguns desafios que surgem no trabalho. Por meio da comunicação, a equipe de enfermagem poderá compreender as necessidades do cliente e valorizá-la e é um componente importante para o desenvolvimento da humanização no cuidado em enfermagem.

Constantemente os profissionais de saúde apresentam dificuldades de comunicação, que, por sua vez, interferem na continuidade e qualidade do trabalho a ser desenvolvido, dessa forma, impossibilita que o trabalho aconteça de maneira produtiva e eficaz.

A comunicação para a conduta terapêutica apresenta-se como imprescindível para a prestação de um cuidado eficaz e satisfatório, com isso a equipe de enfermagem necessita desenvolver o processo de comunicação de maneira a conseguir uma interação eficiente entre a equipe e o cliente (BROCA, FERREIRA, 2015).

Segundo Reis (2017), os erros recorrentes na assistência à saúde estão relacionados a falhas no processo de comunicação, dificuldades no relacionamento entre a equipe, o desconhecimento dos supervisores dos problemas enfrentados pela equipe de saúde, sobrecarga de trabalho, entre outros fatores. Perante essa realidade, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomendou aos países o desenvolvimento de um plano de cuidado para a promoção de uma assistência pautada na segurança do paciente. A partir dessa recomendação, institui-se, no Brasil, pelo Ministério da Saúde (MS), o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) com metas pensadas para uma melhor assistência de saúde e focadas na segurança do paciente, estando presente entre essas metas o processo de comunicação entre os profissionais de saúde.

Diante disso, originou-se, durante a disciplina de Enfermagem Médico-Cirúrgica, o problema de pesquisa pautado em entender a importância de uma comunicação eficiente para

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

² Professora Mestre na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

que ocorra uma assistência de saúde eficaz e segura ao paciente cirúrgico, sendo essa uma questão levantada pela acadêmica durante estudo de artigos acadêmicos referentes à área do centro cirúrgico.

Como já discutido anteriormente, a comunicação trata de um processo complexo, que necessita de uma interação de ambos os envolvidos e de um entendimento dos fatores que norteiam essa comunicação, e ainda o papel importante dessa comunicação entre a equipe e para com o cliente, a fim de oferecer um cuidado com segurança ao paciente.

Com o exposto, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de se conhecer como é o processo de comunicação da equipe de enfermagem atuante no Centro Cirúrgico (CC) de um Hospital privado de Unai, e como essa comunicação reflete no cuidado do paciente cirúrgico, enfocando a importância da comunicação para a segurança do paciente.

Sua relevância ainda reflete no aprofundamento do conhecimento do acadêmico de Enfermagem que, durante o curso, mantém maior contato teórico do que prático com as atividades desenvolvidas no ambiente do Centro Cirúrgico, isso oportuniza conhecer melhor algumas características do trabalho prático desse setor.

Esta pesquisa tem como objetivo geral identificar como a comunicação entre a equipe do centro cirúrgico influencia na segurança do paciente cirúrgico. E ainda conhecer o processo de comunicação do centro cirúrgico, entender a política de segurança do paciente cirúrgico e compreender a importância da comunicação entre a equipe para a humanização do cuidado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 COMUNICAÇÃO

A comunicação é um elemento que participa da história da humanidade desde seus primórdios, e é de irrefutável relevância para se estabelecer uma relação entre um ser e outro. Essa comunicação pode ocorrer de maneira verbal com o uso da fala ou não, quando se passa a mensagem através de gestos, escritas, entre outros. Em razão de ser o pilar das relações humanas, traz enormes benefícios para todos os envolvidos quando ocorre de maneira eficaz (BARROS; MATOS, 2015; MARINUS et al, 2014).

A comunicação é uma ferramenta essencial para a prestação do cuidado efetivo pelos profissionais de saúde, e é um fator que pode levar a falhas na assistência e aumentar o índice de eventos adversos quando essa comunicação não ocorre de maneira eficaz e contínua (NOGUEIRA; RODRIGUES, 2015).

Todavia, para que a comunicação entre uma equipe ocorra de maneira proveitosa, é necessário que as pessoas envolvidas estejam abertas a escutar ativamente de modo a entender o que é exposto e passar um *feedback* ao seu interlocutor. Dentre os fatores levantados como dificultadores da comunicação entre os profissionais de saúde, citam-se as diferenças hierárquicas, as diversidades de classes profissionais e o pensamento de superioridade que permeia o profissional médico (NOGUEIRA; RODRIGUES, 2015).

Os cuidados em saúde, de promoção, tratamento ou paliativos não devem abranger apenas os medicamentos e as assistências, mas também a comunicação, que é uma ferramenta essencial para o processo de cuidado. Portanto, é necessário que o profissional de saúde consiga estabelecer uma comunicação efetiva com a equipe de saúde e também com cada cliente, que ele busque entender o meio cultural ao qual o cliente está inserido, e assim consiga estabelecer um diálogo que traga benefícios a todos os envolvidos (QUEIROZ et al, 2012).

Segundo Silva e Alvim (2010), o trabalho desenvolvido no Centro Cirúrgico (CC), incluindo as ações de enfermagem, acontece de maneira focada na técnica necessária para o

tratamento do paciente, e deixa a interação com ele em segundo plano e, de acordo com a literatura, o que se configura como uma falha.

Dessa forma, faz-se necessário o aprofundamento no conhecimento sobre a comunicação e como essa é importante nas relações humanas, em essencial quando se trata da prestação de cuidados de saúde.

2.2 SEGURANÇA DO PACIENTE CIRÚRGICO.

Ao longo dos anos, foi possível observar diversos levantamentos de nomes importantes da área da saúde em relação à segurança do paciente, destacando a colocação de Hipócrates, conhecido ao longo da história como o Pai da Medicina, o qual assim escreveu “Nunca causarei dano a ninguém”, demonstrando que ele considerava que as ações de assistência à saúde são passíveis de erros que podem colocar o paciente em risco. Já na área da enfermagem destaca-se *Florence Nightingal*, e a qual escreveu: “Pode parecer estranho enunciar que a principal exigência em um hospital seja não causar danos aos doentes” (MILAGRES, 2015).

A divulgação do relatório “Errar é Humano: construindo um sistema de saúde mais seguro”, do Instituto de Medicina dos Estados Unidos, impulsionou a repercussão do tema Segurança do paciente em todo o mundo, ao analisar milhares de portuários e constatar que a ocorrência de eventos adversos e erros foram responsáveis por cerca de 44 mil a 98 mil mortes por ano naquele país, dos quais 7 mil foram causados por erros com a terapia medicamentosa. (CALORI, 2015; OLIVEIRA, 2014; MILAGRES, 2015).

Com isso faz-se necessário definir o que é o evento adverso, segundo o documento de referência para o programa nacional de segurança do paciente, publicado por Brasil (2014). Evento adverso é definido como um dano causado ao paciente durante o tempo em que este estava recebendo cuidados de saúde, ou seja, esse dano não é causado pela doença, contudo aumenta o tempo de estadia do paciente na unidade de saúde ou leva a uma incapacidade.

A publicação do relatório trouxe para o mundo o conhecimento de um problema que necessitava de intervenção, tornando urgente a criação de ações que diminuíssem as ocorrências de eventos adversos. Assim diversos pesquisadores de todo o mundo, sentiram necessidade de buscar por conhecimento que pudesse cooperar com o aumento da qualidade em saúde, diminuir a ocorrência de erros e promover a segurança do paciente. Diante do exposto, a Organização Mundial de Saúde (OMS), movida por tais necessidades de mudança, e em busca da segurança do paciente, recomendou a todos os países a criação de estratégias que promovessem o cuidado seguro. Tais ações desencadearam a criação da Aliança Mundial para a Segurança do Paciente, no ano de 2014 (OLIVEIRA et al, 2014; REIS et al, 2014; SILVA; ROSA, 2016; CORREGGIO et al, 2014).

A OMS destaca que um dos elementos centrais da Aliança Mundial para a Segurança do Paciente é o Desafio Global, que lança a cada período de tempo um tema prioritário e quais as ações necessárias para a diminuição de dano desnecessário ao paciente relacionada ao tema proposto, para adoção pelos Estados Membros da OMS. Entre os Desafios Globais para a Segurança do Paciente, é pertinente destacar o segundo Desafio Global, o qual se refere aos fundamentos e às práticas da segurança do paciente cirúrgico, com o tema “Cirurgias Seguras Salvam Vidas”, consideradas um tema de prioridade em saúde. Quando se trata da Segurança do Paciente no Centro Cirúrgico (CC), a equipe necessita de um trabalho conjunto, eficaz, e que utilize seus conhecimentos e capacidades em busca do melhor cuidado ao paciente evitando causar danos (CORREGGIO et al, 2014; MILAGRES, 2015).

Em 2009, o Ministério da Saúde do Brasil aderiu à campanha “Cirurgias Seguras Salvam Vidas”, através da criação de uma lista de verificação. Tal lista deveria ser aplicada em todas as cirurgias, devendo ocorrer em três fases: antes do início da anestesia (*Sign In*),

antes da incisão na pele (Time Out) e antes da saída do paciente da sala cirúrgica (*Sign Out*). (MOTTA FILHO et al, 2013).

A Organização Mundial de Saúde (OMS) conceitua a segurança do paciente como uma redução, a um mínimo aceitável, do risco de dano desnecessário associado a prestações de cuidado à saúde. A cultura de segurança do paciente deve ser promovida pelo comportamento de toda a equipe de uma organização, com o comprometimento e a responsabilidade que esses têm para com a prestação de um serviço de qualidade e seguro, em que a segurança seja vista como um dos maiores atributos da instituição (CALORI et al, 2015; SILVA et al, 2016).

Instituído no Brasil em 2013 pelo Ministério da Saúde (MS), por meio da Portaria nº 529, o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP) buscou legitimar e fortalecer as ações em busca da segurança do paciente, que veio com a finalidade de implementar medidas de assistência, educação e iniciativas que busquem a segurança do paciente nas diferentes áreas da atenção, organização e gestão de serviços de saúde por meio da implantação da gestão de risco e de Núcleos de Segurança do Paciente nos estabelecimentos de saúde. (BRASIL, 2014; SILVA; ROSA, 2016).

Segundo Silva e Rosa (2016), para uma organização hospitalar segura, é necessário esforço e cooperação por parte de todos os profissionais envolvidos nos cuidados de saúde, independentes da hierarquia.

Mesmo com os avanços na área da saúde, a segurança do paciente é influenciada por iatrogenias causadas pelos profissionais, e que acometem negativamente o paciente causando neste consequências desagradáveis. Sendo a enfermagem a principal prestadora de cuidados e assistências, cabe a ela reduzir danos aos pacientes, e a detecção precoce de possíveis complicações (SILVA et al, 2016)

É possível notar que a enfermagem tem acompanhado mudanças que vêm ocorrendo no mundo. Em 2005, no Chile, foi criada a Rede Internacional de Enfermagem e Segurança do Paciente, pela Organização Pan-Americana de Saúde com o objetivo de traçar as prioridades da enfermagem na área da Segurança do Paciente, discutir a cooperação entre os países e a troca de informações, bem como as necessidades do embasamento científico para o fortalecimento do cuidado de enfermagem (MILAGRES, 2015).

A classe da enfermagem no Brasil vem se organizando em entidades que buscam melhorar a segurança do paciente. Destaca-se a criação da Rede Brasileira de Enfermagem e Segurança do Paciente (REBRAENSP), em São Paulo, no ano de 2008, com o compromisso de divulgar metas e criar polos regionais. Um dos objetivos da rede é o fortalecimento da assistência de enfermagem segura e com qualidade, e também o desenvolvimento da cartilha 10 Passos para a Segurança do Paciente, elaborada pelo Conselho Federal de Enfermagem-COREN-SP, em 2010, tendo como passos, respectivamente: Identificação do Paciente, Cuidado Limpo e Seguro, Cateteres e Sondas, Cirurgia Segura, Sangue e Hemocomponentes, Paciente Envolvido com sua Segurança, Comunicação Efetiva, Prevenção de Queda, Prevenção de Úlcera por Pressão e Segurança na Utilização da Tecnologia (CALORI, 2015; MILAGRES, 2015).

2.3 HUMANIZAÇÃO

A literatura traz o conceito de humanização como o resultado da ação de humanizar, que, por sua vez, é conceituada como “dar condição humana, mostrar-se caridoso”. Nas relações interpessoais, a humanização é vista como algo do ser humano, um sentimento que todos têm consigo mesmos, e que os levam a ações de bondade com o intuito de manter uma boa relação com a sociedade. Em outros campos de estudos, a palavra humanização tem um

amplo conceito, contudo, quase em todos os termos, remete aos valores humanitários como à solidariedade e à empatia (CHERNICHARO et al, 2014).

Juntamente com os avanços tecnológicos e a globalização econômica foi vivenciado uma mecanização do cuidado na área da saúde. Com isso, na década de 80, reforçado pela luta antimanicomial e a busca por um parto e nascimento mais humanizado promovido pelo movimento feminista, levou a uma discussão sobre a humanização no campo da saúde (CHERNICHARO et al, 2014).

A enfermagem como um encontro entre o profissional prestador de cuidado e o ser cuidado exerce um papel importante na prática do cuidar humanizado baseado na interação efetiva com o paciente. Torna-se, assim, oportuno criar um ambiente de comunicação que busque a satisfação do paciente em suas necessidades de modo integral, ao permitir que este fale de sua vivência, angústias, medos, ansiedade e inseguranças, o profissional deve centrar na necessidade de comunicação como estratégia de se aproximar do ser cuidado (MORAIS et al, 2009).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em um hospital particular da cidade de Unaí-MG, no bloco do Centro Cirúrgico. Tem uma abordagem exploratória descritiva e análise qualitativa, com o objetivo de identificar como a comunicação entre a equipe de enfermagem influencia na segurança do paciente cirúrgico.

As pesquisas exploratórias objetivam proporcionar ao pesquisador uma maior familiaridade com o tema proposto, buscando torná-lo conhecido ou a constituir hipóteses. Tais pesquisas têm o objetivo de aprimorar ideias ou a descoberta de intuições, com um planejamento bastante flexível, de maneira que possibilite a consideração dos diversos aspectos do fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem o levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos para uma melhor compreensão (GIL, 2002). Já a pesquisa descritiva tem como objetivo observar, registrar, analisar e ordenar dados, sem interferência do pesquisador. Na coleta dos dados o pesquisador utiliza instrumentos específicos, como: entrevista, formulário, questionário (PINTO, 2010).

Segundo Oliveira (2011), na análise de dados através do método qualitativo o pesquisador obtém os dados em contato direto com o objeto da pesquisa, e busca um maior conhecimento sobre o processo do que sobre o produto. Esse método de análise dos dados busca demonstrar a real perspectiva dos participantes, ou seja, a “visão” que o entrevistado tem sobre o objeto da pesquisa.

A autorização para a realização desta pesquisa foi solicitada através de contato pessoal com a enfermeira responsável pela referida unidade, e com os profissionais de enfermagem atuantes no Centro Cirúrgico, onde foi apresentado o projeto de pesquisa, o questionário e termo de consentimento livre e esclarecido, sendo aprovada a realização da pesquisa. Os sujeitos da pesquisa foram 3 profissionais que compõem a equipe de enfermagem e que atuam no setor do Centro Cirúrgico e participam ativamente dos cuidados. Os critérios de inclusão dos sujeitos foram: serem enfermeiros, técnicos ou auxiliares de enfermagem, de ambos os sexos, serem integrantes das equipes de enfermagem do setor eleito para a pesquisa (desde que quisessem dela participar) e estar em efetiva atuação. Os critérios de exclusão foram: estar afastado do trabalho por qualquer motivo (ferias, licença e outros) e não aceitar participar da pesquisa. A identificação dos sujeitos foi feita por códigos alfanuméricos, em que a sigla E significa enfermeiro e a sigla TE, técnico de enfermagem, os números seguem a ordem que ocorreram as entrevistas.

Os dados foram coletados no mês de junho de 2018 através de levantamento de dados junto aos profissionais, por meio de um questionário estruturado contendo seis questões norteadoras elaboradas pela autora da pesquisa juntamente com a orientadora da pesquisa a Mestra Renata Silveira Lúcio, sendo essas as perguntas elaboradas: Defina o que você compreende por comunicação. Qual a importância da comunicação para a equipe de enfermagem? Como é a comunicação entre a equipe do CC? De que forma acontece essa comunicação? Qual a importância da comunicação da equipe do CC para a segurança do paciente? Quais métodos são utilizados pela equipe do CC para garantir a segurança do paciente cirúrgico? Como a comunicação influencia no processo de humanização do cuidado?

Após a coleta dos dados, foi possível o início da organização do material para a análise, e depois finalizada com base na análise de conteúdo.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A seguir são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo. Eles são apresentados a partir da ideia principal de cada resposta obtida através da aplicação do questionário aos sujeitos investigados.

No que se refere às informações de identificação, foram entrevistados três profissionais de enfermagem que trabalham no bloco cirúrgico de unidades hospitalares de médio porte de Unaí-MG. A faixa etária variou de 27 a 40 anos e o gênero predominante foi o feminino.

Na primeira questão foi solicitado aos entrevistados que dessem uma definição para comunicação, sendo conceituada pelas entrevistadas como uma troca de informações.

Troca de informações

Para a análise dessa questão, destaca-se a resposta de duas das entrevistadas:

TE1- “Todo processo que envolve troca de informações entre um grupo de pessoas ou duas pessoas”

TE2- “Comunicação é quando duas ou mais pessoas trocam informações. ”

É possível observar por essas falas que as entrevistadas compreendem a comunicação como uma troca de informações, de acordo com o que é definido pela literatura, Broca, Ferreira, (2012), fala sobre a importância do diálogo, sendo essa a maneira de trocar vivências e experiências e criar uma aproximação entre as pessoas. Ainda Rosa e Landim (2009, p. 142), pontuam que “a comunicação pode ser conceituada como a troca de informações entre indivíduos, ou seja, tornar comum uma mensagem ou informação”. E é um dos processos fundamentais da interação social da humanidade.

Ressalta-se ainda que comunicação é o processo que promove a circulação e a compreensão de uma informação. É notório que o bem-estar social do ser humano depende da comunicação que ocorre em todo processo interpessoal ou grupal em que ele está inserido (JESUS, 2006).

Os questionamentos sobre **a importância da comunicação para a equipe de enfermagem** levaram as respostas a serem agrupadas em uma categoria denominada por comunicação uma ferramenta fundamental para a assistência.

Comunicação como ferramenta fundamental para a assistência

Broca e Ferreira (2012) destacam a importância da comunicação na assistência, pois através dela é possível criar uma relação entre as pessoas, e quando essa relação se mostra

efetiva entre os membros envolvidos no processo de cuidar, é possível observar uma melhor qualidade na assistência prestada ao paciente. A seguir a resposta das duas entrevistadas:

E1: “É fundamental para todo o processo de assistência de enfermagem. Desde a passagem de plantão, intercorrências, informações do paciente e da unidade de saúde”.

TE 1: “É fundamental para a enfermagem desenvolver todo seu processo assistencial”.

A passagem de plantão é realizada pela equipe de enfermagem e busca comunicar as informações de forma objetiva e clara em relação às intercorrências durante um período de trabalho, além de envolver a assistência aos clientes e tem como objetivo assegurar o fluxo de informações entre diversas equipes de enfermagem que atuam em um hospital (ALMEIDA; COSTA, 2017).

A terceira pergunta indagou aos entrevistados como é a comunicação no CC, de que forma acontece essa comunicação. As respostas das entrevistadas revelaram que a maior parte da comunicação no centro cirúrgico pesquisado ocorre de forma verbal.

Comunicação verbal no centro cirúrgico

Destaca a fala das entrevistadas:

E1: “A comunicação ocorre de forma verbal, via telefônica, de forma amigável para melhorar todo o processo, desde o início ao fim”.

TE 1: “ O processo do Centro Cirúrgico funciona de forma verbal por via telefônica e por via escrita nos prontuários e no livro de passagem de plantão”.

A comunicação verbal é conceituada como a linguagem escrita, falada, os sons e palavras que são usadas para comunicar-se. Para que a comunicação verbal seja bem-sucedida é essencial que a mensagem seja transmitida de forma clara e que os envolvidos nesse processo comunicativo tenham um nível de conhecimento parecido ou igual. A comunicação verbal é também o tipo de comunicação mais utilizado pelos profissionais de enfermagem no decorrer do dia de trabalho. Essa comunicação tem caráter informativo, é amplamente utilizada nas reuniões para discutir as situações dos clientes ou assuntos de interesse comum (BROCA; FERREIRA, 2012).

As profissionais de enfermagem entrevistadas relataram em suas respostas a questão quatro do questionário que indagava **qual a importância da comunicação para a segurança do paciente?** A comunicação é de extrema importância para se promover a segurança do paciente.

Importância extrema

Para análise dessa categoria destacam-se as respostas de duas entrevistadas:

TE1: “É de extrema importância, pois é a partir dessa comunicação que podemos garantir a segurança do paciente, durante seu período dentro do centro cirúrgico”.

TE2- “É de extrema importância, pois podemos nos certificar das informações do paciente”.

Nas instituições de saúde o Centro Cirúrgico compreende um local desconhecido ao paciente, onde este terá seu corpo exposto, manuseado e invadido, o que traz a ele uma atmosfera de ansiedade e medo do desconhecido. Cabe ao enfermeiro realizar e orientar sua equipe quanto à importância de se realizar uma assistência holística, desfazendo o cuidado mecanizado predominante nesse setor. Neste sentido, o cuidado ao paciente deverá ser

pautado na comunicação visando proporcionar conforto, confiança e segurança a ele. (GOMES; DUTRA; PEREIRA, 2014).

O trabalho em equipe na área da saúde é complexo e impulsionador de transformações, sendo que uma comunicação efetiva é fator primordial para que esse ocorra de maneira a promover uma cultura organizacional positiva nos processos assistenciais e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços e segurança do paciente. (NOGUEIRA; RODRIGUES, 2015).

A questão cinco do questionário buscou saber **quais métodos são utilizados pela equipe do CC para garantir a segurança do paciente cirúrgico**, foi destacado que a instituição usava o *check list* de cirurgia segura.

Check list

As entrevistadas responderam:

TE1: “Check list (contendo nome do paciente, local a operar, alergias, o que será operado, jejum), conferência da esterilização do material, exames, contagem de compressas, identificação de material para biópsia”.

TE2- “É utilizado check list de cirurgia segura, consulta pré-anestésica, termo de consentimento”.

Em estudo realizado por Panciere et al (2014), no bloco cirúrgico de um hospital-escola no interior do Estado de São Paulo, com o intuito de avaliar o uso do *checklist* em 30 procedimentos cirúrgicos, foi observado que o enfermeiro ou coordenador da lista necessita de um bom conhecimento em relação a todas as etapas do *checklist* (Identificação ou sign in; confirmação ou timeout; registro ou sign out) e ser capaz de envolver toda a equipe do CC na checagem da *checklist*. Sendo a comunicação imprescindível para o funcionamento do procedimento e do *checklist* fazendo com que esses ocorram da melhor maneira possível.

Em linhas gerais, destaca-se o papel da enfermagem na segurança, a qual tem implementado subsídios e estratégias, como a utilização de protocolos e *cheklists*, para realizar intervenções que possibilitem uma assistência livre de danos aos pacientes, mais segura e com qualidade (SILVA et al, 2016).

Comunicação no processo de humanização

Na questão seis, na qual se questionou **como a comunicação influência no processo de humanização**, fez-se necessária uma divisão em duas categorias. Ficando assim:

Categoria 1: Mostrando interesse ao estado do paciente

A entrevistada diz:

TE1: “É a partir dessa comunicação que podemos garantir o melhor cuidado com os pacientes, mostrando interesse ao estado do paciente e desenvolvendo a assistência necessária durante todo processo de internação”.

Ao se falar em humanização, é importante que a enfermagem se comunique com o cliente de maneira respeitosa, dando-lhe uma atenção necessária, utilize linguagem clara e objetiva para que o cliente compreenda. Estando esse cliente vulnerável em razão de seu estado hospitalizado, a enfermagem deve propiciar um cuidado que o auxilie a descrever suas vivências, priorizando o que ele pensa e sente. A comunicação é um instrumento básico na relação enfermeiro-paciente, e o profissional deve utilizá-la na construção de uma assistência

humanizada, buscando mostrar interesse aos anseios no paciente de modo integral e único. (MORAIS et al, 2009).

Conforme Broca e Ferreira (2012, p. 98), o processo de comunicação, em suas várias formas, tem um papel de instrumento humanizado, e para que esse instrumento funcione, faz-se necessário que a equipe esteja disposta e envolvida para estabelecer essa relação com o paciente, e entender que é essencial reconhecer o cliente como sujeito do cuidado e não passivo a ele.

Categoria 2: Suporte para o paciente e seus familiares

A entrevistada relata:

E1: “A comunicação é essencial para que o cuidado humanizado aconteça, prestando suporte para o paciente e seus familiares”.

Qualquer estadia hospitalar leva um desequilíbrio emocional ao paciente e à família, os quais vivenciam uma situação que não pode ser totalmente controlada. Com isso percebe-se a importância da interação da família com a equipe, participando das decisões e buscando informações, estabelecendo um cuidado humanizado. É notório que grandes esforços têm sido empenhados em relação à resposta do paciente, da família e da equipe de profissionais, pois o paciente e seus familiares são afetados pelo temor do prognóstico, ou por falta de informações ou por informações conflitantes (NASCIMENTO et al, 2014).

Portanto, é importante que o enfermeiro do centro cirúrgico esteja aberto a esclarecer dúvidas aos pacientes e aos seus familiares, prestando uma assistência com mais qualidade, envolva os familiares na sistematização da assistência, promovendo com isso diminuição da ansiedade, aumento da confiança, compreensão do diagnóstico e uma melhor aceitação do prognóstico e das técnicas utilizadas tanto pelo paciente como por seus familiares, criando uma esfera de empatia e humanização capaz de promover melhorias na assistência prestada no centro cirúrgico (CORBANIL et al, 2009).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa buscou abordar o processo comunicativo pela equipe de enfermagem atuante no Centro Cirúrgico (CC) e como essa comunicação refletia na segurança do paciente. Delimitou-se como objetivo geral identificar como a comunicação entre a equipe de enfermagem influencia na segurança do paciente cirúrgico. Para atender ao objetivo traçaram-se objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico deste trabalho foi alcançado e teve a intenção de conhecer como e o processo de comunicação entre a equipe de saúde do CC. Este resultado pode ser verificado no referencial teórico, ao descrever que o trabalho realizado no CC é falho em relação à comunicação, realizado de forma mecanizada, deixando a comunicação em segundo plano.

O segundo objetivo específico buscou compreender a cultura de segurança do paciente cirúrgico. Esse resultado pode ser verificado no referencial teórico, quando se relata que os desafios globais para a segurança do paciente visando à realização de cirurgias seguras incluem a implementação de *checklist* composto por três fases e que devem ser usadas em todos os procedimentos cirúrgicos, também, na análise e discussão foi observado que os profissionais desse setor consideram a comunicação como de extrema importância para a segurança do paciente e destacaram a utilização de *checklist* pela instituição.

O terceiro objetivo específico possibilitou compreensão da importância da comunicação no trabalho entre a equipe e para a humanização do cuidado. Este resultado foi

verificado através da análise de dados da sexta pergunta, que, pelas respostas coletadas ficou definido que o processo de comunicação torna o cuidado humanizado ao mostrar interesse pelo estado do paciente e através da prestação de suporte para o paciente e seus familiares.

Com isso, conclui-se que a comunicação é fundamental na prestação de cuidados pela enfermagem atuante no CC e que na unidade de saúde pesquisada essa comunicação ocorre de forma verbal e permeia todo o processo de assistência ao cliente buscando promover a segurança do paciente cirúrgico pelo uso de *checklist*.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. A. V. de, COSTA, M. L. A. de S., Passagem de plantão na equipe de enfermagem: um estudo bibliográfico. **Arq Med Hosp Fac Cienc Med Santa Casa São Paulo**. 62(2):85-91. São Paulo, 2017. Disponível na internet em: <<http://arquivosmedicos.fcmsantacasasp.edu.br/index.php/AMSCSP/article/view/49>> Acesso em: 24 mar. 2018.

BARROS, D. M. L. de; MATOS, N. S. de. A importância da comunicação organizacional interna e dos feedbacks gerenciais. **Revista de Administração**. v. 13.n. 23. p.3-20. São Paulo, 2015. Disponível na internet em: <<http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/viewFile/1553/1961>> Acesso em: 08 abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente**. Brasília DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível na internet em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf> Acesso em: 16 jun. 2018.

BROCA, P. V., FERREIRA, M. de A., Equipe de enfermagem e comunicação: contribuições para o cuidado de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**. v. 65, n.1, p. 97-103. Brasília, 2012. Disponível na internet em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0034-71672012000100014&tlng=pt> Acesso em: 29 maio 2018.

CALORI, M. A. de O., GUTIERREZ, S. L., GUIDI, T. A. C. Segurança do paciente: promovendo a cultura de segurança. Edição nº: 07. **Saúde em foco**. São Paulo, 2015. Disponível na internet em: <http://www.unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/saude_foco/artigos/ano2015/seguranca_paciente.pdf> Acesso em: 19 abr. 2018.

CHERNICHARO, I. de M., SILVA, F. D. da, FERREIRA, M. de A., Caracterização do termo humanização na assistência por profissionais de enfermagem. Escola Anna Nery. **Revista de Enfermagem**. v.18, n.1. Rio de Janeiro, 2014. Disponível na internet em: <<http://www.scielo.br/pdf/ean/v18n1/1414-8145-ean-18-01-0156.pdf>> Acessado em: 14 jun. 2018.

CORBANIL, N. M. de S., BRÊTAS, A. C. P., MATHEUS, M, C. C., Humanização do cuidado de enfermagem: o que é isso? **Revista Brasileira de Enfermagem**. v.62, n.3, p. 349-54. Brasília, 2009. Disponível na internet em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v62n3/03.pdf>> Acesso em: 14 jun. 2018.

CORREGGIO, T.C. da, AMANTE, L. N., BARBOSA, S. de F. F. Avaliação da cultura de segurança do paciente em Centro Cirúrgico. **Rev. SOBECC**. v.19, n.2, p. 67-73. São Paulo, 2014. Disponível na internet em: <
http://sobecc.org.br/arquivos/artigos/2015/pdfs/site_sobecc_v19n2/02_sobecc_v19n2.pdf>
Acesso em: 07 jun. 2018.

GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. Atlas. São Paulo, 2002. Disponível na internet em: <
https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf > Acesso em: 20 jun. 2018.

GOMES, L. de C. DUTRA, K. E., PEREIRA, A. L. de S. O enfermeiro no gerenciamento do centro cirúrgico. **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, N. 16- ISSN 1981 0377. Minas Gerais, 2014. Disponível na internet em: <
<http://re.granbery.edu.br/artigos/NTEy.pdf>> Acesso em: 06 mar. 2018.

JESUS, D.S. da S. de. **A comunicação no trabalho em equipe**: perspectivas de profissionais inseridos no Programa Saúde da Família. Dissertação de Mestrado - Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais. Minas Gerais, 2006. Disponível na internet em: <
<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=448267&indexSearch=ID> > Acesso em: 09 jun. 2018.

MARINUS, M. W. de L. C; QUEIRO GA, B. A. M.de; MORENO, L. R; LIMA, L. S. de. Comunicação nas práticas em saúde: revisão integrativa da literatura. **Saúde Soc**. v.23, n.4, p.1356-1369. São Paulo, 2014. Disponível na internet em: <
<https://www.scielosp.org/article/sausoc/2014.v23n4/1356-1369/pt/> > Acesso em: 19 mar. 2018.

MILAGRES, L. M. **Gestão de riscos para segurança do paciente**: o enfermeiro e a notificação dos eventos adversos. Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-graduação Stricto Sensu da Faculdade de Enfermagem - Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2015. Disponível na internet em: <
<http://www.ufjf.br/pgenfermagem/files/2010/05/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Lidiane-Miranda-Milagres.pdf>> Acesso em: 22 mar. 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. ANVISA. **Aliança mundial para a segurança do paciente**. Segundo desafio global para a segurança do paciente. Cirurgias seguras salvam vidas. Brasil, 2009. Disponível na internet em: <
http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/seguranca_paciente_cirurgias_seguras_guiia.pdf > Acesso e: 12 maio 2018.

MORAIS, G. S. da, N., COSTA, S. F. G. da, FONTES, W. D., CARNEIRO, A. D. Comunicação como instrumento básico no cuidar humanizado em enfermagem ao paciente hospitalizado. **Acta Paul Enfermagem**, v.22, n.3, p. 323-7. Paraíba, 2009. Disponível na internet em: < <http://www.scielo.br/pdf/ape/v22n3/a14v22n3.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2018.

MOTTA FILHO, R., SILVA, L. de F. N. da, FERRACINI, A. M., BÄHR G. L. Protocolo de cirurgia segura da OMS: o grau de conhecimento de ortopedistas brasileiros. **Revista**

brasileira ortopedia. v.48, n.6, p.554–562, Rio de Janeiro, 2013. Disponível na internet em:< http://www.scielo.br/pdf/rbort/v48n6/pt_0102-3616-rbort-48-06-00554.pdf > Acesso em: 02 jun. 2018.

NASCIMENTO, H. M. do, ALVES, J. S., MATTOS, L. A. D. de. **Humanização no acolhimento da família dos pacientes internados em Unidade de Terapia Intensiva.** Monografia apresentada ao Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UNISALESIANO - graduação em Enfermagem. São Paulo, 2014. Disponível na internet em: < <https://docplayer.com.br/11027407-Humanizacao-no-acolhimento-da-familia-dos-pacientes-internados-em-unidade-de-terapia-intensiva.html> > Acesso em: 05 jun. 2018.

NOGUEIRA, J. W. da S. RODRIGUES, M. C. S. Comunicação efetiva no trabalho em equipe em saúde: desafio para a segurança do paciente. **Cogitare Enfermagem.** v.20, n.3, p. 636-640. DF, 2015. Disponível na internet em: < <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/viewFile/40016/26245> > Acesso em: 18 maio 2018.

OLIVEIRA, M. F. de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisa em administração. 72 p.: il. Manual (pós-graduação) – Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2011. Disponível na internet em:<https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em: 27 mar. 2018.

OLIVEIRA, R. M., LEITÃO, I. M. T. A., SILVA, L. M. S., FIGUEIREDO, S. V., SAMPAIO, R. L., GODIM, M. M. Estratégia para promover segurança do paciente. **Esc Anna Nery** v.18, n.1, p.122-129. 2014. Ceará, 2014. Disponível na internet em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452014000100122&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: 21 jun. 2018.

PANCIERI, A. P., CARVALHO, R. de, BRAGA, E. M. Aplicação do checklist para cirurgia segura: relato de experiência. **Rev. SOBECC**, v.19, n.1, p. 26-33 São Paulo, 2014. Disponível na internet em: Acesso em: 08 mar. 2018. Disponível na internet em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452014000100122&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 28 maio 2018.

PINTO, A. F. de C. M. **Metodologia do trabalho científico:** planejamento, estrutura e apresentação de trabalhos acadêmicos, segundo as normas da ABNT. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS-Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais Curso de Administração - Metodologia Científica Pág:09. Belo Horizonte, 2010. Disponível na internet em:< http://hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/PUC-MG-Apostila_Metdologia_Cientifica.pdf> Acesso em: 20 jun. 2018.

QUEIROZ, A. T. de; BARCELOS, E. B. M.; GALVAN, E. S. P.; OLIVEIRA, F. L. de; FURTADO, V. F.; VICENTE, A. T. **A importância da comunicação em enfermagem no cuidado com o cliente.** 2012. Disponível na internet em: < https://www.etcparquedajuventude.com.br/Cursos/Enfermagem/Artigos/Comunicacao_pub_set_2012.pdf> Acesso em: 10 mar. 2018.

REIS, G. A. X. dos, HAYAKAWA, L. Y., MURASSAKI, A. C. Y., MATSUDA, L. M., GABRIEL, C. S., OLIVEIRA, M. L. F. de. IMPLANTAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA DO PACIENTE: percepções de enfermeiros gestores. **Texto Contexto**

Enfermagem. v.26, n. 2, Paraná, 2017. Disponível na internet em: <
<http://www6.ensp.fiocruz.br/visa/?q=node/7245>> Acesso em: 10 jun. 2018.

ROSA, A. S., LANDIM, D. de C. B. **Comunicação - a ferramenta do profissional.** 1806-6399. UNIPAM, v.6, p. 141-155, Patos de Minas, 2009. Disponível na internet em:<
http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/35660/Comunicacao_a_ferramenta_do_profissional.pdf > Acesso em: 27 abr. 2018.

SILVA, A. C. de A. B. e, ROSA, D. de O. S. Cultura de segurança do paciente em organização hospitalar. **Cogitare Enfermagem.** v. 21. Bahia ,2016. Disponível na internet em: < <https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/45583> > Acesso em: 20 mar. 2018.

SILVA, A. T., ALVES, M. G., SANCHES, R. S. TERRA, F. de S., RESCK, Z. M. R. Assistência de enfermagem e o enfoque da segurança do paciente no cenário brasileiro. **Saúde Debate.** v. 40, n. 111, p. 292-301, Rio de Janeiro, 2016. Disponível na internet em: <
<http://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40n111/0103-1104-sdeb-40-111-0292.pdf> >Acesso em: 15 abr. 2018.

SILVA, D. C.; ALVIM, N. A. T. AMBIENTE DO CENTRO CIRÚRGICO E OS ELEMENTOS QUE O INTERAGEM: implicações para o cuidado de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem;** v.63, n.3, p. 427-34. Brasília, 2010. Disponível na internet em:<
<http://nascecme.com.br/ambiente-do-centro-cirurgico-e-os-elementos-que-o-integram-implicacoes-para-os-cuidados-de-enfermagem/> > Acesso em: 11 maio 2018.

A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS LÚDICOS NAS SÉRIES INICIAIS: Um estudo de caso realizado com professores de educação física de uma escola estadual de Unaí-MG.

SOARES, Kethelen Lorrany Araujo¹

MENDONÇA, Fabrícia Lucas²

MENDES, Danyella Júnia³

SIMÕES, Graziela Cristina⁴

RESUMO: O objetivo deste estudo foi investigar se os professores da Escola Estadual Vigário Torres de Unaí-MG, trabalham com o lúdico nas aulas de educação física e a importância dessas atividades para o desenvolvimento de seus alunos. Trata-se de um estudo de caso, com caráter exploratório e qualitativo relacionado a compreender e interpretar as opiniões dos professores por meio de uma entrevista com aplicação de um questionário semiestruturado. De acordo com as respostas dos professores, observou-se que estes trabalham com as atividades lúdicas e acreditam na sua importância como atividade facilitadora do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, acreditam que através dessas atividades os alunos vão aprender brincando, são atividades pedagógicas prazerosas as quais oportunizam melhora no raciocínio lógico, na psicomotricidade, leva-os a adquirir novas experiências, ampliam a imaginação, além de trazer um melhor convívio social, apontando assim os benefícios de se trabalhar com o lúdico.

Palavras-chave: Ludicidade. Educação física. Jogo. Escola.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento global da criança como ser humano é um direito garantido pela constituição brasileira e pelo estatuto da criança e do adolescente. (BRASIL, 2012). Dessa forma, a relação da educação física escolar com esse direito constitucional, deve promover a interação social, o respeito e a satisfação das necessidades de desenvolvimento dos educandos. Os jogos na escola, quando utilizados de forma correta, tornam-se um fator de proteção e promoção dos direitos, pois na prática, além do acesso ao esporte e ao lazer, traz a experiência do contato pessoal, a saúde e a educação.

Segundo Kishimoto (2000), o jogo pode contribuir para o desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social e moral das crianças, deixando de ser apenas uma brincadeira e se tornando um grande auxiliador no crescimento delas.

Sabe-se da influência dos jogos lúdicos e recreativos no cotidiano e na formação crítica e social dos educandos, além disso, é preciso considerar os desafios encontrados por educadores físicos na inserção dessa modalidade de jogos como instrumento educacional. A questão de inserir esses jogos na educação física escolar merece destaque, porque o “espírito esportivo” aliado ao lúdico, pode ter como resultado a capacidade de reduzir o comportamento antissocial e garantir uma convivência mais harmoniosa, tanto no âmbito escolar, como no âmbito familiar e comunitário.

Levando em consideração a importância da inserção dos jogos lúdicos nas séries iniciais questiona-se: Profissionais da área educacional ministram aulas de cunho lúdico e

1 Acadêmica do Curso de Educação Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

2 Especialista em Gerência em Sistemas de Informação. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

3 Especialista em Educação Especial e Inclusiva. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

4 Orientadora. Mestre em Educação Física. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

reconhecem a importância dos jogos lúdicos para seus alunos? Para estes profissionais, o jogo lúdico seria apenas um “passatempo” para distrair os alunos? Se não, quais seriam os benefícios destes jogos para o desenvolvimento das crianças nas séries iniciais?

Portanto, este estudo tem como objetivo geral verificar a importância dos jogos lúdicos para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola estadual de Unaí-MG. E, os objetivos específicos são: verificar se os professores trabalham com jogos lúdicos, averiguar a importância dada por estes professores de educação física às atividades lúdicas em suas aulas; sendo que, através de uma revisão bibliográfica buscou-se conceituar os jogos e relacionar o desenvolvimento dos alunos com os jogos lúdicos.

É importante incluir os jogos lúdicos nas séries iniciais para permitir aos alunos o exercício do movimento. Movimento este que serve para se relacionar com outro, explorar o espaço, situando-se nele com os objetivos e o próprio corpo. A prática dos jogos lúdicos na educação física auxiliará na formação integral da criança. Desta forma, a realização deste trabalho é de suma importância, uma vez que se trata de investigar quais os benefícios que estes jogos trazem para as crianças nas séries iniciais do ensino fundamental e levantar informações de como as brincadeiras podem contribuir para o desenvolvimento intelectual e motor das mesmas, quão importante é que os professores de educação física utilizem essa forma lúdica como ferramenta de ensino em suas aulas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTEXTUALIZANDO JOGO

De acordo com Alves (2007), o jogo é algo universal possuidor de características espontâneas e naturais que está inserido em todas as culturas, podendo ser usado como método de ensino, pois engloba uma variedade de conteúdos, além de ter valor cultural, não se trata apenas de um elemento para as aulas de educação física que irá desenvolver habilidades técnicas.

Pode ter inúmeras definições, o jogo é uma prática universal e está integrado em todos os povos. Ele pode ser usado nas aulas de educação física como ferramenta de ensino, porque é capaz de explorar uma gama de conteúdos e por poder conceder sentidos culturais e sociais aos seus praticantes, não trabalhando apenas habilidades técnicas (ALVES, 2007).

De acordo com Schwartz, Bruna e Luba (2002), o termo jogo está ligado a brincadeiras e divertimentos, porém este tem caráter próprio, por ter características espontâneas gera prazer e alegria, entusiasmo, tem seus próprios propósitos.

Segundo Huizinga (2000), o jogo é caracterizado como uma ferramenta integrante do lúdico, fazendo acreditar que ele é tão importante quanto às demais disciplinas que são trabalhadas na escola. A ludicidade tem uma função importantíssima na construção do aprendizado, contudo deve-se ressaltar que o lúdico não é a única parte que compõe o jogo.

Kishimoto (2012) afirma que o jogo tem uma função educativa, e que este deve ser realizado em um ambiente prazeroso e espontâneo para a criança para que a mesma seja afetada positivamente e desenvolva os aspectos “cognitivo, social e moral”.

Compreende-se que a prática do jogo é fundamental no “desenvolvimento sensorial-motor e representativo na aquisição das múltiplas inteligências” (ASSIS, 2012, p. 16). E na escola, é de grande valia que o professor de educação física esteja atento à fase infantil das crianças e assimile a função educativa do jogo ao caráter espontâneo delas. (ALVES, 2007).

Segundo Piaget (1998 apud ASSIS, 2012), o jogar é fundamental na fase infantil. No início a criança joga somente pela satisfação, mas quando está entre os 2-3 e 5-6 anos são apresentadas aos jogos de faz-de-conta, visto que elas estão com a imaginação apurada e sentem necessidade de recriar.

De acordo ainda com Assis (2012), o jogo auxilia no crescimento, na aprendizagem e no desenvolvimento do aluno, nos aspectos motor, físico, psíquico, afetivo e cognitivo, agregando-lhes também valores de conduta humana. Para alcançar sucesso no processo de ensino no âmbito escolar, usa-se o jogo como meio educativo.

Conforme Kishimoto (2000), o jogo possui duas funções gerais essenciais, que são a função lúdica, em que propicia a diversão, o prazer e até o desprazer, e a função educativa, a qual ensina alguma coisa que aperfeiçoe o indivíduo em seu saber, seus conhecimentos e seu posicionamento com o mundo.

Os profissionais que estão atentos com a qualidade do ensino têm conhecimento de que o jogo não serve apenas como um divertimento, mas também atua como uma ferramenta no desenvolvimento integral dos alunos. E que ele está ligado a demandas do organismo, tem um grande valor na educação escolar. Trabalha o crescimento e o desenvolvimento, a coordenação motora, os conhecimentos intelectuais, a ação individualizada, beneficia o começo e a evolução da expressão, induzindo a notar as pessoas e o ambiente em que habita (TEZANI, 2004).

Segundo Brasil (1998), os jogos têm um regulamento mais passível de modificações, para que se adaptem às diversas condições necessárias para sua prática, seja a de espaço e materiais disponíveis ou até mesmo número de participantes, etc. Ele ainda afirma que os jogos podem ser “competitivos, cooperativos ou recreativos em situações festivas, comemorativas, de confraternização ou ainda no cotidiano, como simples passatempo e diversão” (BRASIL, 1998, p. 70).

2.2 JOGO LÚDICO

O termo lúdico origina-se da palavra “ludus” do latim, que se refere ao brincar. “Neste brincar estão incluídos os jogos, brinquedos e divertimentos e é relativa também à conduta daquele que joga, que brinca e que se diverte” (SANTOS, 2011, p. 9).

Ujiie (2007) afirma que o lúdico está ligado ao conceito de brinquedo, de brincadeiras, do que é brincar.

Silva (2003) afirma que o brincar é um direito de toda criança e é muito importante para que elas se desenvolvam em seus aspectos físicos, cognitivos e socioafetivo, porém cabe ao professor de educação física oportunizar essa experiência a ela, pois os pais estão cada vez mais ocupados com seus afazeres e não têm tempo para brincar. Esse profissional deve de forma criativa ajudar essas crianças a se desenvolverem e a terem contato com outras crianças, fazendo com que elas tenham melhor aprendizado, vivência e respeito com os demais colegas. Proporcionando-lhes qualidade de vida, bem-estar e saúde.

No jogo a criança é estimulada a se expressar, mostrando sua personalidade, além disso, o professor tem a oportunidade de interferir em seus atos (ASSIS, 2012).

Para Ujiie (2007), o brincar precisa ser espontâneo e para isso ele tem que ser sólido, sair dos parâmetros impostos pela sociedade, levando em consideração a prática como forma de linguagem e que é fundamental para o desenvolvimento humano. De acordo com o autor, os professores devem usar essa ferramenta com as crianças para que a atividade lúdica esteja presente em todas as propostas educacionais.

Conforme Assis (2012), o jogo que serve como ferramenta facilitadora de aprendizagem e estimula a criança, é aquele que tem características, como dinâmica, agradável, entusiasmante e prazerosa, pois essas características compõem o “lúdico”. O autor também afirma que o lúdico está presente na vida humana, observada em atitudes espontâneas das pessoas.

Para Pessoa (2012), a ludicidade é uma ferramenta muito importante para trabalhar de forma multidisciplinar o conhecimento, através dela pode-se adquirir uma

nova maneira de pensar, de refletir, de analisar, uma visão mais crítica, simbolizando o conhecimento.

Assis (2012) afirma que o lúdico é componente de várias definições, sendo a que está ligada ao ensino, uma ferramenta estimulante para o interesse dos alunos com a escola, fazendo com que haja um melhoramento no rendimento escolar.

Pessoa (2012) diz que usar o lúdico como método de ensino-aprendizagem é uma maneira de se alcançar os objetivos do ensino com mais facilidade, de forma fascinante e dinâmica.

Segundo Ujii (2007) é na brincadeira que a criança se forma, expressa, é o local onde ela vai formar sua personalidade e desenvolver e formar o seu conhecimento.

Para Pessoa (2012), desenvolver o lúdico é uma maneira de incentivar as pessoas a instigarem suas funções de aprendizagem, psíquicas e sensoriais, pois o lúdico desperta e explora os interesses pessoais dos mesmos e faz com que tenham uma melhor percepção do meio em que se habita.

Enquanto a criança brinca aprende a controlar seu psicológico, aprende a viver em grupo e aprimorar seus conhecimentos, a fala e as habilidades (PESSOA, 2012).

2.3 JOGO COOPERATIVO

Para Pioretti (s/d), os jogos cooperativos são atividades que possuem em sua essência a cooperação, a união das pessoas, o ato de partilhar, de despertar a coragem para admitir riscos sem a preocupação de fracassar ou ter sucesso.

De acordo com Brotto (2002), os jogos cooperativos podem ser entendidos como aqueles em que seus participantes procuram atingir o mesmo propósito, juntos buscam ações e os resultados favorecem a todos, é jogado porque se gosta, para superar a si mesmo. Ele também é uma maneira de se obter um maior número de participantes e eles possam se integrar tendo momentos descontraídos com autenticidade e felicidade.

Para Schwartz, Bruna e Luba (2002), as atividades cooperativas são importantes porque, além de trabalhar os aspectos motores, são estimuladoras de alterações comportamentais notáveis e essa prática pode contribuir para aprimoramento de uma ética cooperativa.

Os jogos cooperativos estimulam os indivíduos a ter convivências em grupo e ações cooperativas, as quais são importantes para aprender, pois assim estarão exercitando em comum uma ferramenta que pode ser usada no crescimento pessoal de cada um (PIORETTI, s/d).

Portanto, é necessário resgatar uma educação física com práticas coletivas, com atividades praticadas em grupos, fazendo com que o aluno saiba reconhecer e valorizar o próximo e saber que precisa dele para jogar. As práticas cooperativas precisam estimular os alunos a terem atitudes de respeito, solidariedade e companheirismo (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

2.4 JOGO COMPETITIVO

O jogo competitivo é aquele cujos propósitos e ações são muito individualizados e o resultado pode favorecer somente alguns indivíduos (BROTTO, 2002).

Alguns profissionais defendem que o jogo competitivo pode ser um componente importante na educação infantil, para que elas cresçam preparadas para o mundo competitivo em que se vive (MAIA; MAIA; MARQUES, 2007).

Entretanto, quando a competição é trabalhada de forma exagerada, contribui para que as pessoas tenham uma autoestima baixa, propensas ao medo de fracassar, também faz com

que haja uma grande comparação entre os sujeitos e a exclusão, fundamentando-se em critérios pouco analisados. Contribui também para aumentar até mesmo condutas de agressividade entre os indivíduos porque o nervosismo e a insatisfação estão muito presentes. (FERNANDES, 2006 apud MAIA; MAIA; MARQUES, 2007).

É válido ressaltar que não se deve condenar a prática competitiva na educação física escolar, mas sim a competição de forma exagerada que propaga o individualismo ou qualquer tipo de preconceito, ou seja, uma personalidade forjada pelos sentimentos. Nessa perspectiva, todos os profissionais podem utilizar estratégias para a iniciação de um processo de reestruturação com base nos jogos tradicionais e nos esportes, incluir gradativamente os valores e princípios dos jogos cooperativos (MAIA; MAIA; MARQUES, 2007).

Acrescenta-se que a educação vem com a proposta de contribuir para a formação humana de maneira que o indivíduo possa participar em sociedade sabendo lidar com perdas, frustrações e até mesmo com vitórias, sem deixar que tudo isso possa atrapalhar o próprio processo de crescimento. Nessa perspectiva, Brotto (2002) acredita que a cooperação seja boa e a competição ruim. O autor enfatiza que o ser humano é criado ou direcionado para cooperar ou competir, e que cabe a cada um assumir a responsabilidade por suas escolhas, pois é possível incorrer no risco de perpetuar a ilusão de separatividade, que durante muito tempo sustenta o mito da competitividade como a única condição para a existência humana e a evolução.

2.5 BENEFÍCIOS DOS JOGOS LÚDICOS PARA SÉRIES INICIAIS

A educação física, enquanto prática pedagógica, aborda a cultura corporal, devendo formar cidadãos críticos e desenvolvidos integralmente. E a ludicidade faz com que o ensino da educação física estimule os indivíduos a buscarem, de forma lúdica e criativa, uma atitude produtiva e inovadora da cultura corporal (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

As atividades lúdicas devem estar presentes na vida cotidiana dos alunos para que consigam traçar sua personalidade e conviver sociavelmente (ANJOS, 2013).

A prática do lúdico tem sido vista como importante desde que estudiosos começaram a repensá-la como uma área que está voltada para o desenvolvimento das crianças. Essa prática pode contribuir: nas reações positivas e de superação, no desenvolvimento socioafetivo, físico e psíquico, na integração social, nas expressões corporais, na busca pelo conhecimento e, de forma geral, no processo de desenvolvimento integral das crianças. (SANTOS, 2011).

Através do jogo se consegue trabalhar diferentes dimensões do desenvolvimento humano: “físico, emocional, mental e espiritual” (BROTTO, 2002, p. 17). E segundo Sacchetto et al (2011), além dessas características, os alunos ainda podem desenvolver respostas para situações-problema sugeridas pelo professor, permitindo que por meio de um ambiente lúdico com desafios a criança obtenha uma aprendizagem expressiva e duradoura.

Brincadeiras adequadas para cada fase infantil trazem grandes contribuições para que a criança se torne um adulto com caráter íntegro (SACCHETTO et al, 2011).

Conforme Lopes (2009), os jogos lúdicos podem contribuir para o desenvolvimento da maturidade das crianças, quando estas se tornarem adultos. Mostrando, dessa forma, que a ludicidade é importante no ensino escolar para a formação de um ser humano íntegro. É ainda uma ferramenta de observação para os professores que podem obter, por meio dela, características do caráter e conduta dos seus alunos, uma melhor aprendizagem por meio do planejamento e de estratégias pedagógicas.

Por meio das atividades lúdicas e do jogo, a criança constrói pensamentos, distingue conceitos, determina conexões lógicas, integra concepções, faz estima entre crescimento físico e desenvolvimento, além disso, adquire convivência social. O convívio através do

lúdico pode permitir às crianças vivenciarem relações de aprendizagem, bem como formações culturais e simbólicas conforme a metodologia combinada com essa prática (TRISTÃO, 2010).

Através da ludicidade, a criança desenvolve conceitos, comportamentos, pensamentos, cultura e constrói seu caráter formando preceitos éticos e morais. As atividades lúdicas desenvolvem o aspecto sensorio-motor e auxiliam na aquisição de inteligências múltiplas (ANJOS, 2013).

Tristão (2010) afirma que as atividades lúdicas funcionam como meio para que as crianças tenham oportunidade de trabalharem aquisições da linguagem, intelectuais, motoras e também desenvolvam a atenção e a inteligência.

Desse modo, a escola será um local com o objetivo voltado para o desenvolvimento integral do aluno e é nesse local que serão desenvolvidas atividades para a promoção da saúde e da educação, sendo também importante para proporcionar a prática de exercícios físicos (PESSOA, 2012).

Conforme Pessoa (2012), o brincar contribui para a cultura da criança, pois permite que ela conheça os interesses comuns da sociedade e participe deles.

Segundo Anjos (2013), usar a ludicidade como brincadeira pode ser muito importante no momento de aquisições de conhecimentos de quem vai aprender, faz com que o indivíduo assimile o imaginário com a realidade e também que sua aprendizagem seja abrangente em várias áreas do conhecimento.

O autor ainda afirma que o professor de educação física tem um papel fundamental na transformação do processo de ensino-aprendizagem, pois esse profissional pode usar o lúdico como método na formação do caráter dos indivíduos.

Anjos (2013) assegura que as atividades lúdicas usadas atualmente estão ligadas com o desenvolvimento do ser como indivíduo. As atividades desenvolvidas com as crianças devem estar voltadas para o desenvolvimento integral delas, e que proporcionem o aprimoramento de suas habilidades psicomotoras.

2.6 COMPONENTE CURRICULAR E OS JOGOS LÚDICOS

Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a educação física é uma área que oportuniza vivências para os alunos na educação básica, permite que tenham acesso ao meio cultural. Esse meio é composto de práticas corporais, vivências práticas, emocionais, lúdicas e competitivas, que podem estar ligadas entre si, mas não restritas das demais. Além disso, permite-lhes experiências práticas de lazer e saúde, de maneira espontânea (BRASIL, 2017).

E, ainda conforme a BNCC, essas práticas, em suas individualidades, proporcionam aos indivíduos conhecimentos e experiências que eles não teriam de outra maneira. Porque essas práticas são experiências individuais e únicas para cada indivíduo, leva-os ao contato com diversas expressões da cultura corporal do movimento (BRASIL, 2017).

Frente à condição da educação física escolar de componente curricular obrigatório da educação básica, torna-se necessário reafirmar quais conhecimentos devem ser ensinados e/ou praticados neste espaço e tempo. Segundo a proposta curricular do conteúdo básico comum - CBC do estado de Minas Gerais, a educação física escolar é desafiada a proporcionar ao aluno oportunidades de conhecimento e percepção de seu próprio corpo, quanto às suas limitações, potencialidades e desenvolvimento autônomo e responsável, aprendendo a conviver consigo mesmo, com o outro e com o meio ambiente (MINAS GERAIS, 2009).

Dessa forma, é compromisso desse componente curricular estar voltado à formação cidadã dos educandos, orientando-os quanto à qualidade de vida, como requisito para a vivência corporal plena, à ludicidade como essência da vivência corporal, à ética e à

convivência como princípios norteadores da formação humana, dentre outras diretrizes que devem orientar as ações educativas dos professores de educação física.

A proposição da atual lei de diretrizes e bases orienta para a integração da educação física na proposta pedagógica da escola, delegando, assim, autonomia para a construção de uma proposta pedagógica integrada e responsabilizando a própria escola e o professor pela adaptação da ação educativa escolar às diferentes realidades e demandas sociais (BRASIL, 1996).

Segundo os Parâmetros Curriculares, a educação física é uma área que abrange diversos conhecimentos a respeito do corpo e do movimento. Dentre eles, as atividades voltadas para o lazer, espontaneidade, expressões do ser humano e também para a saúde, contribuindo não somente para habilidades físicas, mas também para a construção de um ser humano crítico (BRASIL, 1997).

A oportunidade da experiência social e proveito de atividades lúdicas, sem possuir um estilo objetivo, são fundamentais para a saúde e colaboram para o bem-estar comum.

Brasil (1997) afirma que, por ter abrangentes movimentos, as atividades lúdicas, competitivas ou não, contribuem para a aprendizagem, pois os alunos precisam estar atentos para executar esses movimentos de maneira correta e satisfatória. Elas compreendem, respectivamente, a oportunidade de repetir pelo prazer ou para manutenção, como também de ter diversas dificuldades a resolver. Além do mais, o jogo pode oportunizar socialização aos seus integrantes, fazendo com que o interesse por ele seja conservado.

O supracitado autor ressalta a importância do professor de educação física conhecer cada fase de desenvolvimento motor das crianças para que ele saiba identificar o momento adequado para trabalhar a atividade ideal no tempo certo, além do mais, quando esse profissional tem domínio de conhecimento nessa área ele é capaz de identificar problemas no desenvolvimento da criança e pode até intervir para que o mesmo possa ser melhorado.

2.7 A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS LÚDICOS NO DESENVOLVIMENTO DA PSICOMOTRICIDADE

De acordo com Kishimoto (2012), o movimento da escola nova (escolanovista) influenciou a área da educação física para que o jogo, como momento lúdico (recreação), fosse desenvolvido com o objetivo de favorecer a criança em seus aspectos físicos e higiênicos.

A “psicomotricidade” surgiu nas décadas de 70 e 80 junto com outros movimentos denominados “renovadores”, a qual poderia ser usada para auxiliar no desenvolvimento do indivíduo e, através da prática do movimento, ela poderia ser aperfeiçoada. Por meio dessa atividade busca-se formar o indivíduo e despertar nele valores e emoções (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

Gallahue e Ozmun (2005) conceituam o desenvolvimento motor como uma ação constante no desempenho motor no decorrer de várias fases da vida, ele está sujeito à influência do ambiente social e biológico. O indivíduo passa por mudanças durante seu processo de formação e desenvolvimento. Sabe-se que é por meio da educação que os indivíduos obtêm conhecimentos das etapas do desenvolvimento, seja na sala de aula com aulas teóricas ou na quadra de esportes com aulas práticas.

Ferreira Neto (1995) entende o desenvolvimento motor como um conjunto de processos composto desde os comportamentos motores físicos até características do crescimento motor fundamental (condição física, habilidades motoras finas ou perceptivas, interação social de forma lúdica e expressão da motricidade). Conforme o autor, é fundamental o professor conhecer as fases da motricidade e aprendizagem humana, para que

seu ensino seja ministrado de acordo com os estímulos e ritmos necessários para que a criança se desenvolva neste aspecto.

Quando a criança ingressa na escola, as estruturas afetivas, cognitivas, motoras e sociais dela começam a se modificar e adaptar à sociedade escolar (ASSIS, 2012).

Ujiie (2007, p. 6-7) afirma que:

O brincar precisa materializar-se, desprender-se, libertar-se dos discursos, passar da reflexão à vivência, ser trazido do espontaneísmo inconsciente à consciência do brincar como linguagem simbólica, essencial ao desenvolvimento humano, para uma visão mais ampla permeada por práticas e atitudes do educador frente ao grupo infantil, ser assumido como atividade lúdica em todas as propostas educacionais.

O modelo da amпуheta caracteriza o procedimento contínuo-descontínuo do desenvolvimento motor que, por mais que tenha características de etapas e de períodos em definição comum, podem sofrer mudanças motoras com o passar do tempo. Esse modelo é afetado pelos campos cognitivo e afetivo do comportamento humano (GALLAHUE; OZMUN, 2005).

Os autores supracitados afirmam que brincar é fundamental para que a criança possa ir desenvolvendo consciência corporal e suas habilidades motoras, pode contribuir também no crescimento cognitivo, afetivo e nas capacidades motoras finas. E Ferreira Neto (1995) diz que essas aquisições serão mais relevantes nos anos iniciais de vida do indivíduo.

Através das atividades lúdicas a criança pode se expressar de várias maneiras seja com movimentos corporais ou com o convívio social, entre outras. Por meio da ludicidade, a criança se inclina para desenvolver seus potenciais e participa de vivências em um procedimento de convívio dinâmico (ASSIS, 2012).

Segundo Assis (2012), o profissional de educação física tem papel fundamental perante as habilidades motoras das crianças, pois ele tem o poder de observar e de avaliar se elas possuem problemas com essas habilidades, podendo até influenciar na melhora desse processo de desenvolvimento.

De acordo com Vigotski (1998), o desenvolvimento da criança está relacionado com o que ela aprende, ressalta a importância de se trabalhar com atividades que as levem a desenvolver suas habilidades motoras.

Krebs (1996, apud Pessoa, 2012) e Pangrazi, Chmokose Massoney (1981, apud Ferreira Neto, 1995) ressaltam a importância de desenvolver atividades que levem as crianças a desenvolver as habilidades básicas de manipulação, estabilização e locomoção, isso na fase infantil, pois a vivência durante essa fase dos 3 aos 9 anos proporciona a elas melhores atitudes em relação ao seu corpo enquanto adultos. O brincar de maneira correta na infância contribui para um adulto com melhor desenvolvimento em seu aspecto motor.

Ferreira Neto (1995) afirma que, independente do intuito da prática dos jogos esportivos quanto dos jogos lúdicos, tem que haver uma atenção no que diz respeito ao aprimoramento das habilidades motoras dos indivíduos. Sendo que o desenvolvimento de atividades lúdicas seja ministrado com a intenção centrada nesse aperfeiçoamento do desenvolvimento ou aquisição destas habilidades.

Para que essa aquisição de habilidades seja benéfica ao aluno, Magill (2000) diz que é necessário dinamizar e variar as práticas para que o indivíduo consiga aprender e explorar sua aprendizagem e o espaço perceptivo-sensorial. Além disso, o autor acredita que a demonstração dos movimentos pode favorecer na aprendizagem das habilidades e que é necessário que haja organização dessas experiências, deve-se estar atento ao tempo para desenvolver cada habilidade, qual atividade e exercício serão usados para esse fim e o tempo de intervalo de uma aprendizagem a outra para que o aluno tenha condições de executar e se beneficiar da aprendizagem dessas habilidades.

Segundo Piaget (1971 apud Ferreira Neto, 1995), a criança desenvolve melhor sua inteligência entre os 2 e 7 anos, porém essa aprendizagem deve ser observada de acordo com algumas características individuais da criança, como por exemplo, o crescimento físico e a proporção corpórea dela. Alguns fatores contribuem para esse processo, como a quantidade e qualidade de estimulação que ela recebe, se a prática é satisfatória, se os objetos usados têm uma qualidade relevante. E o autor ainda relata que um dos fatores que também deve ser levado em consideração quanto à aprendizagem de uma criança é o grau perceptivo da mesma em relação ao seu próprio corpo.

Ferreira Neto (1995) enfatiza que:

- ✓ É fundamental que a criança desenvolva suas habilidades motoras entre o período de 2 aos 6 anos;
- ✓ É importante estimular a criança com objetos que ela possa manusear;
- ✓ É observável a diferença entre as meninas e os meninos em desenvolverem suas habilidades motoras, devido ao fato dos meninos receberem mais estímulos em brincadeiras que auxiliam nessas aquisições, como as brincadeiras que envolvem o uso da bola, sendo esse objeto o preferido dentre as crianças;

Ferreira Neto (1995) afirma que entre os vários objetivos para trabalhar a educação física voltada para a aprendizagem e desenvolvimento motor estão:

- ✓ Permitir fatores que auxiliem na aquisição motora e lúdica;
- ✓ Incentivar as capacidades perceptivas para que haja um aperfeiçoamento das habilidades motoras;
- ✓ Incentivar a obtenção e melhora das habilidades motoras fundamentais;
- ✓ Incentivar no processo para obter capacidades motoras básicas e específicas;
- ✓ Oportunizar aos praticantes, situações de desenvolvimento motor que os auxiliem a solucionar dificuldades motoras.

3 METODOLOGIA

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, momento em que se fez um levantamento de referências teóricas já publicadas por meios escritos eletrônicos e impressos referentes ao tema para então seguir para a coleta de dados de uma pesquisa de campo.

A pesquisa de campo levantou dados para a questão dos jogos lúdicos no currículo escolar, este tipo de pesquisa consiste na observação dos fatos como são executados espontaneamente durante a coleta, segundo Marconi e Lakatos (2016), têm o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Desta forma, esta pesquisa pode ser caracterizada como exploratória e qualitativa.

A pesquisa exploratória tem por finalidade esclarecer, modificar e desenvolver ideias e conceitos, tendo em vista a formulação de problemas ou hipóteses pesquisáveis em estudos posteriores (GIL, 2008).

Tem como abordagem a pesquisa qualitativa, a qual está relacionada em compreender e interpretar comportamento e opiniões de uma determinada população de professores, analisando-as, por meio de um questionário semiestruturado.

Quanto ao procedimento, no presente estudo foi utilizado o estudo de caso, que é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetivos, de forma a consentir o seu conhecimento extenso e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante outros tipos de delineamentos considerados (GIL, 2008).

A população participante deste estudo foi composta por professores de educação física que lecionam em séries iniciais na Escola Estadual Vigário Torres da cidade de Unai-

MG. Sendo incluídos professores de ambos os sexos, licenciados em educação física dispostos a participar do estudo. E excluídos estagiários ou professores não formados, bem como professores que a escola não autorizou a participar do estudo.

Para que a participação deles fosse efetivada, foi apresentado um termo de consentimento livre e esclarecido, no qual foram informados os objetivos deste estudo e todas as informações necessárias, em linguagem clara e objetiva, de fácil entendimento, para o mais completo esclarecimento sobre a pesquisa a qual se propõe participar.

Em se tratando da definição de levantamento de dados, realizou-se uma entrevista com aplicação de um questionário semiestruturado, no qual se procede a um requerimento de informações acerca do fato a ser estudado, em seguida, mediante análise de discurso, foi possível chegar a conclusões apropriadas aos dados coletados.

O questionário semiestruturado composto por dez perguntas teve o intuito de saber o conhecimento dos professores acerca do lúdico e se o adotam em sua prática docente. Este questionário foi adaptado de um questionário validado já utilizado por Anjos (2013).

Após autorização da direção da escola e o termo de consentimento livre e esclarecido recebido e assinado, aplicou-se uma entrevista com os participantes com relação ao tema para que eles respondessem ao questionário.

Para a análise de dados, utilizou-se o procedimento de análise de discurso. Gráficos também foram utilizados para apresentação dos resultados obtidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi realizada uma pesquisa, na Escola Estadual Vigário Torres no município de Unaí-MG, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2018, por meio de uma entrevista com aplicação de um questionário semiestruturado a dois professores que lecionam em séries iniciais da instituição.

Após o consentimento da direção da escola e dos professores, a pesquisa foi aplicada da seguinte forma: primeiramente foi aplicado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual havia informações do objetivo do estudo, para que uma vez estando cientes autorizassem a participação no estudo. Depois de assinados os TCLE pelos voluntários e recolhidos, foi feita a entrevista com aplicação de um questionário semiestruturado. Após esse procedimento realizado, os dados foram analisados e organizados. A seguir serão apresentadas as informações obtidas de maneira transcrita, interpretada e categorizada.

O grupo participante da pesquisa foi composto por (2) dois professores, de ambos os sexos, licenciados em educação física com idade entre (25) vinte e cinco e (32) trinta e dois anos. Abaixo as respostas do respectivo instrumento de pesquisa:

Questão 1 - O que o (a) senhor (a) considera como jogos lúdicos?

Professor 1: Atividades que usam a imaginação para brincar. As iniciativas lúdicas nas escolas potencializam a criatividade.

Professor 2: Atividade onde há participação coletiva, que visa diversão somado ao aprendizado.

A primeira questão do questionário está relacionada ao conhecimento dos jogos lúdicos pelos professores de educação física. As respostas dos mesmos relacionam o lúdico ao brincar, criatividade e diversão ligada ao aprendizado, estas vão ao encontro do que Maia, Maia e Marques (2007) afirmam, ou seja, que as atividades lúdicas são importantes para desenvolver os potenciais das crianças fazendo que utilizem da criatividade e espontaneidade para descobrirem o seu próprio eu. Sendo assim, as respostas dadas por eles demonstram que a atividade lúdica contribui para o desenvolvimento da criatividade, da imaginação, permite

uma participação de todos e auxilia no aprendizado e não vista apenas como uma forma de recreação.

Na questão 2, os professores foram abordados se ministram ou não aulas de cunho lúdico, responderam que “sempre”, totalizando 100%.

Entretanto na pesquisa de Anjos (2013), o resultado se mostrou diferente, pois alguns professores não trabalham sempre, pois acreditam que esse método poderia atrapalhar o desenvolver de suas aulas e o aprendizado de seus alunos.

Na pesquisa de Pessoa (2012) ele afirma que esse método de ensino pode ser eficaz em aulas e, se o professor souber usar tal ferramenta, ele terá a chance de modificar a realidade vivida pelos seus alunos e o comportamento deles, o autor também diz que a atividade lúdica deixa as pessoas mais felizes.

Na questão 3, os professores foram questionados se acreditam que desenvolvendo as aulas de educação física de forma lúdica podem auxiliar no desenvolvimento dos alunos e quais. Como mostra as respostas a seguir:

Professor 1: Sim, imaginação, raciocínio lógico, psicomotricidade, criatividade, interação, dentre outros.

Professor 2: Coletividade, desenvolvimento motor.

As informações obtidas estão ligadas às afirmações de Pessoa (2012) e Anjos (2013), os quais relatam que as atividades recreativas podem auxiliar o indivíduo no desenvolvimento de suas habilidades, trabalhando e movimentando seu corpo de diferentes maneiras, melhorando lateralidade, coordenação motora, percepção, convívio e interação social, entre outros.

Na questão 4 foi questionado se o professor desenvolve os jogos lúdicos em suas aulas e qual frequência. Nesta questão todos os participantes da amostra responderam que “Sim, sempre”, totalizando 100%.

Pode-se observar que a atividade lúdica é considerada como importante, sendo trabalhada sempre por eles.

Na questão 5 foi questionado qual o problema em relação à execução das aulas e qual seria a sugestão para a resolução do mesmo, conforme as respostas:

Professor 1: Falta de estrutura e recursos. Sem sugestão.

Professor 2: Em muitas escolas não há participação efetiva do governo, como materiais didáticos entre outros.

Com relação a essa questão, pode-se perceber que os voluntários da amostra dizem que há problemas com relação à infraestrutura da escola e com materiais necessários para a realização de suas aulas. Estas dificuldades são reais e enfrentadas pela maioria dos professores de todas as matérias, e infelizmente não é diferente para os professores da área da educação física. Segundo Assis (2012), algumas situações enfrentadas pelos professores inibem a aplicação de suas aulas como deveriam, comprometendo a qualidade da aula planejada.

Na questão 6 questiona-se quais são os benefícios que os jogos lúdicos podem trazer para as crianças, as respostas podem ser observadas:

Professor 1: Psicomotricidade a ser desenvolvida bem como interação dentre outros.

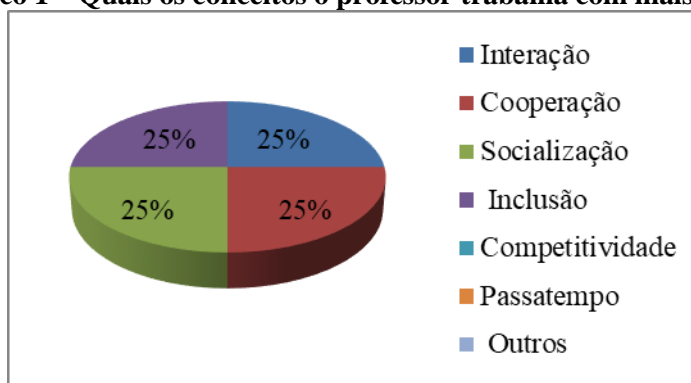
Professor 2: Desenvolve o interesse pelas aulas.

Conforme o que foi respondido pelos entrevistados, eles ressaltam que os jogos lúdicos podem beneficiar os alunos no desenvolvimento motor e servir como motivação (interesse) pelas aulas de educação física.

Respostas estas que afirmam as informações apresentadas no trabalho de Anjos (2013), para quem a brincadeira deve ser vista como um meio prazeroso de enriquecer a aprendizagem dos alunos, podendo contribuir no desenvolvimento integral deles, sendo capaz de estimular as capacidades físicas e mentais.

A questão 7 aborda sobre quais conceitos o professor acha que os jogos lúdicos contribuem com mais ênfase, os professores responderam: cooperação, interação, socialização e inclusão como pode ser observado no gráfico 1.

Gráfico 1 – Quais os conceitos o professor trabalha com mais ênfase



Fonte: Autor do trabalho, 2018.

As respostas dos entrevistados se relacionam às contribuições dadas por Kishimoto (2000) e Assis (2012), estes afirmam que o jogo auxilia no desenvolvimento psíquico, físico, motor, social e cognitivo das crianças, tornando-as mais sociáveis, favorecendo uma convivência mais harmoniosa.

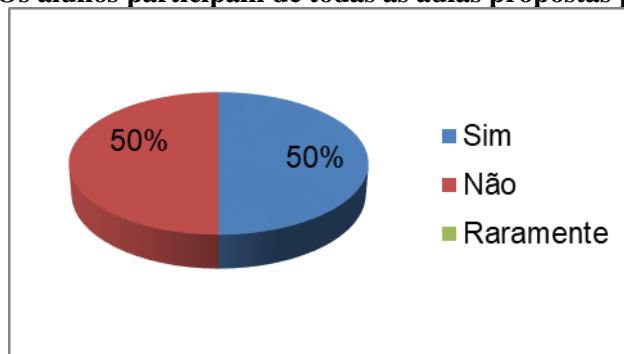
Segundo Coletivo de Autores (1992), a educação física precisa despertar nos alunos, o espírito de cooperação, mostrar a eles que é preciso valorizar as pessoas e que precisamos do próximo para jogar. Deste modo, a educação física desperta nos alunos atitudes como respeito, solidariedade, companheirismo, entre outros.

A Questão 8 trata de como o professor acredita que as atividades de cunho lúdico-recreativas podem prejudicar a criança no processo de ensino-aprendizagem, ambos responderam que não prejudicam, totalizando 100%.

As respostas dos professores entrevistados se relacionam com o que vários autores dizem, dentre eles estão Pioretti (s/d), Silva (2003), Kishimoto (2012) e Assis (2012), que afirmam que as atividades lúdicas ajudam no desenvolvimento integral das crianças e facilitam o processo de ensino aprendizagem.

Na questão 9 foi questionado se os alunos participam de todas as aulas propostas por eles, como mostra as respostas:

Gráfico 2 – Os alunos participam de todas as aulas propostas pelo professor



Fonte: Autor do trabalho, 2018.

Em relação à pergunta se os alunos participam de todas as aulas propostas pelo professor, um dos professores respondeu que sim, correspondendo à 50% e outro respondeu que não correspondendo também à 50%.

Segundo Anjos (2013), o professor, além de educador, tem que ser moderador das atividades, em certos momentos ele comandará as atividades, porém em outros momentos, ele tem que ser maleável permitindo que os alunos decidam o que querem jogar.

Na questão 10 foi questionado qual é a importância de se trabalhar com os jogos lúdicos, abaixo as respostas dadas por eles:

Professor 1: Desenvolver a aprendizagem do aluno, psicomotricidade, interação, dentre outros.

Professor 2: Desenvolver a participação de todos alunos, a interação.

Pode-se ressaltar dentre as respostas, que os professores dão importância em trabalhar com os jogos lúdicos, e que a interação entre os alunos é vista como um dos benefícios mais relevantes.

As respostas estão de acordo com Anjos (2013), os jogos lúdicos beneficiam na aprendizagem, no comportamento, na educação formal, nos preceitos morais e éticos dos alunos. As atividades de cunho lúdico também são importantes na interação entre os alunos e na interação entre os alunos e o professor; servem também como uma ferramenta facilitadora de ensino, podendo alcançar melhor desempenho de seus alunos tanto no rendimento escolar como nas aulas em geral.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o referencial estudado, o jogo é universal e está inserido em todas as culturas e povos, ele tem inúmeras definições. É utilizado como método de ensino para as aulas de educação física, pois engloba uma variedade de conteúdos, além de ter valor cultural, não sendo apenas um elemento que irá desenvolver habilidades técnicas, ele está ligado a divertimentos e brincadeiras, com características próprias que geram alegria, prazer e entusiasmo.

Por meio desta pesquisa foi possível constatar a importância de se trabalhar com os jogos lúdicos nas aulas de educação física das séries iniciais na Escola Estadual Vigário Torres, em concordância com os estudos científicos que foram estudados e apresentados e também pelo ponto de vista dos professores entrevistados.

Através das respostas dos professores, obtidas por meio da aplicação de questionário, observou-se que eles trabalham com as atividades lúdicas em suas aulas, e que não as veem apenas como passatempo, mas sim, acreditam na importância destas atividades como facilitadora do processo de ensino-aprendizagem, no desenvolvimento intelectual e motor de seus alunos.

Os professores entrevistados acreditam que as atividades de cunho lúdico-recreativas são relevantes nas aulas de educação física, pois através dessas práticas pedagógicas os alunos vão aprender brincando, tendo um momento prazeroso, vão ser oportunizados na melhora de raciocínio lógico, imaginação, psicomotricidade. Ademais, acreditam que as crianças adquirem novas experiências e melhor convívio social, apontando aqui os benefícios de se trabalhar com o lúdico.

A educação física escolar trabalhada como lúdico-recreativas ainda é vista com discriminação por alguns profissionais, porém ela é muito importante, principalmente nas séries iniciais, pois irá ajudar a construir a imagem pessoal de cada criança, gerando em cada uma delas, um bem-estar emocional, segurança, autoestima, imaginação, fazendo com que se tornem adultos melhores e capacitados na resolução de problemas diários através de um momento de lazer.

Os educadores devem estar capacitados para fornecer aos seus alunos aulas mais motivantes que despertem neles entusiasmo e a curiosidade em participar das atividades, ampliem a concentração, imaginação, assimilação de regras e respeito pela individualidade e característica dos demais. A aula lúdica deve respeitar as características individuais dos alunos para que eles tenham melhor visão de si mesmos e das coisas ao seu redor.

Assim, assegura-se convictamente que as atividades lúdicas não são apenas os momentos livres e desorganizados dos alunos, mas sim uma aula que deve ser planejada visando motivar seus alunos e, através das brincadeiras, proporcionarem o desenvolvimento integral dos mesmos. Esta pesquisa refere-se às atividades lúdicas e brincadeiras como um agente facilitador e criativo a ser desenvolvido com alunos de séries iniciais nas aulas de educação física.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rodrigo Landim. **O jogo na educação física escolar: atribuições dadas pelo professor**. 2007. 33 f. Monografia – (Pós-Graduação em Educação Física Escolar) - Centro Universitário de Volta Redonda – Volta Redonda/RJ. 2007.

ANJOS, Jairo Alves dos. **A importância das atividades lúdicas nas aulas de educação física no processo de ensino aprendizagem**. 2013. 45 f. Monografia – (Licenciatura em Educação Física) – Universidade de Brasília – Polo Ariquemes/RO. 2013.

ASSIS, Valdeir de Oliveira. **A importância dos jogos lúdico-recreativos para o 2º ano da E.M.E.I.E.F. Paulo Freire de Buritis-RO**. 2012. 54 f. Monografia – (Graduação em Licenciatura em Educação Física) - Universidade de Brasília – Polo Ariquemes/RO. 2012.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata [recurso eletrônico]. 9. ed. Brasília/DF: Câmara dos Deputados. Edições Câmara. 2012. 207 p. – (Série legislação; n. 83).

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física**. Brasília/DF: MEC/SEF, 1997, 62 f.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília/DF, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília/DF, s/d, 470 f. 2017.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: educação física**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 114 p.

BROTTO, Fábio Otuzi. **Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como um exercício de convivência**. 2. ed. Santos, SP: Projeto Cooperação, 2002. 161p

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. 1. ed. São Paulo/SP: Cortez, 1992.

FERREIRA NETO, Carlos Alberto. **Motricidade e jogo na infância**. 1. Ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Sprint, 1995.

GALLAHUE, David L.; OZMUN, Joh C. **Compreendendo o desenvolvimento motor:** bebês, crianças, adolescentes e adultos. 3.ed. São Paulo/SP: Phorte Editora, 2005, 585 p.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2008, 220 p.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens.** 4. ed. São Paulo/SP: Editora Perspectiva, 2000.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida et al. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 4. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2000.

KISHIMOTO, Tisuko Morchida. **Jogos infantis:** o jogo, a criança e a educação. 17. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2012.

LOPES, Amanda Cristina Teagno. **Educação infantil e registro de práticas.** 1. ed. São Paulo/SP: Cortez, 2009.

MAGILL, Richard A. **Aprendizagem motora:** conceitos e aplicações. Traduzido por: Aracy Mendes da Costa. 5. ed. São Paulo/SP: Edgard Blücher, 2000.

MAIA, Raquel Ferreira; MAIA, Jusselma Ferreira; MARQUES, Maria Teresa da Silva Pinto. Jogos cooperativos x jogos competitivos: um desafio entre o ideal e o real. **Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança.** v. 2, n. 4, p. 15, 2007. ISSN 125-139.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2016.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria do estado de educação de Minas Gerais – CBC. **Educação física:** ensino fundamental e médio. Proposta Curricular. 2009. 68p.

PESSOA, Marília de Abreu. **O lúdico enquanto ferramenta no processo ensino – aprendizagem.** 2012. 52 f. Monografia (Especialização em Educação Física Escolar) - Instituto de Educação Física e Esportes, Fortaleza, 2012.

PIORETTI, Juliana Assef. **Caderno de jogos cooperativos.** 1. ed. [S.l.], [s/d.].

SACCHETTO, Karen Kaufmann. et al. O ambiente lúdico como fator motivacional na aprendizagem escolar. **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento.** v.11, n.1, p.28-36, 2011. ISSN 1809-4139.

SANTOS, Marli Pires dos (Org.). **O lúdico na formação do educador.** 9. ed. Petrópolis/RJ: Vozes. 2011. 75p.

SCHWARTZ, Gisele Maria; BRUNA, Helena César; LUBA, Gustav Marcus. **Jogos cooperativos no processo de interação social:** visão de professores. Artigo apresentado como relatório científico ao Núcleo de Ensino/FUNDUNESP, referente ao Projeto nº 693/02. 2002. 10 f.

SILVA, Elizabeth Nascimento. **Recreação na sala de aula:** de 1ª a 4ª série. 4. ed. Rio de Janeiro/RJ: Sprint, 2003.

TEZANI, Thaís Cristina Rodrigues. O jogo e os processos de aprendizagem e desenvolvimento: aspectos cognitivos e afetivos. **Educação em Revista**. Marília/SP v.7, p. 16, p.1-16. 2004.

TRISTÃO, Marly Bernardino. **O lúdico na prática docente**. 2010. 39 f. Monografia - (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2010.

UJIE, Nájela Tavares. Ação lúdica na educação infantil. **Colloquium humanarum**. v.4., n.1., p.01-07. 2007. Disponível em: <<http://revistas.unoeste.br/revistas/ojs/index.php/ch/article/view/206/598>>. Acesso em: 27 Mar 2018.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. Traduzido por: José Cipolla Neto; Luís Silveira Menna Barreto; Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo/SP, 1998. 191 p.

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS: Perspectivas e práticas dos professores na alfabetização

OLIVEIRA, Hivenizia Calixta¹
MACHADO, Juliana Lacerda²

RESUMO: O presente trabalho abordou o tema A Importância do Lúdico na Alfabetização de Crianças: perspectivas e práticas dos professores na alfabetização. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e tipo exploratório com uso de fontes primárias e secundárias, sendo utilizada a pesquisa bibliográfica e a técnica estudo de caso. O instrumento para geração de dados foi o questionário, este foi aplicado a duas professoras do 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública municipal e a duas professoras do 3º de uma escola privada, ambas localizadas no município de Unaí-MG, o que proporcionou conhecimento em relação ao uso do lúdico no processo de alfabetização com a ideia da participação das professoras. Concluiu-se que, a utilização do lúdico no processo de alfabetização é muito importante, além de contribuir para o aprendizado, pois a maneira de ministrar as aulas faz com que se desperte nos alunos interesse maior diante do conhecimento a ser construído, mas para que isso aconteça é preciso que o educador, juntamente com a escola proporcione momentos de ludicidade no contexto escolar.

Palavras-chave: Alfabetização de crianças. Lúdico. Prática docente.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório que discute os aspectos mais relevantes nas percepções de duas professoras do 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública municipal e de duas professoras do 3º ano de uma escola privada, ambas localizadas no município de Unaí-MG. A questão fundamental é: Quais as perspectivas e práticas das professoras acerca da importância do lúdico na alfabetização de crianças?

Objetivou-se com este trabalho identificar quais são as perspectivas e práticas das professoras acerca da importância do lúdico na alfabetização de crianças, levando em consideração fatores como interesse dos alunos pelas aulas inovadoras e o desenvolvimento deles durante o processo de alfabetização e letramento.

O tema pesquisado buscou evidenciar como a alfabetização pode-se dar por meio da ajuda do aspecto lúdico. Para os leitores, pretende-se mostrar os resultados encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa, e destacar o porquê do brincar na escola, já que muitas pessoas acham que professores não planejam suas aulas direito, que não sabem dar aulas, não sabendo eles que o professor pode sim ensinar através do brincar, então o intuito principal para os leitores é mostrar que as crianças precisam ter a parte lúdica dentro da escola.

¹Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

²Professora orientadora. Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Candido Mendes. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora das áreas de linguística, alfabetização e letramento, comunicação, gestão, economia e políticas educacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO EM SUAS MÚLTIPLAS FACETAS

A alfabetização refere-se à obtenção da escrita e aprendizagem e habilidades para leitura, escrita, as chamadas práticas de linguagem. Enquanto letramento é a aquisição do código escrito colocando em prática as habilidades direta ou indiretamente desenvolvidas por intermédio da escola. Soares (2008) afirma que a alfabetização e o letramento são definidos pelo processo no qual o indivíduo constrói a leitura e a escrita em suas variações, promove sua socialização, já que possibilita o estabelecimento de novos tipos de trocas simbólicas com outros indivíduos.

De acordo com Souza (2002, p. 21), “Se a criança vem de um grupo que favoreceu sua interação positiva com a escrita, esta poderá ser bem-sucedida na aprendizagem da leitura, independente de sua origem!”. Na visão desta autora, o aprendizado encontra-se mais favorecido, quando o aluno já tem um contato estabelecido com a escrita, concebendo assim a constituição da aprendizagem da leitura positiva, sem se preocupar com a origem. Para a autora, o que importa é o contato que o aluno demonstra ter com o que se refere à escrita.

A autora Soares (2008, p. 14) destaca que:

[...] sem dúvida não há como fugir do termo alfabetização em um processo complexo, sendo que a multiplicidade de perspectivas são resultados da colaboração diferenciada das áreas do conhecimento. Em que uma pluralidade de enfoques e exigida pela natureza que envolve pessoas importantes como professores e alunos, dos contextos culturais, métodos material e meio.

A autora supracitada destaca que a alfabetização é um grande processo, e, para que ocorra sua efetivação, é importante que ocorram a colaboração e o compartilhamento dos conhecimentos sendo que os protagonistas serão os professores e alunos.

Esta mesma autora diz que o processo de alfabetização não pode tratar a aprendizagem como uma simples tradução da parte oral para a escrita, a aprendizagem deve ser considerada especial ou, até mesmo, analisar o comportamento do indivíduo em relação aos fonemas e grafemas com relação ao código oral.

Conforme Ferreira (1998, p. 24):

O desenvolvimento da alfabetização ocorre, sem dúvida, em um ambiente social. Mais as práticas sociais, assim como as infamações sociais, não são recebidas passivamente pelas crianças. Quando tentam compreender, elas necessariamente transformam o conteúdo recebido, a fim de registrarem a informação elas as transformam.

A autora supracitada retrata que o ambiente para a alfabetização deve ser socializado, para que desta forma as informações que as crianças recebem não sejam apáticas de modo que não ocorra o entendimento do que foi passado. Assim, o pensamento da autora é que o espaço deve ser organizado, para que as crianças confiem suas competências e habilidades para o bom entendimento do que está sendo transferido a elas.

Franchi (2012) destaca que o professor tem que ser atuante em sua profissão, e constantemente atualizar seus conhecimentos e buscar meios para a estimulação das crianças com a finalidade de que aprendam os conteúdos que lhes são aplicados no decorrer da alfabetização, e procurar estimular a imaginação das crianças, para que façam novas descobertas e avancem para conciliar a fala com a escrita.

Barbosa (1994) ressalta que, para os primeiros passos na aprendizagem, o professor deve criar condições para que os alunos busquem estratégias para obter conhecimento rapidamente. E que o professor não é só um transportador do conhecimento, mas também

deve analisar qual é a melhor maneira de aplicar os conteúdos, observando como os alunos lidarão com os ensinamentos.

Soares (2008) afirma que o alfabetismo é compreendido como uma situação referente não só a uma atitude que um indivíduo pode apresentar, mas também a diversas condutas sociais. Para entender esses comportamentos, a autora realiza uma análise e chega a duas dimensões, a individual e a social. Ela faz uma diferenciação entre ambas. Para a autora, quando se pensa somente na parte individual, é uma característica, um saber do sujeito e um autoconhecimento que será desenvolvido através da leitura e da escrita. E, quando se pensa só na parte social, abrange-se um conhecimento coletivo, no qual envolvem várias pessoas, diferente da dimensão individual, essa está ligada ao meio social gerando então um conhecimento coletivo.

Barbosa (1994) analisa que a alfabetização útil tem finalidade e possibilita situações, preparando o indivíduo para lidar com elas no decorrer da vida social, podendo enfrentá-las de forma comunicativa, com estrutura para a compreensão dos fatos que acontecem em sua volta, com capacidade de identificar os princípios de maneira racional, estabelecendo a dedicação ao entendimento do conhecimento.

Albuquerque (2007) aponta que alfabetização aparenta ser descartada por se referir a um fato familiar, chegando à conclusão de que qualquer indivíduo compreende o significado de alfabetização como sendo o hábito de ensinar a ler e a escrever, mas o que os indivíduos não saberiam dizer é o significado do ler e do escrever; ler significa decifrar o conteúdo escrito sabendo reunir as letras, os sinais gráficos procurando interpretar e compreender o sentido do que se está lendo. Escrever significa fazer a representação gráfica de uma palavra de acordo com as regras ortográficas, sabendo se comunicar por meio da escrita. Alfabetizar não é um simples fato de ensinar a ler e a escrever, é colocar em prática o real significado do ler e escrever, utilizando tanto a leitura quanto a escrita de forma adequada. Apesar de a alfabetização ser familiar, não significa que qualquer indivíduo possa dizer que é alfabetizado por simplesmente saber o que é ler e escrever. Para alfabetizar, é preciso identificar os meios para o processo de alfabetizar e quais os métodos para esse ensinamento, e o essencial, para se considerar um alfabetizador, é necessário ter uma formação.

Conforme Carvalho (2008, p. 79), “a alfabetização constitui um instrumento para a tomada de consciência de direitos e deveres do cidadão e de luta pela diminuição das desigualdades sociais”. A autora ressalta que a alfabetização é o meio pelo qual o indivíduo passa a conhecer seus direitos e deveres, para que se torne pessoa com capacidade de se defender, fazendo com que a diversidade seja vista de forma minimizada.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DURANTE A ALFABETIZAÇÃO

O lúdico é um panorama social, cultural, filosófico e político que envolve os aspectos da ludicidade, que precisam ser inseridos na figuração da criança e na sua infância; a contribuição do lúdico para a formação e o desenvolvimento da criança é de suma importância, pois o brincar é um exercício espontâneo e natural da criança, além de ser um privilégio, pois envolve o prazer, desperta emoções, sensações do bem-estar; auxilia as crianças a lidarem com os sentimentos que lhes são proporcionados no decorrer da vida, desliga da angústia.

Conforme Almeida (2003), os jogos que trabalham a exteriorização, o desempenho dos conteúdos, não só amplifica a mentalidade, como também favorece a linguagem verbal, a caligrafia e explora mais o lado do conhecimento, aflorando o aluno no seu progresso tornando-o ainda ágil, inovador e analítico no procedimento de aprendizagem.

Andrade (2008) aborda que o professor, ao introduzir uma proposta lúdica às crianças, ambos devem brincar, pois o espaço lúdico é tanto para as crianças quanto para os adultos. Não há como cogitar as brincadeiras para as crianças sem refletir o momento e o tempo lúdico para o professor, além de ser uma forma também de o professor interagir mais com os alunos, é importante ainda destacar que o brincar é um recurso considerável para o aprendizado.

Segundo Almeida (2003), a educação lúdica torna-se significativa se o pedagogo conhece e está apto para sua realização, pois não terá efeito se o pedagogo não tiver domínio sobre os elementos adequados para a educação lúdica de maneira que ocorra a socialização e determinação para avanço sucessivamente.

Borba (2007) elabora sugestões para o espaço do brincar e como programar as atividades lúdicas, assim a autora aborda algumas orientações:

- Ordenar a rotina;
- Criar brincadeiras compartilhadas;
- Estar sempre a serviço das crianças;
- Analisar as crianças durante as brincadeiras para compreendê-las e conhecê-las;
- Observar o nível de amizade das crianças;
- Constituir uma comunicação e desempenho pedagógico.

Na citação acima, a autora destaca que é preciso possibilitar atividades para estimular e incentivar no ato de ensinar, o planejamento deve ter o intuito de apaziguar os dilemas e os conflitos nos diferentes espaços do conhecimento, assim o ambiente escolar pode se beneficiar das brincadeiras como recursos pedagógicos.

Vygotsky (1991) ressalta que o lúdico é essencial para o desempenho da criança, pois, por meio do jogo, ela expressa seu sentido ativo, trabalha a estimulação para a criatividade, torna-se confiante, além de facilitar a evolução da linguagem e o raciocínio e atenção.

De acordo com Santos (2011), a ludicidade é necessária para o ser humano em todo o contexto, não sendo somente um momento de lazer, pois também auxilia e facilita o progresso da aprendizagem de maneira pessoal, social e cultural, favorece ainda a saúde cognitiva, e preparando o indivíduo para se desenvolver o seu conhecimento no meio social.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a, p. 22).

Brincar é uma das atividades mais importantes para o desenvolvimento da identidade e da autonomia das crianças [...], além de [...] desenvolver habilidades importantes como a atenção, a imitação, a memória e a imaginação, o aluno também amadurece a capacidade de socialização por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

A citação aponta que o ato de brincar representa desempenho extraordinário para a evolução da personalidade e da autossuficiência da criança, favorecendo ainda a competência significativa como a dedicação, a memória e o lado imaginário da criança de maneira que ela tenha eficiência para se socializar e interagir no meio social.

Conforme Almeida (2003, p. 11), “o ser humano, em todas as fases de sua vida, está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas, por meio do contato com seus semelhantes e do domínio sobre o meio em que vive”. Para o autor, o ser humano está constantemente apto para se deparar com novos conhecimentos por meio da convivência com outros indivíduos tornando o um ambiente um espaço no qual as experiências serão compartilhadas.

Santos (2011) afirma que o brincar reflete um princípio importante para a socialização da criança, e que no decorrer da brincadeira o indivíduo capta a forma de viver

num contexto social e numa humanidade simbólica, visando assim que o brincar desenvolva os progressos educativos, além de auxiliar no desenvolvimento intelectual.

Almeida (2003) aborda que a educação lúdica está longe de ser uma percepção inocente e um simples fato de se ter lazer, ela representa uma maneira de estimular o conhecimento com qualidade, de modo que o aprendizado seja satisfatório para o individualismo e para o coletivismo com intuito de ambos os lados compreenderem e corresponderem o aprendizado.

Fortuna (2000) destaca que a sala de aula é um local no qual o brincar pode ocorrer desde que o professor saiba adequá-lo com as finalidades pedagógicas por meios dos propósitos dos alunos, de maneira que alcance a harmonia, e sempre com intuito de cumprir as atribuições pedagógicas, ensinando-os a ter agilidade para o desempenho dos conteúdos, fazendo o ser humano autossuficiente e produtivo nas suas ações sociais, propiciando-o para a realização da cidadania com finalidade e conformidade coletiva, respeitando a diversidade. Então se pode dizer que, na visão do autor, o brincar não é só um momento de lazer para o aluno, também é uma forma diferenciada de transmitir o conhecimento para ambos de modo que execute a harmonia e a igualdade no contexto social respeitando as diferenças encontradas uns nos outros.

Segundo os PCN's (BRASIL, 1998b), há chance de as crianças idealizarem as brincadeiras produzidas, uma vez que estas possibilitam mobilizar o seu raciocínio para solucionar conflitos de maneira significativa. Ademais, proporcionam e oportunizam para a descoberta do mundo, concebendo a particularidade dos indivíduos e as diferenças no contexto do conhecimento.

Almeida (2003) aborda que um excelente pedagogo transforma o jogo em um procedimento capaz de proporcionar educação às crianças, já que no momento em que elas são inseridas no contexto escolar seu comportamento físico e mental é influenciado, pois o brincar era somente um momento de lazer, mas, ao ser introduzido no ambiente escolar, passa a ser também um momento de aprendizado.

Para Ronca (1989), atividade lúdica favorece o conhecimento, porque ao brincar a criança explora, elabora, e ordena fragmentos lógicos ampliando o seu lado funcional dos progressos mentais e seu lado afetivo, expandindo assim as ações no contexto da ciência.

Para Vygotsky (1979, p. 45) “a criança aprende muito ao brincar. O que aparentemente ela faz apenas para distrair-se ou gastar energia é na realidade uma importante ferramenta para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional, social, psicológico”. O autor afirma que a brincadeira além de ser um momento de distração, lazer e uma maneira de utilizar as energias do corpo, é essencial para a relação com o mundo de dedução da fantasia para a realidade, sendo um instrumento para o progresso cognitivo, emotivo, comunicativo e mental.

Passerino (1996) destaca que existem características dentro de diversos jogos, sendo estas:

- A competência de participar com qualidade e demonstrando o seu sentido emocional;
- Criatividade;
- Extingue um período para o jogo sendo compreendido;
- Aborda a reiteração;
- Introduzir as regras de um jogo;
- Incentivo para a autoconfiança e criação.

Portanto, o lúdico não é uma maneira simples de distração ou uma forma de sair da rotina, o lúdico é um elemento fundamental para o auxílio da aprendizagem, no qual a criança aprende diante do brincar, tornando-se assim, um ser socializado.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR ALFABETIZADOR

O brincar é uma atividade inerente da criança por privilégio e por proporcionar prazer, estabelecendo sensações de felicidade, além de a criança se desenvolver. O professor, ao utilizar o lúdico, pode estimular o aprendizado pela interação entre a atividade lúdica e a prática educativa, de forma que a sala de aula deixa de ser um local no qual só o professor se manifeste, pelo contrário, ele deve dispor a estimulação dos alunos.

Silva (2002) aborda que a sala de aula é um local em que o educador pode suspender o hábito do oral e passar a exercer um conjunto qualitativo no qual o aluno deixe de ser o ouvinte e passe a ser um atuante com objetivos e técnicas, conseguindo e tornando-se falante e receptor no processo de conhecimento.

Barbosa (2003) ressalta que é necessário o professor estabelecer o período de duração que da atividade lúdica, determinar o espaço onde esta atividade poderá ser desenvolvida, definir o que será utilizado no decorrer da brincadeira, respeitando a particularidade de cada criança possibilitando a inserção de forma que todas as crianças participem da atividade lúdica igualmente. Dessa maneira, o autor deixa claro que é preciso o professor entender e compreender a turma que leciona para exercer uma atividade qualitativa.

Santos (1998) destaca que o dever do professor, no momento do jogo, é promover e estimular a interação dos alunos de forma que desperte neles o lado do companheirismo de maneira gradativa, para que eles entendam a sua condição no grupo social. Então, para esse autor, o lúdico não é só um momento de distração, mas sim um momento para os alunos mostrarem seu lado carinhoso, amigo, além de interagir mais e mostrar compreensão uns com outros.

Antunes (1998, p. 37) destaca que,

Jamais pense em usar os jogos pedagógicos sem um rigoroso e cuidadoso planejamento, marcado por etapas muito nítidas e que efetivamente acompanhem o progresso dos alunos, e jamais avalie qualidade de professor pela quantidade de jogos que emprega, e sim pela qualidade dos jogos que se preocupou em pesquisar e selecionar.

Na citação acima, o autor deixa claro que não é qualquer atividade lúdica que o professor pode aplicar aos seus alunos, ele deve elaborar uma brincadeira de acordo com a faixa etária dos alunos, para que as metas desejadas sejam atingidas com sucesso e que todos os alunos consigam realizar a atividade proposta.

De acordo com Barbosa (2003), o educador deve proporcionar atividades criativas para o momento lúdico de forma que os alunos aprendam e valorizem os saberes éticos e morais, de maneira que se tornem cidadãos cientes dos seus deveres, tendo compromisso como sujeitos produtivos que saibam lidar com situações que beneficiam um convívio de interação entre professor e aluno.

Segundo RCNEI (BRASIL, 1998a), o professor deve organizar o espaço das brincadeiras na vida cotidiana das crianças, proporcionando a elas objetos, brinquedos, jogos, para aquele momento da ludicidade. O educador, além de programar o momento lúdico, tem que preparar as brincadeiras e o material que será utilizado naquele momento e, principalmente, organizar o espaço que elas ocorreram.

Borba (2007) ressalta que a ludicidade na prática se torna fortalecedor do aprendizado, assegura a diversão no procedimento do conhecimento, dessa maneira, entende-se que o brincar promove a aprendizagem e ainda estabelece satisfação na compreensão do ensinamento.

Conforme Maluf (2003), o educador precisa preparar as atividades, procurando as que tenham um significado maior para os alunos, além disso, é essencial que ele programe a situação em que estas atividades serão realizadas, de modo que engradeça o currículo proposto na disciplina, exercendo os conteúdos de forma positiva. O autor ressalta que o professor dentro da sala de aula tem que estabelecer o momento para que ocorram as atividades lúdicas, sendo ele o facultador do brincar de característica educativa.

Segundo o RCNEI (BRASIL, 1998a), é necessário que o professor compreenda que nas brincadeiras as crianças restabelecem e equilibram seus diversos entendimentos sobre o universo do conhecimento em prática natural. Sendo assim, não se pode misturar quando se trata de um determinado aprendizado, pelo fato de o brincar ser uma experiência diferente no ambiente escolar, então o professor precisa observar as brincadeiras tendo aquelas do momento de distração, aquelas que, além de proporcionar distração, prazer, auxiliam no desenvolvimento do aprendizado.

Maluf (2003) aponta a necessidade de o educador engradecer o brincar como exercício social, fazendo com que as atividades lúdicas preencham um espaço importante para a educação. Para o autor, o professor é o fator principal para que esse acontecimento ocorra, por isso ele deve estabelecer um instrumento apropriado para a ocasião da atividade lúdica. Procedendo assim o professor permitirá que as crianças compreendam o comportamento da vida dos adultos de maneira proativa, agradável constante maneta comunicativa.

Oliveira et al (1992) abordam que o professor tem uma função essencial no decorrer das brincadeiras, durante as quais é possível identificar os momentos em que precisa interferir na administração da brincadeira, e até mesmo se incluir como participante. Logo, para os autores, o professor não só administra as atividades lúdicas como também deve participar delas mostrando interação com os alunos.

Então, do ponto de vista dos autores, as atividades lúdicas no contexto escolar precisam acontecer de maneira que não seja só um momento de distração, mas também que essas atividades permitam o desenvolvimento dos alunos para o aprendizado. Além disso, o professor, como fator principal, no momento lúdico deve organizar, elaborar e programar as atividades, os espaços onde elas correram e, principalmente, participar para que haja interação entre professor e aluno.

3 METODOLOGIA

O método utilizado foi o estudo de caso, por se tratar da investigação em profundidade de um grupo de indivíduos (ANDRÉ, 2005). Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório, uma vez que se buscou compreender o fenômeno, respeitando a subjetividade dos indivíduos envolvidos (BAUER; GASKELL, 2002). Os participantes do estudo totalizam 4 (quatro) professoras regentes de turmas do 3º ano do ensino fundamental, sendo duas docentes atuantes em uma escola pública municipal e duas em uma escola da rede privada. As escolas são localizadas no município de Unaí-MG.

Destaca-se que, durante a análise dos dados, as professoras foram chamadas da seguinte forma: P1, P2, P3 e P4. As professoras P1 e P2 são regentes de turma de 3º ano do ensino fundamental em uma escola pública municipal e P3 e P4 são regentes em turmas de 3º ano do ensino fundamental em uma escola privada.

Para a realização desta pesquisa optou-se pela construção de um questionário que oferecesse condições de acessar as perspectivas e práticas das professoras acerca da importância do lúdico na alfabetização de crianças. O questionário como instrumento qualitativo foi fundamental para conhecer melhor os estudantes, traçando o perfil deles. O questionário é uma importante estratégia na pesquisa social por “[...] trata-se de um conjunto

ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis e situações que se deseja medir ou descrever” (MARTINS, 2008, p. 36).

Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), respeitando a seguinte cronologia: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 121).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Visando a uma melhor compreensão dos dados gerados, definiram-se as seguintes categorias para a análise e discussão dos resultados: (4.1) A aplicação dos métodos de alfabetização de forma lúdica; (4.2) Prática pedagógica lúdica e processo de alfabetização.

Apresenta-se a seguir a análise dos dados, segundo as categorias.

4.1 A APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO DE FORMA LÚDICA

Esta categoria apresenta as perspectivas das professoras em relação ao conceito de alfabetização e também aponta os métodos de alfabetização mais utilizados por elas e se elas refletem a respeito das metodologias, levando em consideração o lúdico na construção do processo de alfabetização.

Quadro 1 – Definição de Alfabetização

1) O que você entende por alfabetização?
P1= Alfabetização é o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever de maneira adequada.
P2= Processo em que a pessoa é instruída a escrever, ler e ter noções básicas de conteúdos da matemática.
P3= É o processo pelo qual a criança constrói sua compreensão de leitura e escrita. Ela aprende a ler, escrever e compreende os significados nas mais variadas formas.
P4= É o processo de aprendizagem onde se desenvolve a habilidade de ler e escrever.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

Observou-se que as professoras participantes P1, P3 e P4 têm a mesma compreensão do que seja alfabetização, as opiniões delas coincidem, para elas alfabetização representa o processo em que o indivíduo consegue escrever, ler e criar habilidades, diante dos significados que os atos de ler e escrever podem trazer a ele.

Já a professora P2 tem uma visão diferente das outras participantes, além de ela achar que o processo de alfabetização é o meio que o indivíduo tem na habilidade de escrever e ler, para essa participante o processo de alfabetização é também uma forma de expressar conhecimento por noções básicas da matemática.

Para Carvalho (2008), alfabetização é um meio pelo o qual o indivíduo passa a conhecer seus direitos e deveres, para que se torne pessoa com capacidade de se defender. Fazendo com que a diversidade seja vista de forma minimizada.

Acerca desse assunto, Soares (2008) afirma que o processo de alfabetização representa os fonemas em grafemas, da mesma maneira que leva o indivíduo a compreender e expressar as interpretações através do código grafado.

Sobre o ensino da matemática, o PCNs (BRASIL, 1998b, p. 25) diz que

A matemática faz-se presente na quantificação da real contagem, medição de grandezas e no desenvolvimento das técnicas de cálculo com os números e com as grandezas. No entanto, esse conhecimento vai muito além, criando sistemas abstratos, ideais, que organizam, inter-relacionam e revelam fenômenos do espaço,

do movimento, das formas e dos números, associados quase sempre a fenômenos do mundo físico.

Assim, o ensino da matemática desenvolve no sujeito o procedimento do cálculo, noções de grandezas, e formas, então a matemática vai desenvolver mais o lado da quantidade no indivíduo.

De acordo com Ferreiro (1998, p. 9) “tradicionalmente, a alfabetização inicial é considerada em função da relação entre o método utilizado e o estado de maturidade ou de prontidão da criança”. Percebe-se então que a alfabetização e o ensino da matemática são diferentes, enquanto a alfabetização vai introduzir o indivíduo no meio da sociedade para ele poder expressar suas opiniões, dialogar com os outros mostrando sua habilidade com a escrita e a fala, a matemática vai preparar o indivíduo para lidar com o cálculo, formas e quantidade.

Quadro 2 – O uso do lúdico na alfabetização

2) Quais os métodos de alfabetização que você utiliza em suas aulas? E por quê? Você acha que eles permitem um ensino/aprendizagem de forma lúdica?

P1= Utilizo vários métodos como: ditados, produção de textos, utilizo jogos pedagógicos, etc. Sim, o lúdico é muito importante, pois o aluno tende a demonstrar mais atenção e interesse nas atividades.

P2= Procuo sempre considerar aquilo que o aluno é capaz de fazer. A partir daí, crio pequenos conflitos que o aluno tenha que resolver, mostrando suas capacidades. Trabalho muito algo da realidade do aluno, sem envolver o lúdico.

P3= Uso aulas lúdicas uma vez por semana, com histórias e músicas que ajudam a despertar o interesse das crianças.

P4= Os métodos variam de acordo com a necessidade dos alunos. Uso o material concreto para explicação e também para o desenvolvimento das atividades, porque ,quando ele participa da atividade como um todo, desperta maior interesse.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

Percebe-se que as professoras participantes P1, P3 e P4 apresentam uma visão parecida em relação ao método de alfabetização e ao uso do lúdico nesse contexto. De acordo com elas, o uso do lúdico nas aulas é de suma importância para despertar nos alunos o interesse nas atividades propostas, acreditam que o desempenho dos alunos será gratificante para todos. Já a participante P2 desenvolve suas aulas de acordo com a capacidade que os alunos demonstram ter, dessa forma ela estabelece atividades que os alunos vão solucionar, porém não inclui o lúdico nas aulas.

Conforme Almeida (2003), os jogos que trabalham a exteriorização, o desempenho dos conteúdos, não só amplificam a mentalidade, mas também favorece a linguagem verbal, a caligrafia e explora mais o lado do conhecimento, aflorando no aluno no seu progresso, tornando-o ainda ágil, inovador e analítico no procedimento de aprendizagem.

Vygotsky (1991) ressalta que o lúdico é essencial para o desempenho da criança, pois, por meio do jogo, ela expressará seu sentido ativo. O lúdico trabalha também a estimulação para a criatividade, fazendo com que a criança se torne confiante, além de facilitar a evolução da linguagem e do raciocínio.

Friedmann (2012, p. 38) afirma que,

Através de um jogo ou brincadeira, as crianças são mais ativas mentalmente do que em exercícios intelectuais. Os jogos e brincadeiras são atividades importantíssimas e merecem ser levados para a sala de aula para tornar a educação mais compatível com o desenvolvimento das crianças.

De acordo com o autor supracitado, o uso do lúdico oportuniza na criança o lado mais eficiente para o desempenho das atividades, com isso o lúdico deve se inserido na sala

de aula para tornar a aprendizagem conciliável com o desenvolvimento do processo de aprendizagem da criança.

Portanto, percebe-se que ao verificar as respostas obtidas nesta categoria obteve-se qualidade na maioria das informações adquiridas, as participantes souberam definir de forma ampla o processo de alfabetização e a utilidade do lúdico na sala de aula, sendo este um assunto importante para o aprendizado dos alunos.

4.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS LÚDICAS E PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

Esta categoria apresenta uma reflexão de como se dá a prática pedagógica das professoras participantes da pesquisa, em relação à aplicabilidade de atividades lúdicas durante o processo de alfabetização. Por fim, buscou saber quais são as perspectivas das professoras em relação ao processo de ensino-aprendizagem trabalhado de forma lúdica durante a alfabetização.

Quadro 3 – Prática pedagógica e atividades lúdicas

3) Como é realizada sua prática pedagógica diária? Você utiliza atividades lúdicas no processo de alfabetização de seus alunos?

P1= Procuo iniciar minhas aulas sempre buscando o conhecimento prévio do aluno, as opiniões, etc. Sempre busco atividades lúdicas, para que o aluno possa sentir prazer ao aprender.

P2= Sigo um roteiro de aula previamente organizado. A partir do conhecimento prévio dos alunos, conduzo a aula. Uso a ludicidade apenas nas aulas de matemática, com jogos.

P3= Trabalho a escrita e oralidade todos os dias, instigando a todos a participar. Toda criança gosta do lúdico, mas a escrita e leitura apesar de ser maçante ainda prevalece na minha prática.

P4= Através de matérias didáticos estímulo o trabalho em dupla, pois assim os próprios alunos transmitem conhecimento e aprendem também. Utilizo pouco devido o número de alunos e indisciplina dos mesmos. Trabalho também nas datas comemorativas com músicas, desenhos, dobraduras e produção textual.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

Nota-se que as participantes utilizam o lúdico na prática pedagógica, para elas através do prazer a criança pode adquirir aprendizado, desenvolver o conhecimento prévio do aluno. Mesmo que algumas professoras trabalhem pouco com o lúdico, ele é presente nas aulas delas, pois elas acreditam que assim os alunos alcançaram o aprendizado de forma facilitada.

Borda (2007) ressalta que a ludicidade nas práticas se torna fortalecedora do aprendizado, assegurando a diversão no processo do conhecimento. Dessa maneira entende-se que o brincar promove a aprendizagem e ainda estabelece satisfação na compreensão do ensinamento.

Com a mesma percepção Maluf (2003) aponta que o educador precisa preparar as atividades, procurando as que tenham um significado maior para os alunos, além disso, é essencial que ele programe a situação em que estas atividades serão realizadas, de modo que engradeça o currículo proposto na disciplina, exercendo assim os conteúdos de forma positiva. Ademais, o professor, dentro da sala de aula, deve estabelecer o momento para que ocorram as atividades lúdicas, sendo ele o facilitador do brincar de característica educativa.

Ainda com a mesma linha de raciocínio, Almeida (2003) diz que um excelente pedagogo transforma o jogo em um procedimento capaz de proporcionar a educação às crianças, já que no momento em que elas são inseridas no contexto escolar seu comportamento físico e mental é influenciado, pois o brincar era somente um momento de lazer, mas, ao ser introduzido no ambiente escolar, passa a ser também um momento de aprendizado.

De acordo com Barbosa (2003, p. 19),

O educador deve definir previamente, o espaço de tempo que a atividade lúdica vai ocupar no dia a dia de sua prática pedagógica, os espaços onde essas atividades se desenvolverão, os objetos e brinquedos a serem utilizados, bem como, respeitar as singularidades das crianças, promovendo a inclusão de modo que todos participam das atividades ao mesmo tempo.

Na visão do autor supracitado o educador é quem deve delimitar o ambiente e o prazo em que as atividades lúdicas irão acontecer, e o que elas irão proporcionar aos alunos, observar quais brinquedos são adequados para as atividades, obedecendo à individualidade dos alunos.

Quadro 4 – A possibilidade do processo de alfabetização de forma lúdica

4) Como professor (a) alfabetizador (a) você acredita na efetivação do processo de alfabetização de forma lúdica, é possível alfabetizar de forma lúdica?

P1= Sim, mas para que isso seja possível a escola tem que estar preparada para apoiar o professor e disponibilizar todo o material necessário. Em minha opinião, o número de alunos em cada sala também é um grande problema. Superlotação atrapalha no desenvolvimento de atividades lúdicas.

P2= Com certeza. A natureza da criança está ligada ao “novo”. Fugir do “tradicional” e despertar na criança o interesse e o desejo de aprender é o passo fundamental para conquistar uma aprendizagem significativa.

P3= A forma lúdica atrai a criança, proporciona uma hora relaxante, mas terá que ser conectada a outras formas de ensino.

P4= Sim, o lúdico é muito importante na vida da criança, pois desde cedo já é introduzido jogos e brincadeira na vida dela o que ajuda na construção de sua aprendizagem. As crianças não aprendem a ler e a escrever só de olhar o outro fazer isso não, elas aprendem porque tentam. E chamar a atenção delas de formas diferentes estimula muito mais para que este processo ocorra de forma prazerosa.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

Percebe-se que a visão das participantes é semelhante. Elas acreditam na efetivação e na realização do processo de alfabetização de forma lúdica. As participantes deixaram bem claro que é essencial o lúdico na alfabetização, desde que os professores recebam o apoio por parte da escola para que o que planejam seja realizado.

Conforme Almeida (2003, p. 11), “o ser humano, em todas as fases de sua vida, está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas, por meio do contato com seus semelhantes e do domínio sobre o meio em que vive”.

Com a mesma linha de raciocínio Ronca (1989) ressalta que a atividade lúdica favorece o conhecimento, porque ao brincar a criança explora, elabora, e ordena fragmentos lógicos ampliando o seu lado funcional dos progressos mentais e seu lado afetivo, expandindo assim as ações no contexto da ciência.

Antunes (1998) afirma que o brinquedo é um alicerce para o estímulo da criança durante a execução da atividade lúdica, pois, para o autor, o brincar explora a capacidade e a inovação de maneira sucessiva libertando a imaginação e a fantasia das crianças.

Conclui-se que a prática pedagógica diante da utilização da ludicidade é possível, pois essa maneira de administrar as aulas faz com que os alunos tenham interesse maior nas aulas, mas, para que isso aconteça, é preciso que o educador juntamente com a escola proporcione momentos de ludicidade na sala de aula, para que as crianças possam aprender de forma prazerosa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou analisar *A importância do lúdico na alfabetização de crianças: perspectivas e práticas dos professores na alfabetização*. Delimitou-se como

objetivo geral desta pesquisa identificar as perspectivas e práticas de professoras acerca do uso do lúdico na alfabetização de crianças.

As participantes souberam responder plenamente o conceito de alfabetização e que a utilização do lúdico como método pedagógico é importante, pois ele representa uma importante forma de transmitir o conhecimento para os alunos, despertando neles interesse maior pelo aprendizado.

Percebeu-se que, para as participantes, o lúdico é uma maneira de proporcionar aos alunos um aprendizado prazeroso, mesmo as participantes que não utilizam a ludicidade na prática pedagógica fizeram essa afirmação, pois acreditam que conduzir as aulas de forma lúdica representa um aspecto que desenvolve a efetivação dentro do processo de alfabetização.

Portanto, conclui-se que a utilização do lúdico no processo de alfabetização contribui para que os alunos tenham interesse maior para participar das aulas e construir o processo de conhecimento, sendo assim fica claro que a problemática: *Quais as perspectivas e práticas das professoras acerca da importância do lúdico na alfabetização de crianças?* foi esclarecida compreendendo que a prática pedagógica com a utilização do lúdico facilita o desempenho das crianças, pois, por meio da brincadeira pode-se desenvolver a criatividade, além de favorecer a evolução da linguagem e do raciocínio.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, E; LEAL, T. **Alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ALMEIDA, P.N. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

ANDRADE, C. A formação Lúdica do professor. In: ANDRADE, C. **Jogo e brincadeiras: desafios e descobertas**. 2. ed. Salto para o futuro. Ano XVIII, Boletim 07, p.57-64, maio/2008.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro, 2005.

ANTUNES, C. **Jogos para a estimulação das múltiplas inteligências**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BARBOSA, J. J. **Alfabetização e leitura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

BARBOSA, A.M. **A importância do lúdico na alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2003.
Disponível em:<

http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/5382/1/MD_EDUMTE_VII_2014_45.pdf
> Acesso em 21 de abr. de 2018.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORDA, Â. M. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; RANGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. 2. ed. Brasília: MEC/SEB, 2007.

BRASIL. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Vamos Brincar de Construir as Nossas e Outras Histórias**. Ano 02. Unidade 04. Brasília: MEC/SEB, 2012 b.

_____. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI)**. Brasília: MEC, v. 3, 1998a. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0369.html>> Acesso em 25 de abr. de 2018.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília: MEC / SEF, 1998b.

CARVALHO, M. **Guia prático do alfabetizador**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2008.

FERREIRO, E. **Alfabetização em processo**. Tradução Sara Cunha Lima, Marisa do Nascimento Paro. 12. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

FORTUNA, T.R. **Planejamento em destaque: análises menos convencionais**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FRANCHI, E. **Pedagogia do alfabetizar letrando: da oralidade à escrita**. 9. ed. São Paulo: Cortez 2012.

FRIEDMANN, A. **O brincar na educação infantil: observação, adequação e inclusão**. São Paulo: Moderna, 2012.

MALUF, A.C.M. **Brincar, prazer e aprendizado**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MARTINS, G. de A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, Z de M. et al. **Creches: crianças, faz-de-conta e cia**. Petrópolis: Vozes, 1992.

PASSERINO, L. M. **Repensando a prática educativa**. 3. Ed. 1996. Disponível em: <Acesso em: 16 de abr. de 2018.

RONCA, P.A.C. **A aula operatória e a construção do conhecimento**. São Paulo: Edisplan, 1989. Disponível em: <<https://pedagogiaaopedaletra.com/monografia-ludicojogos-brinquedos-e-brincadeiras-na-construcao-do-processo-deaprendizagem-na-educacao-infantil/>> Acesso em 14 de abr. de 2018.

SANTOS, C. A. dos. **Jogos e atividades lúdicas na alfabetização**. Rio de Janeiro: SPRINT, 1998.

SANTOS, S.M.P. **O Lúdico: na formação do educador**. 9. ed. Petrópolis Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

SILVA, M. **Sala de aula interativa**. Quartet: Rio Janeiro, 2002.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SOUZA, I. M. **Interação Professor - aluno e fracasso escolar**: alguma relação? 2. ed. São Paulo: Altana Ltda, 2002.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
Disponível em:<<https://pedagogiaaopedaletra.com/monografia-o-ludico-jogos-brinquedos-e-brincadeiras-na-construcao-do-processo-de-aprendizagem-na-educacao-infantil/>> Acesso em 16 de abr. de 2018.

_____. **Do ato ao pensamento**. Lisboa: Moraes, 1979. Disponível em:
<<https://pedagogiaaopedaletra.com/monografia-o-ludico-jogos-brinquedos-e-brincadeiras-na-construcao-do-processo-de-aprendizagem-na-educacao-infantil/>> Acesso em 16 de abr. de 2018.

A COMUNICAÇÃO DO CONTADOR COM GESTORES DE UMA EMPRESA FAMILIAR: Um estudo de caso realizado em uma lotérica no município de Unaí-MG

RIBEIRO, Juliene Cruzeiro¹
MACHADO, Juliana Lacerda²

RESUMO: O presente estudo abordou o processo de comunicação entre um contador e uma empresa com gestão familiar. Apresentou como problemática: Qual a importância da comunicação entre o contador e os gestores de uma empresa familiar? Quanto à metodologia, aplicou-se um estudo de caso. O estudo foi realizado através da abordagem qualitativa de tipo exploratório. Foram utilizadas no decorrer do trabalho a fonte primária e a secundária. A pesquisa foi realizada em uma lotérica que tem gestão familiar e fica localizada no município de Unaí-MG. O instrumento utilizado para a geração dos dados foi a entrevista, esta foi feita com o contador da empresa e dois gestores responsáveis pela lotérica. Foi possível constatar que a comunicação entre contador e gestores tem como peça-chave o contador que inicia o processo de comunicação.

Palavras-chave: Comunicação. Contador. Gestores. Empresa familiar.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui-se em uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório que discute os aspectos relevantes a respeito do processo de comunicação entre um contador e uma empresa com gestão familiar. A questão fundamental é: Qual a importância da comunicação entre o contador e os gestores de uma empresa familiar?

O presente trabalho justifica-se pela necessidade de conhecer a realidade da comunicação entre o contador e o gestor de uma empresa familiar, sendo importante descobrir a intensidade dessa comunicação, e, a partir desse conhecimento, promover a melhor relação entre os indivíduos participantes e aplicar a metodologia adequada em casos diversos.

O processo de utilização da comunicação das informações contábeis dentro da empresa é de extrema importância para seus gestores. É importante utilizar essa ferramenta como principal meio de auxílio nas tomadas de decisões. As informações contábeis devem servir como instrumento de apoio à gestão. A comunicação é essencial para qualquer relação humana, razão pela qual tem sido estudada incessantemente há milhares de anos.

A cada dia o mercado se torna mais competitivo. E para que as empresas tenham bom desempenho e se destaquem é necessária uma série de fatores para o alcance do sucesso empresarial, destaca-se nesse contexto a comunicação eficiente e produtiva que deve existir entre o contador e as empresas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITOS DE COMUNICAÇÃO E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

A comunicação é um meio de linguagem que engloba formas de transmitir mensagens por meios distintos entre interlocutores, sendo adequada a cada tipo de situação,

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis – FACTU.

² Professora orientadora. Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Candido Mendes. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora das áreas de linguística, comunicação empresarial, gestão, economia e políticas educacionais.

no processo que visa levar e trazer informações, ou seja, além de enviar a mensagem, receber a resposta da mesma.

Segundo Torquato (1986, p. 13):

A comunicação é a troca de informações entre duas ou mais pessoas (emissor e receptor) e pode ser verbal, não verbal e mediada. Esse processo pode ocorrer através da fala quando o emissor conversa com o receptor por meio de um idioma em comum, pode também ocorrer pela escrita onde o emissor escreve através do idioma e/ou por sinais e siglas que ambos possam entender e por fim através de sinais corporais.

Para Souza (2009), a comunicação evoluiu junto à humanidade, sendo que o homem se diferenciou dos outros animais pela forma de se socializar com os outros indivíduos e suas espécies, criando dessa forma a sociedade que está inserida.

De acordo com Matos (2009), a comunicação é um meio que conduz todas as atividades e relacionamentos humanos, nada acontece sem que haja prévia comunicação e troca de entendimento e sentimento, pois para um bom entendimento é necessário interpretar além das palavras, as emoções.

O ato de comunicar-se possui grande diferença do ato de informar, pois comunicar é trocar informações, estabelecer um diálogo em que duas ou mais pessoas irão interagir entre si, enquanto informar é transmitir uma informação a um ou mais receptores, sem se importar se o receptor compreendeu a mensagem transmitida de forma correta (GONCALVES, 2012).

Rudiger (1998) destaca que a comunicação é constituída de valores cuja importância consensual do conteúdo está longe de ter sido esclarecido, quanto a sua definição teórica.

O processo de comunicação se distingue pela troca de mensagem, com o objetivo de tornar comum aos indivíduos envolvidos no processo informações que possibilitem o desenvolvimento destes como seres humanos (SANTOS, 2014).

Caes (2012) define comunicação como a transmissão de uma mensagem, de modo que quem a recebe a entenda da mesma forma como quem a emitiu, sendo comunicação uma troca de informações bem-sucedida, trocando experiências e interação com todos ao seu redor.

Compreende-se que a comunicação é mais que uma transmissão de mensagens, é necessário entender o que foi transmitido do emissor para receptor, pois, caso haja falha no processo de comunicação, podem ocorrer conflitos de entendimentos entre os indivíduos envolvidos no processo.

Segundo Souza (2009), o processo de comunicação é composto por três itens principais: o emissor, o receptor e a mensagem que está sendo passada. E como itens secundários têm o ambiente em que ocorre o processo, o meio que é utilizado para transmitir a informação e o canal a ser utilizado para o bom entendimento da mensagem.

Segundo Wolf (2001), a comunicação pode ser intencional e tem por objetivo causar um efeito de influência sobre o comportamento do emissor e receptor da mensagem, fazendo com que os mesmos possam modificar as mudanças de comportamentos, opiniões e etc.

Entende-se que o papel da comunicação vai além de um simples diálogo entre indivíduos. Para que seja estabelecido o processo de comunicação, é necessário que haja compreensão da mensagem que foi enviada e a resposta pelo receptor da mensagem. Assim é possível desenvolver todos os tipos de ações na sociedade que dependem da comunicação para que o processo comunicacional se torne a peça chave para a convivência e o crescimento do ser humano na vida social.

Com a globalização e a modernização dos meios de comunicação, as empresas têm necessidade de estarem sempre atualizadas, sendo de suma importância que as organizações se preocupem cada vez mais com a imagem que passam ao mercado.

Para Bueno (2006, p. 72), “comunicação empresarial (organizacional) compreende um conjunto complexo de atividades, ações, estratégias, produtos e processos desenvolvidos para reforçar a imagem de uma empresa ou entidade”.

De acordo com Santana e Tibúrcio (2014), a comunicação empresarial é de extrema importância para os gestores da organização quanto para os colaboradores, mas para que ela ocorra de forma favorável ao desempenho e produtividade da empresa, proporcionando realização aos indivíduos e equipes envolvidas nos processos.

Para Tomasi (2010), comunicar não é apenas transmitir informações, mas também expor significados. Dentro das organizações as informações não devem circular de forma caótica, essas devem ser recebidas ou produzidas. Assim considera-se que a comunicação é organização e organização é comunicação.

Desde o surgimento das organizações, a comunicação, por estar presente no dia a dia das pessoas, possibilita a interação das organizações com o público interno e externo, a comunicação é vista como um componente fundamental para realização das atividades empresariais.

A comunicação empresarial deve estar diretamente ligada à administração da empresa, para que esta possa traçar estratégias para manter-se sempre em contato com a comunidade e o mercado (PESSOA, 2003).

Conforme Cardoso (2016), para uma boa comunicação empresarial é necessário que a empresa tenha como principal objetivo buscar e elaborar uma forma de transmitir a mensagem para seus usuários, clientes, investidores, fazendo com a mesma influencie o público-alvo em seu modo de pensar, nas tomadas de decisões, além de orientar os colaboradores quanto aos objetivos da organização, acabar com conflitos de opinião acerca das decisões tomadas sobre o funcionamento da entidade.

De acordo com Amaral (2013), a comunicação nas empresas poderá ser utilizada como forma de estratégia para aproximar e integrar a organização com público alvo, interação e desenvolvimento dos objetivos e princípios da mesma com objetivo de estabelecer relacionamento positivo e duradouro com seu público.

Para que uma empresa sobreviva no mercado, ela deverá buscar o equilíbrio, aprimorando seus processos para manter-se competitiva, tornando a comunicação essencial na transmissão da mensagem.

Silva e Silva (2010) destacam que a comunicação empresarial se desenvolve no sentido de modificar um processo de transmissão de informações, o que antes não era dada a importância devida. Ela deve ser usada num processo integrado como principal ferramenta estratégica que determinará o sucesso ou o fracasso da organização no mercado.

Segundo Ferraz (2016), a comunicação empresarial ou corporativa tem sofrido grandes mudanças com a globalização e o surgimento de novas tecnologias. Com a comunicação digital tornou-se cada vez mais rápida a propagação de informações tanto positivas quanto negativas a respeito da organização e o meio em que está inserida, que podem influenciar desde os colaboradores até possíveis clientes futuramente.

Para que uma empresa possa se manter em um mercado competitivo é necessário que ela busque equilíbrio, aprimorando seus conhecimentos. Assim, torna-se necessário que a empresa procure transmitir a mensagem clara e que se preocupe de que forma ela está sendo recebida pelos seus usuários para que não haja prejuízos para as empresas.

2.2 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NAS EMPRESAS

Toda e qualquer organização empresarial tem a necessidade de se expressar para o mercado, o governo, os colaboradores e profissionais que lhe prestam serviços de consultoria

e assessoria com a maior clareza possível para que essas informações tenham interpretação clara e verdadeira evitando conflitos dentro e fora do ambiente de trabalho.

Segundo Tomasi (2010), a comunicação tem influência nos resultados e reflete sobre os discursos nas organizações, por isso estas devem analisar a melhor forma de comunicação, devendo ser considerado de que forma são recebidas e produzidas para assim serem encaminhadas para o sistema interno e o externo das empresas.

De acordo com Matos (2009), as organizações tendem ao fracasso se houver falhas na comunicação. Para a elaboração de um plano de comunicação é de fundamental importância identificar o público emissor e receptor, dessa forma é necessário compreensão da mensagem para que haja recompensas e alcance seus objetivos.

Conforme Nassar (2009, p. 27), “a comunicação transformou-se em um indicador de desempenho de pessoas, de grupos, de empresas de instituições e até de países”. O autor destaca ainda que os gestores devem procurar a melhor forma de comunicação que focalize o estreitamento da relação que vise à aproximação entre organização e o seu público alvo, para que assim possa produzir ferramentas essenciais para divulgação e sucesso de uma organização.

Para alcançar um diferencial no mercado, as empresas devem desenvolver uma comunicação de maneira eficaz, devendo ser considerado de que maneira irá refletir na imagem construída dentro das organizações e com seus usuários.

Para manter-se firme em um mercado competitivo e globalizado, as organizações devem buscar a cada dia novas formas de melhorar sua imagem com o público interno e externo, comunicar-se de forma respeitosa e fiel para que estes preceitos se tornem parte da organização (RASLAN, 2009).

De acordo com Matos (2009), uma empresa transparente favorece a ideia de uma comunicação sem manipulação ou omissão de dados e informações, assim as organizações percebem a importância de estarem cada vez mais próximas dos clientes e notam a importância da comunicação sendo considerada como fator estratégico na busca da melhoria da qualidade de vida nas organizações.

Compreende-se que se comunicar de forma eficiente e precisa nunca foi tão necessário como nos dias atuais, momento em que o mercado está extremamente competitivo e a comunicação se torna um processo de grande importância que poderia influenciar diretamente no desenvolvimento de qualquer organização, com isso ajuda a motivar os colaboradores que passam a confiar mais na empresa.

2.3 A COMUNICAÇÃO ENTRE CONTADOR E GESTOR

O relacionamento entre contador e seus clientes e usuários somente será eficiente se houver a comunicação entre as partes de forma que seu compartilhamento de informações seja eficaz. Porém, a distância, a incompatibilidade de horários, a ausência de meios de comunicação e a falta de compromisso de qualquer uma das partes poderão prejudicar consideravelmente o exercício das obrigações, ou tornar incorretas as decisões e ações efetuadas.

De acordo com Novais e Silva (2013), a contabilidade deve utilizar uma linguagem própria para evidenciar fatos relacionados ao patrimônio das empresas. Na dinâmica atual de tomada de decisões, as empresas necessitam de informações reais para efetuar decisões eficazes.

Muitos profissionais de escritórios de contabilidade estão invertendo o seu papel dentro das organizações, posicionando-se como um profissional para atender às exigências legais deixando de lado a atenção ao cliente quanto à explicação dos demonstrativos

elaborados e a realização de consultoria sobre o entendimento acerca da situação da empresa (BUESA; OLIVEIRA, 2015).

Neste mercado tão competitivo e dinâmico, o profissional busca desenvolver suas habilidades competitivas para resolução de problemas, análise de riscos, gerenciamento de projetos e que faça uso dos recursos tecnológicos que estão à sua disposição com o objetivo de ser tornar um novo perfil do contador moderno para atuar no mercado globalizado.

A comunicação entre gestor e contador somente é eficaz se essa provocar influência no comportamento de quem recebe a mensagem, pois se assim não ocorrer conclui-se que houve ruídos na comunicação, o que pode provocar ações errôneas ou sequer gerar alguma reação (NOVAIS; SILVA, 2013).

Segundo Pereira e Pinto (2014), a contabilidade auxilia os administradores na tomada de decisão, com base em informações extraídas de demonstrativos financeiros, relatórios contábeis, análise de dados, fluxos de caixa e outros mais documentos analisados fornecidos pelos usuários.

A contabilidade, segundo os autores supracitados, deve verificar a veracidade dos documentos fornecidos pelos usuários. Os administradores nem sempre dão importância para as informações que são encaminhadas para os escritórios de contabilidades, pois tratam apenas como geradoras de impostos.

De acordo com Cardoso (2016), a informação e a comunicação sempre estiveram presentes na evolução das empresas, e destaca ainda que, em um ambiente de mudanças aceleradas e processos cada vez mais complexos, as organizações devem estar sintonizadas com o contexto da atualidade e buscar uma lógica na gestão que lhe dê competitividade. A comunicação entre o gestor e seu contador deve ser, portanto, a mais clara pontual possível, contribuindo efetivamente com o andamento dos processos.

Para Lima (2000), o processo de falência de algumas empresas pode estar relacionado à omissão de informações por parte do gestor da empresa. Essa sonegação de informações pode vir pela ignorância do empresário ou pela incapacidade do contador de requisitar e conscientizar o gestor da necessidade da troca de informações entre eles.

No dia a dia da contabilidade a comunicação entre empresário, gestor e contador é facilitada pelos meios de comunicação disponíveis, e de acordo com dados abordados anteriormente, os meios que mais se encaixam com a realidade desse público são: telefones fixos e celulares para chamadas de voz, mensagens escritas ou comunicação por vídeo; os computadores por intermédio da internet; *Pager, Tablets*, entre outros.

Assim, é possível verificar a importância da relação contador/gestor, a comunicação deve ser entendida com o principal objetivo de identificar, desenvolver e implantar tecnologias que apoiem a comunicação empresarial facilitando a transmissão de informações para a tomada de decisões, podendo determinar futuro da empresa.

2.4 EMPRESA FAMILIAR

Apesar de complexas e hierárquicas, as empresas familiares estão presentes no mundo corporativo há anos. A abordagem da empresa familiar vem, constantemente, gerando maior discussão nas faculdades e universidades, escritórios administrativos e de consultoria, bem como em palestras acadêmicas.

Segundo Freitas e Frezza (2005), mais de 99% dos negócios empresariais no Brasil são familiares. Conforme esses autores, nessas empresas são empregados mais de 60% da mão de obra que atua no mercado de trabalho. Sendo assim, pode-se observar que as empresas familiares possuem grande participação na economia e no desenvolvimento do país, seja no âmbito local, regional ou nacional.

Segundo Werner (2004, p. 02) empresa familiar pode ser definida como:

Aquela que nasceu de uma só pessoa, um empreendedor. Ele a fundou, a desenvolveu, e, com o tempo, a compôs com membros da família a fim de que, na sua ausência, a família assumisse o comando. É a que tem o controle acionário nas mãos de uma família, a qual, em função desse poder, mantém o controle da gestão ou de sua direção estratégica.

Dessa forma, na maioria das empresas familiares o gestor e administrador é o próprio dono da empresa, o que não raro ocorrem problemas na administração.

Robbins (2005) menciona que, em muitas empresas familiares, o gestor precisa separar os interesses da família e os da empresa, buscando tornar mínimo o conflito entre família e empresa. Essa separação dos interesses proporciona ao gestor uma estabilização na administração da empresa e dos interesses da família fazendo com que aconteça uma boa administração.

De acordo com Casillas, Vázquez e Díaz (2007), há muitos conceitos para as empresas familiares, os autores destacam a dificuldade de conseguir uma definição precisa e em consenso sobre este tema, pelo fato de que as empresas familiares têm múltiplas dimensões.

Os autores supracitados destacam também que, a maioria dos conceitos gira em torno de três aspectos principais, que são: I) a propriedade ou controle sobre a empresa; II) a capacidade que a família exerce sobre a empresa, normalmente pelo trabalho desempenhado pelos membros da família; e III) a intenção do gestor em, na maioria dos casos, repassar a administração da empresa a futuras gerações, incluindo assim membros da nova geração familiar dentro da empresa, tendo uma estrutura onde a tomada de decisões é definida pelos membros de uma equipe de afinidade afetiva.

Bornholdt (2005) assegura que em uma empresa familiar as crenças e os valores dela identificam-se com os da família, sendo que o poder de decisão pertence a esta e/ou aos seus herdeiros. Normalmente uma empresa familiar nasce da iniciativa de um empreendedor e membro de uma família, a construção de um projeto, realizando um sonho ou até mesmo um desafio de vida. Essas empresas foram construídas por seus gestores com a finalidade de criar um negócio pensando no futuro de seus filhos.

Para gerir uma empresa familiar, é necessário entendimento dentro da família ao tomarem as decisões. Assim se evitam conflitos que envolvam objetivos individuais e da família, bem como os da empresa, o que possibilita uma gestão mais direta e participativa.

De acordo com Grzybovski e Tedesco (2000, p. 64), “o nível de participação de membros da família na gestão da empresa é fortemente influenciado pelas motivações que levaram o empreendedor a criar seu próprio negócio”.

Com isso, o objetivo do gestor quando abre uma empresa é que ela gere lucro e prospere para que possa alcançar o sucesso, tanto na sua gestão quanto repassada ao seu sucessor de forma que ele dê segmento.

Segundo Ricca (1998), a decisão tomada pelo gestor em uma empresa familiar é representada valorizando a família, pode ser interpretada ou refletir na reputação e cultura da organização, independe de laços formais com o administrador.

Conforme Macedo (2009), a empresa familiar implica forte influência da família na gestão de negócios que cresce de acordo com sua dinâmica de evolução. E quando essa empresa cresce e a família também vai se tornando mais numerosa, a estrutura da propriedade tende a se alterar, isso leva o gestor a implementar mecanismos estruturados com o objetivo de oferecer suporte quanto a essas mudanças, refletindo no processo estratégico da empresa.

Portanto, compreende-se que as empresas familiares administradas por seus próprios donos envolvem ao mesmo tempo o ambiente, família, mercado e negócio com seus pontos fracos e positivos. Sendo possível afirmar que nas empresas familiares é necessária a presença

de um líder inovador, que não seja apegado a elos familiares, e, que esteja preparado para lidar com todos os tipos de situações que o mercado impõe, incluindo, conflitos familiares dentro da própria empresa.

3 METODOLOGIA

O método utilizado foi o estudo de caso, por se tratar da investigação em profundidade de um grupo de indivíduos (ANDRÉ, 2005). Quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório, uma vez que se buscou compreender o fenômeno, respeitando a subjetividade dos indivíduos envolvidos (BAUER; GASKELL, 2002).

A presente análise tem como objetivo principal apresentar as respostas obtidas com a realização de duas entrevistas a 3 (três) participantes da pesquisa: um contador e dois gestores de uma lotérica de gestão familiar localizada no município de Unaí-MG. Este instrumento foi aplicado com o intuito de esclarecer o objetivo geral e os objetivos específicos da referida pesquisa e responder ao problema de pesquisa: Qual a importância da comunicação entre o contador e os gestores de uma empresa familiar?

Como parâmetro para a análise prática e melhor compreensão da pesquisa em foco, foram entrevistados 3 (três) indivíduos entre os dias 09 e 28 de agosto de 2018. Os dados pessoais referentes aos participantes da pesquisa podem ser observados a seguir. Esses dados constituem a primeira parte do instrumento entrevista e dizem respeito às seguintes informações pessoais: gênero (Pergunta 1), estado civil (Pergunta 2), profissão (Pergunta 3) e idade (Pergunta 4).

O primeiro participante foi denominado como “CONTADOR” é o chefe da contabilidade prestadora de serviços à empresa familiar, instituição em que os participantes da pesquisa atuam. É um homem de 58 anos casado, possui ensino superior completo na área de contabilidade e possui 20 anos de carreira na empresa.

O segundo participante foi denominado “GESTOR I”, proprietário da empresa, é um homem de 43 anos casado, e possui 12 anos de carreira na empresa.

O terceiro participante foi denominado como “GESTOR II”, é uma mulher de 42 anos proprietária da empresa, e possui 12 anos de carreira na empresa.

A segunda etapa desta análise diz respeito às perguntas que compõem as entrevistas. As questões são apresentadas por meio de categorias relacionadas aos objetivos e à problemática da pesquisa.

Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), respeitando a seguinte cronologia: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 121).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Visando a uma melhor compreensão dos dados gerados, definiram-se as seguintes categorias para a análise e discussão dos resultados: (4.1) Meios e frequência de comunicação entre contador e gestores; (4.2) Comunicação empresarial e gestão familiar; (4.3) Missão, objetivos, metas e comunicação empresarial.

Apresenta-se a seguir a análise dos dados, segundo as categorias.

4.1 MEIOS E FREQUÊNCIA DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTADOR E GESTORES

Esta categoria apresenta a percepção dos participantes em relação aos meios e frequência de comunicação entre o contador e os gestores. E corresponde às respostas dadas às perguntas 5 e 6 da segunda parte da entrevista.

A seguir apresentam-se as respostas dadas à **pergunta 5** da entrevista: Quais os meios de comunicação utilizados entre você e os gestores da empresa para discutirem assuntos relacionados à lotérica?

Contador: Bom... por telefone, na maioria das vezes a gente conversa por telefone, visitas são menos frequentes mas acontece também e pela internet, pela rede social ou até mesmo por *e-mail*, bastante informação a gente envia por *e-mail*.

Gestor I: Telefone, *WhatsApp*, *e-mail*, mais por *e-mail*.

Gestor II: *E-mail*, telefone, a gente vai até o contador, é isso... *E-mail*, mais é pelo telefone.

Os entrevistados optam por um estilo de comunicação mais prático e eficaz, adotando um meio de comunicação mais atual utilizando o *e-mail*, *WhatsApp*, em que a empresa juntamente com contador possam ter uma facilidade maior na comunicação mediante a necessidade de desempenhar suas atividades com eficiência.

A utilização de novas redes como o *e-mail*, celulares e *smartphones* criam uma rede de relacionamento extensa, em que a comunicação pode acontecer de forma privada com indivíduo ou até mesmo pode haver uma troca de informações de forma segura. A cada dia surgem novos adeptos a esse novo meio de comunicação, sendo útil para solucionar assuntos organizacionais e pessoais (CARDOSO, 2016).

De acordo com Diniz (2014) o uso de *smartphones*, internet, tornou-se uma forma mais econômica, prática, rápida e de fácil compreensão dos seus usuários. Essa forma de comunicação vem sendo utilizada em massa após popularização da internet.

Em seguida foi realizada a **pergunta 6**: *Com que frequência você e os gestores da lotérica têm se comunicado?*

Contador: Assim, não existe uma data ou coisa parecida para a gente se comunicar ou entrar em contato com os clientes no modo geral, toda vez que ocorre alguma dificuldade ou alguma dúvida a gente consulta eles ou eles consultam a gente e a gente esclarece, não existe assim um período certo pra tá se comunicando mas sempre que tiver alguma dificuldade... qualquer coisa a gente se comunica.

Gestor I: Ah... quase que sempre. Toda semana, duas vezes na semana, sempre me comunico com ele e ele comigo.

Gestor II: Não tem muita frequência não, as vezes só quando tem uma dúvida grande que em questão... por exemplo: vai dispensar uma pessoa, aí não gerou ainda a alteração sindical, que muda anualmente, então não passou pra gente. Na maioria quando manda alguém embora ou quando muda aqui na loteria em relação a pagamento e eles não avisou a gente.

A frequência de comunicação entre o contador e gestores não é diária, mas acontece sempre que necessário. A comunicação influencia diretamente nas decisões da organização, tanto a gestão quanto o contador procuram uma comunicação frequente em busca de esclarecimentos facilitando a transmissão de informações.

De acordo com Novais e Silva (2013) a comunicação do contador juntamente com seus colaboradores deve ser da melhor forma possível, o contador deve utilizar uma linguagem eficiente e frequente. Dessa forma, acontece entre as partes o compartilhamento de informações eficazes e claras.

4.2 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E GESTÃO FAMILIAR

Esta categoria apresenta a percepção dos participantes a respeito do papel desempenhado por eles na lotérica em relação à comunicação empresarial. Investigou-se também o impacto da gestão familiar no processo de comunicação e se existem obstáculos na

comunicação entre gestores e contador. A análise aqui empreendida diz respeito às respostas dadas às questões 7,9 e 10.

A seguir são apresentadas as respostas dadas à **pergunta 7** da entrevista: Qual o seu papel na lotérica quando o assunto é a *comunicação empresarial*?

Contador: Assim a comunicação empresarial? ... de acordo com assuntos relacionados a administração da lotérica a gente não influencia muito nisso, as pessoas que estão lá são de confiança do empreendedor né, no caso a gente não interfere muito. Até porque é uma questão de ética da gente com o cliente, agora em questões contábeis sempre que houver necessidade, qualquer dúvida a gente esclarece sem problema nenhum.

Gestor I: Ah... assim, a gente entrega pro contador quase tudo pronto porque é definido entre família também. Entregamos as informações quase tudo resumidas pro contador fazer contabilidade.

Gestor II: Bom meu papel nessa questão de comunicação é fazer o melhor né... nossa comunicação maior é com a caixa econômica e com clientes, eles passam as coisas pra gente, as metas e nós repassamos os resultados e informações pro contador finalizar.

O contador entende que seu principal papel é auxiliar os gestores nas suas maiores dificuldades não interferindo muito na sua administração. Os gestores buscam corresponder o contador com suas informações precisas com foco direcionado em resultados positivos e satisfatórios.

Para Matos (2009), comunicação empresarial é relacionamento entre empresa com seu público e colaboradores em que envolve um conjunto de procedimentos e técnicas destinados a estimular o processo de comunicação, resultando em um recurso de estratégia de gestão. Ou seja, a comunicação tem toda habilidade para uma vantagem competitiva ou um enorme problema.

De acordo com Villa (2012), o contador deve estar sempre se aprimorando para o desenvolvimento da profissão, buscando sempre acompanhar o mercado e as mudanças na legislação, de forma que, ao invés de gerar impostos, este possa traduzi-los. O contador deve primeiramente se comunicar muito bem, para que no momento da comunicação com o gestor não ocorram distorções no entendimento das informações por parte do empresário.

A seguir apresentam-se as respostas dadas à **pergunta 9**: *O fato de a lotérica ter uma gestão familiar interfere no processo de comunicação de vocês?*

Contador: Não, de forma nenhuma, isso aí é uma questão que eu acho que tanto faz se cliente que envolve sócios, diferentes famílias ou só familiares. Geralmente aqui em Unai a região que a gente conhece são empresas mais voltadas administração familiar, onde a própria família tem a gerencia, o comando da empresa.

Gestor I: Não não Sempre as decisões são bem-sucedidas entre os dois, a comunicação é segura.

Gestor II: Sim, interfere porque a gente não é só dois sócios são 3 sócios, e acaba que cada um tem uma opinião diferente, daí eu tenho uma opinião, meu irmão tem outra, e o nosso contador dá uma opinião diferente, e as vezes fica difícil entrar num conceito, mas sempre dá certo pra decisão final.

Para o CONTADOR e o GESTOR I o fato de a lotérica ter uma gestão familiar não interfere nas decisões e nem na comunicação, pois ambos consideram estar satisfeitos e não encontram dificuldades nisso. O GESTOR II discorda e alega que, nas tomadas de decisões, pelo fato de ser uma empresa familiar, sempre há opiniões diferentes com dificuldade de finalizar qualquer decisão final podendo ocasionar algum tipo de conflitos.

As empresas familiares são administradas por membros da família e o convívio pode causar consequências tanto positivas quanto negativas. A dificuldade da gestão familiar é

ainda maior, pois envolve sentimentos entre os membros, podendo ser conflitante. Enquanto em outras empresas não existe esse tipo de relações pessoais (MACEDO 2009).

A seguir são apresentadas as respostas dadas à **pergunta 10**: *Existe(m) algum(ns) obstáculo(s) que impeça(m) a comunicação entre você e os gestores da empresa? Em caso afirmativo, cite-o (s).*

Contador: Não, sempre eu acho que a gente procura atender os anseios em que a empresa necessita para solucionar as questões tanto administrativas quanto contábil.

Gestor I: Não eu acho que não pode ter não. Não tenho nada a reclamar.

Gestor II: Não diria obstáculos, mas as vezes existe umas dificuldades de falar com contador em caso de emergências, quando está em reunião, mas nada que impeça diretamente na comunicação entre nós.

O CONTADOR e o GESTOR I desconhecem quaisquer obstáculos para comunicação, procuram uma comunicação positiva proporcionando interação entre as partes. O GESTOR II apresenta apenas uma pequena dificuldade na comunicação que pode ser considerada incompatibilidade de horários, mas nada que influencie ou prejudique as decisões a serem tomadas.

A eficácia da comunicação entre contador e gestor só será positiva se influenciar no comportamento de quem recebe a mensagem. Assim, se ocorrer de forma contrária pode afetar diretamente nas decisões finais provocando ruídos na comunicação. As informações e a comunicação entre contador e o gestor deve ser a mais clara possível, contribuindo verdadeiramente com o andamento dos processos (NOVAIS; SILVA 2013).

4.3 MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

Esta categoria apresenta o conhecimento dos participantes da pesquisa quanto à missão, os objetivos e as metas da lotérica e como o conhecimento dessas questões pode ou não interferir no trabalho e no processo de comunicação entre contador e gestores. A análise aqui empreendida diz respeito às respostas dadas à questão 8.

A seguir apresentam-se as respostas dadas à **pergunta 8** da entrevista: *Conhece bem a missão, os objetivos e as metas da lotérica? Acha que o fato de conhecer ou desconhecer essas questões interfere no seu trabalho e na sua comunicação com a gestão da lotérica?*

Contador: Sim conhecemos. Até porque a gente formulou contrato, a gente discute com o cliente a respeito de quais objetivos que ela pretende, as metas são postas pelos próprios clientes, assim como faturamento, de lucro dentre outros mais. Com certeza influencia, a gente tem que está por dentro dos objetivos pra poder melhor orientá-los e também situá-los dentro do... assim do contexto de administração voltado aos objetivos e metas a serem alcançados, mais específicos né.

Gestor I: Sim, com certeza. Eu acho que interfere um pouco, porque o gerenciamento de loteria não é igual outras empresas normais que existe, mas sempre dá certo.

Gestor II: Sim. Acho que interfere muito, exemplo assim nós trabalhamos com meta, e a nossa meta maior é atender o cliente, né? um contato bom com os funcionários, clientes, contabilidade, levar essa comunicação com o contador, porque às vezes não dá para satisfazer a todos.

Observa-se que tanto o CONTADOR quanto os GESTORES I e II reconhecem a importância de se conhecer bem a missão, os objetivos e as metas da lotérica e eles entendem como esse conhecimento pode influenciar de forma positiva no trabalho deles, bem como o processo de comunicação da empresa.

De acordo com Matos (2009), as organizações devem ter uma política de comunicação. A empresa deve responsabilizar-se uma função estratégica onde possam participar no processo de tomada de decisão. Com essa ação, a empresa pode definir procedimentos que serão utilizados por todo corpo de trabalho, apontando um ordenamento para tornar claro e eficaz os objetivos, metas, missão e planos de ação que a organização deverá utilizar para um progresso e entendimento positivo.

Destaca-se que os participantes da pesquisa prestam serviço a uma empresa de gestão familiar, logo há particularidades e essas devem ser levadas em consideração pelos gestores e contador, portanto, conhecer bem a empresa, sua missão, seus objetivos e suas metas só irão gerar resultados positivos tanto para o crescimento empresarial quanto para o processo de comunicação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com vistas a responder ao tema proposto neste trabalho: A comunicação do contador em empresa com gestão familiar: Um estudo de caso realizado em uma lotérica no município de Unai-MG, determinou-se como objetivo geral: analisar a importância do processo de comunicação do contador em empresa com gestão familiar.

Em um primeiro momento buscou-se conhecer o perfil dos participantes, e chegou-se ao seguinte resultado: o contador é um homem de 58 anos, casado, possui ensino superior completo na área de contabilidade e atua há 20 anos na empresa. O segundo participante é um homem de 43 anos casado, e possui 12 anos de carreira na empresa, já o terceiro participante é uma mulher de 42 anos, proprietária da empresa, exerce a função de auxiliar administrativa e possui 12 anos de carreira na empresa.

A primeira categoria (4.1 MEIOS E FREQUÊNCIA DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTADOR E GESTORES) apresentou a percepção dos participantes em relação aos meios e frequência de comunicação entre o contador e os gestores. E corresponde às respostas dadas às perguntas 5 e 6 da segunda parte da entrevista. Evidenciou-se que os entrevistados optam por um estilo de comunicação prático e eficaz, adotando como meio de comunicação o *e-mail*, *WhatsApp*, em que a empresa juntamente com contador possa ter uma facilidade maior na comunicação mediante a necessidade de desempenhar suas atividades com eficiência.

A segunda categoria (4.2 COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL E GESTÃO FAMILIAR) apresentou a percepção dos participantes a respeito do papel desempenhado por eles na lotérica em relação à comunicação empresarial. Investigou-se também o impacto da gestão familiar no processo de comunicação e se existem obstáculos na comunicação entre gestores e contador. A análise empreendida nesta categoria diz respeito às respostas dadas às questões 7, 9 e 10.

O contador apontou que seu principal papel é auxiliar os gestores nas suas maiores dificuldades não interferindo na administração. Os gestores buscam corresponder o contador com suas informações precisas e que desdobrem em resultados positivos e satisfatórios.

A terceira categoria (4.3 MISSÃO, OBJETIVOS, METAS E COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL) mostrou o conhecimento dos participantes da pesquisa quanto à missão, os objetivos e as metas da lotérica e como o conhecimento dessas questões pode ou não interferir no trabalho e no processo de comunicação entre contador e gestores. A análise empreendida diz respeito às respostas dadas à questão 8.

Pode-se observar que tanto o contador quanto os gestores I e II reconhecem a importância de se conhecer bem a missão, os objetivos e as metas da lotérica e eles entendem como esse conhecimento pode influenciar de forma positiva o trabalho deles bem como o processo de comunicação da empresa.

De acordo com os resultados da pesquisa, o papel do contador é prestar assistência e auxiliar os gestores de forma que não interfira na administração dos gestores. Por ser uma empresa familiar os gestores buscam corresponder à assistência prestada pelo contador procurando bons resultados.

Conclui-se que o contador, além de prestar seus serviços contábeis, auxilia também os gestores nas tomadas de decisões, a comunicação é a melhor forma de chegar às informações, sejam elas faladas ou escritas. A empresa possui formas de comunicação eficazes e não encontra dificuldades nas formas e meios de comunicação. O conhecimento da missão, os objetivos e metas da empresa familiar são de extrema importância para que o contador juntamente com os gestores possa exercer a melhor forma de comunicação gerando resultados positivos tanto na tomada de decisões quanto no processo de comunicação dentro da empresa.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Reginaldo G. do. **Democratização, exclusão e desigualdades:** a evolução da comunicação social e de seus meios. In: Encontro nacional de história da mídia. - Ouro Preto, 2013. Disponível em: <www.ufrgs.br.> Acesso em: 20 fev. 2018.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional.** Brasília: Liber Livro, 2005.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis-RJ: Vozes, 2002.

BORNHOLDT, Werner. **Governança na empresa familiar:** implementação e prática. Porto Alegre: Bookman, 2005.

BUENO, Wilson da Costa. A comunicação empresarial estratégica: definindo os contornos de um conceito. **Conexão – comunicação e cultura.** Caxias do Sul, RS, v.4, n. 7, p. 11-20, jan./jun. 2006. ISSN 2178 -2687. Disponível em:< www.ucs.br. >Acesso em: 05 mar. 2018.

BUESA, Natasha Young; OLIVEIRA, Eliana Ap. Domingues de. Gestor Contábil: o novo perfil do contador. **Revista Eletrônica Gestão e Negócios.** São Roque, v. 6, n. 1, p. 01-25, 2015. ISSN 2177-7756. Disponível em: www.uninove.br. Acesso em: 22 abr. 2018.

CARDOSO, Cristine Gerk Pinto. **Jornalismo e Público:** reconfigurações no contexto digital. *Whatsapp* do Extra como ferramenta histórico-tecnológica. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <www.pos.eco.ufrj.br>. Acesso em: 19 mar. 2018.

CAES, Valdinei. A importância da gestualidade na comunicação não verbal. **Revista Eletrônica dos Cursos de Administração e Ciências Contábeis.** n. 7, 2012. Disponível em: <www.opet.com.br>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CASILLAS, José Carlos; VÁZQUEZ, Adolfo; DÍAZ, Carmen. **Gestão da empresa familiar:** conceitos, casos e soluções. São Paulo: Thomson, 2007.

DINIZ, Caetano da P. Santos. A escrita nas redes sociais e suas implicações subjetivas. **Web Revista Sociodialeto.** Campo Grande, v. 5, n. 13, jul. 2014. ISSN 2178 -1486. Disponível em: <www.sociodialeto.com.br>. Acesso em: 04 mar. 2018.

FERRAZ, Cibele Maria. **Gestão da comunicação organizacional em tempos de transição: Desafios e novas competências profissionais em prol do engajamento e da propagação de valores e significados.** 2016, 174 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016. Disponível em: <www.ufjf.br>. Acesso em 24 mar. 2018.

FREITAS, Ernani Cesar de; FREZZA, Cleusa Maria Marques. **Gestão e sucessão em empresa familiar: Gestão e Desenvolvimento,** Novo Hamburgo, RS, v. 2, n. 1, p. 31-43, jan. 2005.

GONÇALVES, Maria Luísa M. F. **Comunicação interpessoal nas escolas: um estudo com alunos do 6º e 9º anos de escolaridade.** Lisboa, 2012. Disponível em: <www.repositorio.ul.pt>. Acesso em: 02 mar. 2018.

GRZYBOVSKI, Denize; TEDESCO, João Carlos (Orgs). **Empresa familiar: tendências e racionalidades em conflito.** Passo Fundo - RS: UPF, 2000.

LIMA, Walcir Gonçalves de. A importância da contabilidade na economia das empresas. **Revista Economia e Pesquisa.** Araçatuba, v.2, n.2, p.79-93, 2000. ISSN 2179 -6009. Disponível em: <www.feata.edu.br>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MACEDO, José Ferreira de. **Sucessão na empresa familiar: teoria e prática.** São Paulo: Nobel, 2009.

MATOS, Gustavo Gomes. **Comunicação empresarial.** 2. ed. São Paulo: Manoele, 2009.

NASSAR, Paulo. **Tudo é comunicação.** 2. ed. São Paulo: Lazuli, 2009.

NOVAIS, Werley Brito; SILVA, Flávio José Dantas da. Semiótica na comunicação entre a Contabilidade e seus usuários. **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas.** Vitória da Conquista, n. 14, p. 175-184. 2013. Disponível em: <www.periodicos.uesb.br>. Acesso em: 25 mar. 2018.

PEREIRA, Fernanda Aparecida Santos; PINTO, Rafael Silva. A Contabilidade Comercial: o papel do contador no gerenciamento da empresa. **Revista Saber Eletrônico On-line.** Jussara, n. 2, p. 24-42, ago./dez. 2014. ISSN 2176 -5588. Disponível em: <www.unifaj.edu.br>. Acesso em: 24 mar. 2018.

PESSOA, Sônia. **Comunicação empresarial, uma ferramenta estratégica.** Belo Horizonte, 2003. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 24 mar. 2018.

RASLAN, Eliane Meire Soares. **Análise de efetividade na comunicação estratégica em instituições: Um estudo na arquidiocese de Belo Horizonte.** 2009. 141 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Faculdade de Ciências Empresariais da Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <www.fumec.br>. Acesso em: 03 mar. 2018.

RICCA, Domingos. **Da empresa familiar à empresa profissional.** São Paulo: Editora CLA Cultural, 1998.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

RUDIGER, Francisco. **Introdução à teoria da comunicação**. São Paulo: Edicon, 1998.

SANTANA, Lídia Chagas de; TIBURCIO, Jussara Santana. A comunicação interna como estratégia organizacional. **Revista de Iniciação Científica Cairu**, Jun. 2014. Fundação Visconde de Cairu, 2014. Disponível em: <www.cairu.br>. Acesso em: 05 mar. 2018.

SANTOS, Jair Nascimento; SOUZA, Renata Alves de. Comunicação Interna: Uma contribuição para a melhoria das relações de trabalho. **Revista Gestão e Tecnologia**. Pedro Leopoldo, v. 14, n. 2, p. 180-199, mai./ago. 2014. Disponível em: <www.revistagt.fpl.edu.br>. Acesso em: 22 mar. 2018.

SILVA, Anna Cristina Moraes Leite da; SILVA, Carlos Magno Martins da. **A comunicação corporativa interna como estratégia de gestão**. Simpósio de excelência em gestão e tecnologia. Resende, 2010. Disponível em: <www.aedb.br>. Acesso em: 15 abr. 2018.

SOUZA, Cláudio Vinícius de. **Ferramentas modernas de comunicação como forma de promoção para as organizações**. Dissertação – (Graduação em Administração) – Instituto de Ensino Superior de Londrina, Londrina, 2009. Disponível em: <www.escavador.com>. Acesso em: 25 fev. 2018.

TOMASI, Carolina; MEDEIROS, Joao Bosco. **Comunicação empresarial**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

TORQUATO, Francisco Gaudêncio do Rego, **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistemas, estrutura, planejamento e técnicas**. 11. ed. São Paulo: Summus, 1986.

VILLA, Patrícia. **O monólogo contábil: Uma análise do uso da contabilidade gerencial em micro e pequenas empresas à luz do processo comunicacional segundo Bakhtin**. 2012, 132 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2012. Disponível em: <http://www.ppgcontabilidade.ufpr.br>. Acesso em: 11 mai. 2018.

WERNER, René. **Família e negócios: um caminho para o sucesso**. Barueri, SP: Manole, 2004.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 6. ed. Lisboa, 2001.

A INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE UNAÍ-MG

MELO, Evânia Moura de Abreu¹
OLIVEIRA, Maria Aparecida de²

RESUMO: O objetivo geral deste trabalho é analisar a influência da família no processo ensino-aprendizagem das crianças das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola pública de Unaí-MG, tendo como problemática: Qual a influência da participação da família na aprendizagem escolar das crianças nas séries iniciais de uma escola pública de Unaí-MG? Justifica-se pela necessidade de a família estar presente no processo de ensino-aprendizagem das crianças. Utilizou-se de abordagem descritiva, qualitativa, do tipo exploratório, estudo de caso. A coleta dos dados ocorreu por meio do instrumento questionário aplicado a cinco professoras do 1º ao 5º ano do ensino fundamental. O trabalho está dividido em referencial teórico e pesquisa empírica. O resultado mostrou que a presença dos pais é fundamental no processo de aprendizagem das crianças. Conclui-se que a vida escolar, sobretudo das crianças, é uma área que requer o apoio da família.

Palavras-chave: Família. Aprendizagem. Escola.

1 INTRODUÇÃO

A família é essencial na vida dos seus membros, pois é através dela que se obtém o início de uma educação, fazendo com que aconteça o crescimento pessoal e profissional do indivíduo. A família tem passado por significativas transformações, no que se refere ao modelo, na forma de se educar as crianças e no compromisso cotidiano de assumir as responsabilidades que lhes são próprias. No que concerne à vida escolar, muitas famílias têm deixado a desejar, quando transferem para as instituições de ensino toda a responsabilidade da educação de seus entes, o que inviabiliza resultados. A família tem um papel importante no processo de aprendizagem, é preciso, então, haver uma parceria entre ela e a escola, pois ambas dão suporte para o desenvolvimento escolar das crianças.

Esta pesquisa surgiu com o seguinte questionamento: Qual a influência da participação da família na aprendizagem escolar das crianças nas séries iniciais de uma escola pública de Unaí-MG? A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar a influência da família no processo ensino-aprendizagem das crianças das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola pública de Unaí-MG, tendo como objetivos específicos: 1. Apresentar os conceitos, bem como o embasamento legal sobre a família. 2. Conhecer como se dá o processo de ensino aprendizagem. 3. Refletir sobre a influência da família no processo de ensino-aprendizagem.

Esta pesquisa justifica-se pela grande necessidade de a família estar presente no processo de ensino-aprendizagem das crianças. O interesse por essa temática iniciou-se na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí, em sala de aula, na disciplina Sociologia, Educação e Trabalho. Por meio desta matéria nasceu o desejo de investigar este tema.

Quanto à metodologia, foi utilizada a pesquisa descritiva, qualitativa, tipo exploratório, estudo de caso, com fonte primária (pesquisa de campo) e secundária (referencial teórico).

Na pesquisa de campo (empírica), foi aplicado o instrumento (questionário) a um grupo de 05 (cinco) professoras do 1º ao 5º ano do ensino fundamental de uma escola da rede

¹ Acadêmica do Curso de Pedagogia da FACTU.

² Professora da FACTU, mestra em Ciências da Religião (PUC/GO).

pública de Unai - MG, com o objetivo de coletar os dados (a visão) das referidas professoras sobre a questão da participação da família no processo de aprendizagem das crianças.

Para a análise e discussão dos dados coletados foram feitas as seguintes categorias: A importância da parceria entre família e escola. A participação dos pais no contexto escolar. A influência da família no desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Não se pode conceber a ideia de família sem parceria com a escola, a sintonia entre ambas é vital. A educação começa em casa, se estende até a escola, destaca-se, entretanto, que a presença da família na vida das crianças continua sendo fundamental para o desenvolvimento do processo da aprendizagem escolar.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A FAMÍLIA E SEUS ASPECTOS LEGAIS

A família é essencial na vida dos seus membros, pois é através dela que se obtém o início de uma educação que favorece no crescimento pessoal e profissional do indivíduo.

Rodrigues (2004, p. 4) afirma que "a família é a formação por todas aquelas pessoas ligadas por vínculo de sangue, ou seja, todas aquelas pessoas provindas de uma ascendência comum, o que inclui, dentro da trajetória da família, todos os parentes consanguíneos".

Em num conceito mais amplo, Dessen e Braz, (2005) dizem que família é um dos principais contextos de socialização dos indivíduos e, portanto, possui um papel fundamental para a compreensão do desenvolvimento humano, que, por sua vez é um processo em constante transformação, sendo multideterminado por fatores do próprio indivíduo e por aspectos mais amplos do contexto social no qual estão inseridos.

Já Nader (2006, p. 03) defende que a família consiste em: "uma instituição social, composta por mais de uma pessoa física, que se irmanam no propósito de desenvolver, entre si, a solidariedade nos planos assistencial e da convivência ou simplesmente descendem uma da outra ou de um tronco comum".

No que se refere aos aspectos legais da família, a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) apresenta a importância da participação ativa dos pais na vida social e cognitiva da criança, a família deve agir como potencializadora da educação formal de seus filhos, incentivando e acompanhando o desenvolvimento do indivíduo.

Partindo dos princípios da Constituição Federal (BRASIL, 1988), é evidente que a família deve trabalhar de forma cooperativa, em um processo de colaboração:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p. 43).

Nesse viés, a família é uma instituição de suma importância para o desenvolvimento e formação do sujeito, conforme descrito no artigo 2º da LDB (BRASIL, 1996, p. 8): "A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Ou seja, o papel da família também inclui ter cuidado especial com a educação das crianças, e se preocupar com o desempenho dos filhos na escola.

Portanto, de acordo com a legislação brasileira os pais ou responsáveis devem estar atentos à vida de seus filhos, atentos aos cuidados e necessidades que cada criança possui no seu processo de desenvolvimento e aprendizagem.

2.2 A APRENDIZAGEM E SEUS DESDOBRAMENTOS

A aprendizagem é um componente que provém de uma comunicação com o mundo se acumula sob a forma de uma riqueza de conteúdos cognitivos. É o processo de organização de informações e integração do material pela estrutura cognitiva. É comum as pessoas restringirem o conceito aprendizagem somente aos fenômenos que ocorrem na escola, como resultado do ensino. Entretanto, o termo tem um sentido mais amplo, abrange os hábitos que formamos, os aspectos de nossa vida afetiva e a assimilação de valores culturais. Enfim, a aprendizagem se refere a aspectos funcionais e resulta de toda estimulação ambiental recebida pelo indivíduo no decorrer da vida.

Na visão de Vygotsky (1991), o conceito de aprendizagem é a consequência da influência mútua entre a criança e o meio social, pois, o pensamento e a linguagem ganham influências do meio em que residem. Para ele a organização das composições lógicas vai adequando-se a mediação simbólica e social, fazendo com que o funcionamento cognitivo da mente esteja relacionado à reflexão e o planejamento. Desse modo, levando-se em consideração que a aprendizagem se desenvolve por meio da interação social, acredita-se que as relações marcadas na convivência familiar influenciam na aprendizagem escolar da criança, visto que a família é primeira instituição que oferece um aprendizado moral para a criança se inserir nas práticas sociais, como agente de direito e dever.

Wallon (1995) menciona que a aprendizagem somente se constitui a partir das relações com o mundo social. A formação é resultado da relação com os pais, irmãos, colegas e todo e qualquer ser humano. A participação da família no processo de aprendizagem é fundamental para que se incorporem novos valores neste processo e se consiga vencer todas as barreiras a ele imposta.

Com relação à aprendizagem escolar, Barros (1998) afirma que é um processo de assimilação de determinados conhecimentos e modos de ação física e mental organizados e orientados no processo de ensino. Os resultados da aprendizagem se manifestam em modificações na atividade externa e interna do sujeito, nas suas relações com o ambiente físico e social.

Portanto, a aprendizagem é fruto da história de cada sujeito e das relações que ele consegue estabelecer com o conhecimento ao longo da vida. No entanto, esse processo não depende somente do indivíduo, é um processo que envolve as interações que a pessoa realiza com o outro e com a família.

Quanto ao processo de aprendizagem, Vygotsky (1989) assume que a aprendizagem da criança começa muito antes da aprendizagem escolar que nunca parte do zero. A aprendizagem da criança na escola ocorre com o estabelecimento de relações que se conectam com os conhecimentos anteriores da criança. Essa afirmação mostra que a aprendizagem não se inicia do zero, mas sim, de experiências anteriores, como também por meio da interação social. Dessa forma um procedimento não acontece sozinho, pode partir das vivências que o indivíduo acumula no decorrer da sua vida, ou seja, a aprendizagem parte do equilíbrio e a seguimento da evolução da mente.

Conforme Polity (1998, p. 73), o termo Dificuldade de Aprendizagem é definido pelo Instituto Nacional de Saúde Mental da seguinte forma:

Dificuldade de Aprendizagem é uma desordem que afeta as habilidades pessoais do sujeito em interpretar o que é visto, ouvido ou relacionar essas informações vindas de diferentes partes do cérebro. Essas limitações podem aparecer de diferentes formas: dificuldades específicas no falar, no escrever, coordenação motora, autocontrole, ou atenção. Essas dificuldades abrangem os trabalhos escolares e podem impedir o aprendizado da leitura, da escrita ou da matemática. Essas manifestações podem ocorrer durante toda a vida do sujeito, afetando várias facetas: trabalhos escolares, rotina diária, vida familiar, amizades e diversões. Em algumas

pessoas as manifestações dessas desordens são aparentes. Em outras, aparece apenas um aspecto isolado do problema, causando impacto em outras áreas da vida.

De acordo com Piletti (2002), existem vários fatores que podem contribuir para o retardo ou dificuldade na aprendizagem, dentre os quais a participação da família, se esta acompanha a jornada escolar dos seus membros, se vai à escola, se busca saber como é o comportamento e interesse pelos estudos, as notas e se estimula a criança a estudar de maneira sadia. Destaca também a interferência do estado emocional, se a criança tem um convívio tranquilo com seus pais, irmãos e demais pessoas que possam habitar em seu lar.

Através das experiências e relações interpessoais, a família pode promover o desenvolvimento intelectual, emocional e social da criança. Ela pode criar situações no dia-a-dia que estimularão esses aspectos, desde que esteja desperta para isso. Além disso, a participação da criança nas atividades rotineiras do lar e a formação de hábitos também são importantes na aquisição dos requisitos básicos para a aprendizagem, pois estimulam a organização interna e a habilidade para o 'fazer', de maneira geral (MARTURANO, 1998).

Portanto, os problemas de aprendizagem devem ser observados para serem detectados e trabalhados no momento certo para evitar que a dificuldade se prolongue no decorrer da vida escolar.

2.3 INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM ESCOLAR

A família deve se esforçar para estar presente em todos os momentos da vida de seus filhos, em especial, no período de aprendizagem escolar, pois a presença implica o desenvolvimento, comportamento e aprendizagem. A participação da família na escola é de fundamental importância no processo de aprendizagem. Conforme pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC) com base nos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), de julho de 2013, afirma que:

(...) a criança, cuja família participa de forma mais direta no cotidiano escolar, apresenta um desempenho superior em relação àquela onde os pais estão ausentes do seu processo educacional. Ao conversarem com o filho sobre o que acontece na escola, cobrarem dele e ajudarem-no a fazer o dever de casa, falarem para não faltar à escola, tirar boas notas e ter hábito de leitura, os pais estarão contribuindo para a obtenção de notas mais altas (BRASIL, 2013).

Como a família é a primeira sociedade que a criança tem contato, ela precisa ser capaz de dar segurança, afeto e encorajamento. Para que essa criança seja capaz de se desenvolver em um adulto preparado para conviver de maneira harmoniosa dentro do universo social.

Desta forma, Tavares (2013, p. 17) ressalta: "A família é a primeira grande referência das crianças. Toda vez que elas fazem algo e dão o seu melhor, precisam que alguém reconheça a qualidade daquilo que foi realizado. E as pessoas mais importantes durante a infância são os pais".

Nunca é demais repetir que demonstrar interesse pela vida escolar dos filhos é de fundamental importância para que a aprendizagem ocorra, pois, ao perceber o interesse dos pais e da família por seus estudos, a criança sente-se valorizada, tem sua autoestima elevada, e isto reflete diretamente em sua aprendizagem. Pais presentes diminuem o número de evasão escolar, indisciplina e baixo rendimento. Macedo (1994, p. 199) diz que: "com a participação da família no processo de ensino aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos da criança".

Quando existem estímulos e incentivos da família, a criança se desenvolve de maneira sadia e com mais possibilidades de sucesso nas fases futuras de sua infância. A criança que cresce num ambiente repleto de estímulos e incentivos à aprendizagem, terá mais chances de um bom desenvolvimento intelectual. Em sentido contrário, se essa criança não é estimulada principalmente afetiva e intelectualmente ela poderá apresentar uma série de dificuldades ou atrasos no seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Segundo Piaget (1998), a criança passa por vários estágios de desenvolvimento cognitivo, nos quais ela atravessa diferentes formas de pensamento. Se ela não for motivada no devido período em que se encontra, implicará um possível atraso no seu desenvolvimento.

Leite e Gomes (2008, p. 5) acrescentam que a família é essencial para o desenvolvimento do indivíduo, independentemente de sua formação. “É no meio familiar que o indivíduo tem seus primeiros contatos com o mundo externo, com a linguagem, com a aprendizagem e aprende os primeiros valores e hábitos”.

Os pais desempenham um papel fundamental na construção da autoestima dos filhos. Esse processo começa na infância. Mas, mesmo que a criança receba cuidados de boa qualidade e passe por experiências sociais positivas, na pré-adolescência e no início da adolescência, ainda assim certo desconforto em relação a si mesmo é muito comum. Acrescenta ainda que “dar liberdade à criança para contar o que sente, respeitar sua opinião e valorizar suas realizações são atitudes que ajudarão a formar um adulto confiante” (TAVARES, 2013, p. 17).

Prestigiar o filho é uma forma de contribuir para melhorar a autoestima e aprendizado dele, o que pode ser manifestado quando comparecem às apresentações da escola, reuniões, elogiá-lo quando seus esforços são satisfatórios e, sobretudo, dar atenção a ele e jamais ter atitudes de dizer frases negativas que faça com que a criança se sinta incapacitada. Pois, a aprendizagem envolve pensamento, afeto, linguagem e ação. Esses processos precisam estar em harmonia para que o sucesso seja obtido, e a família tem papel essencial e indispensável nesse processo.

A família sempre desenvolveu e sempre desenvolverá expectativas com relação aos filhos, durante o processo educacional, não é diferente. Quase todos os pais querem que os filhos tenham sucesso escolar, e quando não há um desenvolvimento satisfatório é preciso analisar o estudante, a sua família e a escola. Porém, para diferentes autores, independentemente da origem do problema, é dentro do contexto familiar que as dificuldades serão amenizadas ou multiplicadas (POLITY, 1998).

É importante ressaltar que se houver a parceria família-escola frequentemente, a aprendizagem do aluno será mais significativa e alcançará melhores resultados. Segundo Chalita (2001, p. 20), “a família tem a responsabilidade de formar o caráter, de educar para os desafios da vida, de perpetuar valores éticos e morais. Os filhos se espelhando nos pais e os pais desenvolvendo a cumplicidade com os filhos.” Desta forma, a família não pode negligenciar seu papel na educação dos filhos, passando suas atribuições e responsabilidades para a escola.

É preciso que os pais se dediquem nos processos educativos dos filhos no sentido de motivá-los afetuosamente ao aprendizado. O aprendizado formal ou a educação escolar, para ser bem-sucedida não depende apenas de uma boa escola ou de bons educadores, mas, principalmente, de como a criança é tratada em casa e dos estímulos que recebe para aprender.

É também de fundamental importância entender que:

O aprender é um processo contínuo e não cessa quando a criança está em casa. Quando a família passa a perceber sua devida importância nesse processo ela possibilita a promoção da verdadeira educação significativa do sujeito enquanto cidadão livre, autônomo e pensante. A família é o primeiro e principal contexto de socialização dos seres humanos, é um entorno constante na vida das pessoas; mesmo

que ao longo do ciclo vital se cruze com outros contextos como a escola e o trabalho (EVANGELISTA; GOMES, 2003, p. 203).

Em outros termos, a família deve ser o espaço imprescindível para garantir a sobrevivência e a proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como se vêm estruturando (KALOUSTIAN, 1988).

Sendo assim, é indispensável que a família se esforce para estar mais presente em todos os momentos da vida de seus filhos, inclusive na vida escolar. No entanto, esta presença implica envolvimento, comprometimento e colaboração. O papel dos pais, portanto, é de ter comprometimento com os filhos, para dar continuidade ao trabalho da escola, criar condições para que seus filhos tenham um bom desenvolvimento na aprendizagem, gerando sucesso dentro e fora da sala de aula.

A relação entre família e escola se dá por caminhos simultâneos. Por isto, quanto maior o fortalecimento dessa relação família e escola, melhor será o desempenho na vida escolar das crianças. Nesse sentido, é importante que família e escola saibam aproveitar os benefícios desse estreitamento de relações, pois isto irá resultar em princípios facilitadores da aprendizagem e formação social da criança.

Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (PAROLIM, 2003, p. 99).

Libâneo (2004) afirma que:

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escolar. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética (LIBÂNEO, 2004, p. 137).

Com isso a escola, em parceria com a família se completa, ambas auxiliando no que for necessário para promover a expectativa do processo educacional e fornecendo condições para os alunos se adequarem para viver em sociedade.

A participação na vida escolar dos filhos é de suma importância para o desempenho do aluno, pois quando os pais acompanham a criança em seu processo de desenvolvimento educacional, esta se sente valorizada e importante na vida de seus pais. Tais sentimentos contribuem para o seu aprendizado.

De acordo com Faria Filho (2000), é importante que a escola sempre busque ter uma relação ativa com os pais, pois assim poderão expor os problemas que estão enfrentando, proporcionando solução para as situações de ambas as partes. Os responsáveis pelas instituições esperam que os pais auxiliem seus filhos nas tarefas diárias, para que o desenvolvimento seja bem mais gratificante.

Tanto a escola quanto a família, são imprescindíveis ao indivíduo, quanto mais forte a parceria entre elas, os resultados serão mais eficazes no desenvolvimento do ser humano, essa parceria deve ser constante, porque uma complementa a outra.

Conforme Morais (1989), para que ocorra o aprendizado é preciso uma parceria entre o educador e uma participação efetiva das famílias na vida escolar da criança, o ensina-te e ensinando, respeitando os limites de cada um e sua privacidade.

Marchesi (2004) diz que a educação não é uma tarefa que a escola possa realizar sozinha sem a cooperação de outras instituições e, percebe-se que a família é a instituição que

mais perto se encontra da escola. Compartilhar da vida escolar da criança, além de fator importante para que o aluno se sinta valorizado e proficiente para o aprendizado, tal situação é possibilitada em inúmeros momentos e oportunidades que podem ser sugeridas pela escola a fim de que a família venha a se integrar no processo de aprendizagem da criança.

Sendo assim, deve ser levado em consideração que família e escola almejam a realização dos mesmos objetivos e elas devem compartilhar os mesmos ideais para que possam superar as dificuldades e conflitos que angustiam os profissionais da escola e também os próprios alunos e suas famílias

3 METODOLOGIA

Este estudo buscou verificar a percepção dos professores sobre a influência da participação da família na aprendizagem escolar de crianças das séries iniciais do ensino fundamental. A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal, localizada no município de Unaí- Minas Gerais.

“Por metodologia deve-se entender uma forma organizada e planejada, segundo critérios previamente traçados, para se atingir um propósito, alcançar uma solução, resolver um problema”. Desse modo, a definição de metodologia implica clareza do contexto e do que se quer abordar com ele (MICHEL, 2015, p. 148).

Dessa forma, a metodologia vai além da descrição das metodologias e técnicas a serem utilizadas na pesquisa, indicando a escolha teórica realizada pelo pesquisador para abordar o objeto de estudo.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa. Gil (2010) afirma que o objetivo da pesquisa descritiva é "a descrição das características de determinada população. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis." Segundo Godoy (1995), “a pesquisa qualitativa está voltada para a interpretação da realidade e não na quantidade. É mais voltada para detalhes, interpretação, pensamentos, enfim, busca entender o real objetivo do que se buscar novos conceitos”.

É uma pesquisa do tipo exploratório, utilizou-se a abordagem qualitativa. No que se menciona à pesquisa do tipo exploratório, Marconi e Lakatos (2005, p. 190) afirmam que:

Exploratórias são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente, ou fato ou fenômeno, para a realização de uma pesquisa futura mais precisa ou modificar e clarificar conceitos. Empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados ou ambas, simultaneamente.

No decorrer deste trabalho foram utilizadas as fontes primárias e a fonte secundária (referencial teórico) e fonte secundária (pesquisa empírica).

De acordo com Cunha (2001), as fontes primárias “são fatos vindos diretamente das fontes e não adulterados. É uma informação que não pode ser mudada, alterada ou disfarçada por opiniões ou seleções”.

As fontes secundárias utilizam, fundamentalmente, contribuições já publicadas sobre o tem estudado. Consideram-se documentos de fontes secundárias as teses, dissertações, monografias, artigos de anais, artigos eletrônicos, publicações avulsas, livros, revistas e os boletins de jornais (BEUREN, 2004, p. 135).

A técnica de investigação teórica que foi utilizada no presente projeto é a bibliográfica.

Joaquim Severino (2004, p. 113) afirma que “a pesquisa bibliográfica tem como objetivo informar o leitor a respeito das fontes que serviram de referência para a realização da pesquisa que resultou no trabalho escrito”.

Para Marconi e Lakatos (2005, p. 185), “a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, revistas, pesquisas, monografias, teses, etc”.

A técnica de investigação empírica proporciona ao pesquisador compreender os acontecimentos estudados em si, ou seja, observá-los de forma direta. Gil (2010, p. 37) afirma que: “O estudo de caso é uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.

Segundo Yin (2001), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo dos fatos objetos de investigação, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados.

Um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (YIN, 2001 p. 33).

O estudo de caso foi selecionado por ser mais adequado para a verificação de um acontecimento contemporâneo e também por demarcar e dar ênfase à pesquisa ora apresentada, proporcionando uma análise de dados completa e com considerações relevantes à problemática em questão.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública municipal, localizada na cidade de Unaí - Minas Gerais.

Atualmente, a escola oferece somente o ensino fundamental, do 1º ao 5º ano nos períodos manhã e tarde. A escola atende alunos de bairros periféricos, são filhos de trabalhadores de todos os segmentos, onde a maioria é de assalariados e de nível socioeconômico baixo.

Os alunos desta instituição são provenientes de lares desfeitos ou desestruturados, tanto do ponto de vista emocional quanto físico, pela falta de emprego ou atividade econômica, alcoolismo e uso de drogas. Os pais ou responsáveis dos alunos são, em sua maioria assalariados, garis, domésticas, boia fria, pais separados, algumas crianças são criadas pelos avós, tios e demais situações de desestruturação familiar, como pais usuários de drogas, presidiários, entre outros. Há muitos alunos cujos pais têm baixo nível de escolaridade ou analfabetos (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE UNAÍ, 2015).

O relacionamento da escola com a comunidade se efetiva por assembleia, reuniões com pais e eventos sociais realizados pela escola.

A pesquisa foi realizada com 05 (cinco) professoras do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano do ensino fundamental de uma escola pública, localizada no município de Unaí-MG.

A geração de dados aconteceu por meio da aplicação de um questionário a professores dos anos iniciais da referida escola.

“O questionário é um importante e popular instrumento de coleta de dados para uma pesquisa social. Constitui-se de uma lista ordenada de perguntas que são encaminhadas para potenciais informantes, selecionados previamente” (MARTINS, 2008, p. 36).

Após a coleta dos dados, o material foi organizado para análise e interpretação.

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que consiste em avaliar de forma sistemática um corpo de texto (ou material audiovisual), por forma a desvendar e quantificar a ocorrência de palavras, frases, temas considerados chave que possibilitem uma comparação posterior (BARDIN, 2002). A seguir será apresentada a análise e discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente análise tem como objetivo principal apresentar as respostas obtidas a partir da pesquisa realizada através da aplicação do instrumento questionário a 05 (cinco) professoras regentes de turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

O questionário foi aplicado com o intuito de responder ao objetivo geral e aos objetivos específicos da pesquisa correspondente à problemática: Qual a influência da participação da família na aprendizagem escolar das crianças nas séries iniciais de uma escola pública de Unaí-MG?

A análise foi realizada com base em duas etapas: a primeira buscou levantar os dados pessoais das professoras; procurou saber a formação acadêmica e o tempo de atuação; e a segunda etapa refere-se à análise da influência da participação da família na aprendizagem escolar das crianças nas séries iniciais.

Constatou-se que todos os participantes da pesquisa pertencem ao sexo feminino. Verificou-se que 60% dos participantes têm entre 26 a 35 anos e 40% são maiores de 46 anos. Observou-se que, de acordo com as respostas das professoras participantes, as cinco possuem ensino superior completo e apenas duas têm especializações.

Nas palavras de Guimarães (2004), a formação do professor se faz elo entre a profissão e a construção da identidade do educador ao formalizar a dinâmica social do seu trabalho docente.

Quanto ao tempo de atuação dos profissionais participantes da pesquisa, observou-se que 60% atuam há 10 (dez) ou mais de 10 anos e 40% atuam entre 4 a 6 anos.

Destaca-se que, durante a análise dos dados, as professoras foram chamadas da seguinte forma: P1, P2, P3, P4 e P5. Definiu-se, para fins de anonimato das participantes desta pesquisa, que a professora P1 é regente do 1º ano, P2 do 2º ano, P3 3º ano, P4 4º ano e P5 professora do 5º ano do ensino fundamental, todas da mesma escola sendo está uma escola pública em Unaí-MG.

A segunda etapa desta análise diz respeito às demais questões que foram aplicadas através do questionário e voltou-se diretamente para a parte desta pesquisa. As questões são apresentadas por meio de categorias relacionadas aos objetivos e à problemática da pesquisa.

Definiram-se três categorias para a análise e discussão dos resultados, que são: 1. A importância da parceria entre família e escola. 2. A participação dos pais no contexto escolar. 3. A influência da família no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, apresentadas nos quadros a seguir.

Quadro 1 – Parceria família e escola

5) O que você entende por parceria entre família e escola?

P1= É família e escola no mesmo elo, de opinião e dedicação para o bem maior da criança visando a sua formação, instrução e aprendizado.

P2= Formam uma equipe, favorecendo o aprendizado, visando um futuro melhor para as crianças.

P3= É quando a família e escola caminham juntas na formação, aprendizagem do aluno. Não só quanto a aprendizagem, mas em um contexto em geral. Abordando não só progressos e as dificuldades, mas também temas relacionados á disciplina.

P4= Quando a família participa efetivamente da vida escolar do seu filho em: reuniões eventualidades festividades entre outros.

P5= É a família e a escola trabalharem juntas, em prol do mesmo objetivo, que é o desenvolvimento pleno do aluno.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

A P1 afirma que família e escola têm um elo, ou seja, é necessária a dedicação da família para que haja uma contribuição adequada no desempenho da criança na escola. Nesse

sentido, quanto maior for a parceria entre escola e família, mais positivos e significativos serão os resultados da aprendizagem da criança.

A participação da família na educação das crianças deve ser constante e consciente, de acordo com Parolin (2007, p. 36): “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do estudante e o seu bem viver em ambas as intuições”.

A P2 ressalta a importância da família como uma equipe, pois favorece o aprendizado da criança e contribui para seu desempenho, visando a um futuro mais justo e melhor para cada uma delas.

A P3 afirma que, quando a família e escola caminham juntas na formação, a aprendizagem do aluno acontece de forma satisfatória. A criança é beneficiada em todos os fatores, não apenas na aprendizagem, mas também num contexto geral, superando as dificuldades de aprendizado. Nesta perspectiva, Chalita (2001, p. 120) destaca que: “a responsabilidade de educar não é apenas da escola, é de toda a sociedade, a começar pela família”. Assim, é possível constatar que a participação entre escola e família, são fatores predominantes de desenvolvimento e aprendizado da criança.

A P4 Ressaltou que família e escola são uma só quando a família está presente efetivamente na vida escolar dos seus filhos e participa de reuniões, eventualidades, festividades e outros.

A P5 afirmou que, se a família e a escola trabalharem juntas, com os mesmos objetivos e parceria, as crianças terão melhor um desempenho em seu desenvolvimento e aprendizagem.

Percebe-se que cada uma das professoras expôs seu ponto de vista e que as respostas foram relacionadas com a importância da parceria entre família e escola para o bom êxito e desenvolvimento das crianças no processo de ensino-aprendizagem.

A segunda categoria mostra uma reflexão sobre a participação dos pais na vida escolar dos filhos.

Quadro 2 – A presença dos pais na vida escolar dos filhos

6) Os pais da instituição na qual você trabalha são presentes na vida escolar das crianças?
P1= Infelizmente não; uma minoria; torno de uns 5% da família é presente na vida escolar do filho.
P2= Não são todos presentes. Tem pais que não participam da vida escolar do filho.
P3= Há uma participação regular. Os pais, que geralmente mais aparecem, são aqueles em que os filhos têm um melhor desenvolvimento, rendimento.
P4= Parcialmente, são pouco participativos, principalmente aqueles que mais necessitam.
P5= Mesmo sendo de fundamental importância a presença dos pais na vida escolar dos filhos, infelizmente os pais desta instituição deixam a desejar nesta questão.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

A P1 afirma que, infelizmente, os pais desta instituição não são presentes na vida escolar de seus filhos e que são poucos os pais que são presentes.

A professora P2 assegurou que a maioria dos pais dos alunos desta escola não são presentes na vida escolar de seus filhos. Para Esteves (2004), a família renunciou às suas responsabilidades no âmbito educativo, passando a exigir que a escola ocupe o vazio que eles não podem preencher. Sendo assim, o que se vê hoje são crianças chegando à escola e desenvolvendo suas atividades escolares sem qualquer apoio familiar.

A P3 destaca que há uma participação regular dos pais e que geralmente os pais que mais aparecem na escola são aqueles cujos filhos têm um bom desenvolvimento escolar.

Já a professora P4 destacou que os pais são pouco participativos e que as crianças que mais necessitam do apoio e auxílio da família, são as que têm pais mais ausentes e menos presentes na vida escolar dos filhos.

A P5 afirmou que, mesmo sendo essencial a presença dos pais na vida escolar dos filhos, infelizmente a maioria dos pais da instituição deixa a desejar, pois não são presentes na vida escolar dos seus. Nogueira (2006) explica que a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, pode influenciar, de modo efetivo, o desenvolvimento escolar dos filhos.

Portanto, a participação na vida escolar dos filhos é de suma importância para o desempenho do aluno, pois quando os pais acompanham a criança em seu processo de desenvolvimento educacional, esta se sente valorizada e importante e tais sentimentos somente contribuem para o seu aprendizado

Quadro 3 – A interação da família com a instituição escolar

7) Você acredita que há possibilidade de acontecer interação entre a família e a escola na instituição que você trabalha? Comente.
P1= Sim; isso já acontece onde trabalho através de reuniões, colegiado, palestras; a família participa das decisões da escola, mas infelizmente poucos demonstram interesse.
P2= A escola promove reuniões, assembleias, auditórios, com intuito de aproximar os pais.
P3= Sim, acredito, mas é as escolas que deve iniciar, propor essa interação com os pais; trazê-las para perto. Não só em ocasiões de comemorações, como “festas juninas”, ou algo assim, mas principalmente quando se refere à aprendizagem do aluno. A escola tem mais autonomia do que possa imaginar. Depende do tipo de gestão.
P4= Sim, depende mais do interesse por parte dos pais que da escola.
P5= A escola até tenta, porém acho pouco provável que consiga, pois a maioria dos pais não demonstra interesse para com a escola.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

A P1 afirma que sim e que isso já acontece na instituição que trabalha, por meio de reuniões, colegiado, palestras e que a família participa das decisões da escola, porém, infelizmente, poucos familiares demonstram interesse quando se trata do processo de aprendizagem das crianças.

A P2 destaca que a escola promove reuniões, assembleias, auditórios, com intuito de aproximar os pais da escola.

A P3 deixa bem claro que sim, acredita na possibilidade da interação, todavia destaca que é a escola que deve ter a iniciativa de propor essa interação com os pais, para trazê-los para perto do ambiente escolar, principalmente quando se tratar de assuntos relacionados à aprendizagem do aluno. E ressalta que a escola tem mais autonomia do que possa imaginar.

Para a professora P4, essa interação é possível acontecer, mas depende mais do interesse dos pais que da escola. López (2009) relata que as famílias precisam contribuir com a escola, devendo mostrar-se interessadas pelos deveres de seus filhos, conversando com professores para ter informação constante sobre o processo educativo concretizado na instituição escolar, dando a cooperação solicitada para tornar mais eficaz a ação escolar e, também, respeitar os conhecimentos e as habilidades que a instituição proporciona.

Já a P5 acredita que a escola até tenta, entretanto acha pouco provável que ocorra essa interação, pois a maioria dos pais não demonstra interesse para com a escola e não são presentes na vida escolar dos filhos.

Observou-se, pelas respostas das professoras, que as famílias dos alunos desta instituição são ausentes, porém, elas acreditam que há possibilidade de ocorrer interação entre a família e a escola, desde que haja interesse por parte dos familiares e, dessa forma, haverá possibilidade de obter maior êxito no desenvolvimento do aprendizado dos alunos.

A terceira e última categoria apresenta uma reflexão acerca da influência da família para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental.

Quadro 4 – A importância da participação da família na aprendizagem das crianças

8) Você concorda que a influência da família contribui para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças nas séries iniciais do ensino fundamental? Justifique sua resposta.

P1= Sem dúvida, como educadora ao longo desses anos é notável; a criança que a família acompanha, participa, preocupa reflete positivamente no desenvolvimento e aprendizagem do mesmo.

P2= Sim. Favorece o aprendizado. Quando os pais participam na vida de seus filhos os alunos se dedicam e se esforçam mais.

P3= Contribui sim, e muito. É desde o início que se constrói um cidadão. Os pais que acompanham os filhos desde o início, que cobram, exigem deles durante a vida escolar, pode ter certeza, esses alunos apresentam um melhor comprometimento, um melhor desenvolvimento. Já aquelas crianças que não são acompanhadas e exigidas, com certeza irão apresentar algum tipo de dificuldade.

P4= Sim, pois os filhos são, na maioria das vezes, o reflexo dos pais.

P5= Sim plenamente, pois a família é o fator primordial que influencia na educação e aprendizagem das crianças.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

A P1 afirma que a família que acompanha e participa da vida escolar das crianças, essas se desenvolvem mais durante o processo de ensino-aprendizagem, ou seja, a presença familiar reflete de forma positiva.

Com a participação da família no processo ensino-aprendizagem, a criança ganha confiança vendo que todos se interessam por ela, e também porque você passa a conhecer quais são as dificuldades e quais os conhecimentos da criança (MACEDO, 1994 p. 199).

A professora P2 afirmou que, quando os pais participam na vida de seus filhos, estes se dedicam, se esforçam e se destacam mais e isso favorece muito o aprendizado das crianças.

A P3 destaca que sim, e que os pais que acompanham os filhos, desde o início, que cobram e exigem deles durante a vida escolar, esses alunos apresentaram um melhor comprometimento e um melhor desenvolvimento na aprendizagem. E ressalta que aquelas crianças que não são acompanhadas e exigidas, com certeza, irão apresentar algum tipo de dificuldade escolar.

A P4 afirma que sim, pois os pais são muito importantes no aprendizado dos alunos e na maioria das vezes os filhos são o reflexo dos pais. Segundo Gomide (2005, p. 79), quando dizemos “tal pai tal filho”, está-se referindo a uma forma de aprendizagem, a de aprender segundo o modelo. Os filhos copiam o modelo fornecido por seus pais porque gostam deles e os admiram.

A P5 concorda plenamente, que a família contribui para o desenvolvimento da aprendizagem das crianças, pois ela é a principal influência na educação e aprendizagem das crianças.

Constatou-se que é de suma importância a participação da família na vida escolar das crianças e que a família é um pilar para o desenvolvimento da vida escolar e da aprendizagem das crianças.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou verificar a influência da família no processo ensino-aprendizagem das crianças das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola pública de Unaí-MG na visão dos professores. O estudo comprovou que é de extrema importância a presença da família na vida escolar da criança e que a união entre família-escola favorece muito, o desenvolvimento da aprendizagem da criança é melhor.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar a influência da família no processo ensino-aprendizagem das crianças das séries iniciais do ensino fundamental de uma escola pública de Unai-MG na visão dos professores. Para atender a este objetivo definiram-se os seguintes objetivos específicos teóricos e empíricos.

O primeiro objetivo teórico deste trabalho foi alcançado e teve a finalidade de compreender e apresentar os conceitos, bem como o embasamento legal sobre a família. O segundo objetivo teórico buscou conhecer como se dá o processo de ensino aprendizagem. O terceiro objetivo teórico possibilitou refletir sobre a influência da família no processo de ensino-aprendizagem.

Já o primeiro objetivo empírico deste trabalho consistiu em verificar o que os professores entendem por parceria entre família e escola. Este resultado revelou que cada uma das professoras expôs seu ponto de vista e que as respostas de ambas foram relacionadas com a importância da parceria entre família e escola para o bom êxito e desenvolvimento das crianças no processo de ensino-aprendizagem.

O segundo objetivo empírico visou identificar se os pais da instituição na qual as professoras trabalham são presentes na vida escolar das crianças. Constatou-se que a participação na vida escolar dos filhos é de suma importância para o desempenho do aluno, pois, quando os pais acompanham a criança em seu processo de desenvolvimento educacional, elas adquirem sucesso escolar; porém, as famílias dos alunos desta instituição são ausentes, mas as professoras acreditam que há possibilidade de ocorrer interação entre a família e a escola, desde que haja interesse por parte dos familiares. Por fim, o terceiro objetivo empírico teve o objetivo de analisar a influência da família no desenvolvimento da aprendizagem das crianças. Verificou-se que é de suma importância a participação da família na vida escolar das crianças e que a família é um pilar para o desenvolvimento da vida escolar e da aprendizagem das crianças.

Conclui-se que os objetivos propostos neste trabalho foram alcançados, uma vez que se obtiveram respostas satisfatórias, a questão do problema apresentado foi respondida. Constatou-se que a participação da família é muito importante na vida escolar dos filhos e é de fundamental importância para o desempenho do educando.

Por fim, com base nos pontos pesquisados, apresenta-se uma proposta para continuidade deste trabalho, proposta essa que consiste em pesquisar os motivos pelos quais os pais não participam do processo educativo dos filhos; novos estudos possibilitarão aprofundar o que foi exposto e analisado na presente pesquisa, promovendo, assim, melhorias na vida escolar das crianças e progressos na educação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 2002. Disponível em:

<<https://madmunifacs.files.wordpress.com/2016/09/anc3a1lise-docontec3bado-apresentac3a7c3a3o.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2018.

BARROS, Célia Silva Guimarães. **Pontos da psicologia escolar**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1998.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2004.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais da educação básica**. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-

diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 01 mai. 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: **Planalto**, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 11 mar. 2018.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Planalto** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm> Acesso em: 10 mar. 2018.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernos/pde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uem_gestao_pdp_celma_vanderleia_dos_santos.pdf>. Acesso em: 13 set. 2018.

CUNHA, Murilo Bastos da. **Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia**. Brasília: Briquet de Lemos, 2001. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25>> Acesso em: 13 mar. 2018.

DESSEN, Maria Auxiliadora; BRAZ, Marcela Pereira. **A família e suas inter-relações com o desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2005. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/krj5p/pdf/valle-9788598605999-07.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2018.

ESTEVES, José Maria. **A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento**. São Paulo: Moderna, 2004.

EVANGELISTA, Francisco; GOMES, Paulo de Tarço. **Educação para o pensar**. Campinas: Alines, 2003.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Para entender a relação escola-família**. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392000000200007> Acesso em: 13 mar. 2018.

FRAGA, Fernanda Rocha. **A participação dos pais no processo de escolarização dos filhos**. 2012. Disponível em: <[http://psicologado.com/atuacao/psicologia escolar/a-participacao-dos-pais-no-processo-de-escolarizacao-dos-filhos](http://psicologado.com/atuacao/psicologia%20escolar/a-participacao-dos-pais-no-processo-de-escolarizacao-dos-filhos)> Acesso em: 29 abr. 2018.

FERNANDEZ, Alicia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

_____. Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>> Acesso em: 10. Jun. 2018.

GOMIDE, Paula Cunha. Pais presentes, pais ausentes: regras e limites. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/leonidesguimaraes/gomide-p-i-c-2004-pais-presentes-pais-ausentes-regras-e-limites>>. Acesso em: 18 set. 2018.

GUIMARÃES, Valter Soares. **Formação de professores: saberes, identidade e profissão**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família brasileira, a base de tudo**. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 1988. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/13696/12473>> Acesso em: 20 abr. 2018.

LEITE, Eliane Gonçalves. GOMES, Haydê Morgana Gonçalves. **O papel da família e da escola na aprendizagem escolar: uma análise na Escola Municipal José Teobaldo de Azevedo no Município de Limoeiro-PE**. Pernambuco, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÓPEZ, Jaume Sarramona. **Educação na família e na escola: o que é, como se faz**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

MACEDO, Rosa Maria. **A família diante das dificuldades escolares dos filhos**. Petrópolis: vozes, 1994.

MARCHESI, Álvaro; Gil H. Carlos. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. Atlas, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARTURANO, Edna. Maria. **Ambiente familiar e aprendizagem escolar**. Ribeirão Preto: Legis Summa. 1998.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas.

MORAIS, Regis de. **Cultura brasileira e educação**. Campinas/SP: Papirus, 1989.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil. Direito de família**. Vol. 5. Rio de Janeiro, Forense, 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. **Família e Escola na contemporaneidade: os meandros de uma relação**. Educação e Realidade. 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/6850/4121>>. Acesso em: 20 set. 2018.

PAROLIN, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares. Livro da 5ª jornada de educação do norte e nordeste.** Fortaleza, 2003. 99 p.

_____. Isabel Cristina Hierro. **Pais e educadores: quem tem tempo de educar?** Porto Alegre: Mediação, 2007.

PIAGET, Jean. **Psicologia e epistemologia: para uma teoria do conhecimento.** Rio de Janeiro: Forense, 1973.

PILETTI, Nelson. **Psicologia educacional.** São Paulo: Ática, 2002

POLITY, Elizabeth. Distúrbios da aprendizagem à luz das relações familiares. In: **Simpósio Paranaense sobre Distúrbios da Aprendizagem.** 3. minicurso n.12, Curitiba, 1998.

RODRIGUES, Silvio. **Direito civil. Direito de família.** vol. 6. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE UNAÍ. Projeto político pedagógico. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Cortez, 2014.

TAVARES, Adriana. A construção da autoestima. **Educar para crescer.** São Paulo, p. 47, Set. 2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** Tradução de Monica Stahel M. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Pensamento e linguagem.** Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

WALLON, Henri. **Uma concepção dialética do desenvolvimento infantil.** Tradução de Isabel Galvão. Petrópolis/RJ: Vozes, 1995.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

A EXPERIÊNCIA DAS NUTRIZES EM RELAÇÃO AO ATO DE AMAMENTAR EM PÚBLICO

LIMA, Hanna Layla Guimarães de ¹
MARTINS, Nathália Oliveira²

RESUMO: A presente pesquisa aborda a experiência das mulheres ao amamentar seus filhos em público e se elas já sofreram algum tipo de preconceito por esse ato. Ela tem como objetivo geral conhecer a experiência de nutrizes atendidas em uma ESF do município de Unaí acerca da amamentação em público. O método de pesquisa aplicado neste trabalho tem abordagem qualitativa sustentada por uma pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, sendo entrevistadas 9 mulheres nutrizes. A partir da análise das falas das entrevistadas, pode-se identificar que a maioria delas conhece a importância do aleitamento materno, recebem apoio familiar e não sofreram influência dos mitos. Foi possível também conhecer a experiência e o sentimento das nutrizes em relação à amamentação em público assim como verificar que o sentimento dessas mães ao abordar o tema é de repúdio ao preconceito direcionado às mulheres que amamentam em locais públicos.

Palavras-chave: Amamentação. Direitos. Nutriz. Lactente.

1 INTRODUÇÃO

A amamentação constitui o meio de alimentação mais utilizado pelos bebês desde os primórdios da existência humana, entretanto, nos dias atuais, sofre com preconceitos de diversas esferas. A amamentação pode trazer benefícios para o lactente e para a nutriz, então o que leva a população a reagir de uma forma contraditória ao encarar e desrespeitar uma mulher que amamenta seu filho em público? Essa é a indagação a qual não cessa, e com o intuito de conhecer as experiências vivenciadas por essas mulheres que já foram, de alguma forma, de tratadas ou se sentiram mal por amamentar seu filho em público, surgiu o interesse por esta pesquisa.

Nas mídias sociais, o que mais se vê nos últimos anos acerca da amamentação é o movimento conhecido como hora do mamaço, que mobiliza as nutrizes a amamentarem seus filhos em locais públicos sem que tenham que ser reprimidas por esse ato e pela repercussão gerada pelo tema. Assim alguns municípios brasileiros criaram leis que amparam as mulheres. Muitos são os argumentos para a discriminação da mulher nessas circunstâncias e um deles é a exposição dos seios tornando-a vulgar, mesmo este sendo um argumento infundado, diversas pessoas ainda o utilizam.

Propagar a informação de que a mulher e o seu filho estão amparados legalmente para tal ato é fundamental para que essa mulher se sinta bem ao fazê-lo, pois não cabe a ninguém reprimi-la por sanar a fome de sua criança a qualquer momento e em qualquer lugar, esse é simplesmente um ato natural. Tendo vista o fato, tem-se como problema de pesquisa: qual a experiência e o sentimento de nutrizes atendidas em uma ESF do município de Unaí sobre a amamentação em público?

Este estudo justifica-se pela necessidade de fazer a população reconhecer a importância da amamentação, seja ela em público ou não. Os enfermeiros que trabalham em contato direto com o público têm papel fundamental nesse sentido, pois cabe a eles, também

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí

² Professora Especialista na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

como aos demais profissionais de saúde divulgar o conhecimento sobre o assunto e fazer com que as pessoas possam refletir sobre essa forma de intervenção, como também para expor aos leitores, que tenham interesse em aprofundar sobre o assunto e os conhecimentos adquiridos ao longo desse estudo.

O presente estudo teve como objetivo geral conhecer a experiência de nutrizes atendidas em uma ESF do município de Unaí acerca da amamentação em público. Com base neste estudo pretendeu-se identificar se as mães participantes da pesquisa já sofreram algum tipo de constrangimento, ou se já foram reprimidas de alguma forma ao amamentarem seus filhos em público, com isso pretende-se relatar a importância desse ato e defender que ele possa ser realizado em qualquer lugar e a qualquer momento, sem que a mãe tenha que sentir vergonha do que está fazendo.

Com o intuito de responder ao objetivo geral foram expostos dois objetivos específicos que abrangem analisar a legislação brasileira referente ao direito das mulheres de amamentar em público e os tabus sociais envolvidos no ato. E por fim, o presente trabalho visou também descrever qual o papel do enfermeiro atuante na ESF acerca da orientação dos direitos a amamentação em público.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AMAMENTAÇÃO: DIREITOS RELACIONADOS AO ATO DE AMAMENTAR X TABU SOCIAL

É concebido ao bebê desde o seu nascimento duas heranças, uma cultural e outra genética, que transmitem costumes, hábitos, valores e as características físicas respectivamente. Em se tratando do aleitamento materno, o aspecto cultural tem como finalidade fundar o saber, as crenças e os tabus que fazem parte da construção de uma herança sociocultural, o que vem determinar a tomada de decisão da mulher sobre amamentar ou não o seu bebê depende da importância atribuída a essa prática, que frequentemente é fundamentada nas informações repassadas culturalmente através da interação entre gerações, que por sua vez estão ligadas a tradições e costumes, ou seja, essa prática é influenciada pelas heranças familiares e sociais (ARAÚJO, 2014; QUEIRÓS; OLIVEIRA; MARTINS, 2009).

Os tabus que envolvem a amamentação estão presentes na sociedade desde o começo da civilização (BOSI; MACHADO, 2005), e são passados de geração a geração, traduzindo o aleitamento materno como uma arte feminina que perpassa até os dias atuais. Diversos meios de comunicação são utilizados para veicular informação às mães e à sociedade sobre os benefícios que o leite humano garante à criança e que este deve ser fornecido a ela como fonte única de alimento no primeiro semestre de vida, porém, mesmo com a disseminação de tais informações são inúmeros os mitos, tabus e crenças que envolvem a amamentação (GOMES, 2017; ARAÚJO, 2014).

A alimentação da nutriz é um dos alvos de muitas crenças e práticas populares, os cardápios, dietas e regras que gravitam em torno da mulher, antes mesmo dela ser lactante, desde a gestação, sofrem interferência direta dos tabus. Como exemplo, tem-se um conjunto de construções sociais que estimulam o consumo de leite de vaca e derivados, assim como as próprias nutrizes e a família acreditam veementemente que ela tem necessidade de fazer uma alimentação específica e consumir alimentos como canja de galinha, milho com leite e goiabada com leite, pois pensam que ao consumir tais alimentos terão como resultado o aumento da produção do leite (ARAÚJO, 2014; QUEIRÓS; OLIVEIRA; MARTINS, 2009).

Assim como o estímulo ao consumo de determinados alimentos, pode-se encontrar o oposto, onde proíbe a lactante de ingerir alguns tipos de alimentos que, por sua vez, podem ser muito nutritivos, e essa prática contribui muitas vezes para que a mãe tenha uma

alimentação deficiente, podendo acarretar em problemas de saúde. Quanto mais inseguras as mulheres se sentirem e quanto mais desconhecedoras forem da amamentação, mais facilmente se deixarão influenciar negativamente, isso pode acontecer com mais frequência nas chamadas mães de primeira viagem, pela falta de experiência e conhecimento com a maternidade, e conseqüentemente, com a alimentação atribuída ao aleitamento (ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014).

Uma forma de prevenir a interferência desses tabus no aleitamento e principalmente na vida da lactente seria a disseminação de forma ampla dos conhecimentos acerca do assunto, tendo assim maior possibilidade de conscientizar a população no geral e atingir um maior número de mulheres que amamentam ou que irão amamentar um dia, com essa prática pode-se almejar um desaparecimento ou uma diminuição considerável desses tabus (ARAÚJO, 2014; CARVALHO, 2014; GOMES, 2017).

Assim como os tabus que envolvem a alimentação da mãe como fator de importante interferência no leite, tem-se como mito um pensamento errôneo em relação à qualidade do leite produzido e fornecido à criança, colocando este como um “leite fraco” que “não sustenta o bebê”. Essas falas são ditas por pessoas em volta da mulher que não tem um conhecimento prévio e essa passa a acreditar que de fato seu leite não é o suficiente para garantir uma boa alimentação para seu filho, e por sua vez, acaba introduzindo outras formas de alimento como leites de vaca, leites em pó ou até mesmo água e chás. Essa prática faz com que a criança deixe aos poucos de preferir o leite materno e acabe se adequando cada vez mais à forma de aleitamento artificial (ARAÚJO, 2014; QUEIRÓS; OLIVEIRA; MARTINS, 2009).

Em se tratando desses comportamentos, é possível evidenciar que a tentativa de modificá-los pode-se dar com a disponibilização de informações, entretanto é necessário mudar crenças e derrubar tabus não só da mulher, mas também da sociedade em geral, desta forma, fica evidente que as campanhas de conscientização devem ocorrer de maneira mais intensa, assim como a disseminação de conhecimento através dos meios de comunicação disponíveis (SILVA; GUEDES, 2011).

Para pôr fim às elucidações acerca dos tabus que cercam a amamentação, faz-se necessário discorrer a respeito de uma cultura que mais interfere no aleitamento, que é a exposição do seio materno durante a lactação. Julga-se o mais relevante dos tabus, pois geram nas mulheres sentimento de impotência, constrangimentos e julgamento das pessoas que estão a sua volta, esse fato se intensifica quando essa prática acontece em um local público. Se por um lado a mulher é cobrada socialmente de amamentar seu filho como maneira de provar seu amor por ele, por outro lado ela é condenada por fazer isso em público (GOMES, 2017; ARAÚJO, 2014).

As mulheres enfrentam preconceito ao amamentarem seus filhos em público, e na tentativa de se justificar, as pessoas usam discursos que abordam desde a idade da criança ao julgar que ela seja velha demais, pela qualidade do leite, por gerar constrangimento para quem vê, por dar uma imagem animalizada da mulher, comparando-a com uma “vaca leiteira” e por ser um gesto despudorado. Todavia, pode-se observar que as pessoas se sentem incomodadas com o aleitar em público pela exposição dos seios maternos durante o ato (GOMES, 2017; KALIL; RODRIGUES, 2018).

Por vezes, são impostas às mulheres regras e locais para alimentar seus filhos, como áreas segregadas e, por vezes, algumas são obrigadas a amamentar seus filhos até mesmo em banheiros, longe dos olhares das pessoas. Quando essas mulheres infringem tais imposições e amamentam em locais públicos, não raras vezes são forçadas a se retirarem desses locais. Há uma notória rejeição pública pela exposição do corpo feminino, em específico os seios, mesmo que estes estejam visíveis somente para a prática de aleitamento, sem o menor indício de conotação sexual ou obscenidade, ainda assim as mães são constrangidas e assediadas tanto fisicamente quanto moralmente (GOMES, 2017).

Em meio a tantas represálias, mulheres de diversas partes do Brasil e do mundo resolveram se unir em prol de que o aleitamento materno aconteça em qualquer espaço, seja ele público ou não, dando início aos chamados “Mamaços”. O primeiro mamaço surgiu no país no ano de 2011, em São Paulo, onde mães se reuniram no Itaú Cultural, palco de uma polêmica envolvendo uma antropóloga, que foi proibida de amamentar seu filho durante uma exposição de arte, o argumento para tal proibição foi de que a própria instituição não permite que se alimente no local (GOMES, 2017; KALIL; RODRIGUES, 2018).

O Mamaço ganhou espaço na mídia e foi reconhecido como prática de resistência e de repúdio à proibição do aleitamento materno em locais públicos, ele é caracterizado por ser uma reunião de mulheres que amamentam seus filhos exibindo seus seios, livre de panos, fraldas, ou qualquer outro artifício, em forma de protesto, normalmente essas reuniões acontecem em locais públicos onde a mulher é discriminada ao alimentar seu filho direto ao seio (GOMES, 2017).

Em resposta ao ocorrido em 2011, os eventos ganharam tanto prestígio e visibilidade popular que, já em 2012, foram incorporados ao calendário da Semana Mundial da Amamentação, organizado pelo Ministério da Saúde, isso serviu de apoio e incentivo às mães para que essas não desistissem de lutar e protestar contra as formas de discriminação referentes ao aleitamento materno (KALIL; RODRIGUES, 2018).

Um fato de grande relevância para o tema aconteceu no Rio Grande do Sul, no ano de 2016, onde a Deputada Manuela D´Ávila, do PCdoB/RS foi vítima de violência por postar em sua rede social uma foto amamentando sua filha durante um debate sobre “maternidade, feminismo e academia”, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, as críticas e ofensas partiram de pessoas pelo fato da Deputada ter amamentado em um local público (GOMES, 2017; KALIL; RODRIGUES, 2018).

É importante informar à população em geral que, de acordo com a Constituição Federal de 1988, o bebê desde antes do seu nascimento é um sujeito de direitos, cabe ao Estado, à família e toda a sociedade garanti-los. Dentre eles estão os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, bem como a proteção contra qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2016).

O art.227 da Constituição Federal/ 88 traz em seu bojo que dentre os direitos da criança supracitados estão os direitos à vida, à alimentação e à convivência familiar e comunitária, o que vem comprovar que é direito da criança ser amamentada, e cabe ao Estado, família e sociedade garantir o cumprimento desse direito que inclui uma alimentação saudável desde o nascimento. Assim, a forma de atender a todas as necessidades humanas do recém-nascido é através do aleitamento materno, sem esquecer que é direito da criança ter convívio comunitário, o que inclui que ela pode ser alimentada em locais públicos (PEREIRA; NORA, 2015).

Além de conhecer os direitos da criança ao aleitamento materno, deve-se lembrar que é direito também da mãe de amamentar seu filho e cabe somente a ela decidir como fazê-lo, sem ter que passar por constrangimentos. Para isso existem legislações que objetivam garantir esse livre arbítrio das mães em aleitarem seus filhos no local que lhes convier (BRASIL, 2016).

Ainda hoje é possível encontrar essas formas de preconceito referente ao ato de amamentar em público. Com a permanência dessas restrições às mulheres e com as manifestações feitas por elas, foi necessária a intervenção das autoridades públicas, como fez o governo de São Paulo ao criar leis que amparam a prática do aleitamento materno em qualquer espaço, seja ele público ou privado, além de salvaguardar os direitos da criança e da mãe (OLIVEIRA, 2015).

A lei nº 16.161, de 13 de abril de 2015 foi uma iniciativa do município de São Paulo em resposta aos assédios que as mulheres vinham sofrendo por amamentar seus filhos em público. Em seu art. 1º, traz que todo estabelecimento do município, seja ele público ou privado, deve permitir o aleitamento materno em seu interior, independentemente de áreas segregadas para tal fim (SÃO PAULO, 2015).

A correta divulgação de informações sobre o aleitamento materno pode ser um ponto chave para desmistificar este ato natural, fazendo com que a população conheça e reflita sobre os mitos e tabus existentes e saibam diferenciar aquilo que de fato acontece com a mulher, a criança e a família no período da amamentação, além de saber se posicionar perante uma mulher que alimenta seu filho ao seio, ou ainda que essa mulher e família que a apoia saibam se defender de possíveis assédios quanto a essa prática. Nesse sentido, o enfermeiro desenvolve papel importante na disseminação de conhecimento e na garantia dos direitos da criança e da mãe.

2.2 A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA GARANTIA DOS DIREITOS À AMAMENTAÇÃO EM PÚBLICO

De acordo com o que já foi discutido, é possível dizer que o aleitamento materno pode ser classificado como sinônimo de sobrevivência para o recém-nascido, portanto, este se constitui um direito inato. Os profissionais de saúde, no geral, desempenham um papel importante na assistência à nutriz e ao seu filho, seja ela no âmbito da saúde física, mental e psicológica, como também na garantia de seus direitos, estando sempre embasados em conhecimentos técnico-científicos (ALMEIDA; FERNANDES; ARAÚJO, 2004).

Ao profissional de saúde, em especial o enfermeiro, cabe fazer as orientações pertinentes que envolvem a amamentação, como a forma correta da pega do bebê ao seio para evitar possíveis lesões, a forma de posicionar a criança, extração manual do leite materno, formas alternativas de oferta do leite materno, que não sejam por meio de mamadeiras e por último, mas não menos importante os direitos, dos quais a mãe deve ter conhecimento e um deles é o de aleitar em qualquer espaço, seja ele público ou privado (AZEVEDO et al., 2015).

O enfermeiro tem papel primordial no cuidado à mulher que amamenta e principalmente na garantia de seus direitos, pois ele é o profissional que está na linha de frente do cuidado prestado a essa paciente, é ele quem vai acompanhá-la desde o pré-natal, quando já podem ser iniciadas as primeiras orientações acerca do assunto que envolve não só os direitos de amamentar como os demais que a favorecem e ao seu bebê. Durante esses encontros o profissional deve procurar ouvir e compreender as queixas da mãe e, através de seus conhecimentos, oferecer ajuda, aumentando assim a autoconfiança e autoestima da paciente para que ela aprenda a lidar com as pressões impostas pela sociedade e, o mais importante saber, se portar de forma correta diante delas (DIAS; SILVA; MOURA, 2014).

A amamentação consiste em uma prática importante na visão da saúde pública, que deve ser apoiada, aprendida e ensinada, não somente pelos profissionais de saúde, mas também pela sociedade no geral, com destaque na família, que é a parte da sociedade mais próxima dos dois envolvidos, mãe e filho. Por tais razões, faz-se necessário que haja uma disseminação de conhecimento para que todos possam atuar de forma conjunta na garantia dos direitos da nutriz e do lactente (BATISTA; FARIAS; MELO, 2013).

A educação em saúde é vista como uma das formas que compõe o cuidado com a gestante, parturiente, puérpera e família, e esse tipo de trabalho não tem local certo para acontecer. Fica evidente que o profissional da assistência primária tem maior facilidade e dever de promover esse tipo de educação, mas não fica somente a cargo dele essa responsabilidade, e nada impede que essas formas de conscientização aconteçam em nível ambulatorial, hospitalar ou até mesmo domiciliar. Ao desenvolver esse trabalho, em qualquer

esfera da rede de saúde, facilita a disseminação do conhecimento com a finalidade de promover saúde para a população, começando pelas as nutrizes e seus filhos (CEOLIN et al, 2009).

Em suma, pode-se evidenciar que a mulher deve estar amparada pela família, pela sociedade e pelo Estado, principalmente na figura dos serviços de saúde. Destaca-se aqui o papel do enfermeiro que tem um importante trabalho na instrução e capacitação dessa gama de mulheres, para a prática do autocuidado e do cuidado com o seu filho, sempre visando a uma boa prática do aleitamento materno, seja ele realizado em locais privados, seja público. Para se alcançar esses objetivos é necessário lançar mão de estratégias de educação continuada que tenha como meta alcançar o maior número possível de mulheres, pois através do conhecimento é possível obter a liberdade.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa aplicado neste trabalho tem abordagem qualitativa sustentada por uma pesquisa bibliográfica e empírica. A pesquisa aplicada está relacionada ao interesse de melhorar o conhecimento a partir de uma investigação em conformidade com a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Industriais. Esse tipo de pesquisa objetiva produzir conhecimento para composição dos resultados, visando solucionar problemas que são encontrados no cotidiano de forma clara e rápida (CARMO; TEAGO; TIBURTINO, 2011).

Este trabalho ocorreu sob a responsabilidade da pesquisadora principal Hanna Layla Guimarães de Lima e sob a orientação da professora, pesquisadora especialista Nathália Oliveira Martins. Conforme a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, esta pesquisa respeitou a autonomia do indivíduo, a beneficência, a não maleficência, a justiça e a equidade.

Este estudo foi realizado na Estratégia de Saúde da Família (ESF) do bairro Jacilândia, localizado na Rua Arminda Rangel, nº 278, bairro Jacilândia, no município de Unaí-MG. A unidade foi construída em 2006, atualmente atende 1784 famílias e 4605 pessoas, sendo dividida em 7 microáreas. São realizados no local atendimento médico e de enfermagem em geral. Sua equipe é composta por 13 funcionários. Cabe à enfermeira a realização de consultas de pré-natal, coleta de exames de Papanicolau, além de atividades desenvolvidas pelo restante da equipe, como vacinas, puericultura, curativos, dentre outros.

A população amostra desta pesquisa foi constituída de mulheres nutrizes em aleitamento materno, com idade entre 18 e 40 anos, residentes em Unaí-MG e cadastradas na ESF Jacilândia, casadas ou solteiras, de todas as raças, etnias, religiões e culturas sem distinção. Foram incluídas mulheres que tinham um ou mais filhos e que já houvesse amamentado em público. Mulheres com alguma deficiência mental, que não aceitem participar da pesquisa e que não se enquadrarem nos critérios de inclusão foram excluídas da amostra.

Foi obtido individualmente o termo de consentimento livre e esclarecimento que assegura e resguarda a identidade, privacidade e confidencialidade assim como a dos dados. Foi disponibilizada às participantes uma cópia do termo, sendo que outra ficou sob a responsabilidade da pesquisadora principal. Os dados foram coletados em campo por meio de uma entrevista semiestruturada desenvolvida por meio de diálogo, onde a pesquisadora abordou as participantes sobre a temática e estas expressaram livremente suas opiniões, vivências e sentimentos.

A pesquisa foi realizada entre os dias 16 e 28 de agosto de 2018, no período das 13:00 às 17:00 horas. Fizeram parte deste estudo 09 mulheres que foram abordadas de maneira individual, no momento em que levaram seus filhos para vacinar. A entrevista foi

realizada de modo a garantir a privacidade durante todo o processo. As nutrizes foram escolhidas de forma aleatória, à medida que estas adentravam a unidade procurando atendimento.

Para a análise dos dados foram separadas as respostas obtidas de acordo com suas características e apresentadas em forma de categorias, posteriormente, embasadas em estudos já analisados e publicados por meio de escritos eletrônicos, como livros, artigos científicos dentre outros a fim de fundamentar a discussão dos resultados.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Os resultados apresentados nesta seção foram obtidos através de uma entrevista realizada entre os dias 16 e 21 de agosto do ano de 2018, com 09 nutrizes que compareceram à ESF do bairro Jacilândia para levarem seus filhos para vacinar. Estas contribuíram para o desenvolvimento da resposta ao problema de pesquisa: qual a experiência e o sentimento de nutrizes atendidas em uma ESF do município de Unaí sobre a amamentação em público?

As respostas foram analisadas e agrupadas em categorias. Para possibilitar a identificação das falas das entrevistadas, destacando o caráter confidencial das informações coletadas, explicitado no TCLE, bem como o anonimato das participantes, utilizou-se a seguinte codificação: Orquídea (entrevistada 1), Azaleia (entrevistada 2), Margarida (entrevistada 3), Violeta (entrevistada 4), Rosa (entrevistada 5), Astromélia (entrevistada 6), Girassol (entrevistada 7), Tulipa (entrevistada 8), Lírio (entrevistada 9).

O roteiro da entrevista semiestruturada foi composto de duas partes: na primeira foi feito o levantamento sociodemográfico da amostragem, e na segunda parte foram feitas 5 perguntas norteadoras às entrevistadas, cujas falas foram registradas através de áudio e posteriormente transcritas na íntegra, tais perguntas procuraram responder ao problema proposto para esta pesquisa.

No que se refere ao perfil dos sujeitos investigados, integraram o estudo 09 nutrizes atendidas pela ESF do bairro Jacilândia, do município de Unaí – MG, sendo 3 destas com idade entre 18 e 25 anos, 5 com idade entre 26 e 35 anos e 1 com idade entre 36 e 40 anos. Referente ao número de filhos de cada entrevistada têm-se 2 entrevistadas com 1 filho, 4 entrevistadas com 2 filhos, 2 entrevistadas com 4 filhos e 1 entrevistada com 6 filhos.

Ao analisar a quantidade de filhos, o IBGE (2016) traz informações que ilustram a realidade observada nas participantes desta pesquisa, quando aborda que o número médio de filhos por mulher tende a diminuir com o passar dos anos, modificando-se de 4 filhos por mulher em 1980 para aproximadamente 1,72 filhos em 2015. Na coleta de dados foi possível observar que 7 (70%) das entrevistadas tem 1 ou 2 filhos e 3 (30%) das entrevistadas tem 4 ou mais filhos, sobressaindo um número menor de filhos por mulher.

Para melhor avaliar as falas e o conhecimento das entrevistadas foi necessário identificar a escolaridade, e neste quesito pôde ser dividido da seguinte maneira: 1 analfabeta, 4 nutrizes com ensino médio incompleto, 2 com ensino médio completo e 2 mulheres com ensino superior completo. Referente ao tempo de amamentação obteve-se 2 mulheres com até 30 dias de amamentação, 5 amamentando de 30 dias a 1 ano e 2 acima de 1 ano.

A seguir são apresentados os dados coletados na pesquisa de campo. Tais dados são apresentados a partir de uma orientação norteadora pelas respostas obtidas através da entrevista aplicada aos sujeitos investigados. Realizou-se a interpretação e análise do material coletado a fim de agrupá-los de acordo com a ideia central expressada em cada resposta visando à obtenção dos resultados da pesquisa.

Na interpretação de dados obtidos a partir da primeira pergunta da entrevista: “Você tem conhecimento sobre a importância do aleitamento materno como fonte única de alimento para o bebê nos seus primeiros 6 meses de vida? De que forma você recebeu essa orientação

(como e por quem)?”, foi possível elaborar duas categorias de acordo com as respostas das entrevistadas.

Categoria I: Orientação sobre o aleitamento materno por profissionais da saúde

Para a discussão da categoria I apresentam-se as respostas das entrevistadas.

Orquídea: Os médicos aconselham dá até os dois anos, pra evitar, gripes fortes, algumas doenças né, até os seis meses só amamentação, eu cumpri com os meus quatro filhos, após os seis meses que eu comecei a dar verdurinha, algumas coisas, mas também não tirei a mama não, só depois de dois anos. O médico, durante a gestação e após a gestação também.

Azaleia: Sim, olha eu, eu fui, quando eu engravidei da primeira menina minha, aí eu precisei fazer tipo um tratamento no hospital da baleia de Belo Horizonte, porque eu sou de Belo Horizonte, aí ao chegar lá que eles me ensinaram, explicaram que de 3 em 3 horas tem que amamentar, e que é pra dar somente o leite materno, e também é, eu já fiz doação de leite, já, né banco de leite, é tanto que eu tenho até os papel lá pra mim doar de novo, e ainda não doei. Foi por médicos.

Margarida: É, bem importante né. No hospital orienta bastante agente que precisa amamentar e evitar de dar Nan, essas coisas, mesmo se o leite não descer, insistir né. Por profissionais da saúde em geral.

Violeta: Sim, na maternidade, pediatra, enfermeiros.

Rosa: É importante, os médicos né, as pediatra.

Astromélia: Sim, pela faculdade mesmo e por profissionais da saúde do postinho também.

Girassol: Tenho, através de consultas e, eu perguntando pra pessoas próximas né que sabem já há mais tempo que eu.

As entrevistadas destacaram terem recebido informações sobre o aleitamento materno por meio dos profissionais de saúde, destacando enfermeiros e médicos como propagadores desse conhecimento. O enfermeiro, dentre os profissionais da saúde, recebe em sua formação acadêmica uma qualificação para assumir uma postura educativa, logo, cabe a este o papel de proporcionar educação em saúde com os pacientes, aconselhando-os nos aspectos gerais assim como no que diz respeito à importância da amamentação para a vida do lactente e de sua mãe no primeiro semestre de vida (OUCHIA et al, 2017).

É imprescindível destacar o papel dos profissionais de saúde para falar sobre a importância da amamentação, pois esses profissionais têm o conhecimento e habilidade para instruir as mães. Eles podem mostrar à nutriz a capacidade que elas têm para tomada de decisão, para que se sintam aptas a amamentar, pelo período que lhes for conveniente, sempre destacando a importância do aleitamento materno exclusivo para a saúde do bebê nos primeiros seis meses de vida. Essas instruções podem ser dadas a qualquer momento, em qualquer contato que o profissional tenha com a mãe, porém o melhor momento é durante o pré-natal (OUCHIA et al, 2017; MESQUITA et al, 2016).

O enfermeiro é o profissional que mais tem contato com a gestante e puérpera, estando presente no momento da realização dos testes rápido, nas palestras dos grupos de gestantes, das consultas de pré-natal, após o parto na realização do teste do pezinho, nas vacinações. Todos esses momentos são propícios para desenvolver uma conscientização para a importância da amamentação, por isso é importante que esses profissionais tenham a capacidade e interesse em divulgar o quão importante é a amamentação.

Dando sequência na interpretação de dados na **primeira pergunta**, tornou-se relevante a produção de outra categoria, destacada a seguir.

Categoria II: Orientação sobre o aleitamento materno através de meios de comunicação

Tulipa: Sim, através de, dos meios de comunicação né, através de pesquisa, eu sempre pesquisei sobre a importância do aleitamento né, pros meus filhos.

Lírio: Tenho sim, eu já sabia né, porque eu já tenho a outra né, aí eu vejo também né televisão.

A importância do aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida é um fato bastante veiculado nas mídias atualmente, essa veiculação está associada aos inúmeros benefícios que a amamentação proporciona tanto para o bebê quanto para a mãe. Dentre esses benefícios, pode-se citar como principal a redução da morbimortalidade infantil. Benefícios como, diminuir o risco de diarreias, infecção respiratória e obesidade no decorrer da vida, constatados em diversos estudos científicos, por isso o aleitamento exclusivo no primeiro semestre de vida é recomendado por diversos especialistas (SANTOS; SOLER, 2005; BRASIL, 2018b).

Cabe ressaltar que amamentar é muito mais do que nutrir a criança, os proveitos do aleitamento materno estão direcionados tanto para o bebê quanto para a mãe que tem algumas vantagens ao praticar esse ato. A interação entre nutriz e lactente durante a amamentação aumenta o vínculo afetivo, contribui para a prevenção do câncer de mama e de ovário, reduz o custo financeiro, além de ter influência na saúde psíquica da mãe (BRASIL, 2018b; CAPUCHO, 2017).

Ao analisar as falas elencadas para esta categoria, fica evidente o conhecimento das mães acerca do assunto, todas alegam ser importante o aleitamento materno exclusivo até o sexto mês de vida, e afirmam ter adquirido conhecimento por diversos meios, como por profissionais da saúde, dentre eles o médico e o enfermeiro, meios de comunicação e por informações que outras pessoas forneceram.

De acordo com a segunda pergunta da entrevista realizada com nutrizes atendidas pela ESF do bairro Jacilândia, fez-se o seguinte questionamento: “Você acredita que a sua decisão em relação ao ato de amamentar sofreu influência de mitos como leite fraco, mudanças na dieta da mãe, queda da mama, exposição da mama durante a lactação. Você recebeu apoio familiar em relação à amamentação?”.

Foram elencadas duas categorias que agrupam as respostas de acordo com suas similaridades.

Categoria I: Receberam apoio familiar e não tiveram influência de mitos relacionados à amamentação

Esta categoria foi elaborada com base nas respostas de sete das entrevistadas, à segunda pergunta.

Orquídea: Eu ouvi muito isso, mas pela experiência que hoje eu tenho eu não acredito em nada disso, o leite materno ele é essencial, eu acho que toda mãe que amamenta seu filho ela tem como sustentar sim, leite sustenta, leite materno ele sustenta sim. Amamento em público, quando ela deseja mamar se eu não tiver opção, amamento em público normalmente. Recebo, recebo sim.

Azaleia: Não, não, já vi falar demais desses mitos, mas não teve influência nenhuma não. Recebo, recebo.

Violeta e Lírio: Não. Recebo.

Rosa: Não. Recebo, do marido.

Tulipa: Não porque eu pesquisei também e eu sei que o que faz dá leite é mais é água mesmo, é líquido, num acredito nesses mitos. Não, não, eu acho que tem outras prioridades, né, agente, quando você decide ter filho você tem que saber das

consequências e tem que saber o que é prioridade, e a amamentação é prioridade independente do que vai ocorrer de consequência em relação a isso. Também eu acho isso um cúmulo a pessoa não ter coragem de amamentar, ou alguém achar isso um escândalo, eu amamento, se meu filho quiser mamar eu não tô nem aí, se eu tô no órgão público, se eu tô na igreja, aonde eu tiver eu coloco uma fraldinha mas eu amamento onde ele estiver porque ele tá com fome e eu não vou sair de onde eu estiver pra ir amamentar em outro lugar. Sim.

Marques; Cotta e Priore (2009) e Algarves; Julião e Costa (2015) trazem em seus textos a definição de crença e mito, que podem ser entendidos respectivamente como um efeito ou ato de crer, uma opinião dotada de fé e convicção, enquanto que o mito pode ser traduzido como a representação de fatos ou personagens reais, ampliada pelo excesso de imaginação popular com enfoque na tradição. A crença pode ser representada como uma estrutura importante do comportamento humano, pois uma vez que se acredita fielmente em algo se age de modo a coincidir com a crença. Já o mito funciona como uma força que impulsiona e conduz tanto pensamento quanto o comportamento das pessoas, moldando-os para lidar com realidades existenciais importantes.

Quanto à influência dos mitos na forma de amamentar das entrevistadas, pode-se perceber que as seis, que se enquadraram nesta categoria, afirmaram não ter sofrido influência desses mitos, e ressaltaram ainda que não acreditam neles. Fica evidente na fala da Tulipa uma forma de encarar a realidade, ela se propôs a pesquisar sobre tais mitos e tirar suas próprias conclusões. Em relação à amamentação, ela expôs que tudo é questão de prioridade, uma vez que se decide ser mãe é necessário conviver com certos mitos e verdades, e mesmo assim saber que amamentar é prioridade.

O processo de amamentação é complexo, e por estar inserida em um contexto social, a nutriz sofre influência do seu núcleo de convivência, principalmente da família, dos amigos e dos profissionais de saúde. Todos têm uma melhor forma de encarar e aconselhar a prática da amamentação, abrindo um leque de informações para a nutriz, à qual cabe filtrar as informações e optar pelas quais sejam mais viáveis para ela. Nessa interação cabe ressaltar que o apoio é essencial para a mãe, e que o ato de amamentar resulta de experiências individuais, e a partir daí a mãe decidirá como, quando e por quanto tempo irá amamentar. (CAPUCHO, 2017; FROTA, 2009; ALGARVES; JULIÃO; COSTA, 2015).

Quando indagadas se recebem apoio familiar, todas as dez entrevistadas afirmaram receber, esse apoio serve de impulso para que a mãe continue amamentando, e que esta sinta prazer em fazê-lo. A entrevistada Rosa afirma receber apoio do marido, e Pontes; Alexandrino e Osório (2008) corroboram com sua fala trazendo em seu texto que a participação do pai nesse processo de amamentação interfere diretamente no sucesso desta prática, fortalece o vínculo entre mãe, pai e filho, deixando esta prática de ser apenas de preocupação da nutriz, passando a ser uma preocupação do todo, desta forma, juntos, se empenham para obter sucesso.

Ainda na interpretação de dados na **segunda pergunta**, foi necessário a elaboração de outra categoria, porque a pesquisadora se deparou com respostas diferentes para a mesma indagação, durante a análise.

Categoria II: Receberam apoio familiar e tiveram influências dos mitos relacionados à amamentação

Essa categoria foi elaborada de acordo com as respostas fornecida por três das entrevistadas, expressas a seguir.

Margarida: Não, só eu acredito que esse negócio de canjica, essas coisas assim ajuda, de milho né, ajuda bastante. Sim.

Astromélia: Não, acredito nesse mito não, a queda da mama até que sim né, mas. Sim, com certeza.

Girassol: Eu acredito que sim, porque eu não tinha leite e aumentou. Recebo.

No que diz respeito à mudança da alimentação materna como fator que interfere na qualidade e quantidade do leite é possível identificar que não só a Margarida, mas também outras mulheres acreditam nesse mito, Faria (S/D) em sua pesquisa chegou a um total de 44% de suas entrevistadas que acreditavam nessa prática. É evidente que a alimentação materna deve de fato ser uma alimentação equilibrada, rica em nutrientes e principalmente em líquidos, porém não há necessidade de se ingerir alimentos específicos, como canjica, pois o leite é produzido através das reservas maternas, composto em sua maioria (aproximadamente 88%) de água (FUSTINONI, 2008).

A queda da mama é um dos mitos que interfere na amamentação, podendo levar até ao desmame precoce, pois no pensar de muitas mães, assim como a Astromélia, quanto maior for o tempo de amamentação maior será o prejuízo dos seios, esteticamente falando. Porém, muitas não têm conhecimento de que a queda da mama não está associada à amamentação, e sim à forma incorreta de sustentação dessa mama, uma vez que pela lei da gravidade de fato a tendência é que haja queda dos seios, o que muitos não sabem é que a escolha e o uso corretos do sutiã podem retardar essa queda (ALGARVES; JULIÃO; COSTA, 2015; SANTOS, 2015).

A partir da terceira pergunta: “Você já foi informada por alguém da área da saúde sobre os seus direitos e do seu filho em relação à amamentação? De que forma e qual profissional?”, foi possível elaborar duas categorias, expressas a seguir:

Categoria I: Informação através de profissionais da saúde

Apenas três das entrevistadas afirmaram ter recebido informação sobre seus direitos, direcionados à amamentação. Tais falas estão descritas a seguir:

Astromélia: Sim, por enfermeiro do postinho, é, até mesmo pediatra da criança, os médicos no geral.

Tulipa: Sim, é no, na onde eu morava tinha a enfermeira do postinho, agora eu mudei, mas eu morava no Cachoeira, tinha a enfermeira do postinho que foi na minha casa, quando eu ganhei ele, explicou o jeito correto de amamentar, inclusive no início eu tive um empedramento no seio, e ela foi lá, desimpedrou deu todo auxílio, auxílio, ela a médica do posto foi.

Violeta: Sim, na verdade foi pelo aquele cartãozinho da gestante, aí eles falou que ia ter uma palestra e eu no compareci não, mas eles informa que eu tenho direito de amamentar em público, que se alguém tiver alguma coisa contra dá, da problema na justiça né, porque, não tem nenhuma lei especifica que não pode amamentar em público, e os enfermeiros também né.

Ao analisar as falas das entrevistadas, é possível identificar que a minoria afirma ter recebido informações sobre os direitos pertinentes à mãe e a criança, relacionados à amamentação. As três mães que afirmaram ter recebido essa informação apontam os profissionais da saúde como os responsáveis por ter transmitido esse conhecimento, sendo o enfermeiro e o médico os citados por proverem essa informação. Uma das entrevistadas, a Violeta, afirma ter adquirido tal informação através do cartão da gestante fornecido pela Estratégia de Saúde da Família.

Cabe ressaltar que é direito da mulher amamentar seu filho, independentemente do local em que ela esteja, seja ele público ou privado, fechado ou aberto, na presença ou não de

outras pessoas, o Estatuto da Criança e do Adolescente resguarda essa mãe e sua criança, amparando o direito ao aleitamento materno (RÊGO, S/D). É evidente que o papel de informar a mãe sobre esses direitos não é exclusivo dos profissionais da saúde, tendo toda a sociedade total capacidade para fazê-lo, assim como as mídias e meios de comunicação e os operadores do direito. Os meios mais eficazes para isso ser feito seria ainda na gestação, por exemplo, nas consultas do pré-natal, assim como por meio de implementação de programas educativos que envolvam a atuação da saúde uma parte jurídica (BRASIL, 2011).

Ainda em se tratando da **terceira pergunta**, a seguir se apresenta a segunda categoria, que teve origem a partir da mesma resposta dada por sete entrevistadas. As respostas obtidas estão expressas a seguir:

Categoria II: Não obtiveram informação

Obtiveram-se seis respostas iguais a esta indagação, que estão expressas a seguir:

Orquídea; Azaleia; Margarida; Rosa; Girassol; Lírio: Não.

Nas falas supracitadas é possível analisar que houve uma falha da equipe de saúde para com essas mães, pois todas relatam não terem tido acesso à informação sobre os seus direitos e de seus filhos em se tratando da amamentação. Essa falha na comunicação pode ter ocorrido por diversos fatores, dentre eles, por esse ser um assunto pouco tratado.

Lima, Leão e Alcântara (2014) abordam a importância da divulgação do conhecimento e informações em todas as áreas da saúde, e, no que se refere aos direitos da amamentação, isso não é diferente. À sociedade cabe o respeito e a não discriminação ou prática de violência, seja ela de qualquer natureza, que possa, de alguma forma, interferir na escolha da lactante em amamentar seu filho, independentemente de onde isso ocorra, seja em sua residência, local de trabalho ou em espaços públicos (BRASIL, 2018a).

A quarta pergunta indagou-se o seguinte: “Você já se sentiu constrangida, recriminada ou vítima de preconceito (olhares, gestos, pedido que se retirasse do local) ao amamentar em público? Conte como foi sua experiência. (Qual o grau de parentesco ou relação com o autor da discriminação?)”. Para otimizar a análise e interpretação das colocações obtidas foram elaboradas duas categorias que abrangem as dez respostas dadas a essa pergunta.

Categoria I: Vítima de preconceito ao amamentar em público

A resposta que originou esta categoria está exposta a seguir:

Azaleia: Não, só olhares, muitas pessoas costumam ficar olhando você colocar os seios pra fora pra dar a amamentação, amamentar seu filho, aí os outros fica olhando, reparando, tipo assim, há ela colocou os seios pra fora aqui e tal, sabe, mas eu não ligo não, eu continuo, sempre eu fico reparando as pessoas fica reparando também que eu to amamentando em qualquer lugar, sabe. Pessoas da rua, tipo igual num posto de saúde, é, tipo igual você entra num restaurante, com a criança, igual muitas das vezes eu venho aqui, eu preciso de alimentar em restaurante, ai ficam reparando, isso acontece.

Amamentar é algo natural, que acontece desde que a humanidade existe, e se a criança sente fome, por que não lhe oferecer o alimento mais completo e exclusivo. Em meio a tanto preconceito, o que mais se ouve é a exposição da mama em público, e nesse contexto algo natural se transforma em escândalo. Muitos julgam imoral ou inadequado, várias

mulheres já sofreram com esse tipo de preconceito e infelizmente muitas mais ainda sofrerão, se não houver um trabalho sério de conscientização com a população (TEIXEIRA, 2016).

Têm-se vários exemplos na mídia atual de mulheres que foram vítimas de preconceito ao amamentar em público como no caso em que ocorreu em 2011, em São Paulo no Itaú Cultural, onde uma antropóloga foi proibida de amamentar seu filho, ou o caso que ocorreu em 2013, outra forma de discriminação como essa ocorreu no espaço cultural Sesc Belenzinho, também em São Paulo; e, um dos casos que mais houve repercussão ocorreu no Rio Grande do Sul, no ano de 2016, a Deputada Manuela D'Ávila foi vítima de preconceito por postar em sua rede social uma foto amamentando sua filha em um local público (GOMES, 2017; KALIL; RODRIGUES, 2018).

Existem outras formas de preconceito vivido pelas mães que amamentam, como a citada pela entrevistada Azaleia, que afirma já ter sido vítima de preconceito, como olhares que recriminam, um aspecto positivo que se pode perceber na fala dela é o fato de mesmo já ter sido vítima desse tipo de preconceito, ela afirma não se importar, ou seja, ela coloca a alimentação de seu filho em primeiro lugar, desconsiderando o que as outras pessoas pensam.

Ainda na interpretação de dados referentes à quarta pergunta, apresenta-se a seguir a segunda categoria que aborda a experiência das nutrizes ao amamentar em público, tomando como ponto de partida se estas sofreram algum tipo de constrangimento ou não.

Categoria II: Não referem constrangimento ao amamentar em público

106

As nove respostas obtidas a essa pergunta foram agrupadas de acordo com as semelhantes, e foram transcritas a seguir:

Orquídea: Não, não, eu nunca.

Margarida: Não, nunca.

Violeta; Rosa; Astromélia; Lírio: Não.

Girassol: Ainda não aconteceu isso não.

Tulipa: Não, e se pedisse também eu não ia sair não.

Desgualdo e Malacarne (S/D) dizem que amamentar em locais públicos muitas vezes é algo necessário, pois não se pode prever quando uma criança sentirá fome, assim como por vezes a mulher não terá um local para se dirigir para amamentar, e mesmo que o tenha, cabe a ela decidir onde e como alimentará seu filho, e isso deve ser respeitado pelas pessoas que presenciam esse ato. O ponto principal que deve ser levado em consideração ao abordar o tema amamentação em público é o sentimento dessa mãe, como essa se sentiu ao amamentar em um local público.

Cabe ressaltar que se deve respeitar a escolha da mãe, se esta prefere um local mais reservado para alimentar seu filho, ou se prefere se cobrir com um paninho, essa escolha cabe somente a ela fazer, assim como não cabe a ninguém julgá-la por suas escolhas (SILVA, S/D). É importante reafirmar que a amamentação é um direito que deve ser respeitado, além de permitir que ele aconteça não somente em um local específico, mas em qualquer local. Para tanto, faz-se necessário conscientizar as pessoas, através de ampla divulgação deste direito e da importância do respeito e amparo à mulher que amamenta (BRASIL, 2015a)

Ao analisar as respostas que se enquadraram nesta categoria, pode-se perceber um aspecto satisfatório, uma vez que nenhuma das entrevistadas relatou ter se sentido constrangida ao amamentar seus filhos em público, o que demonstra que o núcleo de convívio dessas mulheres corrobora para o seu amadurecimento e crescimento de seus filhos no que diz respeito à amamentação. Através desta análise é possível constatar que estas mulheres têm sido respeitadas por sua escolha de amamentar seus filhos em locais públicos.

Esta categoria traz a interpretação dos dados obtidos a partir da **quinta e última pergunta** da entrevista: “**Como você avalia o preconceito e discriminação às mulheres ao amamentarem em público?**”.

Categoria I: Oposição ao preconceito e à discriminação do ato de amamentar em público

As respostas obtidas estão expressas a seguir:

Orquídea: Falta de respeito, desumano, acho que isso é desumano, porque é uma criança, é uma amamentação, é uma alimentação, a criança. É o mesmo que um adulto tiver comendo com seu prato na porta da rua, eu acho isso normal, porque é alimentação da criança, eu acho que não deveria existir isso, discriminação, nunca, em relação a isso não.

Azaleia: Eu sou contra, pelo motivo que amamentar, gente, tem uma criança com fome, você vai ter que sair dali, esperar chegar na sua casa pra você amamentar sua criança, isso é um absurdo, eu não concordo, não concordo, porque que eles não proibem outras coisas, né, beber, todo mundo bebe em qualquer lugar, chega no posto de saúde com uma latinha, ta bebendo, ta fumando, não ta nem aí, em qualquer lugar. Agora amamentar uma criança, aonde que eu tiver, posso ta na rodoviária, né posto, né hospital aonde que eu tiver vou amamentar meu filho sim, isso ai eu sou contra.

Margarida: Pra mim é um absurdo, como que você vai deixar um bebê com fome, a pessoa num, não pensa pra fazer isso, e é tão inocente.

Violeta: A isso é preconceito.

Rosa: A não pode né, tem que se, tem que amamentar eu.

Astromélia: É aí, isso não pode acontecer né, porque é um direito de todas e faz bem pro filho e num ta fazendo nada por maldade, né.

Girassol: Falta de consideração, porque a mãe dele também deve ter passado por isso.

Tulipa: Não, é um absurdo né, porque tem, tem mulher que sai aí com os peito quase tudo de fora e ninguém recrimina e manda elas vestir roupa, agora só porque a pessoa ta amamentando vai querer recriminar, é um absurdo.

Lírio: Eu acho super errado, é eu acho porque amamentar né, eu acho que pode amamentar em qualquer lugar, porque acontece né tem gente que sai, como a mulher ali falou mulher sai pelada e ninguém fala nada e amamentar que.

A partir da fala das entrevistadas, pode-se perceber que todas se opõem ao ato de discriminação direcionado às mães que amamentam em público, algumas definiram esse ato como sendo um “absurdo”, e expressam um olhar materno e humanizado, que pode ser demonstrado no trecho da fala de Margarida e Azaleia “como que você vai deixar um bebê com fome”, ambas abordam que o primordial é sanar a fome da criança, o que acontece em torno disso fica em segundo plano. Essa visão deveria ser compartilhada por mais pessoas.

Pessoas que compartilham e se sensibilizam quando uma mãe é recriminada ao amamentar em público, muitas vezes já passaram ou já se imaginaram no lugar delas, o que leva a crer que os que praticam esse tipo de preconceito nunca vivenciaram algo parecido, para sentirem o quão revoltante esse ato se torna quando direcionado a si próprio ou a alguém próximo. É notório que falta nessas pessoas algo simples, a empatia, imaginar-se estar do outro lado. Desgualdo e Malacarne, (S/D) abordam que a falta de apoio familiar está ligada ao comportamento mediante uma situação desta, uma mulher que não foi amparada e apoiada, tende a reproduzir isto com outras que tem êxito, gerando assim um ato de recriminação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intuito de abordar a experiência de nutrizes em relação ao ato de amamentar em público, esta pesquisa teve como objetivo principal conhecer a experiência de nutrizes em

uma ESF do município de Unaí acerca da amamentação em público, e o problema de pesquisa que se propôs responder com este trabalho foi: qual a experiência e o sentimento de nutrizes atendidas em uma ESF do município de Unaí sobre a amamentação em público?

O primeiro objetivo específico foi alcançado e buscou analisar a legislação brasileira referente ao direito das mulheres de amamentar em público e os tabus sociais envolvidos no ato. Esse resultado pode ser verificado no item 2.2 do referencial teórico, pois foram analisadas as legislações pertinentes à amamentação em locais públicos, e comprovados a partir da Constituição Federal e pelo ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) que a amamentação é prioridade, e deve ocorrer em qualquer local, desde que a mãe se sinta a vontade.

O segundo objetivo específico possibilitou descrever qual o papel do enfermeiro atuante na ESF acerca da orientação dos direitos a amamentação em público. Este resultado pode ser verificado tanto no item 2.3 do referencial teórico, como na análise e discussão dos dados, na categoria II referente à terceira pergunta, onde fica evidente a importância do papel do enfermeiro, atuante na porta de entrada do atendimento, na transmissão dessas informações, porém é possível verificar uma falha nessa transmissão de conhecimento, demonstrado tanto na literatura quanto na coleta de dados onde 06 das 09 entrevistadas afirmaram não terem tido acesso a essas informações.

Portanto foi possível conhecer a experiência e o sentimento de nutrizes atendidas em uma ESF do município de Unaí sobre a amamentação em público, podendo elencar os resultados como satisfatórios, já que a princípio imaginava-se que a quantidade de mulheres que teriam sofrido algum tipo de repressão ou preconceito ao amamentar em público seria maior do que o encontrado, isso demonstra que a sociedade unaiense encara a amamentação como algo natural e digno de respeito. Além disso, foi possível verificar que o sentimento das mães ao abordar o tema é de repúdio ao preconceito direcionado às mulheres que amamentam em locais públicos.

Por fim, com base nos pontos pesquisados, apresenta-se proposta para continuidade desta pesquisa que consiste em realizar novos levantamentos de dados, com o intuito de abranger mais pessoas, não somente na referida ESF, mas também em outras ESF, para que assim se obtenha novos parâmetros de como estão os cuidados e o conhecimento direcionados às nutrizes do município de Unaí.

REFERÊNCIAS

ALGARVES, Talita Ribeiro; JULIÃO, Alcineide Mendes de Sousa. COSTA, Heritanne Monteiro. Aleitamento materno: influência de mitos e crenças no desmame precoce. **Revista Saúde em foco**, Teresina – PI, 2015. Disponível em: <<http://www4.fsnet.com.br/revista/index.php/saudeemfoco/article/view/912>>. Acesso em 10 set 2018.

ALMEIDA, Nilza Alves Marques; FERNANDES, Aline Garcia; ARAÚJO, Cleide Gomes. Aleitamento materno: uma abordagem sobre o papel do enfermeiro no pós-parto. Anápolis, GO. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 06, n. 03, p. 358-367, 2004. Disponível em: <www.fen.ufg.br>. Acesso em: 4 maio 2018. ISSN: 1518-1944

ARAÚJO, Daniela Emmerich de Barros. **A amamentação sob o olhar de mães frequentadoras da atenção primária do município de Santos**. 2014. 107f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde) - Universidade Federal de São Paulo Campus Baixada Santista. 2014. Disponível em: <

http://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/baixada_santista_teses/004_bx_danielaemme_rich_tese.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

AZEVEDO, Ana Regina Ramos; ALVES, Valdecyr Herdy; SOUZA, Rosângela de Mattos Pereira de; RODRIGUES, Diego Pereira; BRANCO, Maria Bertilla Lutterbach Riker; CRUZ, Amanda Fernandes do Nascimento da. O manejo clínico da amamentação: saberes dos enfermeiros. **Revista de Enfermagem**. Esc Anna Nery, Rio de Janeiro. v.19, n.3, p.439-445, Jul-Set. 2015. ISSN: 2177-9465. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n3/1414-8145-ean-19-03-0439.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

BATISTA, Kadydja Russell de Araújo; FARIAS, Maria do Carmo Andrade Duarte de; MELO, Wanderson dos Santos Nunes de. Influência da assistência de enfermagem na prática da amamentação no puerpério imediato. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 96, p. 130-138, jan./mar. 2013. ISSN: 2358-2898. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-11042013000100015&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 4 maio 2018.

BRASIL. Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Parecer nº __, Relator: Senadora Rose de Freitas, 2015a. **Documenta**, nº514, 2015. Disponível em: <https://www.google.com/search?hl=pt-BR&as_q=&as_epq=fp2015+08814&as_oq=&as_eq=&as_nlo=&as_nhi=&lr=&cr=&as_qdr=all&as_sitesearch=&as_occt=any&safe=images&as_filetype=pdf&as_rights=>>. Acesso em 11 out 2018.

_____. Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Parecer nº __, Relator: Senadora Maria do Carmo Alves, 2018a. **Documenta**, nº514, 2015. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7641816&disposition=inline>>. Acesso em 10 set 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf> Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **Guia dos direitos da gestante e do bebê**. UNICEF. São Paulo: Globo, 2011. ISBN 978-85-2504-939-1. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/br_guiagestantebebe.pdf>. Acesso em 10 set 2018.

_____. Ministério da Saúde. **A creche como promotora da amamentação e da alimentação adequada e saudável**. Brasília – DF, 2018b, 38p. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/a_creche_promotora_amamentacao_livreto_gestores>. Acesso em 10 set 2018.

CAPUCHO, Lorena Bassi; FORECHI, Ludmila; LIMA, Rita de Cassia Duarte; MASSARONI, Leila; PRIMO, Cândida Caniçali. Fatores que interferem na amamentação exclusiva. **Revista brasileira pesquisa saúde**. Vitória – ES, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/view/17725>>. Acesso em 10 set 2018.

CARMO, Flávio Cipriano de Assis do; TEAGO, Gilson Barbosa São; TIBURTINO, Rogy Frigeri. **Pesquisa básica versus pesquisa aplicada**. Pós-graduação em Ciências Florestais.

Jerônimo Monteiro-ES. 2011. Universidade Federal do Espírito Santo Centro de Ciências Agrárias. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/344621787/Pesquisa-Basica-Versus-Pesquisa-Aplicada-trabalho-2011-1>>. Acesso em: 22 maio 2018.

CARVALHO, Júlia Mendes de. **Barreiras e estímulos ao aleitamento materno exclusivo na província do Uíge, Angola**. 2014. 126f. Dissertação (mestrado em Saúde Pública) - Universidade Nova Lisboa Escola Nacional de Saúde Pública. Lisboa. 2014. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/14818>> Acesso em 05 de abr. 2018.

CEOLIN, Rejane; ROSA, Lisiane da; POTRICH, Tassiana; ZANATTA, Elisangela Argenta. Educação em saúde como ferramenta para uma atenção integral à saúde da mulher: uma reflexão teórica. **Revista de Enfermagem**. Frederico Westphalen-RS, v.4, 5 n.4e5, p. 127-137 2008-2009. ISSN: 2177-9465. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeenfermagem/article/view/1141>>. Acesso em: 4 maio 2018.

DESGUALDO, Paula; MALACARNE, Juliana. Uma questão de peito. **Crescer**. Sem Local. S/D. Disponível em: <http://www.truzzi.com.br/blog/wp-content/uploads/2015/05/Revista-CRESCER_Gisele-Truzzi_abril-2015.pdf>. Acesso em 10 set 2018.

DIAS, Joicy da Silva; SILVA, Katiane Costa e; MOURA, Maria Rita Webster de. A atuação do enfermeiro na promoção do aleitamento materno através de ações educativas. **Cadernos de Graduação**. Maceió, AL, v.2, n.2, p.59-71, mai. 2014. ISSN: 2316-6738. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitsbiosauade/article/view/1031>>. Acesso em: 4 maio 2018.

FARIA, Vanessa Cezaria de; LEAL, Liliane Moreira; ANDRADE, Luciane Alcântara de; CAVAGLIERI, Adriana Giunta. **Conhecimentos, mitos e crenças sobre o aleitamento materno entre primíparas em um hospital geral na cidade de Taubaté – SP**. Taubaté – SP, S/D. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosINIC/INIC1459_01_A.pdf>. Acesso em 10 set 2018.

FROTA, Mirna Albuquerque; MAMEDE, Ana Lúcia e Silva; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza; ALBUQUERQUE, Conceição de Maria de; MARTINS, Mariana Cavalcante. **Práticas culturais sobre aleitamento materno entre famílias cadastradas em um programa de saúde da família**. Fortaleza – CE, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v43n4/a22v43n4.pdf>>. Acesso em 10 set 2018.

FUSTINONI, Adriana Medeiros. **Vitamina A no leite materno: influência do estado nutricional de lactantes e da composição do leite**. 2008. 77 f. Dissertação – (Pós-graduação em Biologia Molecular) – Universidade de Brasília, Brasília – DF, 2008. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1017>>. Acesso em 10 set 2018.

GOMES, Maria Carmen Aires. Violência, intolerância e corpo feminino: Analisando as reações discursivas na mídia em torno da prática de amamentação. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**. Viçosa, MG, v.18, n.2, p.175–194. 2017. ISSN: 2179-4790.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e estatística. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2016. ISSN 1615-3296. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 09 out 2018.

KALIL, Irene Rocha; RODRIGUES, Ariene Alexandra. Mães na Mídia: os discursos sociais sobre maternidade na cobertura dos ‘mamaços’ no Brasil. **Revista Observatório**. Palmas, TO. v. 4, n. 1, p. 655-680, Jan-Mar. 2018. ISSN: 2447-4266.

LIMA, Isabel Maria Sampaio Oliveira; LEÃO, Thiago Marques; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos. Proteção legal à amamentação, na perspectiva da responsabilidade da família e do estado no Brasil. **Revista de Direito Sanitário**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 66-90, nov. 2013/ fev. 2014. ISSN: 2316-9044. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1354827.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

MARQUES, Emanuele Souza. COTTA, Rosangela Minardi Mitre. PRIORE, Silva Eloiza. **Mitos e crenças sobre o aleitamento materno**. Viçosa – MG, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a15v16n5.pdf>>. Acesso em 10 set 2018.

MESQUITA, Ariele Londres; SOUZA, Valéria Andrade Brito; MORAES FILHO, Iel Marciano de; SANTOS, Thaynnara Nascimento dos; SANTOS, Osmar Pereira dos. Atribuições de enfermeiros na orientação de lactantes acerca do aleitamento materno. **Rev. Cient. Sena Aires**. Trindade, GO. v.5, n.2, p.158-70, Jul-Dez. 2016. ISSN: 2179-0981 Disponível em: <<http://revistafacesa.senaaires.com.br/index.php/revisa/article/view/267>>. Acesso em: 4 maio 2018.

OUCHIA, Janaina; LUPOA, Ana Paula; WELINA, Bianca de Oliveira Alves; MONTICELLIA, Paula. Importância da Enfermeira na Orientação da Gestante e Puérpera sobre Aleitamento Materno. **Ensaio e Ciência**, Ciênc. Biol. Agrár. Saúde. Campo Grande. v.21, n.3, p. 134-141, 2017. ISSN: 1415-6938. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/260/26054727001.pdf>>. Acesso em: 11 out 2018.

PEREIRA, Bruna Tereza; NORA, Naraiana Inez. **Amamentação**: um direito da criança, uma ação socioeducativa do Assistente Social. In: XXIII Semana Acadêmica de Serviço Social, Paraná. 2015. ISSN: 1981-4801. Disponível em: <http://cac.php.unioeste.br/eventos/servicosocialunioeste/docs/edicao_atual/Pereira_Nora.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

PONTES, Cleide M.; ALEXANDRINO, Aline. OSÓRIO, Mônica M. Participação do pai no processo da amamentação: vivências, conhecimentos, comportamentos e sentimentos. **Jornal de Pediatria**. Recife – PE, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572008000400012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 10 set 2018.

QUEIRÓS, Pollyanna de Siqueira; OLIVEIRA, Lorhany Rodrigues Batista de; MARTINS, Cleusa Alves. Elementos que interferem na amamentação exclusiva: percepções de nutrízes. **Revista de Salud Pública**, Goiânia, GO. (XIII) n.2, p.6-14, dic. 2009. ISSN: 0124-0064. Disponível em: <http://www.saludpublica.fcm.unc.edu.ar/sites/default/files/RSP09_2_04_art1_6-14.pdf>. Acesso em: 4 maio 2018.

RÊGO, Rita Maria Viana. **Direitos que garantem a amamentação**. S/D. Disponível em: <<http://se.corens.portalcofen.gov.br/wp-content/uploads/2017/07/folder-leis-AM.pdf>>. Acesso em 10 set 2018.

SANTOS, Geysa Mayara Rosa dos; COSTA, Sâmea Lanessa Batista; MENDONÇA, Brenda de O. Monteiro; BARROS, Eda Jaqueline; MOTA, Ricardo de Miranda; OLIVEIRA, Vanusa Cristina de Carvalho; NOGUEIRA, Daniela Samara. Mitos e crenças sobre aleitamento materno que levam ao desmame precoce nas estratégias saúde da família no município de Firminópolis – GO. **Revista Faculdade Montes Belo**. São Luís de Montes Belo – GO, 2015. Disponível em: <<http://revista.fmb.edu.br/index.php/fmb/article/view/185>>. Acesso em 10 set 2018.

SANTOS, Vera Lúcia Fugita dos; SOLER, Zaida Aurora Sperli Geraldês. AZOUBEL, Reinaldo. **Alimentação de crianças no primeiro semestre de vida: enfoque no aleitamento materno exclusivo**. São José do Rio Preto - São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbsmi/v5n3/a04v5n3.pdf>>. Acesso em 10 set 2018.

SÃO PAULO. **Código Civil, Lei 16161, de 13 de abril de 2015**. São Paulo, SP: Secretaria do Governo Municipal. 2015. Disponível em: <<file:///D:/TCC/ARTIGOS/parte%203%20do%20referencial/L16161%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2018.

SILVA, Thaís Nogueira. Visão das mulheres que utilizaram a sala de apoio a amamentação. **CONVIBRA**. Ceará - CE, S/D. Disponível em: <http://www.convibra.org/upload/paper/2018/75/2018_75_15387.pdf>. Acesso em 10 set 2018.

SILVA, Waléria Ferreira da; GUEDES, Zelita Caldeira Ferreira. Tempo de aleitamento materno exclusivo em recém-nascidos prematuros e a termo. **Rev. CEFAC**, São Paulo 2011. ISSN: 1982-0216. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcefac/2012nahead/102-11.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2018.

TEIXEIRA, Thaís Dominato Silva. Direitos: Amamentar em local público. **NUDEM**. Mato Grosso do Sul, Edição nº8, Mar-Abr, 2016. Disponível em: <http://www.defensoria.ms.def.br/images/conteudo/nudem/boletins/2016-Boletim_Informativo_Edicao_8-Dados_Violencia_Contra_a_Mulher.pdf>. Acesso em 10 set 2018.

CONDICIONAMENTO FÍSICO NA DANÇA: Um estudo realizado com um grupo de *Hip Hop Dance* de Unaí - MG.

CRUZ, Thayla Loisy Teixeira da¹
DANTAS, Renata Aparecida Elias²

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi verificar a melhora em componentes da aptidão física através da intervenção de exercícios de condicionamento físico em dançarinos do estilo *Hip Hop Dance*. Considerando escasso o material de estudo na área de condicionamento físico em dançarinos, principalmente no estilo do *Hip Hop Dance* é que houve a intenção de desenvolver esta pesquisa. A metodologia utilizada foi quantitativa, descritiva e comparativa. Foram aplicadas avaliações de composição corporal e testes avaliativos antes da intervenção do treinamento físico e após este. A amostra composta por 8 dançarinos com média de idade de 23,5 ($\pm 3,5$) anos, pertencentes a um grupo da dança na cidade de Unaí, MG. A finalidade das coletas foi desenvolver um programa de condicionamento físico para os dançarinos mediante as necessidades físicas detectadas para a dança.

Palavras-chave: *Hip Hop Dance*. Dançarinos. Condicionamento físico.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo visou aplicar um trabalho de condicionamento físico na dança, destacando entre outras especificidades da área, como esta é vivenciada na prática, mais especificamente, como é aplicada a preparação física e como afetará na *performance* da dança através dos resultados obtidos. Também, alcançar alguns esclarecimentos, através desta pesquisa de campo, sobre como um grupo de dança na modalidade das danças urbanas/*Hip Hop* tem trabalhado esta preparação, ou seja, pretendeu-se com esta investigação verificar e analisar os resultados pré e pós intervenção de um programa de condicionamento físico para melhora da *performance* de componentes da aptidão física.

O grupo de dança que é o campo deste estudo é um grupo o qual faz trabalhos diretamente em palcos de competições e apresentações de mostras coreográficas. Daí a justificativa para preparação física ser maior para o dançarino. Como afirma Ansaloni et al. (2008), a obrigação de planejamento e organização do trabalho de condicionamento físico dos bailarinos leva à competência de adquirir e ampliar novos patamares de desempenho.

Acreditando na importância da preparação física para uma melhor *performance* na dança, questionou-se como está o condicionamento físico do grupo de *Hip Hop Dance* de Unaí-MG, e, se o condicionamento físico pode determinar a sua prevalência e melhora no desempenho em dançarinos na área das danças urbanas/*Hip Hop*.

Tem como objetivo geral deste estudo, identificar como o condicionamento físico implica no desempenho na dança, observados em dançarinos de um grupo de dança de *Hip Hop* de Unaí – MG e de que maneira. O alvo foi verificar, através da aplicação de testes de valências físicas, como a preparação física pode melhorar a aptidão física nesta modalidade de dança.

Os objetivos específicos visaram identificar a Dança no campo da Saúde e seus benefícios; conceituar a cultura *Hip Hop* e o *Street Dance* e suas características; conceituar o condicionamento físico e aptidão física para a melhora no desempenho no praticante e suas valências físicas no processo de trabalho da condição física; levantar dados sobre

¹Acadêmica do Curso de Educação Física na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

²Orientadora. Doutora em Ciências da Saúde. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí.

condicionamento físico em praticantes da dança e os efeitos no desempenho do dançarino de *Hip Hop*.

Justificando essa problemática, foi possível verificar a falta de trabalhos em torno da preparação física na dança, ascendeu uma necessidade de estudar e pesquisar sobre o condicionamento físico desta, principalmente nas danças urbanas, mais especificamente no *Hip Hop Dance*, para difundir essa pesquisa para a comunidade acadêmico-científica, mercado de trabalho e sociedade, e ser um ponto de alcance na discussão e pesquisa acerca do assunto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A DANÇA NO CAMPO DA SAÚDE E SEUS BENEFÍCIOS

Como explica Trevisan; Schwartz (2012), a dança é uma atividade que, através dos tempos, mostra-se privilegiada, não somente por se relacionar a fatores estéticos, físicos e fisiológicos, mas também porque ajuda na formação e desenvolvimento da pessoa como um todo, entre os quais, os relacionamentos sociais e psicológicos.

Grego et al (2006) argumentam que a Educação Física bem planejada também pode auxiliar na melhora da coordenação geral da pessoa, apesar de sua própria história que tem dificuldade em tomar espaço com autonomia de sua estratégia prática.

A dança pode também ter o intuito de dar a cura e aliviar tensões para muitas pessoas que a praticam, com isso, Vilela (1998, p. 19) afirma que “as tensões 'aliviadas' pela dança não são neste tema vistas como terapias individuais, porém existe uma vertente do estudo da dança aliada à psicologia e à medicina, denominada dança-terapia”.

Como ferramenta para desenvolver o corpo e a mente, o movimento corresponde às suas bagagens do passado, retrata suas percepções de vida do presente, colabora para a saúde e a produtividade do que pode vir a ser no futuro (DANTAS, 2005).

Por meio de sua prática, a dança pode ter um significado mais amplo na questão da saúde corporal em um indivíduo (COSTA et al, 2004). Através do trabalho do movimento, é possível obter benefícios à saúde e, como consequência, o melhor condicionamento físico e cardiorrespiratório.

Trabalhos desenvolvidos em capacidades e habilidades na dança, demonstrados por Trevisan; Schwartz (2004) mostrou que a dança trabalha todas as habilidades motoras fundamentais da espécie humana, como caminhar, marchar, correr, girar, saltar, equilibrar, entre outras habilidades de base.

Desta forma, como afirma Silva e Costa (2017), a dança é um conteúdo dos parâmetros curriculares a ser trabalhado e vivenciado nas aulas de educação física, pois permite o conhecimento das possibilidades e capacidades tanto físicas, quanto expressivas do corpo.

Ainda de acordo com Silva e Costa (2017), através da dança é possível o desenvolvimento das capacidades físicas do aluno, como coordenação motora, agilidade, equilíbrio, resistência e velocidade, ampliação e desenvolvimento do caráter social e afetivo.

A dança é uma parte essencial da Educação Física, que muitas vezes deixa de ser debatida, não propagada dentro da área como um dos assuntos importantes, que acabam continuar a ser na prática ou na informalidade (CARDOSO et al, 2010).

2.2 CULTURA HIP HOP E O STREET DANCE E SUAS CARACTERÍSTICAS

O *Hip Hop*, segundo Souza (2011), é corporizado como cultura ou movimento cultural, essas linguagens são sustentadas por quatro figuras, a saber: grafiteiro, DJ,

MC/Rapper e o dançarino. Esse último é caracterizado pela vertente chamado *Break Dance*, onde tudo começou.

Primeiramente, no enfoque do mundo ocidental foi atribuída no início dos anos 80 a propagação da expressão denominada como *Hip Hop*, bem como o formato musical que passou a ter uma intenção mercadológica, virando uma grande energia motora que alavancou a indústria cultural globalizada (CARRION, 2016).

Saiu de ambientes anônimos e públicos de ruas, alcançou a ginástica e academias de dança, por meio das construções culturais do *Hip-Hop*. Esse movimento ficou popular como *Street Dance*, uma menção aos estilos e gestos rítmicos ocorridos dos Estados Unidos (ALVES; DIAS, 2004).

Bianchini (2016) diz que o estilo nomeado como *Hip Hop*, tem-se caracterizado por movimentos de grande impacto e característico, que pode ser reconhecido por qualquer pessoa. Dança que, passou a ser “febre”, aponta Bianchini (2016), entre os jovens dos anos 70-80’s e perdura até hoje. Na época em que foi conhecida a dança, os dançarinos passaram a fazer parte dos videoclipes de grandes artistas, assim se tornando, de algo por pura diversão para profissional.

Como afirmam Alves; Dias (2004), é necessário admitir que o *Street Dance* ganha cada vez mais espaço no ambiente urbano. A vertente do *Hip Hop* como forma de dança passou a ser um artigo de mercado, sendo hoje trabalhado na área *fitness*. O caminho de ingresso da cidade para essa arte é o espaço privado das academias. O público jovem de todo o espaço urbano, de diversas faixas etárias e classes sociais, conhecem a rebeldia da dança *Break* por meio do *Street Dance*. Logo, a cidade vai se encaixando na cultura *Hip-Hop* levando-a um bem de consumo.

Esse treinamento físico complementar é fundamental para o dançarino para a melhora da *performance* dos passos e do estilo artístico.

2.3 O CONDICIONAMENTO FÍSICO E APTIDÃO FÍSICA PARA A MELHORA NO DESEMPENHO NO PRATICANTE E SUAS VALÊNCIAS FÍSICAS NO PROCESSO DE TRABALHO DA CONDIÇÃO FÍSICA

Para Nanni (1998), a concepção corporal, a qual associa baseamentos técnicos da dança, abrange trabalhos na condição física como a potência, força, flexibilidade, equilíbrio, coordenação, agilidade, resistência cardiovascular e muscular, entre outros. Aperfeiçoadas essas aptidões físicas devidamente, os movimentos de dança podem ser repetidos várias vezes com eficácia e sem cansaço excessivo.

Como afirma Rocha e Caldas (1978), a condição física é a potencialidade do indivíduo-atleta num complexo de qualidades físicas fundamentais em relação ao desporto ou especialidade desportiva alcança a prática; já a aptidão física é a capacidade operante de um indivíduo na função de determinadas tarefas que demandam atividade muscular.

Dantas (1999) confirma que o corpo é cheio de ritmos diferentes, mudança regular de atividade e inatividade. A aptidão para exercícios melhora pela tarde, quando a força do músculo, a capacidade respiratória, a capacidade aeróbia e ápice da função imune, e ainda aumento do nível da temperatura do corpo aumenta a eficiência muscular. Pesquisas apontam que atletas comumente treinam mais com facilidade pela tarde.

Conforme o mencionado autor (1999) afirma, em pesquisas, atletas que treinaram durante a tarde, obtiveram mais resultados em comparação ao treino no turno matutino, porém esses estudos recomendam que se treine no horário que se pretende atuar ou competir.

2.4 A IMPORTÂNCIA DO TREINAMENTO PARA MELHORA NO DESEMPENHO DAS VALÊNCIAS FÍSICAS E AVALIAÇÃO ATRAVÉS DE TESTES

Antes de tudo, para o planejamento do treino, um importante processo para prescrição de exercícios físicos que deve ser feita antes, durante e após o treinamento é a avaliação física (BESSA et al, 2013). Tem-se como método essencial para diagnosticar e conhecer o indivíduo que irá ir a pratica desse treinamento.

O primeiro instrumento a ser obrigatoriamente utilizado antes do início do processo de avaliação da aptidão física é a anamnese. Para Pitanga (2005), a anamnese convém para que o profissional obtenha informação de vários fatores e detalhes da vida do indivíduo, que podem ter interferência nos testes de aptidão física e/ou execução de exercícios físicos. Nela incluem diferentes perguntas que acomodarão dados importantes para o profissional que irá dar cumprimento no procedimento de avaliação da aptidão física. (BESSA et al, 2013).

Borges (2016) afirma que o treinador necessita ter um conhecimento aprofundado das condicionantes técnicas da modalidade a qual deverá fazer o planejamento, tendo em vista as exigências que estas provocam em termos de treino e competição e dos esportistas com quem trabalha. No caso, devem ser observadas as características da modalidade que levarão ao objetivo da melhora do desempenho técnico, através da periodização organizada do treinamento.

Assim se aplicam às danças, de maneira geral, buscando fundamentação de cada estilo conforme o tipo de necessidade requerida para trabalho e aprimoramento.

Essas técnicas aplicadas à profissão de um dançarino podem apresentar um efeito positivo de longa duração, conforme concepções da ciência esportiva no treinamento em dança. Trevisan e Schwart (2012) apontam que os benefícios da dança não se limitam na arte de expressão corporal, mas, para além, estendem-se nos aspectos físico, intelectual e psicológico. Ainda acrescentam que melhor quando tem início na infância.

Quanto à aplicação de testes de verificação da condição física, Weineck (2003) ressalta que, por meio de testes gerais e específicos de um treinamento, podem-se consertar os erros e falhas de um treinamento.

Pitanga (2005) conceitua teste como uma ferramenta que se emprega para obter avaliações; por meio dos testes determinam-se os valores numéricos das avaliações.

Silva; Enumo (2016) dizem que é essencial atender conforme as conveniências individualizadas do dançarino/bailarino, assim como as características de cada estilo praticado.

Como afirmam Pinto; Damasceno (2010), no *Hip Hop Dance* tem execução de movimentos que utilizam força, empregando a resistência muscular dos membros superiores, como: quedas ao chão, parada de mão, roda, saltos mortais, rodante entre outros. Já a resistência abdominal localizada ampara nos movimentos que demandam a flexão dos quadris. A força explosiva dos membros inferiores ampara no cumprimento dos saltos e saltitos, bem frequentes em coreografias de *Hip Hop*, que ainda tem como particularidade as incessantes conduções rápidas empregados nos desenhos coreográficos e nos desenvolvimentos dos dançarinos no palco.

Conforme Queiroga (2005), os testes para avaliar a força/resistência muscular dinâmica compreendem exercícios calistênicos (flexão e extensão dos braços e abdominais) ou de levantamento de peso (cargas submáximas e máximas).

Como expõe Franklin (2012), no treinamento de força, se o dançarino treinar os músculos de maneira consciente, poderá atingir tanto os objetivos na técnica quanto em estética e alcançará mudanças de longo período, instituindo padrões de movimento mais eficazes que diminuirá possibilidade de lesões.

2.5 CONDICIONAMENTO FÍSICO EM PRATICANTES DA DANÇA E OS EFEITOS NO DESEMPENHO DO DANÇARINO DE *HIP HOP*

A dança é uma modalidade global, visto como os dançarinos precisam estar em boas condições físicas em afinidade as qualidades físicas, força (estática, dinâmica e explosiva), equilíbrio (dinâmico, estático e recuperado), flexibilidade, agilidade, velocidade, coordenação, resistência muscular localizada (membros e tronco), resistência aeróbica e anaeróbica, ritmo e descontração. E adverte que para dança o elemento da capacidade física mais essencial é a flexibilidade (KONKOL; KRONBAUER, 2011).

Avaliar e aplicar a prática no desenvolvimento do condicionamento físico de um dançarino é uma tarefa complexa, como afirma Franklin (2012), condicionar o dançarino como um atleta e como um artista é um trabalho de mente-corpo – força, equilíbrio, flexibilidade, postura e treinamento de imagem corporal precisam estar ligados em balanço. Busca-se avaliar o dançarino como um todo para trabalhos das capacidades. Se o dançarino for apto a romper o ciclo de movimentos desalinhados e fortalecer os adequadamente, ele pode não apenas se tornar mais habilidoso como também reduzir os riscos de lesão.

No âmbito desportivo/profissional da dança, os dançarinos/bailarinos são relacionados com atletas profissionais, pela demanda física, trabalho dinâmico e complexo das coreografias e performances, e também em treinos/ensaios que são exigidos como declaram Costa et al (2016). No *Hip Hop Dance* a exigência da dança é mais imposta fisicamente, cada vez mais o estilo vem ganhando espaço profissional e com isso é necessário a investida no aperfeiçoamento da aptidão física para suportar ensaios repetitivos para a demanda de competições e outros eventos.

Usualmente, dançarinos/bailarinos de todos os estilos de dança, necessitam apresentar um alto grau de flexibilidade. Também precisam ter uma grande resistência cardiorrespiratória, e respectivamente, uma ótima resistência e potência muscular, com objetivo de executar cada movimento/ação na temporização e no ritmo certo, com a intensidade adequada (KOSTIC; MILETIC; MILETIC, 2011).

Observando a dança através uso muscular, é possível perceber capaz que o tipo de dança institui o grau de aproveitamento do potencial muscular, incluindo movimentos que são predominantemente repetitivos e explosivos (LUKIC, 2011).

Em diversos estilos de dança, a força muscular é ampliada, peculiarmente nos membros inferiores. A intensidade de movimento articular é bastante exigida logo que movimentos extensos se traduzam em mais maleáveis em definições estéticos e pode ser visualizada a distância – em um palco grande, por exemplo. No entanto, a preparação de um dançarino é distinta daquela executada por um atleta. Reflete designadamente na dança, essa atividade vai muito além dos esportes (SILVA; ENUMO, 2016).

No sentido de alcançar maiores benefícios em todo condicionamento, é essencial eleger exercícios associados aos músculos que se deseja fortalecer. A exigência para o dançarino, geralmente, não necessita da força máxima própria de um levantador de pesos, tal qual não precisa de uma resistência muscular de um atleta de maratona. Contudo, a incorporação de atividades físicas aeróbias 3 vezes por semana pode ser útil, especialmente se der atenção na postura e usar a imagem corporal para se movimentar com biomecânica apropriada (FRANKLIN, 2012). O condicionamento físico direciona para melhora na performance que exige do físico do dançarino para que possa executar passos com facilidade e com técnica apurada, ademais o dançarino estará se prevenindo de lesões inesperadas e outros imprevistos durante apresentações em palco ou espetáculos que seja.

Antigamente não existia essa preocupação física e fisiológica na preparação do dançarino na dança do *Hip Hop*, pois essa modalidade não tinha pensamento de envolver-se profissionalmente, onde tudo era realizado em festas e rodas de dança (denominadas, batalhas

Hip-Hop freestyle). Atualmente, tem-se uma grande quantidade de dançarinos profissionais na área, houve um questionamento sobre o desempenho na própria dança e para realização de preparos físicos para a melhora da técnica do mesmo. Porém há poucos trabalhos desenvolvidos na área (ALVES; DIAS, 2004).

Por fim, o estilo de dança em questão não é somente uma forma de arte, mas pode desenvolver também a condição atlética (GREGO et al, 2006).

3 METODOLOGIA

Quanto ao objetivo foi avaliada como descritiva e comparativa. Para Triviños (1987 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 35) “A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”.

Quanto à abordagem foi a do tipo quantitativa. Segundo Richardson (1999 apud OLIVEIRA, 2011, p. 25), “a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”.

A partir desse entendimento, foram realizados testes de pré e pós-treinamento direcionados ao grupo de dança, preparação com exercícios estabelecidos com duração de 6 semanas, fazendo um comparativo de desempenho e como a preparação interfere no condicionamento dos dançarinos pesquisados.

Assim a amostra ficou constituída por 8 dançarinos participantes, 2 do sexo feminino e 6 do sexo masculino do grupo de danças urbanas *Black Dance Style* de Unaí-MG, após deferimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O tempo médio de experiência em dança foi de 7,5 anos, com variação de idade foi de 18 a 29 anos, como conferiu na Ficha de coleta para identificação e análise dos indivíduos.

Os instrumentos de coleta de dados foram aplicados inicialmente por meio de uma ficha de coleta para identificação e análise dos indivíduos que visou à identificação, caracterização da rotina e coleta dos resultados dos testes físicos, assim tendo em vista, um melhor conhecimento dos dançarinos em pesquisa.

As coletas aplicadas foram divididas em duas etapas:

- 1) Visou à identificação e análise da composição corporal dos indivíduos, a partir da antropometria, abordando os principais aspectos que foram: a) dobras cutâneas; b) altura; e, c) peso.
- 2) Foi aplicado um protocolo de testes de aptidão física mediante as necessidades averiguadas medindo as capacidades do antes e depois da periodização de treinamento:

FLEXIBILIDADE - Teste de Sentar-e-Alcançar em V, segundo Cooper (1992 apud QUEIROGA, 2005, p. 79): Esse teste modificado do Teste Sentar-e-alcançar modelo clássico proposto por Wells é uma alternativa importante para medir a flexibilidade da região do quadril.

FORÇA E RESISTÊNCIA MUSCULAR - Teste de Abdominal com flexão total do tronco, segundo Aapherd (1980 apud QUEIROGA, 2005, p. 120).

Teste de Flexão e Extensão dos Braços (FEB) segundo Queiroga (2005, p. 130) - Mensurar a resistência e força dos grupos musculares localizados na região superior do tronco (peitorais) e dos braços (deltoide anterior, bíceps braquial e tríceps) até a exaustão.

FORÇA EXPLOSIVA/RÁPIDA - Sargent Jump Test ou, Teste de Impulsão Vertical por Benjamin (1988 apud SILVA; TKAC, 2012) - De acordo com UNESCO (2013) os saltos são empregados como forma de averiguação da potência anaeróbia ou força explosiva dos membros inferiores.

AGILIDADE - Teste Corrida Vai-e-Vem – Shuttle Run de Johnson; Nelson (1979 apud MARINS; GIANNICHI, 2003, p. 140).

As intervenções foram feitas embasadas na característica de cada teste iria detectar no grupo da pesquisa, assim realizaram-se exercícios planejados e estabelecidos como consta na tabela abaixo:

Tabela 1 – Planejamento de treinamento físico para a intervenção de 6 semanas.

Objetivo	Ciclos				
RESISTÊNCIA/ FORÇA FLEXIBILIDADE	3 de 30 flexão e extensão dos braços	3 de 30 abdominais totais	3 de 1 min Prancha	Volta à calma com Flexibilidade dos membros inferiores e superiores	
POTÊNCIA/ AGILIDADE/ FLEXIBILIDADE	Deslocamento Frontal em 1 min	Salto com agachamento em 1 min	Afundo alternado com salto vertical em 1 min	Deslocamento lateral com agachamento em 1 min	Volta à calma com Flexibilidade dos membros inferiores e superiores

Fonte: Autora da pesquisa, 2018.

Foi realizado um levantamento de dados sobre a condição física de dançarinos do antes e depois do planejamento de exercícios para verificar a melhora do condicionamento físico e como um bom condicionamento físico pode refletir na dança. Fonseca (2002 apud GERHADT; SILVEIRA, 2009, p. 38) “aponta que este tipo de pesquisa é utilizado em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população”.

Foram feitos todos os procedimentos no Centro Teatral Maria Torres Gonçalves, Sede do grupo de dança *Black Dance Style* os testes físicos e a preparação física em uma periodização de 6 semanas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Foi realizado análise em 8 dançarinos de um grupo de *Hip Hop* da cidade de Unaí, MG, com idades entre 18 e 29 anos de ambos os sexos, com experiência média na dança de 7,5 anos. O objetivo foi implementar uma atividade física complementar para a melhora no desempenho da prática na dança. Essa atividade complementar foi feita por uma intervenção de exercícios físicos estabelecidos com base nos testes físicos antes e após a intervenção, que foram: flexibilidade, resistência e força, potência e agilidade.

As etapas que se sucederam foram a aplicação do TCLE e análise antropométrica, testes físicos antes da intervenção, intervenção de 6 semanas e testes após intervenção. As intervenções foram de 6 semanas de duração com frequência semanal de 4x com 1 hora cada dia.

Os dados foram devidamente coletados a partir de testes físicos e exercícios estabelecidos na preparação física dos dançarinos participantes, sendo eles validados e demonstrados a partir de tabelas e gráficos, assim identificando como é o condicionamento físico de dançarinos de Danças Urbanas/*Hip Hop*.

Para análise antropométrica foram utilizados a média e o desvio padrão, para os testes de aptidão física, realizou-se uma comparação dos testes pré e pós-intervenção, que foi escolhido após testar a normalidade dos testes coletados.

Os resultados estão apresentados em tabelas e gráficos com medidas descritivas (média, máximo, mínimo, desvio padrão e erro padrão, adequados para variáveis quantitativas) e de frequências (absoluta e relativa) e gráficos.

A análise descritiva e os testes estatísticos foram realizados no pacote estatístico *Statistical Package Social Sciences for* (SPSS 21.0), adotando o nível de significância $p < 0,05$.

Para testar a normalidade dos dados, foi utilizado o teste de Komolgorov Smirnov, valores abaixo de $p < 0,05$ são significativos, o que indica desvio da normalidade. Neste caso, o teste adequado para o estudo foi o teste não paramétrico.

Na comparação entre pré e pós- intervenção, os dados não apresentaram distribuição normal, foi utilizado o teste Mann Whitney. Para detectar as significâncias.

Na tabela 2 observa-se a caracterização da amostra na qual constam os resultados que foram coletados a partir da análise antropométrica do grupo pesquisado, observando as variáveis, média, desvio padrão e o erro padrão da média da composição corporal dos dançarinos participantes.

Tabela 2 - Caracterização da amostra

Variáveis	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média
Peso (Kg)	72,50	15,39	5,44
Estatura(cm)	174,38	7,50	2,65
PercGord(%)	17,70	6,10	2,15
MM(Kg)	59,05	10,96	3,87
MG (Kg)	13,21	6,48	2,29

PercGord=Percentual de gordura; MM=Massa Magra; MG= Massa de gordura

Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Como consta na tabela 2, a caracterização dos indivíduos da pesquisa buscou apontar os perfis, apresentando média e desvio padrão do grupo pesquisado. O primeiro instrumento a ser obrigatoriamente utilizado antes do início do processo de avaliação da aptidão física é a anamnese. Para Pitanga (2005) a anamnese convém para que o profissional contenha informação de vários fatores e detalhes da vida do indivíduo, que podem ter interferência nos testes de aptidão física e/ou execução de exercícios físicos.

Tabela 3 - Comparação entre testes de flexibilidade, de agilidade, de força de membros inferiores (MMI), de resistência abdominal (ABD) e Força de membros superiores (MMS) pré e pós intervenção um programa do treinamento.

Variáveis	Média	Desvio padrão	Erro padrão da média	P-valor	
Par 1	FlexibilidadePré	56,00	13,69	4,84	0,05*
	FlexibilidadePós	55,38	15,74	5,56	
Par 2	AgilidadePré	11,19	0,71	0,20	0,422
	AgilidadePós	10,96	0,86	0,30	
Par 3	ForçaMMIPré	46,63	10,44	3,69	0,05*
	ForçaMMIPós	50,38	9,39	3,32	

Par 4	ResitABDPré	36,63	10,09	3,57	0,027
	ResitABDPós	43,00	8,15	2,88	
Par 5	ForçaMMSPré	27,63	10,19	3,60	0,05*
	ForçaMMSPós	50,38	9,39	3,32	

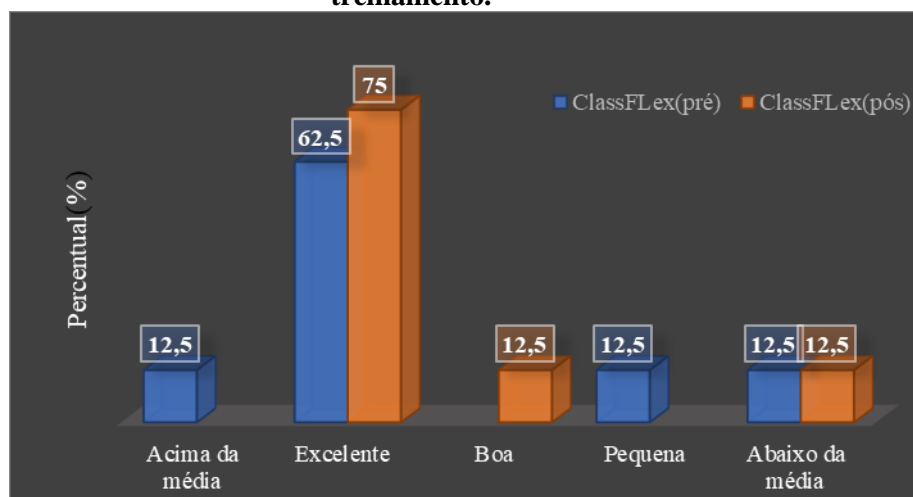
Significativo quando $*p < 0,05$
Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Na tabela 3 observaram-se diferenças estatísticas significativas para os testes de Força dos Membros Inferiores e Força dos Membros Superiores que demonstraram a eficiência do treinamento que levou à melhora no desempenho nessas valências em apenas 6 semanas de treinamento. Na Força dos Membros Inferiores, antes do treinamento, obteve-se uma média de 46,63 e após o treinamento subiu a média para 50,38 com $p < 0,05$. Em Força dos Membros Superiores obteve-se o resultado antes do treinamento de 27,63 e após o treinamento aumentou para 50,38 a média com $p < 0,05$. Constatou Weineck (2003) que, para periodização do treinamento de força e resistência, são fundamentais de 4 a 6 semanas de treinamento, para alcance de um alto nível de desempenho.

Para flexibilidade o resultado pré-teste foi melhor que pós- teste (tabela 3). Isso pode ter acontecido devido a um indivíduo que piorou seu resultado pós- intervenção, vale ressaltar que esse participante faltou em alguns dias de treinamento e, como a amostra era pequena ($n=8$), optou-se por não o excluir. O mesmo aconteceu com a valência da agilidade na qual houve muitas ausências na periodização do treinamento o que pode ter comprometido a melhora dos resultados.

Pode-se considerar que o tempo do programa de treinamento de 6 semanas, não foi suficiente para ter um bom desempenho em todas as variáveis pesquisadas.

Gráfico 1 - Classificação da Flexibilidade pré e pós- intervenção com um programa do treinamento.

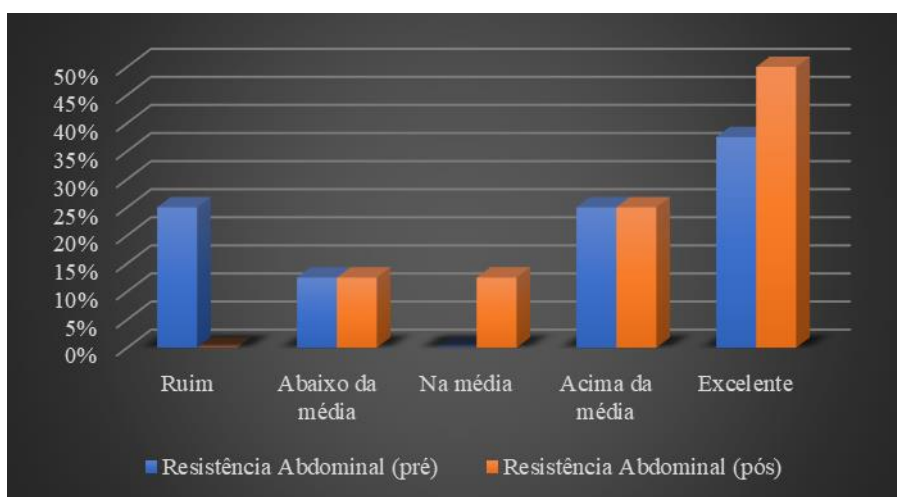


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No gráfico 1 observou-se que 12,5% dos participantes, após a intervenção, continuaram na classificação “Abaixo da média”. Nas classificações “Acima da média” (12,5%) e “Pequena” (12,5%) passaram para “Excelente” (75%) e “Boa” (12,5%) depois da intervenção.

Os dançarinos tiveram bons níveis de flexibilidade após o treinamento específico, já que a maioria dos participantes já demonstrou desde o pré-teste um bom desempenho na flexibilidade do quadril, como foi no protocolo aplicado do Sentar-e-alcançar em V de Cooper. (1992 apud QUEIROGA, 2005). Como destaca Cigarro; Ferreira; Mello (2006), a flexibilidade é a característica física de maior valor para a dança.

Gráfico 2 - Classificação da Resistência Abdominal pré e pós intervenção com um programa do treinamento.

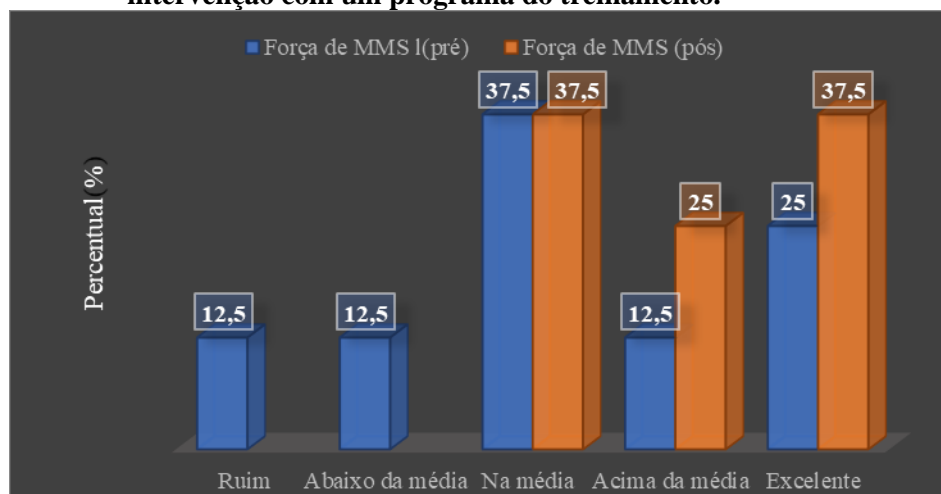


Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

No gráfico 2 constatou-se para a Resistência Abdominal do grupo estudado antes da preparação física 25% na classificação “Ruim”, após ao treinamento foi nulo o resultado dentro dessa categoria, porque houve crescente melhora no desempenho; já após o treinamento, houve um aumento na classificação “Excelente” de 50% em comparação à mesma categoria de 37,5% dos participantes. Segundo Ansaloni et al (2008), para os dançarinos é de suma importância a força abdominal, sobretudo na conservação de postura, rotação do tronco, movimentos isométricos e equilíbrio das definidas tarefas efetivado pela coluna lombar. Muitas dessas tarefas exercidas pelos dançarinos fazem o uso integral da CORE, da resistência abdominal, está diretamente ligado ao centro corporal onde tem o equilíbrio das forças que o dançarino propõe a musculatura. Visto que, o trabalho do CORE, músculos que integram o nosso centro de gravidade que são os músculos da região abdominal, lombar, pelve e quadril, contribui para o fortalecimento e estabilização de movimentos, principalmente para dançarinos que fazem o uso constante desse conjunto de musculaturas (SOARES, 2016). Por isso o treinamento constante dessa região.

O gráfico 3 indica a classificação da Força dos Membros Superiores com pré e pós-intervenção de atividades físicas orientadas, na qual consta que no teste anterior ao treinamento demonstrou inferioridade no desempenho dos dançarinos que foi de 12,5% nas duas classificações: “Ruim” e “Abaixo da média”. Já após o programa do treinamento houve um aumento nas classificações “Acima da média” com o percentual de 12,5% para 25% e “Excelente” de 25% para 37,5% dos dançarinos.

Gráfico 3 - Classificação da Força de Membros Superiores (MMS) pré e pós intervenção com um programa do treinamento.



Fonte: Dados da pesquisa, 2018.

Observando os dançarinos da área do *Hip Hop* constata-se que eles fazem muito uso da Força muscular dos Membros Superiores, principalmente para fazerem movimentos no chão, vertente que faz seu uso rotineiro chamado de *Break Dance* dentro da vertente das *Street Dances*, presentes em batalhas, rodas de dança, palcos e apresentações em geral. O treinamento para Membros Superiores previne lesões e aumenta o desempenho do dançarino na realização de movimentos corporais bem-sucedidos, para suportar grandes impactos nas execuções de trabalhos coreográficos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança por si só é uma prática que desenvolve o corpo para a manutenção da saúde física e mental e, como consequência, contribui para um bom condicionamento físico. Por ser bem vista para a saúde do indivíduo, a dança passou a ser integrante essencial na Educação Física, tanto para lazer quanto para sua prática profissional.

O estudo sobre *Hip Hop Dance* mostrou que é uma modalidade com bastante popularidade e vem sendo trabalhada como prática em diversos lugares.

Verificou-se que a dança *Hip Hop* se expandiu para outros lugares além das ruas, foi para dentro de academias, palcos de grandes campeonatos, videocliques, apresentações de grandes *shows*, etc., visto que, mais que isso verificou-se a necessidade de implementar exercícios complementares para melhora do desempenho em dançarinos desse estilo.

Essa modalidade contribui muito para o condicionamento físico e melhora no desempenho do praticante e em suas valências físicas no processo de trabalho da condição física. A aplicação do programa de treinamento para dançarinos apontou o trabalho da Força dos Membros Inferiores, melhorando a potência da musculatura dessa região, os resultados foram positivos. Conclui-se que tanto em Força dos Membros Inferiores quanto em Membros Superiores houve diferenças significativas a partir da intervenção proposta. Para agilidade e flexibilidade necessitaria de mudanças na intervenção proposta.

O desenvolvimento do presente estudo permitiu realizar um programa de treinamento caracterizado para um determinado tipo de grupo, observando as características e estilo de vida que ele executa em seu cotidiano. Muitas são as sugestões de treinamento de forma individualizada, pensa-se que possa ser trabalhado coletivamente de forma a ser bem elaborada. No caso, o grupo estudado foi um grupo de 8 dançarinos de *Hip Hop Dance* de

Unai-MG, intervenção de 6 semanas de programa de treinamento dentro das valências e testes avaliados antes e depois para verificar se foi efetivo o treinamento para esse grupo.

Espera-se que haja interesse por mais pesquisas sobre essa temática e que expanda para conhecimento da importância da implicação de exercícios físicos complementares para dançarinos de *Hip Hop Dance* e outros estilos de danças, os quais servem como um campo de trabalho na Educação Física.

A aplicação do programa de treinamento para dançarinos que pautou o olhar no trabalho da Força dos Membros Inferiores, trabalhando a potência da musculatura dessa região teve resultados positivos. Dentro dos resultados obtidos das valências físicas constatou-se que em Força dos Membros Inferiores houve uma melhora no desempenho dos dançarinos de 46, 63 para 50,38 na Média em apenas 6 semanas de intervenções.

Nas classificações dos testes para Força dos Membros Superiores coletados anterior ao programa de exercícios físicos apresentaram níveis inferiores, após a intervenção dos exercícios para essa região houve um importante aumento 10 resultados, demonstrando avanço em “Acima da média” e “Excelente”.

Na Resistência Abdominal houve uma crescente melhora no desempenho dentro das classificações antes e após a intervenção, visto que houve uma diminuição total da classificação “Ruim” e aumento da classificação “Excelente”, após a intervenção dos exercícios físicos, comprovando ser positivo implementação dos exercícios em dançarinos.

Na Flexibilidade, uma importante qualidade para qualquer tipo de dançarino, constatou-se que houve uma pequena melhora nos resultados dentro das classificações dos testes. Após o programa de treinamento houve a extinção da classificação “Pequena” e aumento da classificação “Excelente” e surgimento da classificação “Boa”.

A valência Agilidade não demonstrou resultados satisfatórios após a intervenção, seria necessária uma importante mudança no treinamento, buscando um programa mais longo e específico para essa qualidade, já que muitos dançarinos adquirem essa qualidade dentro das próprias coreografias que precisam constantemente de mudanças de espaço em curto espaço de tempo.

Em linhas gerais, o estudo foi satisfatório em seus resultados no curto, pôde-se verificar o desempenho que o dançarino pode ter dentro das valências que a própria dança proporciona e, que pode sim ser implementada a prática de exercícios complementares com orientações adequadas e elaboradas por um profissional de Educação Física para aumento do desempenho do dançarino de *Hip Hop Dance*, ter como garantia de bons resultados em sua performance.

REFERÊNCIAS

ALVES, Flávio Soares; DIAS, Romualdo. A dança Break: corpos e sentidos em movimento no *Hip-Hop*. **Motriz**, Rio Claro, v.10, n.1, p.01-07, jan./abr. 2004.

ANSALONI, Adelon Soares et al. Programa de treinamento para bailarinas profissionais de dança contemporânea. Viçosa, MG: **Coleção Pesquisa em Educação Física**, 2008. vol. 7. n. 3.

BESSA, Ludmilla Cândida et al. **A importância dos princípios do treinamento**. Prescrição do treino. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Nov 2013. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd186/a-importancia-dos-principios-do-treinamento.htm>> Acesso em: 30 maio 2018.

BIANCHINI, Henrique. **O nome “Hip Hop Dance”?** Mini documentário. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://youtu.be/yhUvvpKE_DQ> Acesso em: 20 mar. 2018.

BORGES, José Manuel. **Teoria e metodologia do treino desportivo:** modalidades individuais. Manual de curso de treinadores de desporto. Instituto Português do Desporto e Juventude, V 1.0, 2016.

CARDOSO, Fernando Luiz. et al. Autopercepção corporal e preferências motoras de praticantes de dança. **Movimento:** v. 16 n 1,p 65, 2010.

CARRION, Luanne da Cruz. **Uma dança convergente:** O house no Distrito Federal. 2016. 81 f. Monografia – (Graduação em Ciências Sociais: Antropologia) – Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CIGARRO, Natalia Martins dos Santos; FERREIRA, Rogério Emygdio; MELLO, Danielli Braga de. Avaliação da flexibilidade da articulação do quadril em bailarinas clássicas antes e após um programa específico de treinamento. **Revista de Educação Física**, n 133, p. 25-35, mar. 2006

COSTA, Anny G. M. et al. **Dança como meio de conhecimento do corpo para promoção da saúde dos adolescentes.** DST – J bras Doenças Sex Transm: p. 43-49, 2004.

COSTA, Michelle et al. Characteristics and prevalence of musculoskeletal injury in professional and non-professional ballet dancers. **Brazilian journal of physical therapy**, 2016. 20(2), 166-175. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v20n2/1413-3555-rbfis-20140142.pdf>> Acesso em: 24 jun 2018.

DANTAS, Estélio H. M. (Org.). **Pensando o corpo e o movimento.** Rio de Janeiro: Shape Ed., 2005.

DANTAS, Estélio H. M. **Flexibilidade:** alongamento e flexionamento. Shape: 1999. 327 p.

FRANKLIN, Eric. **Condicionamento físico para dança.** Barueri, SP: Manole, 2012.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: 14 set 2017.

GREGO, Lia G. et al. Agravos músculo-esqueléticos em bailarinas clássicas, não clássicas e praticantes de educação física. **Arq Ciênc Saúde**, 2006. jul-set;13(3):61-69.

KONKOL, Alisson; KRONBAUER, Glauca Andreza. Componentes da aptidão física dos dançarinos de um grupo folclórico polonês. **Cinergis**, vol. 12, n. 1, p. 1-7, Jan/Jun, 2011.

KOSTIC, Radmila; MILETIC, Alen; MILETIC, Durdica. Pain prevalence among competitive international dancers. **International journal of athletic therapy and training**, 2011. 16(1), 13-16. Disponível em: <<https://journals.humankinetics.com/doi/pdf/10.1123/ijatt.16.1.13>> Acesso em: 24 jun 2018.

LUKIĆ, Adriana et al. **The importance of strenght in sport dance.** SportLogia, 61–67, 2011.

MARINS, João Carlos Bouzas; GIANNICHI, Ronaldo Sérgio. **Avaliação e prescrição de atividade física.** 3. ed. Rio de Janeiro: Shape, 2003.

NANNI, Dionísia. **Dança Educação: princípios, métodos e técnicas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

PINTO, Vagner Batista; DAMASCENO, Mara Laiz. **Hip Hop: uma manifestação cultural com ingredientes para uma vida saudável.** Revista Hórus, Volume 4, número 1. P. 208-215, 2010. Disponível em: <http://www.faes0.edu.br/horus/cienciasdasaude/10.pdf>. Acesso em: 21 jun 2018.

PITANGA, Francisco José Gondim. **Testes, medidas e avaliação em educação física e esportes.** 4 ed. São Paulo: Phorte, 2005.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração.** Catalão: UFG, 2011. 72 p. Disponível em: <https://adm.catalao.ufg.br/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf> Acesso em: 14 set 2017.

QUEIROGA, Marcos Roberto. **Testes e medidas para avaliação da aptidão física relacionada à saúde em adultos.** Ed. Guanabara Koogan S.A.: Rio de Janeiro, 2005.

ROCHA, Paulo Sérgio Oliveira da; CALDAS, Paulo Roberto Laranjeira (Org.). **Treinamento desportivo.** Brasília, Ministério da Educação e Cultura, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

SILVA, Andressa Melina Becker da; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. **Efeitos do treinamento físico na dança: uma revisão sistemática da literatura.** Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.

SILVA, Mariana Teixeira da; COSTA, Martina Gonçalves Burch. **A disciplina de dança no curso de educação física de uma universidade particular do sul do país.** Educere: 2017. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27014_14060.pdf> Acesso em: 10 abr 2018.

SILVA, Andressa Melina Becker da; TKAC, Cláudio Marcelo. Relação entre força de membros inferiores e agilidade em bailarinos. **Educação Física em Revista: Vol. 6 No. 3 Set/Out/Nov/Dez – 2012.**

SOARES, Amanda Laís Belli de Assis. **Efeitos dos exercícios de estabilização central (core) na prevenção e reabilitação de lesões no joelho em indivíduos ativos fisicamente: uma revisão narrativa da literatura.** Especialização (monografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional. 2016.

SOUZA, Maria Inês Galvão. **O ensino da dança na escola: técnica ou criatividade?** Cadernos de Formação RBCE, p. 32-42, jan. 2011.

UNESCO. **Avaliação física**. Brasília: Fundação Vale, 2013. 70 p. Cadernos de referência de esporte. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002250/225004POR.pdf>> Acesso em: 14 set 2017.

TREVISAN, Priscila Raquel Tedesco da Costa; SCHWARTZ, Gisele Maria. Análise da produção científica sobre capacidades físicas e habilidades motoras na dança. **R. bras. Ci. e Mov** 2012; 20(1):97-110.

VILELA, Lilian Freitas. **O corpo que dança**: os jovens e suas tribos urbanas. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: 1998.

WEINECK, Jürgen. **Treinamento ideal**. Barueri, SP: Manole, 1 ed. brasileira, 2003.

OS DESAFIOS DO PROFESSOR ALFABETIZADOR ACERCA DA UTILIZAÇÃO DOS MÉTODOS ANALÍTICOS E SINTÉTICOS NO 3º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

FIGUEIREDO, Darlene dos Reis¹
MACHADO, Juliana Lacerda²

RESUMO: O presente estudo tem com tema Os desafios do professor alfabetizador acerca da utilização dos métodos analíticos e sintéticos no 3º ano do Ensino Fundamental. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e tipo exploratório com uso de fontes primárias e secundárias, sendo utilizada a pesquisa bibliográfica e a técnica estudo de caso. Como instrumento de geração de dados foi utilizado o questionário aplicado a duas professoras do 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública estadual e a duas do 3º de uma escola privada, ambas localizadas no município de Unaí-MG, o que proporcionou conhecimento a respeito das dificuldades e dos desafios enfrentados pelas alfabetizadoras no processo de alfabetização e letramento. Conclui-se que a utilização de métodos sintéticos e analíticos são ferramentas que proporcionam às alfabetizadoras uma prática pedagógica produtiva, visando a um melhor desempenho no processo ensino-aprendizagem. Para tal, o professor alfabetizador deve ter conhecimentos e habilidades que proporcionem ao educando capacidades de leitura e escrita, como também exercer as práticas sociais relacionadas à escrita.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Métodos analíticos e sintéticos.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho expressa-se em uma pesquisa qualitativa de tipo exploratório que discorre sobre os aspectos mais relevantes nas percepções de duas professoras do 3º ano do ensino fundamental I de uma escola pública estadual e a duas professoras do 3º ano de uma escola privada, ambas localizadas no município de Unaí-MG. A problemática é: Quais os desafios enfrentados por professores alfabetizadores atuantes no 3º ano do Ensino Fundamental de duas escolas no município de Unaí- MG acerca da utilização dos métodos analíticos e sintéticos?

Objetivou-se com este trabalho conhecer os diferentes métodos de alfabetização e investigar as práticas bem-sucedidas e as dificuldades enfrentadas pelo professor alfabetizador durante a prática pedagógica voltada à alfabetização e letramento.

O tema pesquisado buscou comprovar como a utilização dos métodos analíticos e sintéticos oferecem uma importante ferramenta para os alfabetizadores, que enfrentam grandes dificuldades em alfabetizar e letrar crianças diante da chamada sociedade do conhecimento, na qual, exige-se do indivíduo que, além de saber ler e escrever, domine práticas de leitura e escrita, para que se integre socialmente e exerça sua cidadania. Para os leitores, pretende-se mostrar os resultados encontrados durante o desenvolvimento da pesquisa, e destacar a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas existentes buscando melhorias para a educação.

O trabalho foi dividido em duas partes de pesquisa. A primeira parte apresentou o referencial teórico, construído por meio da pesquisa teórica (bibliográfica) e abordou os

¹ Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí – FACTU.

² Professora orientadora. Doutoranda em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Especialista em Psicopedagogia pela Universidade Candido Mendes. Graduada em Letras pela Universidade Federal de Uberlândia. Pesquisadora das áreas de linguística, comunicação empresarial, gestão, economia e políticas educacionais.

conceitos sobre alfabetização e letramento, o histórico dos métodos de alfabetização no Brasil, o Ciclo de Alfabetização em Minas Gerais e a prática pedagógica do professor alfabetizador. A segunda parte apresentou a pesquisa empírica, representada pela geração e análise dos dados e em seguida, as considerações finais e as referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE SUA HISTÓRIA

Ao definir alfabetização e letramento, tem-se uma oportunidade de refletir sobre a complexa temática da alfabetização, sobretudo frente às exigências do atual mundo globalizado. O termo letramento é comumente confundido com alfabetização, no entanto, são processos diferentes e inseparáveis, o que não significa que um sobreponha-se ao outro. Com isso, é preciso definir individualmente cada termo, para que esses conceitos não se fundam nem se confundam.

Ultimamente, tem-se tentado atribuir um conceito à alfabetização, considerando-a um processo contínuo. É certo que, a aprendizagem da língua materna, quer escrita, quer oral, é um processo ininterrupto. No entanto, é preciso diferenciar um processo de aquisição da língua (oral e escrita) de um processo de desenvolvimento da língua (oral e escrita) (SOARES, 2008).

Corroborando esse pensamento, Ferreiro (2004) aponta que a língua escrita é muito mais que um conjunto de formas gráficas, é um modo de a língua existir, é um objeto social e parte de nosso patrimônio cultural. Para essa autora, existem várias maneiras de representação que precedem a representação alfabética da linguagem, caracterizada por formas de concepção que atuam absorvendo a informação dada, deixando de lado parte dela e introduzindo sempre um elemento interpretativo próprio.

O termo letramento significa o processo de relação das pessoas com a cultura escrita, como consequência da apropriação da escrita e de suas práticas sociais (SOARES, 2003). Desse modo, percebe-se a importância de compreender alfabetização e letramento como meio de comunicação social, no qual as crianças conquistam condições de participação cultural e social. É através da decodificação das palavras que o alfabetizando vai se descobrindo sujeito de sua história.

A comunicação faz parte da vida do ser humano, seja a linguagem verbal, gestos, expressões ou imagens. Ao longo de sua vida e por meio de suas experiências, o indivíduo aprende a estruturar enunciados de acordo com as situações das quais participa (FERREIRO, 2000).

Em busca deste conhecimento sobre alfabetização, Soares e Maciel (2000) realizaram a pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento”, abrangendo o período de 1961 a 1989. A pesquisa revelou um aumento substancial da produção científica sobre alfabetização no Brasil, durante quatro décadas, intensificando na década de 1980, perfazendo o total de 80% de toda a produção.

Esse aumento expressivo nas décadas de 1970 e 1980 se explica pela consolidação dos cursos de Pós-Graduação no Brasil (SOARES; MACIEL, 2000). Esse crescente acúmulo de conhecimentos acerca da alfabetização, a fez constituir como campo de conhecimento específico e autônomo. Esse movimento de estudos e pesquisas objetivava explorar os diferentes aspectos que envolviam a complexidade e a pluralidade da alfabetização (MORTATTI, 2000).

Segundo Castanheira (2008), até meados da década de 1980, estudos e pesquisas na área da alfabetização estavam voltados para aspectos psicológicos e pedagógicos, isto é, processos por meio dos quais o indivíduo aprende a ler e a escrever, os aspectos fisiológicos e

neurológicos, sendo estes os pré-requisitos para a alfabetização e para os métodos de alfabetização.

Nesse período, Mortatti (2000) relata o surgimento no contexto educacional da Psicogênese da Língua Escrita, uma revolução conceitual em relação às concepções de alfabetização, que se fundamentava numa perspectiva psicológica e psicolinguística. Essa teoria teve início em 1974, quando Ana Teberosky e Emília Ferreiro, duas psicolinguistas argentinas, iniciaram uma investigação descrevendo os estágios linguísticos percorridos pela criança até a aquisição da leitura e da escrita. Essa teoria partia do pressuposto que todo conhecimento tem uma gênese e a aquisição do conhecimento baseava-se na atividade do sujeito em interação com o objeto de conhecimento.

Em suas investigações colocavam as seguintes questões:

Até que ponto é sustentável a ideia de que se tem de passar pelos rituais de “ma-memi-mo-mu” para aprender a ler? Qual é a justificativa para se começar pelo cálculo mecânico das correspondências fonema/grafema para então se proceder, e somente então a uma compreensão do texto escrito? É justificável essa concepção da iniciação da lectoescrita, concebida como uma iniciação às cegas (isto é, com ausência de um pensamento inteligente) à transição dos grafemas em fonemas? (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.30-31).

As autoras supracitadas desenvolveram sua pesquisa com fundamentos psicolinguísticos, percorrendo um caminho que pode ser representado nos níveis pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Essa construção demonstrada pela pesquisa segue uma linha regular, organizada em três grandes períodos: 1º) o da distinção entre o modo de representação icônica (imagens) ou não icônica (letras, números, sinais); 2º) o da construção de formas de diferenciação, controle progressivo das variações sobre o eixo qualitativo (variedade de grafias) e o eixo quantitativo (quantidade de grafias). Esses dois períodos configuram a fase pré-linguística ou pré-silábica; 3º) o da fonetização da escrita, quando aparecem suas atribuições de sonorização, iniciado pelo período silábico e terminando no alfabético.

A descoberta do mundo da escrita é diferente para cada aluno. As crianças que vivem em casas onde há contato com livros, revistas, jornais, leitores e escritores tendem a se interessarem por essas atividades. No entanto, crianças que vivem em casas que não há leitura e nem contato com a escrita, crescem com outro tipo de conhecimento e comportamento (CAGLIARI, 1998).

Desse modo, percebe-se a importância de conceituar e refletir acerca do processo de alfabetização e letramento, pois, o aprendizado da língua escrita constitui-se como importante ferramenta para assegurar às crianças inclusão na sociedade contemporânea, uma vez que, conforme salienta Ferreiro (2006), ser alfabetizado é transitar com eficiência e sem temor numa intrincada trama de práticas sociais ligadas à escrita, além disso, participar de uma cultura escrita significa atuar em uma sociedade com expressões de cultura particulares e que demandam capacidades individuais. O aprendiz deve apropriar desse conhecimento para se tornar usuário dele.

2.2 MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL

Historicamente, a principal motivação das mudanças periódicas de paradigma e de concepções de métodos tem sido o contínuo fracasso na alfabetização. Criados desde a antiguidade, sobretudo, a partir do século XVIII, os métodos tradicionais de alfabetização, apesar das diferenças que aparentam, têm uma única e comum teoria de conhecimento subjacente: a visão empirista/associacionista de aprendizagem (MORAIS, 2012).

Para Cagliari (2007), a utilização de métodos no contexto escolar, é uma abordagem necessária, uma vez que orienta se o ensino está obtendo resultados que trazem fracasso ou sucesso para o aluno.

As indagações de como alfabetizar abrem caminho para abordagem de algumas teorias. Devido aos elevados índices de analfabetismo no Brasil e os graves problemas estruturais na rede pública de ensino, especialistas discutem qual seria o melhor método, para melhorar a educação brasileira. Originou-se assim, uma discussão em torno de dois tipos fundamentais: métodos sintéticos, que partem de elementos menores que a palavra, e métodos analíticos, que partem da palavra ou de unidades maiores (MORTATTI, 2009).

O método sintético estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, entre o oral e o escrito, através do aprendizado letra por letra, ou sílaba por sílaba e palavra por palavra. Podem ser divididos em três tipos: alfabético, fônico e silábico (MELO, 2012).

Os defensores dos métodos analíticos afirmam que a linguagem funciona como um todo, pois existe um princípio de sincretismo no pensamento infantil: primeiro percebe-se o todo para depois se observar as partes. Para isso, os métodos de alfabetização devem priorizar a compreensão, uma vez que, o aprendizado da escrita não pode ser feito por fragmentos de palavras, mas por seu significado.

O processo de alfabetização é envolto de teorias e metodologias que visam o aperfeiçoamento e a busca do combate ao analfabetismo. À medida que essas teorias são testadas e os resultados analisados, novas mudanças são planejadas (WEISZ, 1999).

Para a autora supracitada, destacar a validade de pensar no conhecimento já adquirido pelas crianças independentemente da classe social a que pertencem, permitem aos educadores olhar para o objeto de conhecimento e para o processo de aprendizagem por ângulos diferentes, dialogando assim com o conhecimento de mundo que as crianças trazem consigo mesmo, o que corrobora com o pensamento de Freire (1987).

2.3 O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO EM MINAS GERAIS

No Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira a determinar a obrigatoriedade do Ensino Fundamental, com duração de quatro anos. Em 1967, amplia-se esse período para oito anos. Em 1996, com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) estabelece a duração mínima de oito anos para o Ensino Fundamental, sinalizando assim, para a ampliação dessa etapa da Educação Básica (BRASIL, 2012).

O Ensino Fundamental tem constituído foco central da luta pelo direito à educação, como resultado, no Brasil sua organização e seu funcionamento têm sido objeto de mudanças na busca de melhoria na sua qualidade e na sua ampliação.

Entre as mudanças recentes mais significativas, está a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de duração. À procura desses avanços, Minas Gerais foi o primeiro estado brasileiro a adotar uma política pública para o ingresso das crianças com idade de seis anos no Ensino Fundamental. Em 07 de agosto de 2003, o Decreto 43.506 instituiu o Ensino Fundamental de nove anos de duração nas escolas da rede estadual (CEALE, 2003).

Posteriormente, em 22 de dezembro de 2003, publicou-se a Resolução SEE nº 469, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos anos iniciais do Ensino Fundamental, estabelecendo as diretrizes para a organização e o funcionamento do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2012).

A implantação do Ensino Fundamental de nove anos com ênfase na alfabetização e no letramento, na rede estadual e na maioria dos municípios do estado de Minas Gerais, constitui-se em poderosa ferramenta para elevação da qualidade da educação pública, pois

assim a escola terá condições de planejar seu trabalho e propiciar experiências pedagógicas e culturais para garantir uma aprendizagem significativa (CEALE, 2003).

Finalmente, em 06 de fevereiro de 2006, é promulgada a Lei Federal nº 11.274 que altera a LDB/96 dispondo sobre a duração de nove anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos seis anos de idade para todo o país (BRASIL, 2006).

Objetivando um equilíbrio entre as mudanças ocorridas no processo de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental, em 20 de dezembro de 2017 é homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica (BRASIL, 2017).

Diante das mudanças ocorridas no processo educacional brasileiro, a seção a seguir abordará os aspectos que envolvem a prática pedagógica alfabetizadora nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

2.4 A PRÁTICA PEDAGÓGICA ALFABETIZADORA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alfabetizar e letrar são tarefas que exigem do alfabetizador conhecimentos e habilidades que proporcionem ao educando não apenas saber ler e escrever, mas também exercer as práticas sociais que usam a escrita. Nesse processo complexo que é a alfabetização, cabe aos educadores, cientes de que o acesso ao mundo da escrita é, em grande parte responsabilidade da escola, trabalhar as múltiplas possibilidades do uso da leitura e escrita na sociedade.

Ademais, o professor alfabetizador é um profissional que atua no contexto de um projeto pedagógico, um programa curricular, uma área de conhecimento e um ciclo específico do nível fundamental de ensino.

Analisando o processo de alfabetização, é importante que o professor compreenda a hipótese alfabética em que a criança se encontra, possibilitando assim, ações que vão gerar os avanços necessários para a compreensão do sistema alfabético. Nesse sentido, Ferreiro (2004) afirma que não existe um processo único de "ensino-aprendizagem", mas dois processos distintos: o de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e o de ensino, pelo professor. São dois processos que se comunicam, mas não se confundem: o sujeito do processo de ensino é o professor, enquanto o do processo de aprendizagem é o aluno.

Como o sujeito no processo de ensino é o professor, este profissional deverá então, ser dotado de características que o capacitem para tal função. Imbernón (2011) caracteriza a profissão docente como um conhecimento pedagógico específico, com compromisso ético e moral, pois sua função exerce influência sobre outros seres humanos. Segundo ele, esse conhecimento integra o patrimônio cultural de uma sociedade e se transfere para as concepções dos professores.

Para Demo (2007), a responsabilidade do professor não é a de ensinar as crianças a ler, mas sim de tornar a aprendizagem delas possível. Para o autor, desde que se entenda a alfabetização como processo de ler o mundo, o que importa é a habilidade de dar conta da realidade envolvida pela via da interpretação e intervenção questionadora, reconstrutiva.

Corroborando com esse pensamento, Cagliari (1998) afirma que o professor não deve dizer ao aluno para observar os sons da fala, as vogais, as consoantes e representá-las na escrita, ele deve dizer que o sistema é alfabético e usa letras, às quais são atribuídos valores fonéticos, porém o uso prático desse sistema não se reduz a uma transcrição fonética, em que a criança escreve uma letra para cada som falado.

Segundo Perrenoud (2002), a prática pedagógica deve pautar-se na reflexão dessa ação, pois, uma prática reflexiva pressupõe uma postura, uma forma de identidade, um

habitus, e, portanto, sua realidade não é medida por discursos ou intenções, e sim pela natureza e pelas consequências da reflexão no exercício cotidiano da profissão.

Esse profissional trabalha em um momento definidor na trajetória de seus alunos, pois exige o reconhecimento de uma identidade profissional associada à valorização de um conjunto de saberes: os saberes sistematizados na área de conhecimento, que dependem de formação profissional em disciplinas e dimensões pedagógicas pertinentes ao ensino aprendizagem da língua escrita, bem como de formação contínua engajada em programas e projetos curriculares; os saberes práticos ou saberes da experiência, que envolvem conhecimentos e habilidades adquiridos pelo professor ao longo do exercício de sua atividade (LIBÂNEO, 1996).

Segundo dados do “Panorama da Educação”, um estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2017) apresenta os destaques da publicação anual *Education at a Glance 2017* da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com dados do Brasil e de mais 40 países, os salários baixos dos professores e o tamanho das turmas do Brasil são responsáveis por maior número de turmas em comparação com os países da OCDE, sugerindo que os professores brasileiros gastam mais tempo de ensino.

Esse estudo objetiva oferecer uma visão geral dos sistemas educacionais desses países e possibilitar a comparação internacional, mostrando o quanto o Brasil precisa avançar para que tenha uma educação equiparada a de países desenvolvidos.

Percebe-se que, a formação inicial dos professores alfabetizadores não é suficiente para o exercício de uma prática docente eficiente, pois não atende totalmente às necessidades dos docentes. Desse modo, cabe ao profissional buscar uma formação continuada articulada às várias dimensões da prática educativa, fundamentando-a em concepções de ensino de saber e de aprendizagem, numa relação dinâmica com os alunos.

Por fim, cabe mencionar a importância da formação continuada para alfabetizadores nesse processo complexo que é a alfabetização, pois, é por meio das qualificações realizadas nesses cursos de formação continuada que o professor irá atualizar seus métodos de ensino.

3 METODOLOGIA

O estudo foi realizado através da abordagem qualitativa de tipo exploratório. A abordagem qualitativa de um problema justifica-se por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social, pois não pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, e sim a qualidade (RICHARDSON, 1999).

O método utilizado foi o estudo de caso, que é uma técnica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente evidentes (YIN, 2010). Os participantes do estudo totalizam 4 (quatro) professoras regentes de turmas do 3º ano do ensino fundamental, sendo duas docentes atuantes em uma escola pública estadual e duas em uma escola da rede privada. As escolas são localizadas no município de Unaí-MG.

Destaca-se que durante a análise dos dados as professoras foram chamadas da seguinte forma: P1, P2, P3 e P4. As professoras P1 e P2 são regentes de turma de 3º ano do ensino fundamental em uma escola pública estadual e P3 e P4 são regentes em turmas de 3º ano do ensino fundamental em uma escola privada.

Para a realização desta pesquisa utilizou-se como instrumento de geração de dados o questionário, que de acordo com Marconi e Lakatos (2007), é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do aplicador. Envia-se uma nota ou carta explicando a natureza da

pesquisa e a sua importância, tentando despertar o interesse do receptor em fornecer as respostas.

Para a análise dos dados, utilizou-se a análise de conteúdo de Bardin (2016), respeitando a seguinte cronologia: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2016, p. 121).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A presente análise tem como objetivo principal apresentar as respostas obtidas com a aplicação do questionário às professoras do 3º ano do Ensino Fundamental de duas escolas no município de Unaí- MG. Este instrumento foi aplicado com o intuito de esclarecer o objetivo geral e os objetivos específicos da referida pesquisa e responder à problemática: Quais os desafios enfrentados por professores alfabetizadores atuantes no 3º ano do Ensino Fundamental de duas escolas no município de Unaí- MG acerca da utilização dos métodos analíticos e sintéticos?

Com vistas a uma melhor compreensão dos dados gerados, definiram-se as seguintes categorias para a análise e discussão dos resultados: (4.1) Seleção dos métodos de alfabetização; (4.2) Prática pedagógica bem-sucedida e desafios para aplicação dos métodos de alfabetização; (4.3) Formação continuada e métodos de alfabetização.

4.1 SELEÇÃO DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Esta categoria apresenta o conhecimento das participantes em relação ao conceito de alfabetização e letramento e quais métodos de alfabetização são utilizados por elas na sua prática diária.

Quadro 1: Significado de Alfabetização e Letramento

Pergunta 3 - O que você entende por Alfabetização e Letramento?
P1.: É o processo em que você aprende a ler e codificar os códigos, tendo conhecimento de mundo.
P2: A alfabetização está voltada para o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever, ao passo que o letramento diz respeito ao desenvolvimento do uso competente da leitura e da escrita nas práticas sociais.
P3: Alfabetização é a aprendizagem da leitura e escrita. Letramento é saber usar a leitura e escrita nas práticas sociais.
P4: Que é o processo de aprendizagem da leitura, bem como da escrita. Já o letramento é a consolidação deste processo, visto que é onde o indivíduo coloca em prática a leitura e a escrita.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

A alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas interligados, compreender a definição individual desses processos possibilita ao alfabetizador buscar práticas pedagógicas capazes de atender as necessidades dos aprendizes.

A P1 entende que a alfabetização é um processo de codificação de códigos e que esse processo leva a criança a ter conhecimento de mundo.

Para Soares (2006), aprender a ler e a escrever é diferente de se apropriar da escrita, aprender a ler e escrever significa adquirir uma tecnologia capaz de codificar e decodificar a língua escrita, assumindo a mesma como sua propriedade.

O uso da leitura e da escrita possibilita ao sujeito a construção do seu próprio conhecimento, e através dele atuar sobre o acervo de conhecimento acumulado pela humanidade. É através da escrita que o homem se reconhece como sujeito cultural e histórico (FERREIRO, 2004).

Para as demais participantes, o conceito de alfabetização e letramento são equivalentes. Para elas a alfabetização está voltada para o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever, e o letramento um processo mais amplo em que o educando executa o uso da leitura e da escrita em sua prática social.

Essa definição dada pelas participantes evidencia a ideia de Soares (2008), que afirma que a alfabetização é um processo que proporciona ao educando o domínio de técnicas para ler e escrever. Já o letramento é o resultado da familiarização do aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita e adequar-se corretamente às demandas sociais de leitura e escrita.

O quadro a seguir mostra os métodos de alfabetização utilizados pelas participantes na sala de aula.

Quadro 2: Métodos de alfabetização utilizados na sala de aula

Pergunta 4: Quais os métodos de alfabetização que você utiliza em suas aulas? E por quê?
P1: Método tradicional e o fonético. Porque o tradicional você decora e o fonético você aprende os sons, para os alunos o conjunto dos dois métodos fica mais fácil, assim é o que penso.
P2: Método sintético e analítico, com o uso de mais de um método pode se ter mais dinamicidade no ensino.
P3: Utilizo vários métodos e escolho de acordo com a turma que estou trabalhando, o fônico e o alfabético são exemplos de métodos que utilizo muito em turmas que precisam ser alfabetizadas.
P4: Os métodos utilizados vão de acordo com as necessidades de cada aluno, priorizo o fônico, no entanto dou continuidade ao processo que se segue dos anos anteriores, na maioria das vezes o alfabético.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

Nota-se que as participantes da pesquisa utilizam métodos variados na sua prática pedagógica, buscando o que melhor se adapta aos seus alunos.

A P1 afirma que, na sua prática pedagógica em sala de aula, utiliza os métodos tradicionais porque o aluno decora com facilidade, e usa também o fonético como recurso para a aprendizagem dos sons.

Os métodos tradicionais são definidos como um processo de acumulação de informações recebidas do exterior, dessa forma, o aprendiz está posto sob uma entrega de conhecimento fornecido pelo professor através de repetições e memorizações de conteúdo didático (MORAIS, 2012).

Essa aprendizagem terá sempre uma disputa sobre o que o aprendiz deveria aprender primeiro, unidades linguísticas menores ou maiores, pressupondo a criança como passiva, que espera a escolha do professor para lhe transferir o conhecimento de leitura e escrita. Freire (1987) era contrário a essa maneira de educar, nomeando como educação bancária “[...] o ato de depositar, de transferir, de transmitir valores e conhecimentos” (FREIRE, 1987, p.59).

A P2 aponta como recursos metodológicos os métodos sintéticos e analíticos, em que afirma que a variedade de métodos proporciona uma dinamicidade no ensino. Os métodos sintéticos partem de elementos menores que a palavra e estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, podendo ser dividido em alfabético, fônico e silábico (MELO, 2012).

A P3 e a P4 afirmam que utilizam o método fônico e o alfabético nas suas turmas de alfabetização.

Ao aplicar o método fônico, o alfabetizador dirige a atenção da criança para a dimensão sonora da língua, ensina-o a produzir oralmente os sons representados pelas letras para em seguida uni-los para formar as palavras (CARVALHO, 2015).

O método alfabético é um dos métodos sintéticos mais antigos, usado em massa no século XX, atualmente ainda é utilizado. Esse método consiste em apresentar partes mínimas da escrita, as letras do alfabeto, que, ao se juntarem umas às outras, formam as sílabas ou partes, que dão origem às palavras (FRADE, 2005).

Considerando a alfabetização e o letramento como processos diferentes, mas interligados, a questão metodológica é um fator relevante para o sucesso ou fracasso nesses processos. Percebe-se que as alfabetizadoras não são claras em definir os métodos utilizados por elas em sua prática pedagógica. É notório uma falta de distinção entre os métodos citados por elas, porém argumentam a importância do seu uso na prática diária.

4.2 PRÁTICA PEDAGÓGICA BEM SUCEDIDA E DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DOS MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Esta segunda categoria apresenta os métodos que são bem-sucedidos na prática pedagógica das participantes e quais são os maiores desafios encontrados por elas na aplicação desses métodos no processo de alfabetização e letramento.

Quadro 3: Métodos bem-sucedidos na prática pedagógica

Pergunta 5: Quais métodos são bem sucedidos na sua prática pedagógica?
P1: Acredito que os dois métodos, um completa o outro.
P2: Os dois citados acima, há momentos em que um ou outro se sobressai, porém, os usos dos dois modelos se desenvolvem bem em minha sala.
P3: Os dois citados na resposta anterior.
P4: Alfabético e fônico.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

De acordo com as participantes, o uso combinado de métodos facilita a sua prática pedagógica e o ensino-aprendizagem. Utilizam como suporte pedagógico os métodos sintéticos e analíticos e citam como exemplos o método alfabético e o fônico.

Segundo Souza (2015), a prática pedagógica é uma dimensão da prática social e deve ser orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, por isso os educadores devem buscar condições necessárias à sua realização. O sucesso do processo de alfabetização depende de como os alfabetizadores desenvolverão sua prática educativa.

Assim, quanto mais ciente o professor estiver do processo de aquisição de conhecimento da criança e de como ela se situa em termos de desenvolvimento emocional e da sua evolução no processo de interação social, mais condições o professor terá de desenvolver uma prática pedagógica produtiva (CAGLIARI, 1997).

Considerando o uso de métodos como ferramentas de suporte para o processo de alfabetização, as participantes argumentam que também encontram desafios prejudiciais à sua prática pedagógica, o que pode ser observado no quadro 4.

Quadro 4: Desafios encontrados no processo de alfabetização e letramento

Pergunta 6: Quais são os maiores desafios encontrados por você no processo de alfabetização e letramento de crianças? Justifique sua resposta.
P1: A falta de atenção, concentração e interesse em certos alunos.
P2: Acredito que um dos grandes desafios que nos deparamos são os desníveis entre os alunos, onde temos alguns muito desenvolvidos e outros ainda com um desenvolvimento precoce tanto na leitura quanto na escrita.
P3: Há vários desafios, mas acredito que a falta de compromisso e apoio dos pais e uma das mais prejudiciais no desenvolvimento das crianças.
P4: Os maiores desafios se mostram ser a falta de incentivo dos pais para com os alunos, pois nesse processo é essencial o acompanhamento e a parceria de ambos (escola, família, pais, professores, alunos). As crianças não são iguais, logo não aprendem todas ao mesmo tempo e a mesma maneira, assim em determinadas situações essa parceria é divisor de águas para a melhor consolidação deste processo.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

De acordo com a P1, a falta de atenção, concentração e interesse em certos alunos, torna-se um desafio para o desenvolvimento da sua prática pedagógica.

A atenção faz com que o indivíduo selecione e perceba somente alguns aspectos ambientais. Dentre estes fatores que influem e contribuem para a focalização da atenção pode-se destacar a intensidade do estímulo, subtileza da mudança, novidade e relevância para as necessidades individuais (FONTANA, 1998).

A P2 aponta como desafios encontrados por ela os desníveis entre os alunos, alguns estão em estágios mais avançados e outros com o desenvolvimento precoce tanto na leitura quanto na escrita.

Cagliari (2007) ressalta que há variáveis no contexto escolar que afetam o desempenho escolar em sentido positivo e negativo. As variáveis do nível do aluno que afetam o desempenho escolar em sentido positivo são: comparação do aluno com os colegas; recursos culturais de que o aluno dispõe em casa, como acesso a computadores com internet, livros, revistas de informação geral, jornais etc. Por outro lado, as variáveis do nível do aluno que afetam o desempenho escolar em sentido negativo são: relação da família do aluno com a escola; e se o aluno trabalha além de estudar.

As professoras P3 e P4 afirmam que um dos grandes desafios encontrados por elas é a falta de compromisso e apoio dos pais, sendo um fator prejudicial no desenvolvimento dos alunos.

Segundo a LDB/96, a educação envolve processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisas, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996).

Portanto, a família é um elemento primordial na formação global do educando, visto que sua participação tem contribuições positivas e/ou negativas no processo ensino aprendizagem do educando. De alguma maneira, todos os desafios encontrados pelas participantes se relacionam com a falta de participação e apoio da família.

4.3 FORMAÇÃO CONTINUADA E APLICAÇÃO DE MÉTODOS DE ALFABETIZAÇÃO

Esta categoria apresenta como é a formação continuada das participantes e como essa formação influencia na aplicação de métodos de alfabetização.

Quadro 8- Cursos de capacitação

Pergunta 7: Você participa de algum curso na área de alfabetização e letramento ou já participou? Quais os nomes desses cursos? E como são realizados?
P1: Sim. Pnaic. São realizados dois encontros por semana, e são bem elaborados, trocamos experiências e aprendemos uns com os outros.
P2: Não.
P3: Sim, já participei de vários cursos quando estava cursando a graduação. Mas gostei muito de ter feito o curso “pacto”. Os encontros do curso eram realizados uma vez por mês, nos sábados o dia todo. Nesse curso trocávamos experiências, aprendíamos teorias e práticas para trabalharmos com os nossos alunos em sala de aula.
P4: Já participei. PACTO.

Fonte: Autora do trabalho, 2018.

Quanto à formação continuada e os cursos na área da alfabetização realizados pelas participantes, o resultado mostra que 75% delas já participaram ou participam de algum curso. A P1, P3 e P4 afirmam que participaram do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e que a troca de experiências realizadas no curso foi benéfica para sua formação.

As ações do PNAIC, oferta além da formação continuada aos profissionais da área da alfabetização, recursos didáticos através de materiais que possam dar auxílio no processo de ensino e aprendizagem, buscando a avaliação sistemática dos mesmos através das atividades e construção dos alunos (BRASIL, 2012).

A P2 não participou e nem participa de cursos na área da alfabetização.

Diante dessa negativa da participante, Libâneo (2004), argumenta que a formação continuada é uma forma de modificar modo de viver e de aprender, reconhecendo a diversidade social e cultural dos alunos.

Nessa perspectiva, Soares (2006) afirma que alfabetizar e letrar são processos distintos, mas que se complementam. Esses dois processos requerem que o alfabetizador seja um mediador nessa busca pela aprendizagem, fornecendo ao educando subsídios que o capacite nessa construção do conhecimento.

O professor é a parte mais importante nesse processo, pois é através dele que o aluno será levado a buscar o conhecimento, a construir seu próprio conhecimento. Mas para que esse professor seja um mediador capaz de executar tal função com sabedoria, criatividade e com respeito aos seus alunos, faz-se necessário sua capacitação através da formação continuada (SOARES, 2004).

A formação continuada sucede a formação inicial, que se refere ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional. Assim, a formação continuada é o prolongamento da formação inicial e visa o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto do trabalho e ao desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla (LIBÂNEO, 2004).

Desse modo, a formação continuada é necessária para o processo de alfabetização e letramento ser efetivo e produtivo, visto que a profissão docente lida com a transmissão e internalização de saberes e com desenvolvimento integral do educando. As participantes demonstraram interesse nos cursos e apontaram benefícios para sua prática pedagógica.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou responder ao tema proposto: Os desafios do professor alfabetizador acerca da utilização dos métodos analíticos e sintéticos no 3º ano do ensino fundamental, determinou-se, como objetivo geral: identificar a percepção do alfabetizador acerca dos diferentes métodos de alfabetização de crianças.

A análise de dados possibilitou inferir e interpretar os dados coletados pela autora do trabalho, e assim responder ao objetivo geral, bem como à problemática da presente pesquisa. A primeira parte dessa análise buscou conhecer o perfil dos participantes, e chegou ao seguinte resultado: 100% dos participantes são do sexo feminino, 75% possuem idade entre 26 (vinte e seis) e 35 (trinta e cinco) anos, possuem graduação e especialização e atuam na profissão entre 4 (quatro) e 6 (seis) anos. Visando a uma melhor compreensão dos dados gerados, foram criadas três categorias;

A primeira categoria apresentou o conhecimento das participantes em relação ao conceito de alfabetização e letramento e os métodos utilizados por elas durante a prática pedagógica. Percebeu-se que as participantes possuem um conceito compatível com as ideias de Soares (2008) e Cagliari (1997). Quanto à utilização dos métodos aplicados por elas, nota-se que fazem o uso de diversos métodos buscando o que melhor se adapta às suas necessidades.

A segunda categoria investigou quais métodos são bem-sucedidos na sala de aula e quais são os desafios encontrados por elas na aplicação desses métodos. Identificou-se que as participantes pontuam os métodos sintéticos e analíticos como ferramentas indispensáveis para o processo de alfabetização e letramento, no entanto, apontam que encontram desafios prejudiciais ao bom desenvolvimento do seu trabalho. Foram citados como desafios a falta de atenção de alguns alunos, a falta de apoio e participação da família e os desníveis de aprendizagem encontrados na sala de aula. Para Demo (2007), a responsabilidade do professor é de capacitar os alunos, para que sua aprendizagem aconteça.

A terceira categoria verificou a formação continuada das participantes e como essa formação influencia na aplicação dos métodos de alfabetização. De acordo com o pensamento de Tardif (2002), a formação continuada deve considerar os saberes já constituídos dos professores e as especificidades de suas práticas pedagógicas.

Desse modo, conclui-se que a alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas interligados, que exigem do alfabetizador uma formação contínua e continuada para oferecer uma aprendizagem significativa para o educando. Uma sociedade com um número elevado de analfabetos carece de pesquisas que busquem melhorias para a educação brasileira. Nessa perspectiva, é importante compreender alfabetização e letramento como meio de comunicação social, no qual as crianças conquistam condições de participação cultural e social. Diante do exposto, fez-se necessário a presente pesquisa que respondeu à seguinte problemática: Quais os desafios enfrentados por professores alfabetizadores atuantes no 3º ano do Ensino Fundamental de duas escolas no município de Unaí- MG acerca da utilização dos métodos analíticos e sintéticos?

Os dados coletados apontam que os maiores desafios encontrados pelas alfabetizadoras são a falta de apoio e participação dos pais e a falta de atenção e interesse de alguns alunos. O professor alfabetizador deve ter conhecimentos e habilidades que proporcionem ao educando capacidades de leitura e escrita, como também exercer as práticas sociais relacionadas à escrita. No entanto, a responsabilidade da família é infinda, sendo a família elemento primordial na formação global do educando. A LDB/96 (BRASIL, 1996) afirma que o processo educacional se desenvolve na vida familiar, convivência humana e nas organizações da sociedade civil. Quanto à atenção, Fontana (1998) afirma que há uma variedade de fatores que influenciam e contribuem para este fator.

É possível inferir que os métodos sintéticos e analíticos são ferramentas que proporcionam às alfabetizadoras uma prática pedagógica produtiva, visando a um melhor desempenho no processo ensino-aprendizagem. Os métodos aplicados por elas são, em sua maioria, métodos que buscam através das repetições, as memorizações do conteúdo didático. A esse respeito, torna-se necessário a formação contínua e continuada.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>> Acesso em: 09 mai. 2018.

_____. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa**: currículo na alfabetização: concepções e princípios: ano 1: unidade 1/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio a Gestão Educacional. Brasília: MEC, SEB, 2012.

_____. Lei n. 11.274, 6 de fevereiro de 2006. Altera a redação dos Arts. 29, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>> Acesso em: 27 mai. 2018.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei nº 9.394/96**, Brasília, 20 de Dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 06 abr. 2018.

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Elementos de fonética do português brasileiro**. São Paulo: Paulistana, 2007.

_____. **Alfabetizando sem o BÁ-BÉ-BI-BÓ-BU**. São Paulo: Scipione, 1998.

_____. **Alfabetização e linguística**. 10 ed. São Paulo: Scipione, 1997.

CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 12. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (Orgs.). **Alfabetização e letramento na sala de aula**. Belo Horizonte: Autêntica: Ceale, 2008 (Coleção Alfabetização e letramento na sala de aula).

CEALE, Cento de Alfabetização, Leitura e Escrita. **Coleção Orientações para a Organização do Ciclo Inicial da Alfabetização**; 1. Belo Horizonte: CEALE/ SEE-MG, 2003.

DEMO, Pedro. **Leitores para sempre**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Tradução de Diana Myriam Lichtenstein et al. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FERREIRO, Emília. O momento atual é interessante porque põe a escola em crise. **Revista Nova Escola**. São Paulo, abr./out. 2006. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/alfabetizacaoainicial/momento-atual-423395.shtml>>. Acesso em 15 mar. 2018.

_____. **Alfabetização em processo**. São Paulo: Cortez, 2004.

FONTANA, David. **Psicologia para professores**. São Paulo: Loyola, 1998.

FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação**. Santa Maria, v. 32, n. 01, p. 21-40, 2007. p. 21-40. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao>> Acesso em: 28 mai.2018.

_____. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores**. Belo Horizonte: Centro de alfabetização, Leitura e Escrita. Faculdade de Educação. UFMG, 2005.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Coleção questões da nossa época).

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Panorama da Educação – Destaques do Education at a Glance 2017**. Brasília. set. 2017. Disponível em: <

http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/eag/documentos/2017/panorama_da_educacao_destaque_do_education_at_a_glance_2017.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2018.

LIBANELO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5.ed. revista e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

_____. **Que destino os pedagogos darão à pedagogia?** In: PIMENTA, Selma G. (Org). Pedagogia, ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MELO, Terezinha Toledo Melquíades de. **A alfabetização na perspectiva do letramento:** a experiência de uma prática pedagógica no 2º ano do ensino fundamental. 2012. 108 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ppge/files/2012/05/Terezinha-Toledo-Melquiades-de-Melo.pdf>> Acesso em: 16 mar. 2018.

MORAIS, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética.** São Paulo: Editora Melhoramento, 2012. (Como eu ensino)

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. A “querela dos métodos” de alfabetização no Brasil: contribuições para metodizar o debate. **Revista Eletrônica Acolhendo a Alfabetização nos Países de Língua Portuguesa.** São Paulo, v. 3, n. 5, p. 91-114, 2009.

_____. **Os sentidos da alfabetização:** São Paulo: 1876-1994. São Paulo: UNESP; CONPED, 2000.

PERRENOUD, Philippe. **A prática reflexiva no ofício de professor:** Profissionalização e Razão Pedagógica. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização e letramento.** 5.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Letramento e alfabetização:** as muitas facetas. 26ª Reunião Anual da Anped, 2006.

_____. **Letramento e escolarização.** In: RIBEIRO, Vera M. (Org.) Letramento no Brasil. São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda; MACIEL, Francisca Isabel Pereira. **Alfabetização.** Brasília: MEC; Inep; Comped, 2000. (Estado do Conhecimento, n.1). Disponível em: <[file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/dialogo 12623%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Microsoft/Downloads/dialogo%2012623%20(2).pdf)> Acesso em: 01 mar. 2018.

SOARES, Valter Guimarães. **Formação de professores:** Saberes, identidade e profissão. Campinas /SP: Papirus, 2004. (Coleção entre nós professores)

SOUZA, Tatiana Palamini. **O trabalho docente e os programas de formação continuada para professores alfabetizadores.** 2015. 105 f. Dissertação – (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, Educação, 2015. Disponível em: <https://www.unimep.br/phpg/bibdig/pdfs/docs/17082015_164344_tatianapalaminisouza_ok.pdf> Acesso em: 04 abr. 2018.

WEIZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem.** São Paulo: Ática, 1999.
YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**/Robert K. Yin; tradução Ana Thorell; revisão técnica Cláudio Damacena. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL E DO TRABALHO – POT

PEREIRA, Izabela Coimbra¹
RODRIGUES, Letícia Ribeiro²
MACHADO, Cláudia Aparecida³

Resumo: o artigo visa conhecer comportamento de profissionais no ambiente de trabalho, identificar os métodos para diminuir o estresse organizacional e como a psicologia organizacional ajuda a proporcionar um rendimento profissional. Primeiro, descreve quais os comportamentos dos indivíduos no ambiente do trabalho. Posteriormente, discute os métodos para diminuir o estresse organizacional; em seguiu, quais as contribuições da psicologia no contexto organizacional. Utiliza-se como metodologia desta pesquisa, uma coleta de dados, sendo exploratória e descritiva a partir de uma abordagem qualitativa. Inicia a pesquisa através de uma análise bibliográfica e uma pesquisa em campo. Assim, pode-se afirmar que a psicologia organizacional e do trabalho hoje é de suma importância, pois buscam entender os comportamentos dos indivíduos no seu ambiente de trabalho e como manter um equilíbrio emocional meio as dificuldades do dia a dia. A psicologia avalia técnicas que desenvolvem a satisfação das necessidades da empresa versus a satisfação dos funcionários.

Palavras-chave: Comportamento. Estresse. Psicologia organizacional.

1 INTRODUÇÃO

O tema abordado ao longo do estudo trata-se da importância da Psicologia Organizacional e do Trabalho - POT- dentro das organizações. Desde o começo da humanidade, observou-se que o trabalho é essencial para atender as necessidades dos indivíduos, e, à medida que o homem evoluiu, procuraram-se novas formas de melhorar a qualidade de vida. Nessa circunstância, os estudos foram norteados para observações da eficiência dos trabalhadores nas organizações, visto que atualmente o que distingue uma empresa de outras são as pessoas que trabalham nela. É neste momento que surge a Psicologia Organizacional e do Trabalho - POT. A psicologia dedica-se nos acontecimentos relativos, como funcionamento de indivíduos e grupos com o objetivo de compreender por qual motivo pensam, sentem e atuam. Inicia-se uma série de ferramentas e técnicas para a análise de fenômenos que atinge os indivíduos e grupos. Independente do direcionamento teórico usado, o psicólogo julgar fatores estruturais e socioculturais que influencia o indivíduo e a Organização.

Entretanto, para o alcance de seus objetivos as instituições devem se preocupar com os seus colaboradores e elaborar métodos que contribuam para a qualidade de vida dos mesmos, oferecendo um ambiente de trabalho saudável. Sendo assim procura-se analisar quais as ferramentas que o psicólogo dentro da organização utiliza para obter informações necessárias para auxiliar no bem-estar, no desenvolvimento e na relação entre os funcionários

¹ Acadêmica do Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

² Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU

³ Professora Mestre da Faculdade e Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU, Consultora e Conselheira do CRA/MG

da empresa, possibilitando aperfeiçoar as equipes de trabalho de modo que alinhe os objetivos pessoais com os objetivos organizacionais.

Diante dos aspectos mencionados, surgir a seguinte problemática: como a psicologia organizacional contribui para o desenvolvimento das habilidades dos indivíduos na organização?

Este projeto tem como finalidade identificar como a psicologia organizacional contribui para o desenvolvimento das habilidades dos indivíduos na organização.

Para o alcance geral, perfaz os seguintes objetivos específicos: buscar analisar o comportamento de profissionais no ambiente de trabalho, identificar os métodos de diminuir o estresse no ambiente organizacional, e pesquisar como a psicologia organizacional ajuda a proporcionar um rendimento profissional.

O presente estudo é de suma importância porque pode contribuir para as organizações no âmbito interno, uma vez que tenha um profissional da área de psicologia atuando na organização, na qual este consiga analisar e avaliar técnicas que desenvolvam a satisfação das necessidades da empresa ligada com a satisfação das necessidades dos funcionários e a qualidade de vida no trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O COMPORTAMENTO DE PROFISSIONAIS NO AMBIENTE DE TRABALHO

Ao longo do tempo, nota-se que cada vez mais o ser humano tem merecido a atenção de pesquisas e estudos relacionados ao seu comportamento, visto que possibilita a identificar fatores do seu comportamento. Hoje mais do que nunca se percebe que todos buscam compreender-se melhor, seja relacionado consigo mesmos, com relação aos outros com os quais se envolvem, seja na circunstância individual, grupal ou organizacional. Observa-se que, ao olharmos a nossa volta e considerarmos as ocorrências do dia a dia, é possível captar que em quase todos os cenários há um determinado comportamento envolvido e nos fazem agir de maneiras particulares em relação àqueles que nos cercam. Nota-se a importância do comportamento dos indivíduos dentro da organização.

O comportamento organizacional é uma área de estudos que analisa a influência que indivíduos, grupos e o sistema possuem sobre o comportamento dentro das instituições com a finalidade de utilizar este discernimento para melhorar a eficácia organizacional.

Segundo Robbins (2005, p. 6) “O comportamento organizacional aplica o conhecimento obtido sobre as pessoas, os grupos e o efeito da estrutura sobre o comportamento, para fazer com que as organizações trabalhem mais eficazmente”.

Para Aguiar (2005), com o princípio da teoria comportamental, a partir de 1947, os indivíduos incorporados nas organizações passam a ser vistos de forma mais profunda sob o olhar da psicologia organizacional, que busca compreender as particularidades humanas e o que influencia suas ações e atitudes. Este conceito é um progresso em relação a abordagem humanística pressuposta pela teoria das relações humanas – há um destaque contínuo nas pessoas, mas dentro do âmbito organizacional mais amplo, analisando novas respostas mais democráticas, humanas e flexíveis para as adversidades organizacionais. O indivíduo passa a ser observado de modo concreto conforme aos seus padrões de comportamento, tais como aprendizagem, reações e respostas a estímulos. O comportamento do indivíduo é usado para explicar o comportamento das organizações.

Dessa forma, existem alguns temas fundamentais que implicam no comportamento organizacional como a motivação - satisfação, a comunicação e os conflitos.

2.2 MOTIVAÇÃO E SATISFAÇÃO

Estabelecer um conceito para motivação pode ser bastante difícil, pois pode ser empregado com diferentes vertentes. De maneira geral, motivação é tudo aquilo que estimula a pessoa a atuar de um de alguma maneira estabelecida, que promove um comportamento próprio, sendo esta instigação o ato fomentado por um estímulo externo (proveniente do ambiente externo), ou por outro lado ser elaborado interiormente nos processos mentais da pessoa (CHIAVENATO, 2008). Atualmente, acredita-se que a motivação surge de uma necessidade. A motivação é efeito de necessidades não realizadas. Essas necessidades são próprias do ser humano. Entretanto os gerentes não conseguem colocar as necessidades nas pessoas. Ou seja, eles não são habilidosos os suficientes para motivar, mas de atender as necessidades humanas ou forçá-las (ARCHER, 1990, p. 8).

É evidente que uma pessoa por si só não consegue motivar outra pessoa, no entanto não quer dizer que o gerente deve deixar a motivação de lado. Longe disso, é necessário que o gestor esteja de olho na motivação de seus colaboradores, ele necessita estar preparado para identificar suas necessidades e gerar as condições oportunas para que os serviços entregues a eles, como também seu ambiente de trabalho, sejam favoráveis para satisfazê-los.

De acordo com psicólogo Abraham Maslow (1987) demonstrou que as necessidades humanas expõem múltiplos níveis de forças, e assim estabeleceu uma hierarquia de necessidades que são classificadas em cinco grupos: fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e autorrealização.

As necessidades fisiológicas são as básicas para a preservação da vida. Relaciona-se à alimentação, abrigo, vestimenta. Do contrário, quando essas necessidades não se encontrarem satisfeitas, as pessoas oferecerão pouca atenção aos demais níveis. Já as necessidades de segurança atribuem às pessoas que se encontram livre de riscos e da falta das necessidades fisiológicas, em que há uma preocupação com o futuro. O terceiro nível é das necessidades sociais, em que consiste na necessidade de se relaciona em os outros, de associa-se a grupos e ser aceitos por eles. Depois os indivíduos manifestam a querer a estima, para tanto em condições amor próprio e de reconhecimento pelas demais pessoas. Em seguida a necessidade de auto realização, que representa a realização do enorme potencial do ser. As pessoas aspiram se tornar aquilo que são aptos de ser.

A teoria de Maslow é de grande relevância no ambiente de trabalho, decido enaltecer que as pessoas não precisam somente de recompensas financeiras, no entanto também de respeito e atenção dos outros. Deve ser considerar essa hierarquia de necessidades para conseguir excelente resultados com a atuação de seus colaboradores. Uma vez que segundo Gil (2008, p. 202), “Os indivíduos têm milhares de necessidades, todas competem por seu comportamento. A necessidade mais forte em determinado momento é a que conduzirá a atividade”.

Pode-se dizer que a satisfação está ligada com a motivação, uma vez que os indivíduos estão motivados e com suas necessidades satisfeitas, há uma satisfação. Para Robbins (2005, p. 21), “o comportamento organizacional evidencia-se através da variável satisfação no trabalho, para o qual ressalta o conjunto de sentimentos de um indivíduo em relação ao seu trabalho”. Pesquisadores sustentam que a satisfação é o objetivo genuíno de uma organização e que a ela tem o compromisso de propiciar empregos que sejam estimulantes e intimamente gratificantes. A satisfação é uma das mais estudadas no campo da psicologia e tornou-se uma variável popular pela clareza de sua avaliação (SPECTOR, 2003). Nessa esfera da satisfação do trabalho, busca avaliar a satisfação dos indivíduos no trabalho para que as instituições sejam capazes de tomar os parâmetros necessários para melhorá-las.

Para que os objetivos da organização sejam alcançados é preciso que haja uma correlação entre os objetivos da empresa e com os objetivos dos funcionários. Se a empresa

estimula seus funcionários, estes alcançam a satisfação consigo mesmos. Muitas vezes o fracasso de empresas, não está ausência de conhecimento, mas no modo de como lidar com as pessoas. Archer expõe que o motivo leva as pessoas agirem como uma necessidade usando o entendimento, em que a satisfação só acontece quando existe a eliminação da necessidade e novamente irá surgir uma nova necessidade, ou seja, um ciclo.

Salário e benefícios são considerados fatores extrínsecos à satisfação, pois são meios para que possam satisfazer suas necessidades. Mas ao mesmo tempo esses fatores em um determinado ponto já não podem ser mais necessários para estar satisfazendo o colaborador gerando uma insatisfação. Outro ponto de importância é a satisfação com seu chefe, seu superior. Ele exerce a função de líder do grupo.

Tanto para Bowditch e Buono (1992) quanto para Robbins (2010) o líder é quem tem a capacidade de influenciar pessoas para alcançar determinada meta ou objetivo. O chefe deve saber conduzir, trazer motivação aos seus subordinados, pois isso pode refletir positiva ou negativamente nos índices de satisfação da organização. Para manter a equipe de colaboradores motivados é necessário estabelecer uma boa comunicação, pois é uma maneira eficaz de fazer com que os funcionários ajam de acordo com as necessidades da empresa, incluindo-se inteiramente à cultura organizacional. A comunicabilidade evita o retrabalho, a insatisfação, e o declínio da *performance* profissional. A comunicação propicia na agregação da equipe na tentativa de obter resultados relevantes, contribuindo para a construção de relacionamentos interpessoais, além de proporcionar a satisfação entre os funcionários.

2.3 COMUNICAÇÃO

Segundo Bowditch (2000), a comunicação é definida pela troca de informações entre o transmissor e receptor, e a inferência (compreensão) do conceito entre os indivíduos envolvidos. A comunicação é o fio condutor de todas as atividades e relacionamentos humanos. A deficiência ou falta de comunicação podem gerar conflitos e choques entre as pessoas, complicações de gestão, falhas e deslizamentos na instituição e assim a empresa só tem a perder. Um processo comunicativo que atue satisfatória precisa que todos os envolvidos estejam ligados, que entenda a organização em que trabalha, sendo capazes de dar o retorno (feedback) para seus superiores, possibilitando a tomada de decisões.

“A comunicação necessita de organização e apoio. Ela ocorre durante todo o tempo e em todos os lugares, é autodifusora e vital para o processo da mudança. Assim sendo, é essencial garantir que ela consiga cumprir sua função adequadamente” (GROUARD; MESTON, 2001, p. 306).

De acordo com Grouard e Meston (2001), a comunicação solicita que os colaboradores de uma organização possuam um comprometimento integral. O processo de comunicação envolve termos como a informação: quando o emissor transmitir para um receptor um conjunto de dados codificados, no caso uma mensagem.

A informação necessita do emissor, uma mensagem e um receptor. A comunicação envolve os mesmos expoentes associados à informação, porém só se realiza quando a mensagem auferida pelo receptor é interpretada e direcionada de volta ao emissor, que determina a realimentação (feedback) do processo. Entende-se, que a comunicação só é vista como eficiente quando a compreensão do receptor corresponde com a definição pretendida pelo o emissor.

“A escolha do canal adequado, a escuta eficaz e utilização do feedback podem ajudar muito na comunicação a se tornar mais eficaz. Mas o fator humano gera distorções que nunca conseguimos eliminar completamente” (ROBBINS, 2005, p. 252).

Entretanto, a ideia da comunicação perfeita é inalcançável. Ainda assim, há indicadores que mostra haver uma conexão positiva através da produtividade e a comunicação

eficiente (que compreende situações como integração da confiança, assimilação de exatidão, pretensão de interação, acolhimento das equipes e quesitos de informação antiga). A boa comunicação também evita conflitos dentro das organizações. Quando há uma escolha de canal de comunicação inadequado, pode se deparar com ruídos (falhas) da comunicação, em que a mensagem pode ser distorcida, ocasionando um feedback negativo. Esses ruídos são uma das principais causas do surgimento de conflitos dentro da organização, é preciso que se preze a otimização da comunicação.

2.4 CONFLITOS

De acordo com Moscovici (1980) as pessoas pensam, sentem e percebe de maneiras diferentes. E muitas vezes são nessas maneiras diferentes que surgem conflitos. Pois, as relações interpessoais manifestam-se em consequência do processo de interação. A convivência organizacional é um procedimento que abrange os indivíduos num estado de criação, de modo que os direcione a cooperar com a organização e vice-versa.

Com relação a conflitos Bowditch (1992) agrega que o conflito intergrupal refere se aos modos divergentes de que os indivíduos pensam, quanto a autoridade, metas, territórios e recursos. Uma série de razões podem levar a geração de conflitos, como: disputas de papéis, escassez de recursos, mal-entendidos, diferenciação de tarefas e instruções diferentes com relação a tempo, estrutura e relações interpessoais. Entretanto conflitos não são necessariamente ruins, pois possibilitam os surgimentos de ideias sobre novas abordagens aos processos organizacionais, o advento de problemas antigos que podem ser resolvidos, e a possibilidade para os indivíduos colocarem em evidência suas competências, e ao interesse e criatividade ao enfrentar problemas da organização.

É fundamental que o indivíduo para que tenha um bom relacionamento desenvolva seu comportamento social, que determine entendimentos sobre si mesmo e de outros tipos de comportamentos e ações, que compreenda os demais de modo como eles são e pelo convívio grupal e que observe os outros comportamentos presentes no grupo e o seu desempenho e a comunicação das pessoas. Ao mesmo tempo levar em consideração o desenvolvimento de aptidões para um relacionamento eficiente.

Esses conflitos podem se tornar prejudiciais a partir da condição que as pessoas se inclinam a se sentirem derrotadas, quando a pessoa se põe na defensiva, promovendo um ambiente de desconfiança.

Considerando os princípios apresentados acima, enfatiza a relevância que o comportamento organizacional obtém diante das empresas. Diante disso, melhorar esses aspectos pode contribuir para um melhor desenvolvimento e planejamento do trabalho, desta forma qualificando e moldando o indivíduo, além de propiciar um grau de satisfação maior. Salienta-se destacar o que ser humano possui de melhor, reconhecendo - o, isto é mesmo que sua imagem decaia, de acordo com seu comportamento com a organização.

Em decorrência dos pontos apresentados acima, podemos analisar outra questão de suma importância e que também afeta diretamente o colaborador e sua produtividade, o estresse dentro das empresas podem tomar proporções de grande relevância. O surgimento de conflitos pode levar a equipe de trabalhadores a desenvolver o estresse, em que pode ser prejudicial para a saúde mental e física dos colaboradores, além de afetar a performance profissional e o desenvolvimento organizacional.

2.5 ESTRESSE ORGANIZACIONAL E OS MÉTODOS PARA DIMINUÍ-LO

Há anos o estresse tem se tornado cada vez mais frequente nas pessoas, por decorrência de diversos fatores o ser humano está se tornando cada vez mais esgotado e tenso.

Com isso alguns pesquisadores passaram a buscar definições para esse mal, e após anos de pesquisas e estudos, Hans Selye detectou o que denominou de “síndrome do estresse”. Uma síndrome despertada pela dificuldade de adaptação, gerada por fatores que afetam grandes partes do corpo, acarretando numa resistência difusa e ordenada. A expressão “estresse”, que foi utilizada por Selye, originou-se da palavra inglesa stress, que quer dizer que a junção das forças que atuam contra a persistência, seja qual for a circunstância (ROMERO, 2007).

Isso acontece pelo fato de estarmos assumindo cada dia mais responsabilidades principalmente no ambiente de trabalho, para Robbins (2002), “Podemos dizer que existem três agentes causadores do chamado estresse potencialmente negativo. E esses estão classificados em diferentes níveis, levando em consideração aspectos como os ambientais, organizacionais e individuais”. Nesse caso focaremos nos fatores organizacionais que são os que estão alocados nas obrigações do dia a dia, nas tarefas, competências e relações interpessoais no trabalho.

Nota-se que isso está atrelado ao estilo do ambiente organizacional, pois métodos de gestão muito rígidos acarretam a tensão, medo e ansiedade. E são nítidos os sintomas desse esgotamento profissional, como a dificuldade de concentração, irritabilidade, queda de produtividade, cansaço constante, desmotivação entre outros. Portanto é de suma importância buscar o bem-estar dos profissionais dentro da organização visto que eles passam mais tempo no ambiente de trabalho do que com a própria família, e para isso a psicologia utiliza de métodos para ajudá-los nessa jornada.

Partindo dessa premissa, podem ser utilizadas pelas organizações algumas possibilidades para diminuir o impacto negativo do estresse. Como exemplos podem-se mencionar programas de qualidade de vida no trabalho, para melhorar administração do tempo, estipular os cargos e as metas, aperfeiçoar a comunicação na organização, analisar e impedir fatos estressores físicos e ambientais, ampliar a comunicação e o apoio social e promover treinamento progressivo dos colaboradores assim como dos gestores sobre a forma de lidar com situações de estresse. A gestão do estresse pode ser considerada por dois métodos, o individual e o organizacional.

Em relação à abordagem individual, artifícios como implantação de técnicas para administrar o tempo, ginástica laboral, exercícios físicos, treinamento de relaxamento e a ampliação da rede de assistência social, têm obtido um resultado eficaz na redução e controle do estresse profissional. O apoio dos gestores é de suma importância para manter de forma contínua esses programas de qualidade de vida no ambiente organizacional em todos os níveis da empresa, bem como proporcionar o aumento da qualidade nos meios de comunicação organizacional. Os resultados obtidos com estes programas já são comprovados como eficazes. Portanto, valorizar a saúde física e mental dos colaboradores de uma organização é elevar a competitividade através das pessoas (ROMERO, 2007).

Quando existe um nível elevado de motivação na empresa, o clima organizacional entre os membros se traduz em relações de satisfação, de animação, interesse, colaboração entre outros. Já quando ocorre uma baixa motivação entre os membros, surgem frustrações ou barreiras à satisfação das necessidades, o clima organizacional quando baixo se caracteriza por estados de depressão, desinteresse, apatia, insatisfação e outros (CHIAVENATO, 2003).

Portanto a satisfação é ponto crucial dentro de uma organização, visto que os colaboradores estando mais motivados e satisfeitos tendem a cumprir metas e alcançar objetivos propostos pela empresa, não deixando de lado sua qualidade de vida. E a psicologia organizacional é uma ferramenta muito eficaz no auxílio do desempenho de um profissional dentro de uma organização.

2.6 COMO A PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL AJUDA A PROPORCIONAR UM BOM RENDIMENTO PROFISSIONAL

Um dos principais objetivos almejados como a ciência da psicologia é a pesquisa de formatos mais úteis de vida para ser o humano. De acordo com Bernstein, Clarke- Stewart, Penner, Roy e Wickes (2000, p. 3), afirmam que: “Os psicólogos estudam e procuram responder certas questões que propõem que a psicologia seja a ciência que procura compreender os processos comportamentais e mentais e usar essa compreensão a serviço do bem-estar humano.”

O ser humano contemporâneo, em vista de causas próprias, dos seus grupos sociais e do ambiente em se correlaciona, tem mostrado, um aumento níveis como ansiedade e angústia. Esse mal-estar característico desses estados tem orientado o homem à busca da melhor forma para solucioná-lo, por muitas vezes as formas para tentar se resolver não são as mais apropriadas. E para superar as particularidades, cada indivíduo está frequentemente procurando obter princípios que sejam capazes de prover informações, resolver e administrar melhor suas dificuldades inerentes. Apesar de que na época atual, tem se desenvolvido em tecnologia dos métodos de produção, a psicologia organizacional até então se atenta com a esfera adversa e de difícil adequação daquele que se esforça, como cita Muchinsky (2004, p. 20):

Outra característica do quadro do emprego é velocidade de mudança. Embora o trabalho tenha tido sempre um senso de urgência, as pressões do tempo também estão se tornando mais acentuadas. Mudanças rápidas e em larga escala na automação e na informatização estão modificando os níveis de habilidades necessárias. A expectativa de vida está aumentando, e muitas pessoas aposentadas estão retornando à força de trabalho. Os custos médicos estão disparando assustadoramente, e os empregadores sentem forçados a encontrar maneiras de limitar sua responsabilidade pelas despesas médicas dos funcionários. O número de fusões e aquisições está mais alto do que nunca, e os funcionários afetados precisam encontrar modos de enfrentando trauma da perda de emprego, das transferências e das novas atribuições.

Diante disso, os pesquisadores do comportamento entenderam que poderiam amparar mais as pessoas à maneira que colaborasse com elas mesmas de forma que se compreendessem. Sendo assim seria capaz de livrar-se de sensações desconfortáveis diante de si mesmo, como por exemplo, sentimentos de autoestima rebaixada. As pessoas, em geral, têm mais facilidade de falar de suas doenças físicas, mas não ficam tão à vontade para falar de seus problemas psicológicos.

Num entendimento mais amplo, reconhecemos que todos têm problemas consigo mesmo e a coexistência de tais problemas internos não quer dizer que você tenha algum tipo de desequilíbrio psíquico. Toda uma sobrecarga de contratempos, incertezas e conflitos coloca-se de modo habitual em cada um de nós em nossas ações diárias. Os conhecidos problemas e ocorrências desgraváveis demandam que as pessoas empreguem artifícios que facilitem apontar soluções mais confortáveis. Vale ressaltar que o esforço para se adquirir tais soluções pode vir a estabelecer um esgotamento psicológico e antecipar um tipo de esvaziamento de esforço psíquico, cedendo lugar a uma sensação interna de pressão, havendo um esgotamento do sistema nervoso essencial e ameaçando o equilíbrio que seria capaz de vencer uma condição de abatimento e perda de motivação.

Assim, de acordo com Spector (2002, p. 4):

Há aspecto igualmente importante no campo da psicologia organizacional. O primeiro deles envolve o estudo do lado humano das organizações. Muitos psicólogos organizacionais, particularmente aqueles que são professores de

universidades, conduzem pesquisas sobre as pessoas o ambiente de trabalho. O segundo aspecto inclui a aplicação dos princípios e das descobertas obtidas nas pesquisas. A maioria dos psicólogos organizacionais está envolvida com a prática, seja como consultores ou como funcionários das organizações.

A psicologia organizacional e do trabalho é conceituada como uma segmentação aplicada da psicologia que se com análise do comportamento humano correlacionado com o trabalho, as instituições e a eficiência. O psicólogo organizacional e do trabalho pode assumir várias funções que auxiliam na organização e que possa ver a necessidade em que direcione seu foco à qualidade de vida do trabalhador. É trabalhando em promover a saúde, o bem-estar psicofísico dos funcionários e percebendo todo o sistema de relação da organização, que ele poderá contribuir para a conquista de altos níveis de satisfação, que desenvolva o clima de trabalho, e alcance o sucesso organizacional.

De acordo com Silva e De Marchi (1997) ao aderir a mecanismos de qualidade de vida e que promova saúde, isso resultará ao indivíduo uma maior resistência ao estresse, controle emocional, motivação, eficiência no trabalho, além de melhorar suas relações. Em contrapartida as empresas conseguiriam se beneficiar com uma força de trabalho mais sadia, com um menor absenteísmo e rotatividade, um número menor de acidentes, redução com saúde assistencial, uma produção maior, além de a organização ser bem vista pela melhora no ambiente de trabalho.

A qualidade de vida (QVT) tem sido uma temática muito discutida e estudada, em que a QVT tem por finalidade dar atenção às necessidades do trabalhador visando a melhoria de condições no trabalho. A QVT é uma investida de humanização, com a intenção de ter nas organizações mais produtividade e eficiência no trabalho. Rezende (2006) apresenta que para se obter uma melhora de qualidade de vida do colaborador ele precisa estar fortemente motivado, sendo assim sustentando o nível de competência ao longo da profissão.

De acordo com Fernandes (1996) a qualidade de vida no trabalho é um mecanismo que pode ser usado para que as instituições consigam aperfeiçoar sua organização no trabalho. Através disso, será capaz de ampliar o grau de satisfação pessoal, a eficiência organizacional, em efeito a maior atuação dos funcionários nos processos intrínsecos ao seu trabalho. Nessas circunstâncias, o Psicólogo Organizacional e do Trabalho estar apto para planejar e criar programas de melhorias que visa estratégias organizacionais, realizando ações que promovam o desenvolvimento profissional e pessoal dos funcionários, evitando episódios que criem estresse e que afeta a qualidade de vida do colaborador.

3 METODOLOGIA

Segundo Ander-Egg (1978, p. 28): “a pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico, que permite descobrir novos fatos ou dados, relações ou leis em qualquer campo do conhecimento”.

Assim, a pesquisa é um método formal, como uma técnica de pensamento reflexivo, que requer uma análise científica e constitui-se em maneiras para a compressão da realidade ou para expor verdades parciais.

Para essa pesquisa utilizou-se um levantamento bibliográfico para o embasamento do presente referencial teórico, visto que é necessário um fundamento para a pesquisa. A metodologia utilizada foi de cunho qualitativo e exploratório, o instrumento utilizado foi um estudo de caso na Contabilidade Dinâmica na cidade de Unaí-MG com o intuito de saber como se dá a atuação do psicólogo dentro da organização e analisar como se encontra a motivação, satisfação, comunicação, o índice de estresse e conflito dos colaboradores de tal entidade. Foi aplicada uma entrevista à Psicóloga visto que possibilitou uma melhor percepção sobre o papel da Psicologia Organizacional e do Trabalho-POT na organização.

4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Foi utilizado como base de análise de dados uma entrevista composta por 06 (seis) questões aplicadas a psicóloga que acompanha a organização. Sob o ponto de vista da psicóloga foi possível chegar aos seguintes resultados:

O primeiro questionamento feito a psicóloga foi o que é a Psicologia Organizacional, e sua importância,

De acordo com a entrevista a psicologia lida diretamente com a saúde mental do colaborador, então ela visa tanto o colaborador e a empresa também. Porque fazendo a parte do recrutamento e seleção consegue-se vê a possibilidade do colaborador está apto para aquele trabalho, para não gerar custos adicionais para o empregador para não ter nenhum tipo de problema em questão de capacitação. Pois muitas vezes a pessoa não tem o perfil para determinada função ou não suporta a pressão, ou seja, visa a saúde de ambos os lados.

Ao aderir a mecanismos de qualidade de vida e que promova saúde, isso resultará ao indivíduo uma maior resistência ao estresse, controle emocional, motivação, eficiência no trabalho, além de melhorar suas relações. Em contrapartida as empresas conseguiriam se beneficiar com uma força de trabalho mais sadia, com um menor absenteísmo e rotatividade, um número menor de acidentes, redução com saúde assistencial, uma produção maior, além de a organização ser bem vista pela melhora no ambiente de trabalho (SILVA; DE MARCHI, 1997).

Ao questionar sobre a profissional de psicologia, o que faz na organização e quais as principais contribuições que ela proporciona, destacando que a psicóloga que tem propostas mais vinculadas para parte motivacional, indo para âmbito de questões de palestras, dias de lazer entre equipes, ginástica laboral, meditação antes de iniciar o serviço. Não deu mais detalhes, pois ela ainda não falou com a gestora sobre as análises e propostas. Concomitante a resposta da profissional deste segundo questionamento.

O psicólogo se preocupa com a saúde mental do colaborador e o engajamento do empreendedor com o colaborador, em que esse engajamento seria o entrosamento do empreendedor para ele entender o lado do colaborador quanto a organização da empresa, que entra a questão de organogramas de visa os perfis. Na empresa observada foi feita uma análise do perfil tanto profissional quanto ético de todos os colaboradores e fazendo esse perfil consegue-se verificar se estão no local certo. Além de fazer a parte de cargos e salários da empresa, que possibilita fazer um plano carreira que irá fazer com que os colaboradores se sintam motivados a estar ali.

De maneira geral, motivação é tudo aquilo que estimula a pessoa a atuar de um de alguma maneira estabelecida, que promove um comportamento próprio, sendo esta instigação o ato fomentado por um estímulo externo (proveniente do ambiente externo), ou por outro lado ser elaborado interiormente nos processos mentais da pessoa (CHIAVENATO, 2008).

O terceiro questionamento foi sobre os métodos que o psicólogo utiliza nos testes psicológicos que são aplicados aos colaboradores, a profissional destacou

Geralmente eu trago todos os colaboradores a clínica que estou atuando, mas depende do que o empreendedor quer e o que a empresa necessita, e tem várias formas de se fazer os testes psicológicos nos quais posso estar realizando dinâmicas de grupo, os testes psicológicos individuais, mas necessitam ser em um ambiente com variação de clima e luz, são várias regras para que não se tenha nenhum estímulo a pessoa, em que ela possa mostrar quem ela é realmente. Testes direcionados a atenção, personalidade, testes que

visam nível de estresse entre vários fatores. E a entrevista normal de emprego, a diferença é que os testes e a entrevista se consegue traçar um perfil psicológico e profissional do colaborador. Depois dos dados tabulados, trago novamente as pessoas a clínica para estar realizando o feedback, esses dados tabulados também são repassados ao empresário para mostrar o que se pode estar fazendo e a pesquisa de clima organizacional.

Tendo um canal apropriado, há uma otimização do feedback que possibilitam a melhorar a comunicação tornando- a mais eficiente. Entretanto o ser humano produz deturpações que não se eliminam por completo (ROBBINS, 2005, p. 252).

Em continuação ao terceiro questionamento ela respondeu,

Também trabalho com assessoria organizacional que um trabalho personalizado para a empresa, na qual o empresário solicita o acompanhamento dentro da empresa, do desenvolvimento do colaborador. Normalmente é feita a pesquisa de clima organizacional que é realizada de três em três meses, assim consigo analisar o que está melhorando e o que não está. Através desse acompanhamento se consegue melhorar e aperfeiçoar os colaboradores, para que não tenha uma alta rotatividade. Normalmente é feita a pesquisa de clima organizacional que é realizada de três em três meses, assim consigo analisar o que está melhorando e o que não está. Às vezes é um pouco difícil principalmente quando eu me sento para conversar com os colaboradores e pontuar as questões que precisam melhorar, mas é mais fácil falar com o colaborador do que com empreendedor, ele tem mais dificuldade em aceitar.

Portanto, valorizar a saúde física e mental dos colaboradores de uma organização é elevar a competitividade através das pessoas (ROMERO, 2007).

No quarto tópico perguntou-se quanto tempo demora para ela dar um resultado final desde o momento que ela entra em uma empresa, e se os resultados alcançados são o que o empresário e os colaboradores esperam,

A questão do prazo depende muito do que o empresário solicita. A minha proposta de assessoria organizacional inclui o recrutamento e seleção, o acompanhamento do desenvolvimento do colaborador no ambiente de trabalho, a descrição de cargos e salários, a pesquisa de clima organizacional, palestras motivacionais ou informativas, acompanhamento psicológico individual emergencial quando verificada necessidade como casos de luto, acidentes de trabalho, problemas específicos. E as entrevistas demissionais que serve para fazer as tabulações de absenteísmo. Em que o prazo inicial estimado é de três meses, e tem a garantia.

Assim, de acordo com Spector (2002, p. 4), “há aspecto igualmente importante no campo da psicologia organizacional. O primeiro deles envolve o estudo do lado humano das organizações. Muitos psicólogos organizacionais, particularmente aqueles que são professores de universidades, conduzem pesquisas sobre as pessoas o ambiente de trabalho. O segundo aspecto inclui a aplicação dos princípios e das descobertas obtidas nas pesquisas. A maioria dos psicólogos organizacionais está envolvida coma pratica, seja como consultores ou como funcionários das organizações.

No quinto tópico foi questionado se a falta de motivação, comunicação e o elevado stress podem gerar conflitos na organização,

O clima organizacional da empresa que se foi feita a pesquisa é até agradável, porém foi muito visado a questão de horários e o fato de não estarem satisfeitas com o trabalho exercido, não importa a qualidade e sim a quantidade que elas fazem. E o perfil das pessoas que trabalham na dinâmica, 80% são pessoas extremamente detalhistas e isso faz com exista um alto grau de estresse e de insatisfação com aquela realidade por não

poderem ser tão detalhistas quanto elas queriam ser. Isso faz com elas não consigam expressar sua personalidade por completo dentro da organização porque precisam entregar aqueles resultados que são metas e prazos, é uma questão de quantidade e não qualidade.

De acordo com a psicóloga a questão de um recurso humano em contabilidade é exaustivo, em que se têm índices alarmantes de suicídio em contabilidades devido ao estresse ao trabalho. E onde tem estresse tem conflitos é proporcional. Uma vez que segundo Gil (2008, p. 202), “Os indivíduos têm milhares de necessidades, todas competem por seu comportamento. A necessidade mais forte em determinado momento é a que conduzirá a atividade”.

Em continuação do quinto questionamento ela respondeu,

Por mais que as colaboradoras tenham essa parte parecida, elas são totalmente diferentes de personalidade, e faz com que tenha mais atritos e dificuldades na interação da própria contabilidade e a motivação de sair acaba ficando cada vez maior.

A comunicação dentro empresa é muito boa, mas há uma falha na motivação. A supervisão não motiva de uma forma adequada, motiva com fatores que tendem a não fixar o colaborador ali, por mais que seja motivador o aumento de salário, benefícios e até o próprio diálogo muitas vezes como família, não preenche o colaborador.

Segundo Bowditch (2000), a comunicação é definida pela a troca de informações entre o transmissor e receptor, e a inferência (compreensão) do conceito entre os indivíduos envolvidos.

Por fim tratou-se a satisfação dos colaboradores em relação ao trabalho exercido,

Não estão 100% satisfeitas, devido a questão de horários de trabalho que na pesquisa de clima organizacional mostrou uma insatisfação voltada para seu tempo de lazer, visto que elas chegam em casa muito cansadas psicologicamente. Em relação a satisfação com a liderança há uma hierarquia e um respeito muito grande, porém se torna complicado porque a relação de amizade, ela se entrelaça muito com a relação profissional e pode causar problemas. A líder motiva, mas uma liderança que se precisa se moldar, porque ela visa muito à questão salarial, mas não é suficiente, pois as meninas não estão apresentando a qualidade de vida. Às vezes será necessário mudar a questão da agenda, a distribuição de tarefas e isso motivaria muito mais.

De maneira geral, motivação é tudo aquilo que estimula a pessoa a atuar de um de alguma maneira estabelecida, que promove um comportamento próprio, sendo esta instigação o ato fomentado por um estímulo externo (proveniente do ambiente externo), ou por outro lado ser elaborado interiormente nos processos mentais da pessoa (CHIAVENATO, 2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que a psicologia organizacional é de suma importância, tanto para os colaboradores quanto para os gestores das organizações em geral.

O estudo responde aos objetivos específicos, primeiro buscar analisar o comportamento de profissionais no ambiente de trabalho, foi possível analisar que o clima organizacional da empresa em que foi feita a pesquisa é até agradável, porém foi muito visado a questão de horários e o fato de não estarem satisfeitas com o trabalho exercido, visto que não conseguem realizar as atividades com uma alta performance devido a quantidade de serviço e os prazos determinados. Foi detectado também que são colaboradoras que são detalhistas, ocorrendo assim certa frustração, ocasionando estresse dentro desse ambiente.

Quanto ao segundo objetivo identificar os métodos de diminuir o estresse no ambiente organizacional, por ser uma contabilidade já se tem um ambiente altamente estressante e um cansaço mental bem elevado, foi detectada uma insatisfação em relação aos horários de trabalhos, o pouco tempo para o lazer e má distribuição de tarefas.

Sendo assim será proposto à gestão da empresa que faça uma reavaliação da distribuição das tarefas e uma interação através de atividades inovadoras como ginástica laboral, meditação, momentos de lazer com amigos e familiares, e melhorias na forma de gerir a empresa.

E por fim o último objetivo, pesquisar como a psicologia organizacional ajuda a proporcionar um rendimento profissional em que a psicóloga faz uma análise dos pontos que o empreendedor visa melhorar, fazendo um acompanhamento tanto individual como em equipe das colaboradoras e somente depois das análises de resultados que são estabelecidas as propostas de melhoria.

Respondeu-se à questão problema de como a psicologia organizacional contribui para o desenvolvimento das habilidades dos indivíduos na organização; a pesquisa possibilitou conhecer o passo a passo do trabalho do profissional da psicologia dentro das organizações, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, é relevante ressaltar que esse trabalho já é feito em muitas empresas em cidades maiores, mas ainda é um número muito baixo tendo em vista a grande importância dessa temática, que visa manter a saúde mental dos profissionais na atualidade. Fica como sugestão a realização de futuras pesquisas voltadas aos colaboradores da empresa em que atuam.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira. **Psicologia aplicada a administração: uma abordagem interdisciplinar**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ANDER-EGG, Ezequiel. *Introducción a las técnicas de investigación social*: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978. Parte II, Capítulo 6.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BERNSTEIN, D. A. et al. **Psychology**. New York: Houghton Mifflin Company, 2000.

BOWDITCH, James. L; BUONO, Anthony. F. **Elementos de comportamento Organizacional**. 4ª ed. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.

_____. Anthony F. **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Manole, 2008.

_____. **Comportamento organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005

FERNANDES, E. **Qualidade de vida no trabalho**. Como medir para melhorar. Salvador: Casa da Qualidade, 2006.

FIGLIOLI, José Osir. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Gestão de pessoas** -Enfoque nos papéis profissionais. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROUARD, Benoit; MESTON, Francis. **Empresa em movimento**. São Paulo: Editora Negócio, 2001.

MASLOW, Abraham. *Motivation and personality*. 3. ed. New York: Harper & Row, 1987.

MOSCOVICI, Fela. **Desenvolvimento interpessoal**. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1980.

MUCHINSKY, P. M. **Psicologia organizacional**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

REZENDE, T. **A qualidade de vida no trabalho dos profissionais da área de enfermagem**: um estudo de caso a partir do modelo teórico de Hackman & Oldhan. 2006. Monografia – Universidade do vale do Itajaí, Itajaí, 2006.

ROBBINS, S. P.; JUDGE, T. A.; SOBRAL, F. **Comportamento organizacional**: teoria e prática no contexto brasileiro. 14. ed. São Paulo: Pearson, 2010.

ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional**. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

_____. **Comportamento organizacional**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002.

ROMERO, Sônia Mara et al. **Estresse no ambiente organizacional: estudo sobre o corpo gerencial**. Disponível em: <<https://www.aedb.br/arquivos/artigos07>> Acesso em 06 out. 2018.

SILVA, M. A Dias Da; DE MARCHI, RICARDO. **Saúde e qualidade de vida no trabalho**. São Paulo: Editora Best Seller, 1997.

SPECTOR, Paul. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

SOUZA JUNIOR, Osmário Alves de. PEDROSO, Reginaldo. **Comportamento organizacional: um olhar comportamental para a motivação nas organizações**. Disponível em: <<https://www.passeidireto.com/arquivo/27741654/comportamento-organizacional---livro-completo/35>> Acesso em 09 out. 2018.

WAGNER III, John A; HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional**: criando vantagem competitiva. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Saraiva, 2003.

ACÇÕES DE ENFERMAGEM NA PREVENÇÃO DE INFECCÕES NO SÍTIO CIRÚRGICO

SILVA, Elen Pinheiro da ¹
LUCIO, Renata Silveira²

RESUMO: As infecções do sítio cirúrgico são complicações causadas no momento cirúrgico em tecidos ou em órgãos manuseados durante o procedimento ou após a operação na incisão cirúrgica devido a falhas na assistência. Contudo a pesquisa procura responder o seguinte questionamento: quais são as ações de enfermagem mais frequentes no centro cirúrgico para a prevenção de infecções? Dessa forma objetiva-se identificar as ações de enfermagem realizadas no centro cirúrgico para a prevenção de infecções. A pesquisa produzida é qualitativa exploratória descritiva na qual foram coletados dados através de um formulário de entrevista e as respostas foram analisadas com base na literatura. Ao final, certificou-se que as participantes da pesquisa E1 e E4 demonstraram conhecimento sobre o assunto proposto com respostas de acordo com a literatura, enquanto que as entrevistadas E2 e E3 apresentaram respostas curtas e superficiais acerca do assunto exposto.

Palavras-chave: Infecção do sítio cirúrgico. Fatores de risco. Ações de enfermagem para prevenção.

1 INTRODUÇÃO

As infecções adquiridas nos ambientes hospitalares são diversas, mas pode-se dizer que, dentre essas complicações, a mais comum é a Infecção do Sítio Cirúrgico (ISC), que de acordo com Souza et al (2015) é definida como uma infecção que acontece no decorrer das cirurgias, ou em tecidos manipulados no momento cirúrgico, consegue-se o diagnóstico da infecção em até 30 dias após a cirurgia. No caso de implante, o diagnóstico é mais demorado podendo chegar a até 1 ano após o procedimento cirúrgico.

As ISC são consideradas a segunda ou terceira infecção que ocorre com mais frequência entre os pacientes que são submetidos à cirurgia (FUSCO et al, 2016).

Essas infecções acontecem a partir da instalação ou multiplicação de diversos microrganismos nos tecidos do nosso organismo, onde essa colonização tem início devido a uma grande ausência do sistema imunitário do hospedeiro, é o que autores, como é o caso de Pereira et al (2014) relatam sobre a definição de Infecção Hospitalar (IH), como sendo a infecção adquirida nos hospitais, e pode acontecer no decorrer da internação dos pacientes, ou então relacionadas ao profissional de saúde em relação a falhas na assistência prestada.

Pode-se levar em conta que os fatores de risco para as infecções são inúmeros e muitos casos acontecem por descuido dos profissionais de saúde. A sobrecarga de trabalho, o pouco conhecimento, a falta de educação continuada e as falhas na gerência podem influenciar para que a prevalência de infecções aumente (SANTOS et al, 2015).

Quando adquirida a ISC, o paciente está sujeito a um tempo de internação prolongado e, dependendo do grau de gravidade, pode acontecer de o cliente vir a óbito devido à infecção. Porém não só o paciente é afetado, mas a instituição também sofrerá danos, uma vez que o tempo de internação é maior e com isso tende a gerar mais gastos e a demanda na assistência de saúde também será maior, esse paciente precisará de cuidados intensivos. (RODRIGUES; SIMÕES, 2013).

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

² Mestre em Gerontologia. Professora da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

Consequências geradas pelas ISC podem trazer inúmeros efeitos negativos, contudo as infecções podem ser controladas, se medidas preventivas forem executadas. Existem várias formas de prevenção, são maneiras simples e que devem ser usadas no dia a dia, como: a lavagem das mãos na técnica correta antes e após os procedimentos, utilização da técnica asséptica, o uso adequado de equipamentos de proteção que protege tanto o profissional quanto o paciente, enfim, são procedimentos simples e que em muitos casos não são realizados corretamente, uma vez executados adequadamente contribuem para a diminuição dos índices de ISC (BRETAS et al, 2013).

Apresentada a importância para as medidas preventivas e controle das ISC, o presente estudo tem como tema as ações de enfermagem na prevenção de infecções no sítio cirúrgico com a problemática: quais são as ações de enfermagem mais frequentes no centro cirúrgico para a prevenção de infecções?

Esta pesquisa tem como objetivo geral: identificar as ações de enfermagem realizadas no centro cirúrgico para a prevenção de infecções, e como objetivos específicos: conceituar infecções do sítio cirúrgico; apontar os fatores de risco e investigar as formas de prevenções das infecções causadas no sítio cirúrgico.

Diante do exposto, o presente estudo se justifica pela necessidade de aprofundar o conhecimento a respeito das ISC, pois durante o curso de Enfermagem, o contato teórico é maior do que o prático; justifica-se ainda pelo desejo de conhecer as ações de enfermagem realizadas pela equipe que atua no Centro Cirúrgico do Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado e o Hospital Casa de Saúde e Maternidade Santa Mônica de Unaí-MG, é uma oportunidade de conhecer mais a fundo o trabalho realizado por eles. Busca também passar para o leitor informações a respeito das ações utilizadas pela equipe de saúde dessas duas instituições hospitalares e as formas de prevenção adotadas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONCEITO DE INFECÇÕES

Infecção é delimitada como a invasão de um organismo por microorganismos maléficos na qual irá se multiplicar podendo atingir órgãos, e, de acordo com sua espécie e virulência, esses microorganismos vão além da capacidade de reação de defesa do corpo (CABRAL; SILVA, 2013).

As infecções apresentam um grande impacto para a humanidade em relação aos agravos clínicos, as taxas de morbidade e mortalidade são elevadas, uma vez que adquirida gera mais atenção por parte dos profissionais no tratamento, medidas de prevenção e o controle passa a ser mais valorizado (OLIVEIRA et al, 2016).

No entanto as Infecções Hospitalares (IH) são definidas como danos de causa infecciosa que o paciente adquire após a sua internação no hospital manifestando durante o período de hospitalização ou após a alta, porém as IH estão relacionadas à assistência de saúde prestada de forma inadequada (BRETAS et al, 2013).

As infecções são categorizadas, desde 1970, em comunitárias ou hospitalares. Aquelas identificadas a partir de amostras colhidas nas primeiras 48 horas de internação ou em incubação na admissão do paciente, desde que não relacionada à internação anterior no mesmo hospital, são categorizadas como infecção comunitária. Entretanto, infecções identificadas a partir de amostras colhidas mais de 48 horas após a admissão ou alta do paciente são classificadas com infecção hospitalar (SOUZA et al, 2015).

As Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS) denominam as infecções adquiridas durante a assistência de saúde no hospital na qual não estava presente na

internação (REIS; RODRIGUES, 2017). Segundo Rodrigues e Pereira (2016), as IRAS são estabelecidas como qualquer e toda infecção que afeta o indivíduo tanto em instituição hospitalar quanto em atendimento ambulatorial que esteja associado com procedimento de saúde realizado por profissionais, com isso se torna um grave problema de saúde pública.

Dentre as infecções causadas em uma unidade de saúde, as Infecções do Sítio Cirúrgico (ISC) é uma das complicações encontradas com mais frequência em pacientes hospitalizados (FRANCO et al, 2015). Conforme Pereira et al (2014), as ISC são aquelas infecções causadas no momento da cirurgia em tecidos ou em órgãos manuseados durante o procedimento ou após a cirurgia na incisão cirúrgica devido aos cuidados falhos da equipe de saúde, é manifestada nos primeiros 30 dias e em caso de implante em até um ano após o processo cirúrgico.

As ISC representam as mais comuns em pacientes que passaram por procedimento cirúrgico e é considerada uma das mais temidas complicações, pois pode se manifestar como um caso grave, o custo pode ser alto, e está relacionada com o aumento de mortalidade, pacientes que são infectados tem o risco de evoluir para morte e uma grande probabilidade de ser readmitido após a alta (REIS; RODRIGUES, 2017).

As ISC vêm se destacando de acordo com sua incidência. No Brasil ocupa o terceiro lugar no que diz respeito a todas as infecções em serviços de saúde, compreendem cerca de 14% e 16% encontradas em pacientes hospitalizados, não incluindo infecções após a alta, as quais têm uma variação de 12% e 84% (BARBOSA et al, 2011).

Apesar do avanço no conhecimento a respeito dos fatores de risco e da tecnologia na área cirúrgica, nas últimas décadas ainda se tem um índice elevado de ISC. Portanto, em muitos casos a notificação de infecções cirúrgicas é restrita apenas durante o período de hospitalização, conseqüentemente não fornece taxas confiáveis sendo que em muitos casos a infecção se desenvolve após a alta do paciente (SANTOS et al, 2015).

Além do mais, essas taxas podem reduzir em 30% a 40% através de programas de vigilância, porém para que tenha eficácia é necessário conhecer de fato a real taxa de incidência e os fatores de risco que estão associados às infecções (FUSCO et al, 2016).

2.2 FATORES DE RISCO PARA INFECÇÕES DO SÍTIO CIRÚRGICO

Pacientes hospitalizados ou que foram submetidos a procedimentos cirúrgicos estão expostos a inúmeros fatores de risco, estando susceptível à instalação de uma possível infecção. Os fatores de risco que estão relacionados com as ISC incluem o estado clínico do paciente, o qual esteja com a saúde prejudicada, favorecendo a instalação da infecção, tempo de internação pré-operatória, ou seja, quanto mais tempo o paciente ficar em ambiente hospitalar mais chances ele tem de se contaminar, desequilíbrio nutricional na qual a imunidade pode estar comprometida, presença de infecção preexistente ou coexistente em que o paciente já se encontra em estado de infecção estando predisposto para o contágio de outras infecções, e os extremos de idade, pois quanto mais avançada a idade, a saúde fica comprometida e o paciente mais vulnerável (BARBOSA et al, 2011).

Segundo Fusco et al (2016), os fatores de risco mais preponderantes são cirurgia de longa duração (>240 min.), pois o tecido ou órgão do paciente se encontra exposto com alto risco de contaminação, o cliente poderá apresentar reações adversas e classificação da cirurgia quanto ao seu potencial de contaminação, pois se for um procedimento cirúrgico em áreas contaminadas as chances de infectar tecidos limpos são maiores.

De acordo com Pereira et al (2014), os fatores de risco podem estar associados às falhas na antisepsia cirúrgica das mãos, pois a lavagem incorreta favorece a presença de microorganismos. Conforme os autores, a paramentação incorreta ajuda na contaminação dos artigos ou até mesmo o local manuseado, e o preparo da pele na região da cirurgia, pois a

degermação inadequada possibilita maior existência de microorganismos contribuindo para a contaminação de artigos a serem manipulados no período da cirurgia.

Destacam-se também os fatores de risco relacionados à esterilização dos artigos, se não tiverem sido passado pelo processo de limpeza e esterilização de forma adequada, determinado artigo vai provocar infecção a esse paciente, com isso destaca a importância dos indicadores de esterilização para maior segurança. O número de pessoas dentro da sala de cirurgia também é um fator de risco, na qual o cruzamento de pessoas favorece o contágio de materiais ou campos estéreis. Além do mais, a experiência da equipe também é risco, médicos novos que estão atuando recentemente não têm muito domínio em cirurgias podendo provocar a contaminação de materiais e prolongando o tempo do procedimento (SANTOS et al, 2015).

2.3 FORMAS DE PREVENIR INFECÇÕES DO SÍTIO CIRÚRGICO

A prevenção das infecções tem se tornado um desafio hoje em dia, pois estão associadas aos cuidados prestados por profissionais de saúde. A prevenção está interligada com o conceito Biossegurança, a qual exige medidas voltadas para o ato de prevenir e diminuir os riscos presentes que possam afetar a saúde do paciente. Ressalta-se que cada instituição possui Comissões de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) objetivando a melhora na qualidade da assistência dada e a segurança dos pacientes (NUNES, 2016).

É importante destacar que a prevenção da ISC traz benefícios ao paciente e à instituição, pois o cliente não correrá o risco de ter sua saúde prejudicada e nem a possibilidade de retorno para internação, a instituição não terá gastos além do esperado (REIS; RODRIGUES, 2017).

Segundo Rocha e Lages (2016), a higienização das mãos é um procedimento importante na redução de infecções e que deve ser realizado antes e após qualquer processo a ser feito com o paciente. A lavagem das mãos objetiva a remoção de micro-organismo, evitando que seja transferido a um paciente vulnerável.

De acordo com Franco et al (2015), a profilaxia antimicrobiana antes do procedimento cirúrgico é considerada uma média de prevenção para as ISC que atualmente está sendo bem eficaz. Conforme Gebrim et al (2014), a profilaxia antimicrobiana consiste na administração de antibióticos de curto prazo em pacientes antes da cirurgia. É um método significativo para a prevenção e diminuição de ISC. Considera-se que essa ação tem papel importante na redução de morbimortalidade de pacientes associada às infecções. A indicação do uso de profilaxia antimicrobiana vai depender das condições do paciente sendo necessário que esteja com a saúde em bom estado e o tipo de cirurgia, pois não é indicado em procedimentos extensos.

Estudos realizados sobre a prevenção de infecções apresentaram que 6% das infecções podem ser impedidas através de intervenções mínimas, incluindo infecções hospitalares e ISC, as quais podem ser evitadas através de medidas simples de intervenção, como a avaliação completa do paciente no pré-operatório no qual é possível detectar qualquer anormalidade na saúde, a redução do internamento pré-operatório, o paciente fica menos exposto a micro-organismos, a garantia de assepsia dos instrumentais sendo necessário ter indicadores que confirmem a esterilização. Assim é possível evitar a contaminação através dos artigos, a diminuição do tempo operatório também é importante para a prevenção, pois o paciente ficará exposto por menos tempo (NUNES, 2016).

Diante disso, destaca-se a relevância da equipe de enfermagem para a prevenção dessas infecções. O enfermeiro tem o papel de estabelecer educação continuada e repassar informações e conhecimento para a sua equipe e outros profissionais que prestam assistência ao cliente, favorecendo a diminuição das ISC (SANTOS et al, 2015).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa quanto à natureza é aplicada, na qual se busca conhecer melhor sobre o assunto a partir de estudos sobre o tema proposto. Quanto à sua abordagem, classifica-se como qualitativa, nesta é possível identificar e analisar as falas dos entrevistados, e a partir disso, entender a realidade vivenciada. Seus objetivos são exploratórios descritivos que visam alinhar ideias e obter mais conhecimento do tema pesquisado. Para a elaboração do referencial teórico, foi feita uma pesquisa bibliográfica acerca do tema proposto, artigos que já foram analisados e publicados.

Quanto à abrangência, a presente pesquisa está situada na grande área da saúde, mais especificamente, área da enfermagem, voltada para a linha de pesquisa médico- cirúrgica com o intuito de identificar as ações de enfermagem na prevenção de infecções do sítio cirúrgico.

Este estudo foi realizado pela pesquisadora principal: Elen Pinheiro da Silva. Conforme a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, e, respeitou a autonomia do indivíduo, a beneficência, a não maleficência, a justiça e a equidade.

Para aprimorar a pesquisa, a fim de coletar dados foi elaborado um formulário contendo quatro questões sobre o assunto proposto. A entrevista ocorreu entre os meses de maio e junho do ano de 2018. O local de coleta dos dados foi o Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado e o Hospital Casa de Saúde e Maternidade Santa Mônica na cidade de Unaí- Minas Gerais.

A amostra foi formada por quatro enfermeiras: duas que trabalham no Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado (Enfermeira do centro cirúrgico e Enfermeira da Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH)), e duas que atuam no Hospital Casa de Saúde e Maternidade Santa Mônica (Enfermeira do centro cirúrgico e Enfermeira que atua como técnica de enfermagem), obtendo no total quatro entrevistadas. Foram explicadas às entrevistadas os objetivos e métodos da pesquisa e garantido o seu anonimato. O motivo de utilizar os dois locais para coleta de dados foi o fato de encontrar resistência por parte dos profissionais para responder ao formulário.

Foi redigido o Termo de Consentimento de Livre Esclarecimento (TCLE), para assegurar às entrevistadas a sua identidade, privacidade e confidencialidade dos dados. Disponibilizou-se uma cópia para as entrevistadas e outra ficou com a responsável da pesquisa.

Utilizaram-se como critério de inclusão, enfermeiras graduadas com experiência. E como critério de exclusão, enfermeiras que alegaram não ter tempo para responder ao formulário.

Os dados obtidos foram categorizados e comparados de acordo com a literatura, na qual para identificar as falas foi utilizado codificação como E1 (Entrevistada 1), E2 (Entrevistada 2), E3 (entrevistada 3) e E4 (Entrevistada 4) visando ao anonimato das participantes, os dados serão apresentados em sala de aula na disciplina Enfermagem Médico Cirúrgica na Faculdade de Ciências e Tecnologias de Unaí (FACTU).

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Para melhor analisar as atividades desenvolvidas pelos enfermeiros a respeito das ISC quanto ao seu conceito, fator de risco e prevenção. Os dados foram coletados e analisados conforme a literatura.

A partir da coleta dos dados advindos dos formulários de entrevista, as informações foram agrupadas e analisados em texto descritivo, de forma a responder sobre o assunto proposto.

Realizou-se a análise dos dados coletados a fim de agrupá-los conforme a ideia central manifestada em cada resposta, objetivando a aquisição dos resultados da pesquisa.

Referente aos dados de identificação, foram sujeitos desta pesquisa quatro enfermeiras, sendo duas do Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado e duas do Hospital Casa de Saúde e Maternidade Santa Mônica. Averiguando os dados em relação à faixa etária das entrevistadas que compõem a pesquisa, analisou-se que três delas, correspondente a (90%), têm entre 25 e 30 anos de idade, e uma (10%) tem entre 35 a 40 anos de idade, sendo 100% das entrevistadas do sexo feminino.

O procedimento de análise dos dados resultou no surgimento de categorias na qual respondem aos objetivos propostos na pesquisa, assim trazendo importantes dados a serem discutidos. As categorias buscaram organizar as respostas de acordo com sua semelhança e analisar conforme a literatura.

Na análise de dados, a partir da **primeira pergunta** do formulário de entrevista: “o que é Infecção do Sítio Cirúrgico? Quais infecções são mais frequentes no SC?”. A partir das respostas a autora elaborou três categorias para contextualizar os dados adquiridos.

CATEGORIA I – Incisão (corte) e manipulação do tecido

Na presente categoria, refere-se sobre o conceito de ISC e quais infecções são mais frequentes. Desse modo para discussão, tem-se a resposta de uma das entrevistadas.

E3- É a infecção que acomete a incisão (corte) ou qualquer tecido manipulado durante o procedimento cirúrgico, incluindo os órgãos ou as cavidades e se dá até trinta dias após a realização do mesmo. No meu local de trabalho não ocorreu infecções no local da incisão, e sim de um modo geral tendo que olhar o paciente como um todo.

Para Rodrigues et al (2014), as ISC são definidas como infecções que ocorrem durante a cirurgia, em tecidos ou órgãos, acontecem na incisão cirúrgica após o processo operatório. São classificadas como incisional superficial que acomete a pele e tecido subcutâneo, incisional profunda que atinge os órgãos.

No que diz respeito ao tempo para a manifestação da infecção, será diagnosticada em até trinta dias após a cirurgia e, em caso de uso de prótese, poderá se manifestar em até um ano depois do procedimento cirúrgico. (BARBOSA et al, 2011).

Conforme Fusco et al (2016), as ISC têm alta elevação no índice de cirurgias de cólon (colectomia) e ortopédicas.

A entrevistada E3 conceituou ISC de acordo com o que a literatura traz, relata que em seu local de trabalho não houve casos de infecção na incisão cirúrgica, porém ISC não é causada só na incisão e também em tecidos que são manipulados durante o procedimento.

CATEGORIA II- Infecção adquirida na cirurgia

Na categoria II, aborda-se sobre a definição de infecção que é adquirida no momento da cirurgia e quais infecções aparecem com maior frequência, nesse caso é analisada a fala de duas entrevistadas a respeito do assunto.

E1- É uma infecção adquirida em decorrência da realização do procedimento cirúrgico. O órgão responsável pela prevenção, detecção e acompanhamento das infecções de sítio cirúrgico e relacionadas à assistência à saúde de um modo geral, no HMU, é a CCIH.

E2- Infecção do Sítio Cirúrgico é uma complicação na incisão cirúrgica. Aqui no meu local de serviço não acontece muito na verdade, comigo nunca aconteceu.

A infecção que acomete o paciente que foi submetido a um processo cirúrgico é denominada ISC, determinada complicação pode atingir órgão e tecido que são manuseados no momento do procedimento ou pode acontecer na incisão cirúrgica, após o término da cirurgia. No que diz respeito a âmbito hospitalar, as ISC são denominadas como as mais frequentes e mais graves contendo índice elevado (SANTOS et al, 2015).

A infecção é um agravo clínico que tem maior impacto na humanidade devido às altas taxas de morbidade e mortalidade. As ISC constituem uma complicação muito temida consequência de operações cirúrgicas, sua manifestação é apresentada em quadro grave em um período de até trinta dias após a cirurgia, e em até um ano no caso de uso de prótese. (REIS; RODRIGUES, 2017).

As entrevistadas E1 e E2 conceituaram ISC de forma rápida, vaga e pouco explicativa.

A entrevistada E2 relatou não ter casos de ISC em seu local de trabalho expressando a questão de que com ela nunca aconteceu caso de paciente adquirir uma ISC. Enquanto que a entrevistada E1 afirmou não ter conhecimento de quais infecções são mais frequentes, pois quem tem esses dados é a responsável pela Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH).

CATEGORIA III- Infecção relacionada ao procedimento cirúrgico

A categoria III diz respeito ao conceito das infecções relacionadas ao procedimento cirúrgico, a classificação e quais infecções são apresentadas com mais repetição, sendo assim é investigada a fala de uma das entrevistadas que se relaciona com o assunto.

E4- São infecções relacionadas a procedimentos cirúrgicos, pode estar relacionada ou não com a colocação de implantes, sendo o período de 30 dias após a cirurgia sem colocação de prótese e até 90 dias, quando houver colocação de prótese. São subdivididas em ISC superficial, profunda e ISC órgão e cavidade. As mais frequentes no HMU, ISC superficial, cirurgias potencialmente contaminadas como laparotomia, apendicectomia.

Segundo a literatura, de acordo com Franco et al (2015), as ISC podem acontecer durante o procedimento e após, na incisão cirúrgica, devido à assistência prestada. Pode ser manifestada até em trinta dias e, em caso de uso de prótese, pode aparecer em até um ano, são comuns nas instituições e atualmente ocupam a terceira causa de infecção acometendo entre 14 e 16% dos pacientes que se encontram hospitalizados. As ISC apresentam-se como um amplo problema, em cirurgias específicas como as ortopédicas com implante, as taxas de pacientes que se contaminam são grandes aumentando consideravelmente os índices de mortalidade e morbidade.

As ISC são divididas em infecção superficial, na qual atinge somente o tecido subcutâneo da região da incisão; infecção profunda, quando acomete estruturas mais profundas, e infecção do órgão que acontece durante a manipulação no ato cirúrgico. As feridas cirúrgicas também são divididas conforme o seu potencial de contaminação que são: limpas, que decorrem em tecidos estéreis; potencialmente contaminadas onde há penetração no trato digestivo ou urinário e as contaminadas que são em tecidos que sofreram traumas e estão abertos, e as infectadas que são em tecidos que contêm processo de infecção ou tecido com necrose (SANTANA; OLIVEIRA, 2015).

De acordo com Oliveira et al (2007) e Franco et al (2015), as ISC que se apresentam com mais frequência são as ocorridas em cirurgias de transplante hepático, cirurgias contaminadas e ortopédicas com uso de implantes.

A entrevistada E4 descreveu a resposta conforme a literatura aborda, conceituou e citou quais infecções são mais frequentes, nesse caso, é possível identificar que a entrevistada E4 tem conhecimento do assunto de acordo com o que a literatura traz.

Na apresentação dos dados referentes à **segunda pergunta** do formulário de entrevista aplicado às enfermeiras do Hospital Municipal Doutor Joaquim Brochado e o Hospital Casa de Saúde e Maternidade Santa Mônica, foi necessário indagar: “quais fatores de risco prevalentes para que ocorra uma possível infecção?” A partir dos dados obtidos foi possível elaborar três categorias.

CATEGORIA I- Estado nutricional e imunidade do paciente

A categoria I cita os fatores de risco para infecção os quais estão relacionados com o estado nutricional e a imunidade do paciente, diante disso são analisadas as falas das entrevistas E2 e E3.

E2- Imunidade, estado nutricional, patologia associada, tamanho do corte.

E3- Má esterilização de materiais, lavagem das mãos, tamanho da incisão, imunidade, doenças associadas.

De acordo com a literatura, Feitosa et al (2014) relatam que os fatores de risco para as ISC são diversos, os que têm relação com o paciente, que pode ser a idade, pois pessoas mais velhas são mais vulneráveis, o estado de saúde é comprometido, doenças pré-existentes na qual leva à diminuição da imunidade e o seu organismo não tem condições suficiente de se proteger contra um micro-organismo.

Conforme Pereira et al (2014), os fatores de risco têm relação também com a internação pré-operatória, pois quanto maior o período de hospitalização, mais contato ele terá com micro-organismos; falhas na higienização correta das mãos, pois o profissional mantém um contato direto com o paciente e na falta de higienização, o cliente pode ser contaminado, e paramentação inadequada da equipe cirúrgica visto que o não uso de vestimentas corretas pode vir a provocar uma contaminação.

Ao analisar as falas das entrevistadas, é possível perceber que abordaram os fatores de risco de forma rápida e superficial, pois citam somente alguns, a literatura aborda muitos outros quesitos que podem desenvolver infecções.

CATEGORIA II- Tempo de internação

A categoria II refere-se ao fator de risco para infecção, que está relacionada com o tempo de internação do paciente, o que é observado na fala da entrevista E4.

E4- Maior tempo de internação, maior tempo de cirurgia, obesidade, idade (pessoas acima de 50 anos), ausência das medidas de prevenção.

Na literatura, conforme Fusco et al (2016), a duração da cirurgia é um fator de risco, pois o órgão ou tecido está exposto correndo o risco de ser contaminado, e o tipo de cirurgia quanto ao seu potencial de contaminação, uma vez que há mais chances de infectar tecidos limpos.

Existem diversos fatores para adquirir uma ISC, os mais comuns estão relacionados com a idade, pois pacientes com a idade já avançada são mais susceptíveis, já estão com a saúde comprometida e isso pode influenciar para uma possível contaminação; paciente obeso contém mais tecido adiposo e este fica exposto e, a ausência de medidas básicas de prevenção

é um fator de risco muito grande, falhas mínimas podem causar uma complicação grave (REIS; RODRIGUES, 2017).

Na fala da entrevistada E4 é possível identificar a sua percepção sobre os fatores de risco, a entrevistada abordou alguns fatores de forma rápida e resumida, dessa forma a literatura apresenta esses e outros fatores de risco para ISC.

CATEGORIA III- Material contaminado

A categoria III discute os fatores de risco para infecção com relação ao material contaminado que é observado na fala de uma das entrevistadas.

E1- Tempo elevado de internação, infecção prévia no momento da cirurgia, paciente imunossuprimido, limpeza e desinfecção inadequada cirúrgica, contaminação de material estéril, infecção cruzada.

Ressalta-se que os fatores de risco estão relacionados aos artigos esterilizados, pois a realização da limpeza e a esterilização inadequada desses materiais irão provocar uma possível infecção ao paciente. É importante a utilização dos indicadores de esterilização para a certeza de que tal artigo está estéril. A quantidade de pessoas dentro da sala de operação também é um risco, nele o cruzamento dos mesmos favorece a contaminação dos campos estéreis (SANTOS et al, 2015).

Para Rocha e Lages (2016), a instalação da infecção depende do tempo de procedimento cirúrgico e se o paciente está com a imunidade baixa, uma vez que o processo cirúrgico é muito demorado poderá haver contaminação de artigo ou no local da cirurgia, e, se o paciente está com a imunidade comprometida o seu organismo não consegue se defender contra a invasão de micro-organismos.

Constatou-se que a entrevistada E1 aponta fatores de risco relacionados ao momento da cirurgia, durante a qual pode haver contaminação dos artigos e o paciente pode se contaminar através de infecção cruzada. Diante disso a literatura traz esses fatores de risco relacionados ao procedimento cirúrgico e outros relacionados a pacientes. Nesse sentido a entrevistada ressalta os fatores associados ao procedimento.

Na divulgação dos dados, no que diz respeito à **terceira pergunta** do formulário, estabeleceu-se o seguinte questionamento: “quais as formas de prevenção utilizadas?” Por meio das respostas obtidas, foram criadas duas categorias para contextualização dos dados obtidos.

CATEGORIA I- Antibioticoprofilaxia

Na categoria I é exposta a questão da antibioticoprofilaxia como forma de prevenção para uma possível infecção, diante disso é analisada a fala de uma das entrevistadas.

E3- Antibioticoprofilaxia uma hora antes do procedimento cirúrgico, antisepsia do campo operatório com solução adequada e lavagem das mãos.

Segundo a literatura, corresponde como meta para prevenção de infecções à profilaxia cirúrgica antes do procedimento, o qual consiste na administração de antibiótico conforme prescrição médica com prazo mínimo antes do procedimento cirúrgico. É considerada uma forma significativa para a prevenção e diminuição nos índices de ISC, contudo não é indicado em procedimentos extensos e o paciente deve estar com a saúde em bom estado (FRANCO et al, 2015; GEBRIM et al, 2014).

Além da antibioticoprofilaxia, é indispensável a degermação correta das mãos e antebraços visando à retirada de micro-organismos ali presentes e a antisepsia da pele do paciente utilizando soluções corretas (RODRIGUES et al, 2013).

A entrevistada E3 aborda medidas preventivas, como a antibioticoprofilaxia, higienização das mãos e do campo operatório, são medidas que a literatura informa, porém a entrevistada cita somente algumas formas de prevenção de forma superficial e rápida deixando de citar outras formas preventivas que a literatura trás.

CATEGORIA II- Assepsia e paramentação como prevenção

A categoria II aborda a assepsia e paramentação como formas de prevenção para as infecções, esse assunto é retratado e analisado nas falas das entrevistadas.

E1- As formas de prevenção do CC são as seguintes: garantia de limpeza e desinfecção de todo o setor, uso de material devidamente esterilizado de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA, antisepsia cirúrgica das mãos da equipe antes e depois de cada procedimento, paramentarão cirúrgica da equipe médica a fazer a cirurgia (capote, luva estéril touca e prope), o uso de roupa é privativo para todos que entrarem no setor; degermação de sítio cirúrgico, preparação da pele antes da cirurgia, etc.

E2- Antibiótico terapia, correta esterilização dos campos e materiais, correta assepsia do local de incisão, correta lavagem das mãos, uso de máscara, toucas e pro-pé no CC.

E4- Cuidados de higiene do paciente antes da cirurgia (banho), antisepsia cirúrgica das mãos, antisepsia do campo operatório, verificação de esterilização do material, antibiótico profilático, paramentação cirúrgica dentro das técnicas, curativos pós-cirurgia e orientações ma alta, limpeza adequada do ambiente.

Uma das formas mais comuns de transmissão de infecções são as mãos dos profissionais de saúde. Por isso é necessário realizar a higienização das mãos utilizando antisséptico e antisepsia cirúrgica, assim como fazer a limpeza da pele do paciente onde será feito o procedimento (BARRETO et al, 2012).

Os artigos utilizados na cirurgia também é um fator importante a ser destacado, pois a utilização de um material contaminado pode acarretar sérios danos ao paciente. Nesse caso, é necessário certificar-se de que os instrumentais foram esterilizados corretamente (BRITO et al, 2002).

A paramentação cirúrgica visa à proteção dos pacientes contra as ISC, pois os micro-organismos são transmitidos por pessoas e equipamentos presentes na sala de operação. (PAZ et al, 2000). Segundo Duarte e Leite (2013), a paramentação cirúrgica consiste na troca de vestimentas rotineiras por outras que são do hospital, isso antes de entrar na área limpa do centro cirúrgico. O profissional não usará somente essas vestimentas específicas, como fará uso também de gorros, máscara buconasal ou facial, luvas de procedimento e pro pés. No momento da cirurgia o profissional deverá fazer uso de todos esses itens citados mais as luvas e capotes estéreis.

As respostas das entrevistadas E1, E2 e E4 condizem com a literatura, porém a E2 aborda de forma bem simples e breve as formas de prevenção, deixando de lado outras ações importantes, desse modo é percebe-se certa carência de conhecimento apresentado por parte da entrevistada E2.

Referente à **quarta pergunta** do formulário de entrevista, é questionado: “quais ações de enfermagem que têm mais relação com as infecções do sítio cirúrgico?” Diante do questionamento acima e da obtenção dos dados relacionada à quarta pergunta, foi possível elaborar duas categorias.

CATEGORIA I- Higienização das mãos e assepsia cirúrgica

Na categoria I são discutidas a higienização das mãos e assepsia cirúrgica como ações de enfermagem que têm relação com as infecções, diante disso é possível analisar as falas das entrevistas.

E1- Lavagem das mãos, uso adequado de roupas e calçados privativos do setor, preparo do paciente em sala cirúrgica, manejo adequado dos materiais estéreis a fim de evitar contaminação. Quaisquer inconformidades nas ações citadas podem aumentar consideravelmente o risco de infecção de sítio cirúrgico.

E4- Lavagem adequada das mãos, circular sala adequadamente, adequada limpeza e esterilização dos materiais, assepsia adequada dos mobiliários como cama, maca, curativos adequados e orientações pós- alta.

Conforme Rocha e Lages (2016), a higienização das mãos é um processo importante na eliminação de microorganismos ali presentes, contribuindo para a diminuição dos índices de ISC. Contudo, estudos mostram que esse é um tipo de procedimento em que a maioria dos profissionais de enfermagem não realiza, abrindo precedência para a transmissão de microorganismos e conseqüentemente favorecendo uma possível infecção.

Cunha et al (1976) afirmam que é indispensável a assepsia cirúrgica da sala de operação e de todo o ambiente que vai acolher o paciente, pois falhas nesse sentido aumentam os riscos de infecção. Conforme Freitas et al (2015), no que diz respeito à contaminação dos artigos, é necessária atenção dos profissionais que estão em contato com esses materiais, pois a forma de manuseio utilizada poderá contaminar determinado artigo. O manejo contínuo de materiais, situação incorreta de transporte e a queda, são fatores que podem influenciar na contaminação, quanto a isso o profissional deve se atentar e evitar que isso ocorra.

O tratamento de feridas engloba procedimentos clínicos e cirúrgicos, no qual o curativo é o recurso clínico mais frequente e utilizado na recuperação de tecidos. O profissional responsável pela execução de curativo deve se atentar quanto à técnica asséptica, pois falhas nesse sentido poderão provocar infecção na ferida e trazer sérias complicações ao paciente (FREITAS et al, 2015).

Diante do exposto acima, em que foram apresentados fatos encontrados na literatura, as participantes E1 e E4 abordaram as ações de enfermagem que vão facilitar a contaminação do paciente assim como a literatura traz. Foram relatadas situações simples e que são encontradas no dia a dia.

CATEGORIA II- Assepsia e tricotomia

Nesta categoria são abordadas as ações de enfermagem que têm relação com a assepsia e tricotomia, a seguir estão expostas as falas das entrevistadas.

E2- Assepsia e tricotomia.

E3- Orientar o paciente a fazer a tricotomia, lavar as mãos e realizar a antibioticoterapia conforme prescrição médica.

A assepsia é denominada como medidas utilizadas para evitar que micro-organismos penetrem em um ambiente que não os tem, contudo, um local asséptico é aquele onde não há presença de infecção. O hospital é um ambiente considerado insalubre, pois abriga pacientes suscetíveis e contém micro-organismos resistentes. Desse modo, a contaminação de materiais hospitalares pode causar ao paciente infecção grave e de difícil tratamento. O risco de contaminação está relacionado com a forma como os profissionais desenvolvem a assistência,

uma vez que procedimentos hospitalares não são executados de forma asséptica e o paciente pode desenvolver uma infecção (MORIYA; MÓDENA, 2008).

A tricotomia é entendida pela remoção de pêlos da região a ser operada, dessa forma a não remoção dos pelos ou a realização do procedimento minutos antes da cirurgia é um fator associado ao risco de ISC. Recomenda-se a realização da tricotomia horas ou um dia antes da cirurgia, preferencialmente, com a utilização do tricotomizador elétrico. A retirada dos pelos pela equipe de enfermagem minutos antes da cirurgia com a utilização de lâminas é um risco de ISC, pois há irritação da pele e pode ter cortes devido ao uso da lâmina (NUNES, 2016).

As entrevistadas E2 e E3 citaram ações de enfermagem que estão relacionadas com as ISC de acordo com o que a literatura aborda, porém não são somente essas ações que podem provocar uma infecção, dessa forma compreende que as entrevistadas descreveram sobre o assunto de forma vaga e superficial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a literatura pesquisada, é possível concluir que as ISC são complicações graves que o paciente pode vir a desenvolver no momento da cirurgia ou depois, na incisão cirúrgica relacionada à assistência de saúde prestada de forma inadequada. Atualmente é uma das infecções que ocorrem com mais frequência em âmbito hospitalar. Uma vez que adquirida poderá trazer sérios riscos à saúde do paciente contribuindo para uma segunda internação, o afastamento da família e de atividades profissionais, dependendo da sua evolução o paciente poderá vir a óbito.

Destaca-se que as ISC não trazem danos só ao paciente, mas a instituição também é prejudicada, pois terá mais gastos e exigirá mais dos profissionais em relação à assistência prestada ao paciente.

É pertinente dizer também que o objetivo proposto foi alcançado e, por meio dos dados obtidos, foi possível observar que as entrevistadas da pesquisa E1 e E4 apresentam respostas completas acerca do tema apresentada, enquanto que as entrevistadas E2 e E3 descreveram sobre o assunto de maneira vaga e superficial, apresentaram respostas breves e incompletas.

Os resultados obtidos através da pesquisa aplicada foram satisfatórios, as entrevistadas E1 e E4 demonstraram conhecer sobre o assunto, relataram de acordo com a literatura o conceito de ISC, apontaram os fatores de risco, as formas de prevenção e as ações de enfermagem que tem relação com as infecções, ao mesmo tempo em que as entrevistadas E2 e E3 responderam às perguntas de acordo com a literatura, porém de forma resumida.

Este estudo permitiu conhecer as ações de enfermagem realizadas para a prevenção de ISC, assim como os fatores de risco mais prevalentes. Desta forma é transmitido ao leitor informações acerca das ISC abordando o seu conceito, incidência, fatores de risco, prevenção e ações de enfermagem utilizadas para preveni-las.

Em linhas gerais, pela pesquisa foi possível compreender que as ISC ocorrem com mais frequência e é considerada uma infecção que pode acarretar sérios danos a saúde do paciente. A partir desse olhar, propõe-se a realização de novos estudos sobre medidas de prevenção e controle das infecções sempre buscando dar assistência de qualidade ao cliente.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Helena; LUIZ, Raíssa Bianca; ANDRADE, Érica Vieira de; SILVA, Quenia Cristina Goncalves da; MATTIA, Ana Lúcia De. Ocorrência de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias de urgência e emergência. **Rev. Min. Enferm**, p. 254-258, abr./jun, 2011.

BARRETO, Regiane Aparecida dos Santos Soares; VILEFORT, Larissa Oliveira Rocha; SOUZA, Adenícia Custódia Silva e; BARBOSA, Maria Alves; PAULA, Gabriella Ribeiro de; PALOS, Marinésia Aparecida Prado. **A antisepsia cirúrgica das mãos no cotidiano de um Centro Cirúrgico**, v. 38, n. 2, p. 09-16, 2012.

BRETAS, Tereza Cristina Silva; SILVA, Patrícia dos Santos; PRADO, Patrícia Fernandes do; ANDRADE, Frederico Marques de; VERSIANI, Clara de Cássia. O conhecimento do familiar/acompanhante pediátrico acerca da infecção hospitalar. **Revista Ciência & Saúde**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 78-84, mai./ago. 2013.

BRITO, Maria de Fátima Paiva; GALVÃO, Cristina Maria; FRANÇOLIN, Lucilena; ROTTA, Carmem Silvia Gabriel. Validação do processo de esterilização de artigos médico-hospitalares segundo diferentes embalagens. **Rev. Bras. Enferm, Brasília**, v. 55, n. 4, p. 414-419, jul./ago. 2002.

CABRAL, Francisco Williams; SILVA, Maria Zildênia Oliveira. Prevenção e controle de infecções no ambiente hospitalar. **Sanare Sobral**, v.12, n.1, p. 59-70, jan/jun, 2013.

CUNHA, Ana Maria Palermo da; VERNIN, Carlos Solé; MENDES, Isabel Amélia Costa; ROQUE, Maria Aparecida Teixeira; CICONELLI, Maria Ignez R. O.. Padrões de assepsia utilizados na unidade de internação e sala cirúrgica dos pacientes destinados á artroplastia de quadril. **Rev. Bras. Enf. DF**, v. 29, p. 70-74, 1976.

DUARTE, Ian Goedert Leite; LEITE, Mateus. Paramentação cirúrgica: artigo de revisão. **Rev Med Minas Gerais**, v. 23, n. 3, p. 343-346, 2013.

FEITOSA, Roney Fechine; FERNANDES, Francisco André Macedo; JUNIOR, José Narciso; JUNIOR, Olavo Napoleão de Araújo; COSTA, Francisco de Assis; CAVALCANTE, Luana Duarte Wanderley. **Análise da incidência de infecção de sítio cirúrgico em cirurgias oncológicas do aparelho digestivo no Hospital Geral de Fortaleza**, p. 157-164, Ribeirão Preto, 2014.

FRANCO, Lúcia Maciel de Castro; ERCOLE, Flávia Falci; MATTIA, Adelaide De. Infecção cirúrgica em pacientes submetidos à cirurgia ortopédica com implante. **Rev. Sobecc**, p. 163-170, São Paulo. Jul./Set. 2015.

FREITAS, Lucimara Rodrigues de; TIPPLES, Anaclara Ferreira Veiga; PIRES, Francine Vieira; MELO, Dulcelene de Sousa; SPAGNOLI, Jeenna Louhanna Umbelina. **Descuidado com produtos para saúde processados no transporte e armazenamento em unidades de internação**, v. 24, n. 1, p. 253-262. Florianópolis, Jan-Mar, 2015.

FUSCO, Suzimar de Fátima Benato; MASSARICO, Natiara Medolago; ALVES, Maria Virginia Martins Faria Fadul; FORTALEZA, Carlos Magno Castelo Branco; PAVAN, Érika Cibele Pereira; PALHARES, Valéria de Castilho; MELO, Carlos Eduardo de; AVILA, Marla Andréia Garcia de; NITSCHKE, Maria José Trevizani. Infecção de sítio cirúrgico e seus fatores de risco em cirurgias de cólon. **Rev Esc Enferm USP**, p. 43-49, 2016.

GEBRIM, Cyanéa Ferreira Lima; RODRIGUES, Jéssica Guimarães; QUEIROZ, Maressa Noemia Rodrigues; BARRETO, Regiane Aparecida Santos Soares; PALOS, Marinésia

Aparecida Prado. Análise da profilaxia antimicrobiana para a prevenção da infecção do sítio cirúrgico em um hospital do centro-oeste brasileiro, **ciência e enfermagem**, p. 103-115, 2014.

MORIYA, Takachi; MÓDENA, Jose Luiz Pimenta. **Assepsia e antissepsia: técnicas de esterilização**, v. 41, n. 3, p. 265-273, 2008.

NUNES, Mariana Brito de Souza. **A atuação do enfermeiro no controle de infecção de sítio cirúrgico nos cuidados pré e pós-operatórios**, p. 1-92, Niterói, 2016.

OLIVEIRA, Adriana Cristina de; BRAZ, Nelma de Jesus; RIBEIRO, Maíra Marques. Incidência da infecção do sítio cirúrgico em um hospital universitário. **Ciência Cuidado Saúde**, p. 486-493, Out/Dez, 2007.

OLIVEIRA, Layze Braz; VALLE, Andréia Rodrigues Moura da Costa; MAGALHÃES, Rosilane de Lima Brito; ANDRADE, Daniela Furtado Rodrigues de; SOUSA, Álvaro Francisco Lopes de; QUEIROZ, Artur Acelino Francisco Luz Nunes. Prevalência das infecções comunitárias diagnosticadas na estratégia saúde da família. **Rev enferm UFPE**, p. 325-332, Recife, jan, 2016.

PAZ, Marielen Silva de Oliveira; LACERDA, Rúbia Aparecida Lacerda; MONTEIRO, Cibele Estanislau da C.; CONCEIÇÃO, Viviane Peres da. Paramentação cirúrgica: avaliação de sua adequação para a prevenção de riscos biológicos em cirurgias. Parte I: a utilização durante as cirurgias. **Rev. Esc. Enf. USP**, v. 34, n. 1, p. 108-117, mar. 2000.

PEREIRA, Bruna Rogeliane Rodrigues; MENDOZA, Isabel Yovana Quispe; COUTO, Braulio Roberto Gonçalves Marinho; ERCOLE, Flavia Falci; GOVEIAS, Vania Regina. Artroplastia do quadril: prevenção de infecção do sítio cirúrgico. **Rev. sobecc**, p. 181-187, São Paulo, out./dez, 2014.

REIS, Raíssa Gabriela dos; RODRIGUES, Maria Cristina Soares. Infecção de sítio cirúrgico pós-alta: ocorrência e caracterização de egressos de cirurgia geral. **Cogitare Enferm**, p. 1-10, 2017.

ROCHA, Junia Pisaneschi Jardim; LAGES, Clarice Aparecida Simão. O Enfermeiro e a: prevenção das infecções do sítio cirúrgico. **Cadernos Unifoa**, Volta Redonda, n. 30, p. 117-128, abr. 2016.

RODRIGUES, Ana Luzia; SIMÕES, Maria de Lourdes Pessole Biondo. Incidência de infecção do sítio cirúrgico com o preparo pré-operatório utilizando iodopolividona 10% hidroalcoólica e clorexidina alcoólica 0,5%. **Rev. Col. Bras**, p. 443-448, 2013.

RODRIGUES, André Luiz de S; MIRANDA, Ariney Costa de; DOURADO, Carlos José Cardoso; ALMEIDA, Daniel Pereira Rezende de; BRITO, Nathalya Botelho; ARAÚJO, Rafael Silva de. Avaliação de pacientes quanto à infecção de sítio cirúrgico, em um hospital público de Belém-PA. **Revista Paraense de medicina**, p. 23-30, v. 28, janeiro-março, 2014.

RODRIGUES, Cianna Nunes; PEREIRA, Dagolberto Calazans Araújo. Infecções relacionadas à saúde ocorridas em uma Unidade de Terapia Intensiva. **Rev. Investig. Bioméd**, p. 41-51, São Luís, 2016.

SANTANA, Camila Araújo; OLIVEIRA, Célia Gonzaga Estrela. Assistência de enfermagem na prevenção de infecções de sítio cirúrgico: uma revisão integrativa da literatura. **Rev. Eletrôn. Atualiza Saúde**, p. 76-88, v. 1, n. 1, Salvador jan./jun. 2015.

SANTOS, Gabriela do Carmo; BAYLÃO, Ana Flavia Guimaraes; BORGES, Samella Cristine Ferreira; SILVA, Luiz Almeida da; BATISTA, Mikael Henrique de Jesus; LEITE, Giulena Rosa. Incidência e fatores de risco de infecção de sítio cirúrgico: revisão integrativa. **Revista eletrônica do curso de pedagogia**, v. 11, n. 1, p. 1-17, 2015.

SOUZA, Álvaro Francisco Lopes de; QUEIROZ, Artur Acelino Francisco Luz Nunes; OLIVEIRA, Layze Braz de; VALLEE, Andreia Rodrigues Moura da Costa; MOURA, Maria Eliete Batista. Representações sociais da infecção comunitária por profissionais da atenção primária. **Acta Pau Enferm**, p. 454-459, 2015.

SOUZA, Dayane. Aparecida de; MANFROI, Juliana; MELCHIORS, Nadila; FERREIRA, Andriely Fernandes; MAIER, Suellen Rodrigues de Oliveira; ANDRADE, Luciene Mantovani Silva; SILVA, Gelson Aguiar da. Implicações monetárias das Infecções de Sítio Cirúrgico aos Serviços de Saúde: uma revisão integrativa. **Revista Epidemiológica e Controle de Infecção**, p.163-167, 2015.

A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DE PESSOAS NAS PEQUENAS EMPRESAS EM UNAÍ.

PAZ, Elre Souza¹
JUNIOR, Ison Batista Alves²
MACHADO, Cláudia Aparecida³

Resumo: Gestão de pessoas faz parte de um ambiente em constantes mudanças, competitivo e com grande velocidade de informações, valorizando cada vez mais o conhecimento e o fator humano nas organizações. Dessa forma, os gestores necessitam adaptar para manterem-se ativos no mercado. O foco é o cliente tanto externo quanto interno. Colaboradores com um bom ambiente de trabalho tendem a ficar satisfeitos e motivados, podem apresentar reflexos na produtividade e no atendimento. Nesse contexto, o objetivo desta pesquisa é diagnosticar a gestão de pessoas nas pequenas empresas na cidade de Unaí, Minas Gerais. Estudo desenvolvido na cidade de Unaí-MG, no segundo semestre de 2018, por meio de entrevista não estruturada e qualitativa, com dois gestores de duas pequenas empresas. Esta pesquisa é relevante porque busca entender o quão é importante o estudo das ferramentas de gestão de pessoas dentro de pequenas empresas, e aumentar a perspectiva de crescimento diante o mercado no século 21.

Palavras-chave: Pequenas Empresas. Ferramentas de gestão. Administração.

1 INTRODUÇÃO

O gestor de pequenas empresas, geralmente, é o dono do empreendimento, sofre dificuldades comuns entre as partes envolvidas, por não conseguir analisar a produtividade, verificar os resultados de vendas, por não garantir fiabilidade do estoque, identificar possíveis reduções de custos, etc. Esses fatores são responsáveis por tirar o sono e até mesmo impossibilitar o crescimento do negócio.

Deste modo, a importância do estudo e utilização das ferramentas de gestão de pessoas nas pequenas empresas é fundamental para avaliar e vincular estratégias de coligação de qualidade de vida dos colaboradores, pois a empresa que tem a preocupação com o intelectual e psicológico do seu colaborador, poderá conseguir um grande crescimento interno e externo. Um funcionário satisfeito com a empresa e com seu trabalho desempenhará melhor sua função e dificilmente ficará descontente e insatisfeito.

Diante destas ferramentas, formulou-se o problema para esta pesquisa: qual a importância das ferramentas de gestão de pessoas para as pequenas empresas? Tem como objetivo geral, diagnosticar as ferramentas de gestão de pessoas nas pequenas empresas na cidade de Unaí, Minas Gerais.

Para responder ao objetivo geral com maior clareza é necessário fracioná-lo em objetivos específicos, eles são: pesquisar a importância da gestão de pessoas nas pequenas empresas de Unaí; analisar o perfil dos gestores das pequenas empresas; verificar se utilizam as ferramentas de gestão de pessoas.

Esta pesquisa tem como relevância o entendimento sobre a importância das ferramentas de gestão de pessoas dentro de pequenas empresas, e como esse fator pode acrescentar positivamente no ambiente interno e aumentar a perspectiva de crescimento diante o mercado do século XXI.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Os tipos de ambientes interno e externo fazem parte deste estudo para analisar as ferramentas que permitem administrar os recursos humanos e fazer com que a interferência dos ambientes nas organizações torne-se positivo nas organizações.

2.1 GESTÃO DE PESSOAS

A gestão de pessoas no século XXI veio para mudar a essência das empresas impondo a administração dos recursos humanos para o melhor desempenho e crescimento no mercado. Chiavenato (2010) salienta que as pessoas são o diferencial nas organizações em um cenário extremamente competitivo, e, saber lidar com as pessoas dentro das empresas impõe que as ferramentas são imprescindíveis para controlar o ambiente interno.

A administração de recursos humanos lida com aspectos relacionados desde a contratação de pessoal à adequação em cargos, oferecendo condições e oportunidades diferenciadas para o melhor desempenho e segurança.

A administração de Recursos Humanos refere-se às práticas e as políticas necessárias para conduzir os aspectos relacionados às pessoas no trabalho de gerenciamento, especificamente a contratação, o treinamento, a avaliação, a remuneração e o ambiente seguro aos funcionários da empresa (DESSLER, 2003 p.2)

Sendo assim, o objetivo da gestão de pessoas em uma “organização é fornecer subsídios para intermediar as relações de trabalho, pois é um órgão fundamental para aliar os objetivos pessoais, aos objetivos organizacionais das pessoas” (PAMPOLINE; STADLER, 2014, p. 15). Com o crescimento das organizações, e a cada dia o surgimento de uma nova pequena empresa, o estudo das ferramentas de gestão de pessoas tem sido importante devido à complexidade para gerir pessoas em pequenas e grandes empresas, pois “todo processo produtivo somente se realiza com a participação conjuntura de diversos parceiros” (CHIAVENATO, 2010 p. 8).

As pequenas empresas são administradas na maioria das vezes pelo próprio proprietário, de formas heterogêneas e independentes. E tem um grande papel no desenvolvimento econômico, pois elas são responsáveis por beneficiar melhores distribuições de renda e conformidade de mercado, assim trazendo estabilidade social e política.

Formando as bases para este estudo, é possível compreender a realidade organizacional das pequenas empresas na cidade de Unaí-MG, e os instrumentos que utilizam para aprimorar as técnicas de gestão.

2.2 A IMPORTÂNCIA DAS FERRAMENTAS DE GESTÃO DE PESSOAS

Para entender como a gestão de pessoas afeta diretamente os processos existentes em toda empresa, tanto de séculos passados como do atual, faz-se necessário refletir o comportamento das pessoas em diversos tipos de ambientes em que estão inseridas e a influência dos gestores em importantes decisões para organizações.

A administração de recursos humanos no século XXI busca refletir sobre os resultados positivos nas organizações. Estas estão cada vez mais competitivas, o que faz buscar ferramentas de gestão de pessoas para obter o seu capital humano motivado e pronto para assumir responsabilidades para elevar a competitividade no mercado.

2.3 GESTÃO DE PESSOAS EM PEQUENA EMPRESA

Caracterizar o tamanho de uma pequena empresa é importante no momento de adotar estratégia para gerir o capital humano das empresas. Tem-se a visão de que os empreendedores de pequenas empresas, a maioria os próprios donos, é o próprio gestor, o que traz sobrecarga para tratar de todos os assuntos internos que envolvem o recrutamento e seleção, remuneração dos colaboradores, treinamento e avaliação de desempenho, analisar a produtividade, dentre outros fatores.

Ter em mente o tamanho da empresa e a quantidade de colaboradores que uma pessoa consegue gerir de acordo com cada segmento é o ponto de equilíbrio para crescer no mercado, com controle interno e os objetivos organizacionais alinhados com objetivos pessoais das pessoas.

Ainda hoje há uma grande dificuldade em lidar com os processos de gestão de pessoas, pois cada uma tem seu modo de pensar e agir, personalidade própria que pode acarretar danos à empresa se não souber lidar de forma correta. E é nesse ponto que as ferramentas de gestão de pessoas entram para auxiliar a organização na administração de forma correta seu capital humano.

2.4 FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS PARA PEQUENAS EMPRESAS

Atualmente a concorrência está em constante avanço, o que faz as organizações cada vez mais procurar se diferenciar dos demais, pois os clientes e consumidores não se contentam somente com o que lhe é oferecido. Estão exigentes por saberem mais informações dos produtos e o mercado. Com isto as organizações estão formulando novas estratégias para acompanhar o crescimento, e sendo mais flexíveis com o que mercado pede.

Para isso, necessitam estar preparadas para eventuais modificações nos seus produtos ou serviços, desenvolvendo capacidades individuais e organizacionais, aumentando assim a habilidade de identificar e solucionar problemas, gerando um embasamento sólido para a tomada de decisões estratégicas, vitais para a sobrevivência das empresas (BORGES, 2000, p. 1).

E para o crescimento racional das pessoas nas empresas utilizam-se como embasamento as ferramentas de gestão de pessoas, que estão divididas em grupo, como diz Dessler (2014), estão relacionadas com o recrutamento de seleção de pessoas, treinamento e desenvolvimento de pessoas, avaliação e gerenciamento do desempenho, retenção de pessoas, remuneração e recompensas.

2.5 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Recrutamento e seleção são atividades que estão interligadas, apesar de terem resultados finais distintos. O setor de Recursos Humanos é responsável por atrair candidatos para ocuparem vagas nas organizações, pois o RH está cada vez mais auferindo espaço e tendo um grande diferencial com o resultado final que é a pessoa.

Recrutamento é o processo de identificar e atrair candidatos para vagas que estão disponíveis na organização para uma possível contratação e tem a função de atender as necessidades da organização. E para atingir tal resultado é necessário ter um bom planejamento de pessoas para a organização.

Independente de qual modelo de planejamento for usar a organização, precisará da área de gestão de pessoas pois é inevitável, porque caber a unidade responsável pelo recrutamento saber responder perguntas básicas como: Por quê? Quem? Como? Onde?

Depois de responder tais perguntas e identificar as necessidades de se recrutar, evidencia que o recrutamento “é um processo de comunicação bilateral” (MILKOVICH; BOUDREAU, 2000, p. 16), entende-se que bilateral não é só a organização que escolher as pessoas, quer dizer que acontecer ao contrário, pois a pessoa que se candidata à vaga acredita na empresa para emprestar a ela a sua habilidade técnica.

Após ter realizado o recrutamento de forma eficiente e eficaz, passa-se para o processo de seleção o qual seleciona a pessoa mais adequada para o cargo determinado pela empresa. Nada menos que “escolher e classificar os candidatos adequados” (ZOUAIN, 2003, p. 17), porém pode acontecer de o recrutamento não atender à seleção, o que terá de refazer o recrutamento e que poderá causar problemas ou insatisfação.

Para compreender como é a realização do recrutamento e seleção, há alternativas escolhidas conforme as características que são reivindicadas das pessoas a serem convocadas e escolhidas que será exposto a seguir.

✓ Recrutamento interno

O recrutamento interno é quando há uma vaga em aberto e a organização recorrer ao seu próprio pessoal para ocuparem a vaga. Certa descrição diz que:

O recrutamento é interno quando a organização procura preencher uma vaga para um posto de trabalho mediante o remanejamento de seus funcionários, que podem ser promovidos, transferidos (movimentação horizontal) ou transferidos com promoção (ascensão funcional) (TACHIZAMA; FERREIRA; FORTUNA, 2001 p.17).

174

Alguns autores interpretam que a divulgação é uma forma de as pessoas da organização passarem a informação a outras que não pertencem à empresa, sobre a existência de vagas para tal posição. Portanto há algumas vantagens que associam ao recrutamento interno.

Motivação das pessoas: é um impulso que faz com que as pessoas ajam para conseguir seus objetivos, porém é fato que ninguém pode motivar ninguém. Mas algumas atitudes podem gerar estímulos importantes. O que faz ter um autodesenvolvimento e excelência.

Rapidez no processo: O funcionário poderá ser transferido ou promovido de imediato, já que pode enviar um simples e-mail direto para o colaborador, assim evita a demora do recrutamento externo.

Menor custo: Nesse caso a empresa reduz o gasto que teria com anúncios, honorários de consultoria externa, custo da seleção, custo da admissão, assim podendo direcionar os custos financeiros na área de gestão de pessoas.

Melhor adaptação: o candidata não precisará passar por uma experiência e integração pelo fato de conhecer a cultura da organização.

Algumas desvantagens também podem ser observadas:

Treinamento: Após ser treinado e capacitado corre o risco de a empresa perder o colaborador, portanto, os empresários não gostam de remanejar funcionários que já são capacitados, para não ter de treiná-lo novamente para ocupar a posição.

Relacionamentos em conflito: quando estes conflitos ocorrem, a organização é afetada de forma direta e indiretamente, o que dificulta o rendimento global da organização.

Excesso nas promoções: a pessoa tem capacidade elevada para determinado cargo e a empresa promove-a devido a seu desempenho sucessivamente, até atingir um cargo para o qual não é competente e estaciona, nesse caso a empresa fica em meios de retorná-lo ao cargo antigo.

Carreirismo: Alguns funcionários podem ter a falsa impressão de que o recrutamento interno poderá lhes dar sucesso na empresa.

✓ Recrutamento Externo

Recrutamento externo busca fora da organização novos candidatos aptos para ocupar a vaga e suprir as necessidades da empresa. E existem várias maneiras de recrutar, podendo ser por meios de arquivos de outros recrutamentos anteriores, por indicação dos próprios colaboradores e familiares, cartazes e anúncios, agências de recrutamento. Igual o recrutamento interno o recrutamento externo também tem as vantagens e desvantagens.

Vantagens

Renovação de pessoas: Buscar novos talentos no mercado. O que trará de bagagem, novas visões e experiências para organização e além de poderem trazer informações úteis de outras empresas.

Experiência: A formação é normalmente um dos pontos em que a empresa gasta mais dinheiro quando contrata um novo colaborador. Pois não precisará gastar com a formação para a pessoa ocupar o cargo.

Inovação: Os funcionários serão mais propensos a questionar como a empresa age, fazendo que a empresa reconsidere seus atos atuais, estimulando mudanças e crescimento da própria empresa.

Vantagem Competitiva: Faz recrutar pessoas que estão no topo e experiência comprovada, que podem tornar a empresa mais competitiva. E contratar colaboradores da concorrência, o que permite à empresa conhecer informações acerca desta. Este fator dá à empresa uma poderosa vantagem.

Desvantagem

Altos índices de investimentos: Geram um alto custo financeiro, apesar de que o entendimento de recrutar e seleção é um investimento, porém não podem ser um investimento acima da capacidade de investir.

Receio de contratar: Insegurança de buscar novas pessoas no mercado, pelo fato de não conhecerem, pois, pessoas surpreender a cada movimento, o que pode ser ruim ou bom, podendo ocorrer o risco de insegurança.

Demora no processo: Apesar da tecnologia a demora ainda não foi concretizada totalmente, pois tem se uma limitação, principalmente na contratação imediata.

Desmotivação dos colaboradores: Com a entrada de funcionários novos dá entender nos colaboradores da organização que seu desempenho está ruim e que podem ser substituídos, tendo como consequência baixa de seu rendimento até a desvinculação da organização, dando a entender que seus esforços não são reconhecidos pela a empresa.

2.6 TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

O século 21 está sendo marcado por grandes desenvolvimentos tecnológicos e das pessoas, e um ambiente de desafios surge a cada dia nas empresas, por isso elas precisam estar prontas para novos desafios. A evolução humana traz desafios à gestão de pessoas, além de realizar o recrutamento, precisam treinar as pessoas para estarem aptas para alcançar os objetivos organizacionais, Dessler (2014) explica que selecionar colaboradores minunciosamente não garante que eles atuarão da maneira desejada.

Dessler 2014 p. 174 diz que o “treinamento significa dar aos funcionários novos ou atuais as habilidades de que eles precisam para executar seus trabalhos”. A gestão de treinamento e desenvolvimento de pessoas vem para garantir que os colaboradores estejam

preparados para tomar decisões na execução de tarefas e planejamento, resolução de problemas e realização eficiente do trabalho.

Como já expressei, os objetivos organizacionais precisam estar alinhados com os objetivos pessoais dos colaboradores e para uma oferta positiva de realização do trabalho, o planejamento estratégico das empresas precisa estar alinhado com os resultados esperados na aplicação de treinamento dos funcionários.

Tão importante quanto o treinamento estratégico é que a maioria dos esforços vise melhorar o desempenho atual, especificamente o treinamento de novos funcionários, e aqueles cujo desempenho é deficiente (DESSLER, 2014, p. 175).

A forma de crescimento de uma organização é tarefa que causa preocupação ao gestor quer alcançar, investir em pessoas, é a opção mais viável para ter resultados positivos, pois, como afirma Chiavenato (2014), as empresas são elementos vivos, pois existem pessoas trabalhando nelas, e quando bem administradas leva a eficiência organizacional, controlando as fraquezas e ameaças provenientes do ambiente interno.

Dessler (2014) afirma ainda que nem sempre o treinamento é solução para resolução de problemas interno nas empresas, ainda que as pessoas precisem estar relacionadas ao planejamento estratégico e o desenho do cargo precise estar de acordo com o perfil das pessoas, se não há harmonia entre os fatores a empresa precisará rever o que realmente precisa ser feito e então poder aplicar o treinamento para o crescimento organizacional acontecer.

2.7 AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A avaliação de desempenho pode ser realizada de várias maneiras, cada organização tem sua maneira. Ela é vital para organização, pois está direcionada diretamente aos interesses dos negócios da empresa, para se obter melhores resultados. Porém, não deve ser restrita a somente um setor e sim a organização como um todo.

Segundo Araújo (2009), avaliação de desempenho tem como objetivo avaliar, e as pessoas entendem como sinônimo de medir, mensurar, o que não está errado, porque desempenho é difícil de ser definido. O desempenho de uma pessoa corresponde às atividades realizadas na organização.

Avaliação de desempenho é um instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos, por um empregado ou por um grupo, em determinado período e área específica (conhecimentos, metas, habilidades, etc.) (MARRAS, 2002, p. 187).

Não há muito tempo, a avaliação de desempenho era feita somente uma vez ao ano, porém atualmente é natural ocorrerem várias avaliações pelo chefe, clientes, colegas.

Avaliação de desempenho é uma ferramenta de gestão de pessoas que tem como objetivo analisar os comportamentos e identificar falhas dos colaboradores e dos processos administrativos. E pode ter variadas denominações como: Avaliação do mérito; avaliação pessoal; relatórios de progresso; avaliação de eficiência individual ou grupal.

De acordo com Chiavenato (2000), avaliação de desempenho é uma ferramenta prática e tem como objetivo integrar os processos de forma eficiente e eficaz, de forma a avaliar todo o processo da Gestão de Pessoas nos diversos métodos que a empresa utiliza. As ferramentas bem implantadas e aplicadas trazem benefícios para organização, podendo ter resultados de curto, médio e longo prazo para o chefe e subordinados.

2.8 REMUNERAÇÃO E RECOMPENSAS

O significado dessas duas palavras tende a confundir as pessoas quando não sabem realmente a aplicação delas dentro de organizações, autor como Bechara (2011, p. 1001) diz que remuneração é “a totalidade dos valores recebidos pelo empregado, que incluem [...] as gorjetas que receber”, ou seja, é tudo que o colaborador recebe da empresa em troca dos seus trabalhos. Bechara (2011, p. 999) diz que recompensa em sumo significado é “dar um prêmio, gratificação ou retribuição” aos trabalhadores.

Chiavenato (2015) aborda a remuneração como algo monótono para as empresas em suas obrigações mensais, quando diz sobre a divisão das empresas – natureza, capital e pessoas. Estes têm funcionalidades importantes nas empresas, destacando todo o processo produtivo existente e que não somente as pessoas, com seus conhecimentos e habilidades recebem pelo que elas oferecem, como os salários e encargos recorrentes, mas também fornecedores que incluem as matérias primas, o espaço alugado para conveniência etc., os investidores anjos que agregam ao capital das empresas.

A cadeia produtiva só é “viável com a participação conjunta de diversos parceiros, cada qual contribuindo com algum esforço ou recurso”. (CHIAVENTANO, 2015, p. 28). Deste modo, é fundamental à administração fazer a correta distribuição de pagamentos a cada parte do processo.

Cada parte envolvida no processo produtivo espera receber algo em troca de seus serviços ou produtos oferecidos às empresas, e de certa forma, os funcionários estão mais envolvidos, são trabalhados por eles todos os recursos oferecidos para a geração de lucro. O salário oferecido pelas empresas aos seus colaboradores, como diz Chiavenato (2015), é a parte mais importante para agregar valor competitivo no ambiente interno. E, assim, bem administrado, ocorre o crescimento da organização no ambiente externo.

O sistema de remuneração funcional, como descreve Salício (2015), promove o equilíbrio interno e externo das empresas sendo ainda hoje a mais utilizada. Nas organizações, saber recompensar de acordo com os serviços oferecidos pelos colaboradores é importante para equilibrar o engajamento interno e promover a motivação no trabalho. “As recompensas oferecidas nas organizações são capazes de provocar impacto na capacidade de atrair, reter e motivar trabalhadores” (SALICIO, 2015, p. 35). Desta forma, agrega-se crescimento para as organizações, com ganhos na competitividade de seus serviços, e, além disso, com colaboradores satisfeitos em servir bem ao cliente.

3 METODOLOGIA

O método de pesquisa desenvolvido neste estudo foi exploratório e qualitativo, as coletas das informações ocorreram através da realização de entrevistas presenciais em 2 (duas) organizações, com observações diretas e análise de documentos e descrição. De acordo com Denzin e Lincoln (2006), a palavra qualitativa acarreta um destaque sobre as qualidades das instituições e sobre os processos que não podem ser analisados ou medidos empiricamente tanto em termos de quantidade quanto de volume, intensidade ou frequência.

Para o desenvolvimento do trabalho, foi elaborado um protocolo de realização do estudo de caso servindo de guia para realização do trabalho, prosseguindo com os seguintes passos: revisão da literatura, elaboração do instrumento de coleta de dados, coleta dos dados, análise e interpretação dos resultados.

Diante disso, o presente estudo caracteriza-se como um estudo de caso, cuja finalidade foi analisar a percepção dos gestores sobre a importância das ferramentas de gestão de pessoas nas pequenas empresas em Unai.

De acordo Yin (2005), a pesquisa na forma de estudo de caso contém casos únicos e casos múltiplos – ambos como variantes dos projetos de estudo de caso.

Deste modo, cada descoberta ou conclusão em um estudo de caso, possivelmente será muito mais persuasivo se for baseado em fontes diversas de informação, obedecendo a um estilo corroborativo de pesquisa.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Para facilitar a compreensão do estudo de caso, a análise dos dados seguiu a estrutura dos objetivos: geral e específicos que o estudo, assim apresentando a interpretação dos dados obtidos em entrevistas presenciais estruturadas com os respectivos gestores da unidade.

4.1 DEFINIÇÃO DE CARGOS NA ORGANIZAÇÃO

As duas empresas entrevistadas responderam que tem definição dos cargos, cada cargo com atribuições e responsabilidades e ressaltou que a descrição dos cargos é imprescindível, pois contribui para o bom desenvolvimento da empresa.

Devido à divisão do trabalho e conseqüentemente a especialização funcional, as necessidades básicas de recursos humanos pela organização – seja em quantidade seja em qualidade – são estabelecidas por meio de um esquema de descrição e especificações de cargos. As descrições de cargos relacionam as tarefas, os deveres e as responsabilidades do cargo, enquanto o papel a desempenhar será o conteúdo do cargo registrado na descrição (CHIAVENATO, 2001, p. 66).

178

A definição de cargos visa estabelecer tarefas que são desenvolvidas na organização e o ocupante adequado para desempenhar as atividades retribuídas.

4.2 HÁBITO DE REALIZAR AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Ambas responderam que realizam a avaliação de desempenho, informando que é o meio que têm para verificar a *performance* do colaborador em relação às atividades que são desempenhadas.

Segundo Araújo (2009), Avaliação de desempenho tem como objetivo avaliar, e as pessoas entendem como sinônimos de medir, mensurar, o que não está errado, porque desempenho é difícil de ser definido.

4.3 A BASE DE REMUNERAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS

Uma empresa respondeu que a base do salário são os valores praticados no mercado; já a outra diz que os colaboradores recebem o salário mais gratificação, os valores variam entre R\$1.300,00 a R\$1.800,00.

De acordo com Bechara (2011, p. 1001), “remuneração é a totalidade dos valores recebidos pelo empregado, que incluem [...] as gorjetas que receber”, ou seja, é tudo que o colaborador recebe da empresa em troca dos seus trabalhos.

4.4 BENEFÍCIO SOCIAL VOLTADO PARA OS FUNCIONÁRIOS

As duas organizações disseram que não têm benefício social, mais que é de grande valia para futuramente.

Para Chiavenato (2002, p. 271), “[...] os benefícios sociais são aquelas facilidades, conveniências, vantagens e serviços que as organizações oferecem aos seus empregados, no sentido de poupar-lhes esforços e preocupação”.

4.5 A EMPRESA FORNECE ALGUM TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Uma das organizações respondeu que sim, os colaboradores passam por treinamentos e capacitação para ocupação do cargo, a outra disse que os colaboradores recebem treinamentos quando ingressam na organização. Dessler (2014, p. 174) diz que o “treinamento significa dar aos funcionários novos ou atuais as habilidades de que eles precisam para executar seus trabalhos”.

4.6 RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DE PESSOAS DA EMPRESA

Ambas as empresas são os próprios proprietários que são responsáveis pela gestão de pessoas. Segundo Pampoline e Stadler (2014, p. 35), “organização é fornecer subsídios para intermediar as relações de trabalho, pois é um órgão fundamental para aliar os objetivos pessoais, aos objetivos organizacionais das pessoas”.

4.7 FORMA DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

O recrutamento e a seleção são feitos tanto em uma empresa quanto na outra por meio de anúncios em redes sociais e seleção de currículos e indicações. Para Zouain (2003), recrutamento e seleção são passos importantes para escolher e classificar os candidatos adequados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se pelos dados das empresas que, mesmo as pequenas organizações, necessitam das ferramentas de Gestão de Pessoas, pois sem estas, a gestão pode enfrentar problemas como atividades sobrepostas, retrabalho, demora na execução de serviços, comportamentos inadequados, entre outros, os quais podem ocorrer e comprometer drasticamente a eficiência da empresa, e conseqüentemente, o seu futuro não será promissor, podendo inclusive ocorrer sua falência. Por tais razões, é fundamental que tenham habilidades e conhecimento para manter o negócio e utilizar da inovação para conquistar novos clientes e investidores, os quais são necessários para que esse setor possa se expandir e perpetuar no mercado.

O estudo respondeu aos respectivos objetivos específicos, o primeiro, pesquisar a importância da gestão de pessoas nas pequenas empresas de Unai. Em relação às empresas avaliadas, observou-se que elas reconhecem a necessidade da Gestão de Pessoas, pois tem grande relevância nas suas ferramentas para alavancar os resultados e qualidade dos negócios da empresa.

Quanto ao segundo objetivo, analisar o perfil dos gestores das pequenas empresas, constatou-se que uma boa Gestão de Pessoas é desempenhada pelos gestores que visam potencializar os pontos fortes de seus colaboradores e de sua empresa, sendo capaz de gerar uma relação positiva e construtiva para que a empresa atinja altos níveis de eficiência organizacional e ganhe espaço no mercado atual, tão competitivo e que requer das empresas diferenciais e excelência de trabalho e execução de serviços.

E por fim, o último objetivo, verificar se utilizam as ferramentas de gestão de pessoas, sim, as empresas pesquisadas fazem uso dessa gestão mesmo que indiretamente, sem um setor

ou funcionários específicos para tal atividade. Porém, por conta disso, acabam por não abranger todas as áreas e estratégias da Gestão de Pessoas que seriam benéficas à empresa, tornando assim sua gestão defasada e suscetível a erros.

Respondendo à questão problema sobre qual é a importância das ferramentas de gestão de pessoas para as pequenas empresas, o estudo possibilitou analisar que as ferramentas de gestão de pessoas são de grande valia, pois a cultura da organização se preocupa em proporcionar uma qualidade de vida num ambiente de trabalho adequado e agradável. Isso acontece não apenas nas grandes, mas também nas de médio porte. A gestão de pessoas se baseia no fato de que o desempenho de uma organização depende da contribuição de quem nela trabalha e, da forma como a equipe se organiza, é estimulada e capacitada.

REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. **Dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro, 1. ed. Editora Nova Fronteira, 2011.

BORGES, M. A. V. **Análise da potencialidade de sinergia entre o pensamento sistêmico e a simulação computacional**. 224 f. 2000. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) - Programa de Pós-graduação em Engenharia da Produção/UFRGS, Porto Alegre. 2000.

CHIAVENATO, Idalberto. **Desempenho humano nas empresas: como desenhar cargos e avaliar o desempenho**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Visão e ação estratégica**. 2.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

_____. **Gestão de Pessoas e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: 3.ed. Campus, 2010.

_____. **Remuneração, benefícios e relações de trabalho: como reter talentos nas organizações**. São Paulo: 7. ed. Manole, 2015.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. **Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa**. In: DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. 2. ed. Tradução de Cecília Leão Oderich. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2014.

KNAPIK, Janete. **Gestão de pessoas e talentos**. Curitiba: InterSaber, 2012.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração da remuneração: remuneração tradicional e estratégica: elementos da estatística aplicada: normas legais e benefícios**. São Paulo: Pioneira Thomson Larnig, 2002.

MILKOVICH, George T.; BOUDREAU, John W. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

PAMPOLINE, C P Garcia; STADLER, Adriano. **Gestão de pessoas: ferramentas estratégicas de competitividade**. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SALICIO, Celso Furniel. **Sistemas de remuneração, incentivos e carreira**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

SILVA, José Pereira. **Análise financeira das empresas**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TACHIZAWA, Takeshy; FERREIRA, Victor Cláudio Paradela; FORTUNA, Antônio Alfredo Mello. **Gestão com pessoas: uma abordagem aplicada às estratégias de negócios**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ZOUAIN, Deborah Moraes. **Notas de aulas**. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 2003.

PERCEPÇÃO DE MÃES DE CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN ACERCA DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE SEUS FILHOS

SILVA, Elen Pinheiro da ¹
MOTA, Luciene Lourenço².

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi identificar a percepção das mães de crianças com Síndrome de Down em relação ao seu processo de crescimento e desenvolvimento. O percurso metodológico deste estudo realizou-se com coleta de dados por meio de um formulário de entrevista, sendo exploratório e descritivo, a partir de uma abordagem qualitativa. Foi permeada por uma análise bibliográfica e comprovada por meio de uma pesquisa de campo, na qual se realizou a aplicação de entrevistas semiestruturadas a 5 mães de crianças com Síndrome de Down cadastradas na APAE de Buritis-MG. Foi possível identificar que as mães têm a percepção de que seus filhos possuem o crescimento e desenvolvimento mais lento que crianças sem a Síndrome de Down.

Palavras-chaves: Síndrome de Down. Percepção das Mães. Desenvolvimento infantil.

1 INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down (SD) é considerada um erro genético, razão pela qual as crianças portadoras dela nascem com características que as diferenciam das demais. Em razão disso, necessitam de cuidados especiais, pois o seu crescimento e desenvolvimento são mais tardios, uma vez que requerem mais estímulos, principalmente por parte da mãe que está diariamente vinculada à criança (KNYCHALA et al, 2018).

O presente estudo aborda a percepção de mães de crianças com SD, acerca do processo de crescimento e desenvolvimento de seus filhos atendidos na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Buritis-MG.

O desenvolvimento e o crescimento infantil são indicadores que denotam as condições de saúde da criança. Em geral, o crescimento é medido através do ganho de massa corporal e tamanho corpóreo. Já o desenvolvimento é observado pela capacidade cognitiva da criança, por meio do aparecimento de novas funções e aprimoramento de habilidades. Crescimento e desenvolvimento são avaliados simultaneamente. Nas crianças que não apresentam deficiência, tais processos ocorrerão normalmente, se não houver interferência de fatores externos como doenças e alimentação.

No entanto, crianças com Síndrome de Down, apresentarão o desenvolvimento e crescimento de forma mais lenta. Tais crianças são capazes de realizar as mesmas atividades que crianças sem a Síndrome, porém, tardiamente, e com isso necessitam de estimulações e incentivo para desenvolver as habilidades (ARAKI; BAGAGI, 2014).

É bem evidente que esse tipo de Síndrome acaba por se tornar muito desgastante, tanto para a criança quanto para as famílias. Com base no exposto surge a problemática desta pesquisa que foi norteada por este questionamento: Qual a percepção de mães de crianças com Síndrome de Down acerca do processo de crescimento e desenvolvimento de seus filhos? Foi definido como objetivo geral deste estudo: Identificar a percepção de mães de crianças com Síndrome de Down acerca do processo de crescimento e desenvolvimento de seus filhos.

¹ Acadêmica do Curso de Enfermagem na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai

² Mestre em Psicologia. Professora na Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai.

Nesse sentido, destaca-se a importância do enfermeiro no acompanhamento das crianças e na orientação familiar, estimulando para que o desenvolvimento neuropsicomotor ocorra adequadamente. Por conseguinte, a presente pesquisa se mostra necessária para que o profissional de enfermagem obtenha mais conhecimento sobre o assunto proposto e, assim, possa prestar uma assistência de qualidade contribuindo para o bom desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para Ferreira, Ferreira e Oliveira (2010), o termo Síndrome significa um estado clínico mórbido evidenciado por sinais e sintomas, a ser originado por uma ou diversas causas. Já a palavra Down, segundo Pueschel (2007), era o sobrenome do médico John Langdon Down que, em 1866, descreveu algumas características físicas da Síndrome. Portanto, o nome Síndrome de Down é dado em homenagem ao primeiro médico que a descreveu, sendo considerada uma alteração genética, marcada por deficiência intelectual e traços físicos específicos.

É de caráter incidente, dessa forma, tal deficiência pode vir de pais normais com cromossomos normais, ou seja, é na fecundação da célula que se verifica a nova realidade. Já a Trissomia 21 em translocação ocorre de uma anormalidade dos cromossomos do pai ou mãe que se liga ao outro cromossomo, sendo este de ordem rara. Ressaltando que, enquanto portador deste tipo de anomalia existente, não há nenhum problema quanto à doença. Todavia, para gerar, há riscos, pois suas células reprodutoras não são divisíveis por igual. Já em mosaïcismo, ocorre após a fecundação, na primeira duplicação celular e ainda suas causas não são muito conhecidas, sabe-se apenas que é incomum e que o portador desta possui várias linhas celulares normais e apenas uma linha trissômica (DANIELSKI, 2001).

Segundo Pueschel (2007), há alguns autores que apontam colocam que as crianças com SD, do tipo mosaïcismo, apresentam traços menos acentuados da Síndrome e que possuem o desempenho intelectual melhor do que a média para crianças com Trissomia 21. A maioria das pessoas que nasce com Síndrome de Down são mais propensas a desenvolverem problemas de saúde quando comparadas às pessoas sem esta desordem; no entanto, muitas crianças com a SD nascem com o estado de saúde perfeito, sem maiores complicações.

As pessoas com Síndrome de Down podem apresentar várias doenças interligadas diretamente a esta. As mais comuns são as de origem cardiopata congênita, afecção do foro duodenal, cataratas e hipotireoidismo congênitos (SILVA, 2012). Ainda há de se considerar outras doenças, como hipotonia (comum entre os recém-nascidos); a laxidão das articulações; imunidade celular baixa (responsável por infecções e grande incidência de leucemia); obesidade, associada ao atraso de crescimento; e dentição irregular (BASSANI, 2012).

Na infância podem ocorrer infecções respiratórias, aumento de absorção nutricional, doenças gengivais, desordens convulsivas, apneia do sono, distúrbios visuais, déficits auditivos, disfunção da tireoide e anormalidades esqueléticas. Já na adolescência e vida adulta, podem apresentar desordens psiquiátricas e doença de Alzheimer. Dessa forma, ressalta-se que se os serviços de saúde especializados forem providenciados de imediato possibilitarão um bom desenvolvimento, bem-estar e qualidade de vida à criança com SD (PUESCHEL, 2007).

Uma das etapas mais importantes para a saúde da criança é a fase inicial, pois é nessa fase que acontece o desenvolvimento de processos vitais e a criança começa a descobrir coisas novas do mundo que a envolve, passando a conquistar habilidades e experiências que, com o tempo, vão se tornando complexas. Nesta perspectiva, é notável que o acompanhamento da saúde da criança ocorra por meio de dois elementos: o primeiro é o crescimento que é um processo biológico, evidente através do aumento

corporal, o segundo que se refere ao desenvolvimento, está relacionado com a maturação da criança, o aprendizado e os aspectos psíquicos e sociais (FERREIRA et al, 2015).

Assim, a assistência à saúde da criança se torna prioridade, visto que a vulnerabilidade é maior nessa etapa da vida e o seu cuidado está relacionado ao atendimento das necessidades essenciais para seu bom desenvolvimento, dessa forma, esses cuidados podem ser oferecidos pelo enfermeiro em sua prática. A consulta de enfermagem é uma das estratégias de atendimento direcionada ao acompanhamento e observação do crescimento e desenvolvimento da criança por meio de consultas mensais, possibilitando a diminuição da morbimortalidade em menores de 6 anos de idade (GAÍVA et al, 2018; OLIVEIRA; LEITE, 2007).

Zanardo et al. (2017) destacam que para se ter um vínculo entre família, criança e equipe de saúde é necessária e importante a puericultura, possibilitando um cuidar integral que inicia nos primeiros dias de vida. Essa iniciativa possibilita a detecção precoce de alterações que estão relacionadas ao crescimento, à nutrição, e ao desenvolvimento neuropsicomotor, obtendo como resultado a promoção na qualidade de vida. A puericultura pode ser realizada pelo enfermeiro através de acompanhamento periódico. Na puericultura, são recomendadas sete consultas no primeiro ano de vida da criança, iniciando-as na primeira semana de vida com o intuito de orientar a mãe em relação aos cuidados com o recém-nascido no que diz respeito à imunização, estimular aleitamento materno, teste do pezinho e esclarecer dúvidas. No segundo ano incluem-se duas consultas e após os dois anos de idade as consultas são anuais.

Conforme previsto pelo Ministério da Saúde, o mínimo de consultas pediátricas ou de puericulturas deve ser de treze consultas nos seis primeiros anos de vida, com indicadores da qualidade da atenção prestada à criança. Por isso, durante uma consulta de enfermagem para a avaliação de uma criança, o enfermeiro pode utilizar gráficos, observar o desenvolvimento, o ganho ponderal e o de estatura, fazer levantamentos do estado de saúde da criança, além das necessidades e preocupações dos pais. Deve também compartilhar com a criança e a família as informações e os conhecimentos de enfermagem, a situação da criança relacionada à alimentação, à imunização, ao sono, ao repouso, ao lazer, bem como ao relacionamento familiar (OLIVEIRA; LEITE, 2007).

O Cartão da Criança, criado desde 2005, e convertido em Caderneta de Saúde da Criança, é o principal instrumento para acompanhá-la e registrá-la, o qual possibilita identificar necessidades especiais que demandam abordagem oportuna e pertinente, serve de subsídio para os cuidados básicos e complementares com a saúde da criança (CAMINHA et al, 2017). Com a realização das medidas antropométricas, é possível identificar os valores do perímetro cefálico, torácico e abdominal que são indispensáveis e fundamentais para a descoberta de alterações neurológicas. O peso e a altura são procedimentos que também vão indicar se a criança está com problemas no crescimento e na nutrição (ZANARDO et al, 2017).

3 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória, aplicada por meio de um formulário de entrevista. Abrange a área da saúde, na linha de pesquisa da saúde da criança. A mesma correu sob a responsabilidade da pesquisadora Elen Pinheiro da Silva e orientação da professora, pesquisadora e Mestra Luciene Lourenço Mota.

Este estudo foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, do município de Buritis, Minas Gerais. Nessa Instituição são atendidos 28 portadores de Síndrome de Down, incluindo crianças e adultos, mas a população amostra deste estudo

constitui-se de cinco mães de crianças com Síndrome de Down indicadas pela APAE. Assim, o método de escolha para a participação na pesquisa foi por acessibilidade.

Antes da realização da entrevista foi apresentado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Logo após a leitura individual do TCLE e explicada a importância da pesquisa, ressaltou-se também o direito ao anonimato, a privacidade e liberdade em recusar a participar da pesquisa sem qualquer prejuízo. Assim que foram esclarecidas todas as informações, foi solicitada a assinatura do TCLE a cada participante da pesquisa, em duas vias, sendo uma para a entrevistada e outra para a entrevistadora.

Após a coleta dos dados por meio de entrevista, todos eles foram analisados de forma que se articulassem respostas acerca do problema proposto. As informações foram analisadas em sua veracidade e exatamente da forma em que foram obtidas.

A averiguação dos dados obtidos se deu por meio da análise de categorias, sendo que perguntas e respostas foram organizadas conforme semelhanças de conteúdo e, em seguida, fundamentadas com estudos publicados em meios eletrônicos e escritos, como, artigos científicos, livros, páginas científicas de web sites.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Participaram deste estudo o total de 5 entrevistadas, mães de crianças com Síndrome de Down com idade entre 2 a 8 anos, cadastradas na APAE de Buritis - MG, sendo 3 crianças do sexo masculino e 2 crianças do sexo feminino.

A análise dos dados resultou no surgimento de categorias que representam a percepção das mães em relação ao processo de crescimento e desenvolvimento de seus filhos. Nas categorias as respostas estão organizadas conforme semelhança de conteúdo. O anonimato das participantes foi garantido com a identificação das falas pela letra E (entrevistada), seguida por números sequenciais, como 1,2,3,4 ou 5.

4.1 CATEGORIAS DE SENTIDO ENCONTRADAS

No questionamento sobre o desenvolvimento das habilidades motoras, como sentar, arrastar, engatinhar, andar e quais foram as dificuldades enfrentadas pela criança com Síndrome de Down nesse processo, foi possível elaborar três categorias.

Categoria I: Dificuldades para andar

E1- Então teve muita dificuldade, veio andar com dois anos e sete meses, assim, ainda cai muito até hoje. Ele tem três anos e nove meses, ele cai muito ainda, então é bem lento o desenvolvimento dele, bem lento em vista do normal.

E2- Olha [...] pra andar que vi que demorou um pouco. Mas sentar, isso aí foi rapidinho, para andar que foi com dois anos e oito meses, eu achei que demorou.

E3- Até hoje ele tem dificuldade de andar, ele andou acho que com um ano e pouco que ele andou. Ele teve muita dificuldade pra andar.

A criança com Down possui algumas limitações, como a hipotonia muscular e a hiper mobilidade articular. Dessa forma, contribuem para que ocorra o atraso motor, vagareza dos movimentos e alteração da postura. Assim, a conquista das habilidades motoras acontece de maneira lenta e gradual e, para que haja um melhor desenvolvimento, é necessário estimulação contínua e acompanhamento com profissionais (KNYCHALA et al, 2018). O enfermeiro, durante a puericultura realizada periodicamente, pode orientar e indicar estratégias para aquisição e aprimoramento das habilidades motoras.

Categoria II: Problema de saúde congênito associado

E4- Ela teve muita dificuldade porque ela nasceu com o pezinho torto. Ela usou gesso e já dificultou, devido mesmo a síndrome que já é um desenvolvimento lento e isso também. Não tinha como fazer as fisioterapias direito. Hoje ela está com três anos e nove meses agora que ela está começando a andar [...], não engatinhou mas já está dando uns passos.

E5- Ela demorou um pouco [...] ela já tinha seis meses e a gente descobriu que ela tinha sopro e quando a gente foi fazer exame ela tinha que fazer cirurgia o mais rápido possível. Então ela não podia fazer muito exercício porque ela forçava demais e cansava muito, então isso atrapalhou no desenvolvimento dela. Ela teve que fazer cirurgia com onze meses. A fase que ela ia começar a desenvolver a gente tava dentro do hospital, aí demorou, foi andar com um ano e uns oito meses.

Conforme as falas das mães, seus filhos tiveram maiores dificuldades para desenvolver em função de problemas de saúde, Silva (2012) comenta que as pessoas com SD podem apresentar doenças interligadas diretamente à condição genética. As patologias mais comuns são cardiopatias, afecções intestinais, cataratas e hipotireoidismo. Independentemente das doenças associadas à Síndrome de Down, constata-se que um problema pode levar a outro, intensificando o comprometimento da pessoa portadora dessa anomalia genética.

Categoria III: Dificuldades para sentar

E1- Olha eu tinha medo de sentar ele, tinha seis meses e eu tinha medo de sentar, sentava ele e a coluna dele ficava muito tortinha porque as juntinhas dele é muito mole né, e então ele veio sentar mesmo com uns oito meses. A fisioterapeuta não, não pode sentar ainda por que ele é muito molinho é flexível as juntinhas.

Estudos demonstram que as crianças com Síndrome de Down adquirem a habilidade de sentar entre 6 a 18 meses e a marcha entre 13 a 45 meses. Dessa maneira, as crianças demonstram que necessitam de mais tempo para conquistar essas habilidades motoras. Assim, esse atraso na conquista das habilidades motoras é devido a uma diminuição do sensório-motor tornando difícil o recrutamento muscular (BARRETO, 2015).

A estimulação pode e deve ser realizada pelos pais e profissionais, mas com cuidado para não impor à criança aquilo que ela ainda não suporta realizar. Por isso, a importância do profissional de saúde, como o enfermeiro, para orientar o processo de estimulação.

Sequencialmente, houve o seguinte questionamento: o que chama atenção em seu filho(a) quanto ao processo de desenvolvimento intelectual, da fala, memória e raciocínio? Os resultados possibilitaram a elaboração de duas categorias de sentido.

Categoria I: Dificuldade na fala

E1- Ele é diferente dos outros, assim: ele fala muito enrolado, igual, algumas palavras ele não sabe falar direito, ele tem muita dificuldade pra falar.

E3- Para falar é que ele tem muita dificuldade. Ele fala algumas coisas, agora ele está aprendendo mais, depois que ele foi pra APAE [...] mas bem pouquinho, fala algumas coisas emboladas.

E4- Umhas palavras ela fala certinho, outras não, mais ela fala, tudo.

E5- Ela fala muita coisa já, às vezes, meio embolado mais fala.

A Síndrome de Down provoca alterações na conquista da linguagem e da fala da criança. Esse atraso no desenvolvimento da linguagem pode acontecer devido a diversos

fatores, como as alterações neurológicas e cognitivas próprias da Síndrome, da falta de estímulo da mãe em momentos de interação mãe e filho, no atraso do progresso neuropsicomotor, decorrente dos problemas cardíacos, respiratórios e auditivos (LIMA; DELGADO; CAVALCANTE, 2017).

O enfermeiro e outros profissionais de saúde, durante o processo de acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil, podem nortear os pais quanto às atividades que auxiliem na estimulação da comunicação e fala da criança com Síndrome de Down.

Categoria II: Memória boa

E2- Ele tem uma memória ótima, muito boa mesmo. Ele ganhou um presente, uma camiseta, aí eu falo, filho quem te deu foi vovó, aí se ele for vestir de novo no outro dia, pode perguntar: quem te deu? Vovó, ele lembra. Se falar uma coisa uma vez, ele grava. Esses dias eu ri, porque o pai dele brinca assim comigo: eu falo licença e ele, na prefeitura. Aí eu falei assim com ele: Thiaguinho licença aqui um pouquinho, aí ele, tura. Ele lembrou que o pai dele falou que licença é na prefeitura, ele associa as coisas.

E3- A memória, eu acho que ele tem a memória boa.

E4- Muito inteligente, muito mesmo, muito curiosa, os bichos tudo ela conhece (arara, hipopótamo).

Na linha de pensamento, apontada na categoria II de que a criança com Síndrome de Down tem uma memória boa, Silva e Pelosi (2018) ressaltam que criança tem que brincar, pois é assim que vai ajudar a desenvolver a memória, a linguagem, o pensamento e as habilidades motoras. Atividades utilizando brinquedos e jogos contribuirão para o seu desenvolvimento global dando-lhe condições para que aproveite o ambiente ao seu redor.

187

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa possibilitou identificar que todo o processo de crescimento e desenvolvimento da criança com Síndrome de Down é mais tardio. A criança com Down desenvolve-se de forma mais lenta que outra criança sem a Síndrome, a mãe tem papel importante para apoiá-la, uma vez que a genitora é quem está diariamente com a criança. Dessa forma, ela vai contribuir para o desenvolvimento do filho, estimulando-o diariamente, de acordo com o seu crescimento.

Ao abordar os aspectos principais sobre a Síndrome de Down em relação ao crescimento e desenvolvimento infantil, foi identificado pelas entrevistadas que seus filhos apresentam atraso considerável nesse quesito, eles adquirem suas habilidades motoras de forma mais lenta. Quanto à fala e memória, as mães relataram que a linguagem das crianças com Down não é bem desenvolvida ainda, apresentam limitações, mas a memória auditiva e visual é muito boa. Destaca-se a necessidade do acompanhamento profissional nesse processo, incluindo neste acompanhamento o trabalho do enfermeiro.

A partir desse olhar, pode-se dizer que o objetivo deste estudo foi alcançado, uma vez que foi possível identificar a percepção das mães em relação ao crescimento e desenvolvimento de seus filhos e ainda relacionar as falas com a literatura. Perante a relevância do tema abordado, entende-se que ainda existem poucos estudos no meio acadêmico sobre a percepção das mães e família em relação à criança com a SD.

Por fim, destaca-se a necessidade de novas pesquisas envolvendo a temática Síndrome de Down para que sirvam como fonte de conhecimento aos profissionais que são responsáveis pelo cuidado a esse público, dando a devida importância ao olhar holístico profissional e prestando assistência de qualidade.

REFERÊNCIAS

- ARAKI, Isabel Pinto Machado; BAGAGI, Priscilla dos Santos. Síndrome de down e o seu desenvolvimento motor. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, n. 23, p. 1-6, jan., Garça-SP, 2014. Disponível em: <http://faef.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/QR5kv0RqMm58xn_2014-11-7-17-54-6.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BARRETO, Kamila França. **Acompanhamento da aquisição da postura sentado e do arrastar em crianças com síndrome de down**, p. 1-38, Ceilândia-DF, 2015. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13367/6/2015_KamilaFrancaBarreto.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.
- BASSANI, Cecília da Silva. Síndrome de Down e as dificuldades de aprendizagem. **Anhanguera Educacional**. p. 1-18, maio, Taboão da Serra-SP, 2012. Disponível em: <<http://www.pixfolio.com.br/arq/1401280042.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2018.
- CAMINHA, Maria de Fátima Costa et al. Vigilância do desenvolvimento infantil: análise da situação brasileira. **Revista Paulista de Pediatria**. v. 35, n. 1, p. 102-109, jan, São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpp/v35n1/1984-0462-rpp-2017-35-1-00009.pdf>>. Acesso em 27 abr. 2018.
- DANIELSKI, Vanderlei. **Síndrome de Down**. Trad. Jeanne Borgerth Duarte Rangel, 2. ed. São Paulo: Ave Maria, 2001.
- FERREIRA, Ana Clara Trindade et al. Consulta de puericultura: desafios e perspectivas para o cuidado de enfermagem à criança e à família. **Revista Eletrônica de Extensão da URI**, v. 11, n. 20, p. 231-241, maio, Santiago-RS, 2015. Disponível em: <www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero_020/artigos/pdf/Artigo_19.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.
- FERREIRA, Diana Regina dos Santos Alves; FERREIRA, Wímory de Andrade; OLIVEIRA, Marinalva Silva. Pensamento e linguagem nas crianças com Síndrome de Down: um estudo de caso da concepção das professoras. **Ciências & Cognição**, v. 15, n. 2, p. 216-227, ago., Santa Rita-AP, 2010. Disponível em <www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/download/357/204> Acesso em: 13 ago. 2018.
- GAÍVA, Maria Aparecida Munhoz et al. Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil na consulta de enfermagem. **Avances em enfermagem**, v. 36, n. 1, p. 9-21, nov., Cuiabá-MT, 2018. Disponível em: <www.scielo.org.co/pdf/aven/v36n1/0121-4500-aven-36-01-00009.pdf>. Acesso em: 09 out. 2018.
- KNYCHALA, Natália Alves Goulart et al. Influência do ambiente domiciliar no desenvolvimento motor de lactentes com síndrome de Down. **Revista fisioterapia e pesquisa**, v. 25, n. 2, p. 202-208, Uberlândia-MG, 2018. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/fp/v25n2/2316-9117-fp-25-02-202.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2018.

LIMA, Ivonaldo Leidson Barbosa; DELGADO, Isabelle Cahino; CAVALCANTE, Marianne Carvalho Bezerra. Desenvolvimento da linguagem na síndrome de Down: análise da literatura. **Distúrbios da comunicação**, v. 29, n. 2, p. 354-364, junho, São Paulo-SP, 2017. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/28611/23007>>. Acesso em: 10 out. 2018.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; LEITE, Lucia Pereira. Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. **Revista ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 15, n. 57, p. 511-524, out./dez. Rio de Janeiro-RJ, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v15n57/a04v5715.pdf>. > Acesso em: 02 mai. 2018.

PUESCHEL, Siegfried M. **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Tradução Lúcia Helena Reliy. 12 ed. Campinas - SP: Papyrus, 2007.

SILVA, Tatyane Soriano Gonçalves Diniz da; PELOSI, Miryam Bonadiu. Evolução de uma criança com síndrome de down à luz do modelo lúdico: estudo de caso. **Revista interinstitucional brasileira de terapia ocupacional**, v. 2, n. 1, p. 50-67, Rio de Janeiro-RJ, 2018. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/11834>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SILVA, Roberta Nascimento Alves. **A educação especial da criança com Síndrome de Down**. Pedagogia em Foco. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/spdslx07.htm>>. Acesso em: 08 abr. 2018.

ZANARDO, Graziane Maidana, et al. Atuação do enfermeiro na consulta de puericultura: uma revisão narrativa da literatura. **Revista de Enfermagem**. v. 13, n. 13, p. 55-69, 2017. Disponível em: <revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeenfermagem/article/download/2561/2563> Acesso em: 09 out. 2018.

IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÕES PARA A COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

SOUSA, Camila Kelen de¹
SANTOS, Lidiane Campos²
MACHADO, Cláudia Aparecida³

RESUMO: Este artigo apresenta um estudo de caso realizado no assentamento P. A. Boa União no município de Unaí/MG, com o objetivo de analisar a percepção da comunidade do P. A. Boa União quanto aos benefícios que a associação pode proporcionar na comercialização de produtos da agricultura familiar. O arcabouço teórico abordou temas como economia solidária, associativismo, cooperativismo, associativismo versus cooperativismo, agricultura familiar, o associativismo e a agricultura familiar e o associativismo como uma ferramenta de comercialização para a agricultura familiar. Para realizar o estudo, utilizou-se a pesquisa descritiva e explicativa de caráter qualitativo, sendo aplicados quarenta e seis questionários aos associados. Os dados apontaram que a criação de uma associação especificamente para comercializar a produção dos produtores da agricultura familiar pode trazer benefícios como acesso a outros mercados, garantia da venda, melhoria da renda da família, e outros incentivos ao P. A. Boa União.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Associação. Comercialização.

190

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar compreende as famílias que trabalham na produção agrícola, onde os gestores e trabalhadores são as mesmas pessoas, as propriedades normalmente são de pequeno e médio porte, variando de 5 a 100 hectares e a maior parte da renda familiar é proveniente de atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento.

Esses empreendimentos agropecuários são utilizados por famílias que residem no meio rural, situadas em pequenas propriedades, destacando que a maioria dos processos de produção é feito manualmente. A produção rural familiar pode ser considerada um meio de reduzir a migração das pessoas do campo para a cidade.

É importante ressaltar que há uma diversificação de produtos, combinando vários segmentos, como a criação de animais, aves, produção de ovos, pesca, hortaliças, farinha, doces e outros produtos que são fontes de sustento e comercialização da família.

Os produtos fornecidos ao comércio são produtos mais frescos e muitos destes produtores produzem de forma sustentável, com uso mínimo de agrotóxicos e em alguns casos até mesmo de maneira orgânica.

O produtor sozinho, na maioria das vezes, não tem capacidade de atender toda a demanda, assim as associações surgem como uma oportunidade de estar suprindo essa demanda.

O número de associações tem crescido de forma significativa, fortalecendo a agricultura e dando oportunidade de produzir com qualidade e comercializar a produção.

¹ Graduada em Administração pela Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

² Mestre em Administração, Especialista em Gestão Agroindustrial, Graduada em Administração. Coordenadora e Professora do Curso de Administração da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unaí - FACTU.

³ Mestre em Marketing, Especialista em Qualidade e Agricultura Empresarial, Graduada em Administração. Professora e Coordenadora do NAC. Instrutora do SENAR MINAS e Consultora Empresarial e Rural.

O pequeno produtor da agricultura familiar que não participa de nenhuma associação, provavelmente encontra mais dificuldade para colocar seu produto no mercado.

Diante disso, as associações se tornam uma alternativa necessária para viabilizar e facilitar a comercialização dos produtos. Para melhor compreender o assunto, apresenta-se como questão problema: “De que modo a constituição de uma associação pode contribuir para a comercialização de produtos da agricultura familiar no assentamento P. A. (Projeto de Assentamento) Boa União?”.

O objetivo é analisar a percepção da comunidade do P. A. Boa União quanto aos benefícios que a constituição de uma associação pode proporcionar na comercialização de produtos da agricultura familiar.

Justifica-se a pesquisa, pois é de extrema importância apurar e apresentar aos produtores da agricultura familiar como a constituição de uma associação pode trazer benefícios à comunidade do P. A. Boa União.

Utilizou-se pesquisa bibliográfica, descritiva e explicativa, de caráter qualitativo e quantitativo predominando o método qualitativo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária compreende um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito organizado em uma autogestão, tendo assim práticas econômicas de cooperativas e associações, entre outras, que visa à valorização do ser humano.

A economia solidária foi instituída quando o capitalismo industrial gerou a pobreza dos artesões ao difundir as máquinas substituindo a mão de obra dos operários. Neste momento formaram pequenos grupos para buscar e incentivar a educação, aderindo aos valores da economia solidária, buscando capacitação para terem uma autogestão (SINGER, 2006).

Para Nascimento (2004), a economia solidária iniciou no Brasil na década de 1990, ele conceitua que essa economia é um conjunto de empreendimentos coletivos, com certa democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada, o trabalho pode ser feito no campo ou na cidade.

Gonçalves e Sobrinho (2011) citam a Carta dos Princípios da Economia Solidária que caracteriza como princípios gerais a valorização do ser humano; satisfação plena das necessidades; reconhecimento da mulher na solidariedade; busca de intercâmbio e outros. Já os princípios específicos compreendem a busca de um sistema de finanças solidário, o desenvolvimento das cadeias produtivas e construção de uma política solidária num estado democrático.

A economia solidária tem a função de produzir o bem-estar coletivo proporcionado às pessoas uma vida melhor, apoiando, estimulando, difundindo e assessorando no planejamento das ações, a fim de garantir a sustentabilidade e consolidação da economia no país (GONÇALVES; SOBRINHO, 2011).

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a economia solidária é:

Fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária, inspirada por valores culturais que colocam o ser humano como o sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza geral e de capital particular (FBES, 2006, p. 03).

De acordo com Frantz (2012), a prática da economia solidária exerce funções de operação, solidariedade, coletivo, valorizando o trabalho e o indivíduo.

A meta fundamental da economia solidária é controlar o processo de produção e comercialização dos produtos de modo coletivo com os produtores rurais, com o intuito de alcançar autonomia econômica e sustentável. A economia solidária busca sempre atender as necessidades dos agricultores assentados resultantes do processo agrário, favorecendo a luta pela terra (PONTES; SANTOS, 2015).

Gonçalves e Sobrinho (2011) relatam que o Fórum Brasileiro de Economia Solidária deu início no mesmo instante em que a Secretaria Nacional de Economia Solidária foi inaugurada, com o intuito de envolver três segmentos do movimento, empreendimento solidário, entidades de assessoria e gestores públicos.

Sendo assim, a economia solidária pode ser considerada um dos fatores de grande valia aos agricultores familiares, pois oferece benefícios socioeconômicos e também capacitação e desenvolvimento na produção e comercialização de produtos.

2.2 ASSOCIATIVISMO

Associativismo aborda as associações de um aglomerado de pessoas que tem objetivos em comuns, que se reúnem para colocar em práticas ideais e estratégias.

Para Jesus (2007), muitas associações surgiram a partir da segunda metade do século XIX, os integrantes das elites políticas naquela época se uniram com objetivos diversos tendo como foco a libertação dos escravos na compra de alforrias.

Para constituir uma associação é preciso uma reunião entre as pessoas interessadas, com propósito de definir os objetivos, nome da associação, órgãos que administrará a elaboração do estatuto, registro no cartório, CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídica) e outros processos necessários para criação da associação (GERART, 2009).

O autor supracitado considera muito importante a formação de associações para os agricultores familiares, pois estas proporcionam inúmeros benefícios, uma vez que individualmente poderiam não conseguir oportunidades que o mercado oferece.

A associação, para Ricciardi e Lemos (2000 apud IGNÁCIO; SOUZA, 2008), não obriga ninguém a ser associado, sendo de livre escolha para as pessoas participarem.

As associações são formadas na própria região e constituídas de formas simples, podendo ser sem fins lucrativos, em prol de interesses comuns, onde as decisões são tomadas de forma mais transparente possível (ARAÚJO, 2013).

De acordo com o artigo 54 do CCB (Código Civil Brasileiro) a constituição de uma associação deve conter:

- A denominação, os fins e a sede da associação.
- Os requisitos para admissão, demissão e exclusão de associados.
- Direitos e deveres dos associados.
- Fontes de recursos para sua manutenção.
- Modo de constituição e funcionamento dos órgãos deliberativos (que são os que definem a linha de ação da associação).
- Condições para alteração, disposições estatutárias e dissolução.
- Forma de gestão administrativa e aprovação das respectivas contas.

É importante lembrar que o associativismo tem como objetivo ajudar os associados nas dificuldades que encontram, fortalecendo as relações e promovendo melhorias de forma coletiva (JESUS, 2007).

Para Frantz (2012), o associativismo vem de culturas onde prezam pelo diálogo e comunicação.

O associativismo preza pelos diretos iguais de todos os associados, no caso de exclusão do sócio, só é permitido se agir ilegalmente em desacordo com o estatuto (GERART, 2009).

O associativismo vem de compartilhar, repartir e ajudar uns aos outros a alcançarem objetivos maiores, e de forma mais rápida (JESUS, 2007).

Para o autor citado, uma das formas de repassar informações é através da assembleia geral, considerada o órgão máximo, sendo de sua competência destituir os administradores, alterar o estatuto, entre outras atribuições. Essa assembleia pode ser ordinária ocorrida mensalmente ou extraordinária que são reuniões imprevisíveis. São feitas reuniões para a prestação de contas, eleição de algum cargo e outros assuntos de interesse dos associados (JESUS, 2007).

Vale ressaltar que o associativismo proporciona a negociação com cooperativas, onde negocia preços mais acessíveis com os fornecedores de matéria-prima, procurando melhorar e padronizar a qualidade dos produtos finais, em busca de maior clientela e outros benefícios que pode possibilitar um leque maior de vendas.

Para Rech (2000), a associação não impede de se ter fins lucrativos, desde que seja para capitalizar benefícios que atinja os objetivos da sociedade. Portanto, as associações são constituídas para realizar operações de mercado.

2.3 COOPERATIVISMO

O cooperativismo se propõe a atender, de forma segura, aos interesses dos associados e às suas necessidades, buscando a cooperação de todos.

Para Frantz (2012), o cooperativismo se deu por meio de experiências com a substituição do individualismo pela cooperação, promovendo a colaboração das economias associadas ao objetivo de alcançar melhores resultados, reduzindo os custos, riscos e uma administração eficaz.

O cooperativismo moderno surgiu com a Revolução Industrial, que substituiu a mão de obra pela industrialização, fenômeno este que, naquela época, provocou a falta de moradia, carência de assistência à saúde, e alto índice de desemprego (GAWLAK, 2007).

Diante da crise e das dificuldades encontradas nas regiões por motivos da industrialização, um grupo de 28 operários tecelões ingleses, decidiram fundar a primeira cooperativa de consumo, denominada Rochdale Society of Equitable Pioneers, registrada em 24 de outubro de 1844, em Rochdale na Inglaterra (GAWLAK, 2007).

O autor ressalta que, devido à crise, os tecelões cooperados começaram a juntar fundos para realizar a abertura de um armazém comunitário, comprar e construir casas, além de comercializar produtos gerando emprego aos que estavam sem trabalho.

No Brasil, o cooperativismo ocorreu em 1610, com a chegada dos Jesuítas, onde iniciou a ideia das pessoas se unirem de forma associativa para realizar a produção agrícola (ABRANTES, 2004).

As cooperativas procuram sempre trabalhar com os cooperados de forma democrática e igualitária buscando a participação efetiva de seus associados (DRUMOND, 2010).

Na visão de Frantz (2012), as cooperativas objetivam reposicionar o trabalho humano, considerando-o mais importante e colocando no centro da gestão empresarial, com um caráter instrumental no sentido de garantir um lugar nas relações econômicas que implica a cultura humanista e não capitalista.

O cooperativismo se baseia nos valores de ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, elementos necessários para a constituição de

uma cooperativa com valores, como ética, transparência, responsabilidade social e sustentável.

O cooperativismo para Gawlak (2007) é caracterizado por sete princípios:

- 1 - Princípio de adesão livre e voluntária.
- 2 - Princípio do controle democrático pelos sócios.
- 3 - Princípio da participação econômica dos sócios.
- 4 - Princípio da autonomia e independência.
- 5 - Princípio da educação, treinamento e informação.
- 6 - Princípio da cooperação entre cooperativas.
- 7 - Princípio da preocupação com a comunidade.

Para Verri (2011), os princípios do cooperativismo são capazes de auxiliar na administração das atividades econômicas, não tem fins lucrativos e são livres de impostos.

Balem (2016) ressalta que é necessário motivar os cooperados para a realização e construção de uma cooperativa voltada aos interesses do grupo.

As cooperativas são criadas sem fins lucrativos, conforme Lei 5.764/71, o art. 24, §3º, que veda qualquer tipo de benefício sobre as quotas, exceto os juros de 12% anualmente sobre a parte integralizada. Para que a cooperativa tenha seu funcionamento, o associado tem que contribuir com uma quantia de capital para custear as atividades, meio de uma cobrança antecipada para posse de sua cota e serviços prestados pela mesma (ABRANTES, 2004).

Ao integrar em uma cooperativa, o cooperado adquire quotas de capital e o direito e obrigação de ser sócio (DRUMOND, 2010).

Conforme Drumond (2010), a colaboração de todos permite o fortalecimento das cooperativas e descreve alguns indicadores:

- ✓ A cooperativa tem preferência de comprar com fornecedores de outras cooperativas.
- ✓ A cooperativa integra uma confederação.
- ✓ Participa de encontros regionais, com outras cooperativas.
- ✓ Estabelece projetos.
- ✓ Disponibiliza ajudar na constituição e apoio de novas cooperativas da região.

De acordo com Balem (2016), as cooperativas são representadas por uma simbologia própria e universal, ou seja, todas as cooperativas do mundo utilizam está simbologia, que é formada pelos símbolos de dois pinheiros, um círculo e constituído pelas cores verde e amarela conforme representada na figura abaixo.

Figura 1 - Simbologia do Cooperativismo



Fonte: Brasil, 2008.

Ainda de acordo com o autor (2016), o círculo abraçando dois pinheiros indica a união do movimento, a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais, a vitalidade de seus aspectos. Tudo isso marcado na trajetória ascendente dos pinheiros que se projetam para o alto, procurando subir cada vez mais.

Assim se constata que o cooperativismo veio para suprir uma necessidade que as pessoas tinham em conseguir buscar recursos para se desenvolverem socialmente.

2.4 COMPARAÇÃO: ASSOCIATIVISMO *VERSUS* COOPERATIVISMO

O associativismo designa as práticas sociais da criação e gestão das associações, tendo um aglomerado de pessoas em função de um bem comum. Já o cooperativismo tem uma base na associação, onde cria uma cooperativa que presta serviços aos próprios associados.

O cooperativismo e o associativismo, para Abrantes (2004), têm conceitos diferentes, pois o primeiro termo vem de cooperação que significa operar de forma conjunta ou unida, ajuda mútua. Enquanto o associativismo tem a função de congregar pessoas com interesses comuns.

Já para Frantz (2012), tanto o associativismo quanto o cooperativismo são organizações solidárias, tiram o indivíduo do mundo individual e integra-o às amizades sociais, da emoção e razão, construindo espaços coletivos, despertando a responsabilidade social e solidariedade, que são elementos fundamentais para o desenvolvimento humano.

Tanto o cooperativismo quanto o associativismo desenvolvem parcerias com outras entidades que representam as associações, ambas ajudam na parte técnica da produção, trazem facilidades de créditos para financiamentos, trazendo novas tecnologias para que possam ajudá-los a produzir, e capacitando-os cada vez mais na área de produção e administrativo (BRASIL, 2008).

2.5 AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar consiste na organização da produção agrícola, pesqueira, pastoril dentre outras, gerenciadas e operadas pelos membros da família, é dependente da mão de obra familiar.

Na agricultura familiar os níveis de escolaridade dos agricultores, de acordo com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), são na maioria analfabetos ou analfabetos funcionais, portanto, apresenta um baixo índice de conhecimento, que consequentemente prejudica os mesmos. Podendo citar o risco de comprar matéria-prima mais cara por falta de conhecimento ou especulação do mercado, não possuir uma logística que facilite a produção (ARAÚJO, 2013).

Em 24 de julho de 2006, foi aprovada a Lei n.11.326, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, fornecendo o marco legal da agricultura familiar e permitindo a sua inclusão nas estatísticas oficiais (ARAÚJO, 2013).

Nesse entendimento, na agricultura familiar, os produtores tendem a produzir uma quantia menor e normalmente estão situados em regiões dispersas, onde contam com pouco capital de giro e dificuldade em conseguir empréstimos, diante dessas dificuldades o pequeno agricultor que, provavelmente não tem irrigação para molhar a produção e enfrentam dificuldades durante todo o ano, pois os fatores climáticos interferem fazendo com que o plantio e a produção ocorram somente nas épocas chuvosas (BATALHA; BUAINAIN; HILDO FILHO, 2005).

Para Caume (2009) a agricultura familiar se baseia em três planos:

- ✓ Autoidentificação - ocupantes de uma mesma posição no mundo social e demandam coisas comuns.
- ✓ Categoria sociológica - a agricultura familiar é dada como uma construção social por conhecimento e ciência.
- ✓ Políticas públicas - sua qualificação é Estadual.

Conforme Davila (2009), os pequenos produtores empregam mão de obra familiar para diminuir os custos, correr menos risco e ter garantia da compra de matéria-prima.

De acordo com Moreira (1999), agricultura familiar e assentamentos rurais não possuem significados tão diferentes. A agricultura familiar se refere ao associativismo e os assentamentos rurais estão associados ao processo social e político de acesso a terra, constituição de formas de organização produtiva e integração social.

Para Jesus (2000), a produção na agricultura familiar envolve o pai, a mãe e os filhos, compreende o aspecto social, político, cultural, a natureza e a vida, baseando-se em um trabalho coletivo.

Araújo (2013) ressalta que no Brasil tem aproximadamente 4,5 milhões de agricultores familiares que comercializam seus produtos, podendo destacar a produção de feijão, mandioca, criação de porcos para revenda, gado de corte para revenda, gado de leite para comercialização do leite, produção de milho, criação de galinha para revenda de ovos, frangos para consumo e abates, entre outras atividades como soja, trigo, café, etc.

Na agricultura familiar sempre houve vínculo com as associações e cooperativas, contando com a cooperação dos agricultores e buscando encontrar nessas entidades um instrumento que pudesse atuar nas relações econômicas de compra e venda dos produtos (FRANTZ, 2009).

É válido salientar que a agricultura familiar é de suma importância para o agronegócio na economia brasileira, sendo considerado ainda um fator gerador de emprego e renda para a sociedade, além do abastecimento de produtos alimentícios para a região.

De acordo com Araújo (2013) a agricultura familiar, conforme art.3º da Lei nº 11.326 do ano de (2006), apresenta alguns requisitos para denominar essa classe de produtores, estes devem preencher os seguintes requisitos:

- ✓ Deter no máximo uma área com até 4 (quatro) módulos fiscais. O valor do módulo fiscal no Brasil varia de 4 a 110 hectares.
- ✓ Utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades da produção.
- ✓ Ter percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo (Redação dada pela Lei nº 12.512, de 2011).
- ✓ Ser administrada pela sua própria família.

A agricultura familiar de certa forma contribui para o sucesso da reforma agrária no Brasil, pois através desta pode-se obter segurança alimentar (PONTES; SANTOS, 2015).

Ainda salienta-se a importância do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) para a agricultura familiar, pois proporciona o reconhecimento formal e prático nas políticas públicas e em âmbito nacional promove o desenvolvimento sustentável, ministrando um suporte à produção, geração de emprego, melhoria da renda e qualidade de vida das famílias (MOREIRA, 2002).

Por fim, pode-se dizer que a agricultura familiar é um meio no qual onde as famílias rurais trabalham em conjunto, em prol de renda e benefícios, produzindo e comercializando insumos agrícolas, procurando cada vez mais abranger e modernizar a produção com as novas tecnologias e buscando sempre capacidade para gerenciar o negócio da família.

2.6 O ASSOCIATIVISMO E A AGRICULTURA FAMILIAR

Com as dificuldades encontradas pela agricultura familiar para se manter no mercado, o associativismo surge como uma solução para as famílias que não têm conhecimento, pois fazer parte de uma associação proporciona maiores oportunidades quanto à comercialização e outros.

As reuniões onde os agricultores se organizam têm atingido bons resultados, pois os pequenos agricultores possuem mais chances de terem suas reivindicações atendidas pelo governo (MORAES; FERNANDES, 2014).

A organização dessas associações pode constituir num caminho estratégico mais seguro para as mudanças, pois as dificuldades e os sucessos são compartilhados (GEHLEN; MOCELIN, 2009).

Para Frantz (2009), o associativismo e o cooperativismo sempre tiveram predominância dos agricultores familiares.

As associações se tornam um instrumento de ajuda e apoio ao agricultor familiar, de modo que a união com outros produtores ganha uma força maior para a comercialização dos produtos, também, oferece benefícios financeiros e capacitação para os produtores melhorar a produção.

É pertinente dizer que a agricultura familiar é uma atividade de grande importância para a promoção do desenvolvimento social e humano no país. A fixação do homem no campo, a geração de renda a produção de alimentos para o mercado interno são alguns dos diversos impactos positivos produzidos pela agricultura familiar em níveis locais, regionais e nacionais (MORAES; FERNANDES, 2014).

Assim o associativismo, para a agricultura familiar e para o pequeno produtor, vem como uma oportunidade, pois favorece na aquisição de insumos, máquinas e equipamentos com preços mais baixos e melhores prazos de pagamento, além da cooperação entre os associados para reunir esforços em prol dos benefícios em comum e compartilhamento dos custos com assistência técnica, tecnologias e capacitação profissional, minimizando desta forma as dificuldades no meio rural (BRASIL, 2008).

2.7 ASSOCIATIVISMO COMO UMA FERRAMENTA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

A comercialização é um aprendizado cotidiano, pois o sucesso dos procedimentos necessários à sua viabilização depende da interação entre os agricultores familiares e destes com os demais agentes envolvidos no processo.

A saber a cadeia produtiva é um sistema composto por um conjunto de funções técnicas e agentes que atuam, desde o início da produção de insumos, geração e oferta de serviços e obtenção do produto até a entrega ao consumidor final (ARAÚJO, 2013).

Dessa forma, os mercados regionais podem proporcionar aos produtores da agricultura familiar meios de comercializar a produção, dando preferência a eles na compra dos produtos (PONTES; SANTOS, 2015).

Para Ganança (2006), as associações buscam captar e veicular demandas nos diferentes segmentos em que atuam. Neste contexto, é importante destacar o apoio que os agricultores familiares têm do Estado por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, o qual incentiva a venda dos produtos para a merenda escolar.

Na maioria das associações, encontram-se intermediários que são pessoas ou empresas que compram os produtos da agricultura familiar e repassam para outros níveis de comercialização. As intermediações têm sua importância, pois caso não exista a associação, são essas que mesmo pagando preços baixos pela mercadoria, conseguem retirar os produtos da fazenda para levar ao comércio (ARAÚJO, 2013).

De acordo com Pontes e Santos (2015), o que leva os agricultores a continuar vendendo seus produtos para os intermediários é a falta de tempo e habilidades para negociar e conduzir diretamente aos comerciantes.

Para Araújo (2013), a comercialização dos produtos agrícolas pode ser pública ou privada. Os serviços públicos são prestados pelo Governo Federal, com a intermediação da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, e outras dimensões menores sobre a responsabilidade dos governos estaduais e outros programas de abastecimento.

Merece realçar o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA que é um programa de apoio à comercialização que articula formas de Compra Direta e Doação Simultânea dos produtos da agricultura familiar. Em 16 de junho de 2009 foi inserida a Lei 11.947- Lei da Merenda Escolar instituída pelo governo federal, a qual estabelece que os produtores precisam fazer parte de alguma sociedade ou cooperativa, para participarem do projeto (PONTES; SANTOS, 2015).

Já a Conab é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento - MAPA, criada pela Lei nº 8.029, que tem como missão a garantia do abastecimento agroalimentar, participando da formulação e implementação de políticas para o desenvolvimento sustentável do agronegócio (ARAÚJO, 2013).

Por fim, a associação auxilia o produtor na comercialização dos produtos da agricultura familiar, fortalecendo-os nas atividades desenvolvidas de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade.

3 METODOLOGIA

A metodologia descreve os principais métodos utilizados na pesquisa, pode ser entendida como o campo que estuda os melhores métodos praticados em determinada área para a produção do conhecimento. De acordo com Gil (1999), metodologia científica é definida como um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento.

Para Moreira (2004, p. 11), a pesquisa científica é “uma busca de informações, feita de forma sistemática, organizada, racional e obediente a certas regras”.

Segundo Sampiere, Collado e Lúcio (2006), com um método bem planejado, o resultado final de um estudo tem maiores possibilidades de êxito na geração de conhecimento.

Ruiz (2002) corrobora com essa visão ao afirmar que, para uma pesquisa obter resultados satisfatórios, é essencial planejar e desenvolvê-la de acordo com normas metodológicas consagradas pela ciência.

Ao abordar a problemática, o trabalho pode ser caracterizado como qualitativo e/ou quantitativo.

Para Vianello (2013), a pesquisa quantitativa é objetiva e lida com tudo o que é possível quantificar. Quanto à pesquisa qualitativa, segundo Yin (2016), difere das demais por ter a capacidade de representar visões e perspectivas de um estudo.

Nesse sentido, este estudo se classifica como quantitativo não dispensando o caráter qualitativo. Quantitativa porque se propõe a apurar a opinião dos entrevistados. Qualitativa, porque algumas questões buscam diagnosticar motivos ou tem como finalidade aprofundar mais no assunto, a fim de se ter o entendimento por completo.

Ao abordar os objetivos, a pesquisa pode ser classificada como exploratória, descritiva e/ou explicativa.

De acordo com Silva e Menezes (2005), a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou uma relação entre variáveis.

Mattar (2012) assegura que a pesquisa exploratória visa promover ao pesquisador maior conhecimento sobre o tema ou problema, onde gera informações sobre as possibilidades nas práticas da condução de pesquisas específicas.

Para a realização deste estudo, foi utilizada a pesquisa descritiva e exploratória. Descritiva por apresentar as características da população pesquisada e, exploratória por levantar e analisar os benefícios que podem ser gerados na comercialização, através da constituição de uma associação de produtores.

Ao apurar o método de abordagem e procedimentos técnicos, a pesquisa pode ser definida como pesquisa bibliográfica e de levantamento.

Barros e Lehfeld (2007, p. 85) ressaltam que “a pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”.

Para Appolinário (2012), levantamento de dados é uma modalidade mais simples de pesquisa descritiva, que tem por finalidade investigar características de determinada realidade ou mesmo descobri-las variáveis do objeto de estudo.

A partir desse entendimento, o presente estudo configurou-se como uma pesquisa bibliográfica, pois foram consultados livros, artigos e teses, obtendo assim uma maior familiaridade e segurança quanto ao tema abordado e pesquisa de levantamento por questionar e buscar conhecer o comportamento das pessoas envolvidas e os benefícios que estas acreditam que podem alcançar com a constituição de uma associação voltada para a comercialização de seus produtos.

O universo pesquisado compreende toda a população que apresenta características em comum. Para Marconi e Lakatos (2005, p. 223), o universo compreende “o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum”.

Segundo Appolinário (2012) a população está se referindo à totalidade de pessoas, animais, objetos, situações, etc. que possui um conjunto de características comuns que os definem.

Diante deste contexto, o universo a ser estudado são os produtores da agricultura familiar, mas devido à expansão e tamanho deste, foi feita uma filtragem, primeiramente se levantou os P. A. da região e, em seguida qual deveria ser pesquisado. Dentro deste foi feita mais uma seleção utilizando a fórmula de Richardson e a escolha dos pesquisados foi aleatória.

Richardson (1999) define que o tamanho da amostra depende da amplitude do universo, do nível de confiança, do erro de estimação e da proporção da característica pesquisada no universo, sendo que o universo pode ser finito (não ultrapassa as 100.000 unidades) ou infinito (ultrapassam a quantidade de 100.000 unidades).

Seguiu-se uma fórmula para universos finitos, pois o universo pesquisado não ultrapassa as 100.000 unidades.

Figura 2 - Amostragem aleatória simples

$$n = \frac{z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{[d^2 \cdot (N - 1)] + (z^2 \cdot p \cdot q)}$$

Fonte: RICHARDSON, 1999.

Onde:

n = tamanho da amostra = 46

z = nível de confiança (escolhido, em número de desvios – sigmas) = 90%

p = proporção de características pesquisada no universo, calculado em porcentagem

q = 100 – p (em porcentagem)

N = tamanho da população = 100

d = erro de estimação permitido = 10%

Aplicando os valores das variáveis a fórmula para o cálculo da amostra, temos:

n= 46 (aproximadamente).

Foram abordados 46 (quarenta e seis) produtores da agricultura familiar, com margem de confiança de 90%, tendo como margem de erro 10%.

Os 46 (quarenta e seis) produtores da agricultura familiar escolhidos para realizar a pesquisa são moradores do P. A. Boa União, localizado no município de Unai/MG. Foram escolhidos por motivos de ter fácil acesso aos pesquisados e por ser uma região de bastante prática da agricultura familiar. Os pesquisados foram selecionados de forma aleatória, com o método por sorteio.

O P. A. Boa União possui cem famílias atualmente, teve início no ano de 1996, sendo que a associação foi constituída no ano de 1997 em busca de formalizar e legalizar as documentações dos lotes e outros interesses dos assentados. As informações relatadas foram retiradas por meio de levantamentos das atas, a primeira assembleia constituinte do assentamento foi no dia 01 de junho de 1997.

No dia 04 de junho de 1997, depois da constituição da associação, foi criado o Estatuto que rege a associação do P. A. Boa União. Com a criação desse estatuto, reuniram-se novamente no dia 26 de setembro de 1997, para discutir sobre valores a serem pagos à associação para fazer parte dela, em que decidiu inicialmente que todos os interessados em associarem teriam que pagar R\$2,00 reais para matrícula e de 4 em 4 meses pagar esse valor para a associação.

Com a criação da associação no assentamento do P. A. Boa União, houve muitas visitas técnicas da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Governo do Distrito Federal - EMATER-DF, pessoas de referência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Em 21 de julho de 1998 foi implantado o projeto para fornecimento de água para todos e a EMATER-DF ofereceu aos associados cursos de vaqueiro, horticultura e outros.

No dia 20 de agosto de 1998 os associados se reuniram para elaboração de projetos como rede de água e energia, os quais foram implantados no assentamento depois de algum tempo.

Atualmente a associação tem um trator para aração de terras dos associados, cobrando somente o combustível, também está em busca dos títulos das terras dos associados que vêm enfrentando muitas burocracias desde criação da associação.

Segundo Gil (2010), o processo de análise dos dados é baseado na codificação das respostas, tabulação dos dados através de planilhas e cálculos estatísticos. Para realizar a coleta de dados, o pesquisador pode utilizar a entrevista e/ou questionário. Este estudo optou pelo questionário, o qual o entrevistador pode elaborar um roteiro de perguntas para os entrevistados (LAS CASAS, 2014).

É importante destacar que, para a realização deste trabalho, foi utilizado o questionário estruturado, contendo 20 questões, de múltipla escolha, aplicado a 46 produtores.

A aplicação dos questionários foi realizada pelo próprio autor do trabalho, no período de 19 a 21 de agosto do ano corrente. Os questionários foram aplicados e realizados pessoalmente, no P. A. Boa União.

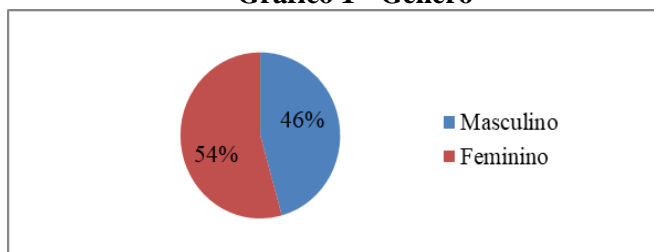
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta sessão são apresentados os resultados e a análise dos dados coletados, sendo importante lembrar que a proposta do trabalho foi analisar a percepção da comunidade do P. A. Boa União quanto aos benefícios que a constituição de uma associação pode proporcionar na comercialização de produtos da agricultura familiar. Os dados obtidos com os questionários foram tabulados e organizados em gráficos no formato de pizza, pois são de fácil entendimento e visualização.

4.1 PERFIL DOS ASSOCIADOS/ BENEFICIÁRIOS

Essa parte buscou apurar itens como gênero, idade, escolaridade, estado civil e há quanto tempo é produtor rural. O primeiro ponto abordado foi o gênero dos agricultores familiares, conforme apresentado no gráfico 1.

Gráfico 1 - Gênero

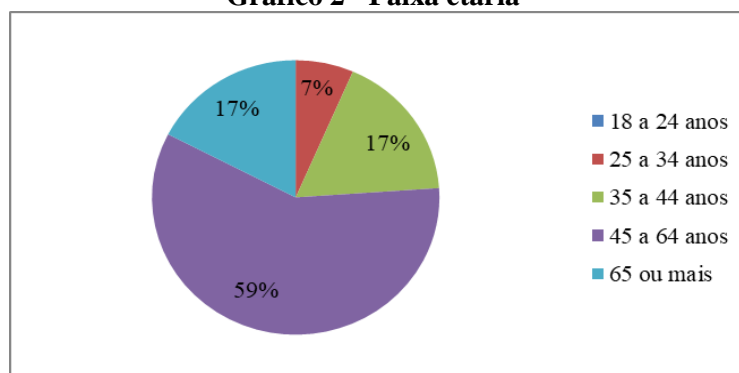


Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Percebe-se que dos 46 questionários aplicados 54% são gênero feminino e 46% masculino. O cenário da pesquisa apresentou um contexto oposto, prevalecendo o gênero feminino.

Também foi pesquisada a idade dos associados, gráfico 2.

Gráfico 2 - Faixa etária

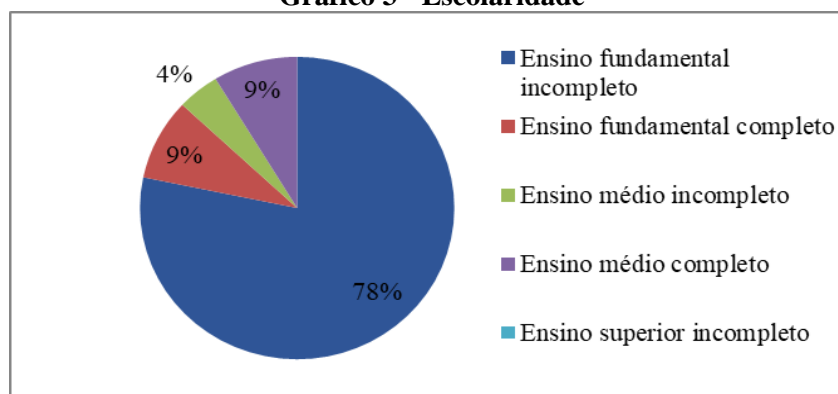


Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Quanto à faixa etária, 59% estão entre 45 e 64 anos, 17% de 35 a 44 anos, 17% acima de 65 anos e 7% entre 25 a 34 anos. Nota-se que a maioria dos participantes desta pesquisa são pessoas adultas.

Outro levantamento realizado foi o grau de escolaridade, apresentado no gráfico 03.

Gráfico 3 - Escolaridade

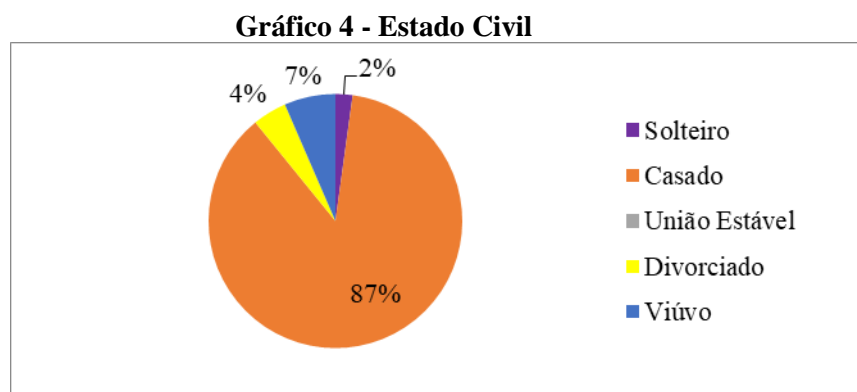


Fonte: Autora do trabalho, 2017.

A maioria, 78% dos associados têm o ensino fundamental incompleto, 9% ensino fundamental completo, 9% ensino médio completo, 4% ensino médio incompleto. O grau de formação fica a desejar, o que influencia diretamente na qualificação e formação dos agricultores, comprometendo o desenvolvimento de toda a propriedade.

Os níveis de escolaridade dos agricultores, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, são na maioria analfabetos ou analfabetos funcionais, isso gera dificuldades para os produtores, pois ao produzir não têm conhecimento do mercado e acaba tendo prejuízo no processo da cadeia produtiva, pois acaba comprando matéria-prima mais cara, os custos de produção se tornam mais elevados (ARAÚJO, 2013).

O estado civil dos agricultores também foi levantado, conforme exposto no gráfico 4.

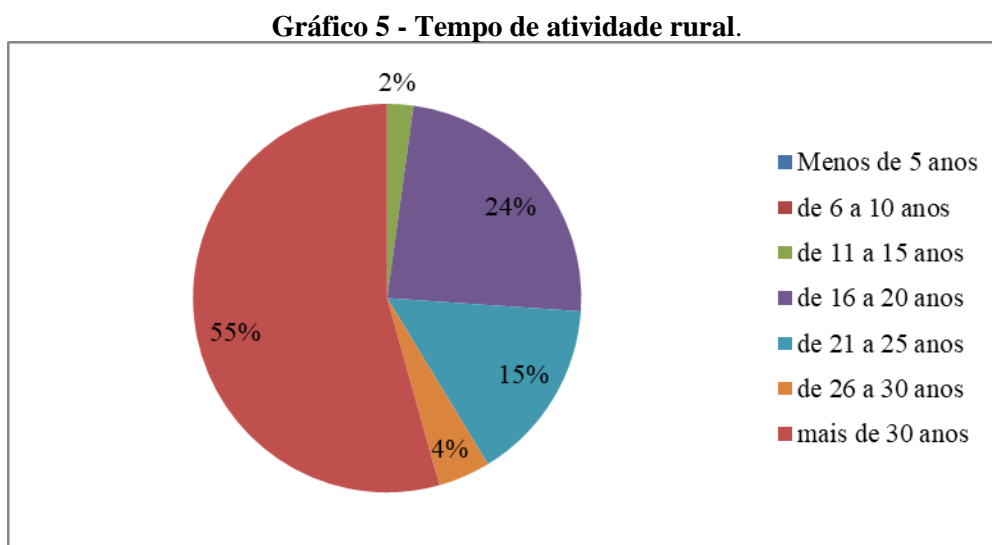


Fonte: Autora do trabalho, 2017.

A maioria dos agricultores, 87% são casados, os outros 7% são viúvos, 4% são divorciados e 2% solteiros. Portanto pode-se analisar que a maioria é casada e trabalha de forma familiar no assentamento.

Para Frantz (2009), umas das principais características da agricultura familiar é o trabalho de todos os membros da família na produção agrícola.

Por último, com a finalidade de levantar o perfil dos associados, foi apurado o tempo que o agricultor se encontra na atividade rural.



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Verifica-se que 55% dos produtores estão na atividade há mais de 30 anos; 24% por um período de 16 a 20 anos; 15% de 21 a 25 anos; 4% de 26 a 30 anos; e 2% de 11 a 15 anos.

A maioria se encontra na atividade com mais de 30 anos, o que demonstra que os produtores são experientes na atividade, mas que devido ao pequeno grau de formação não possui, muitas vezes, conhecimento suficiente para explorar ao máximo os recursos que tem dentro e fora da propriedade.

4.2 PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS NA ASSOCIAÇÃO DO P. A. BOA UNIÃO

Atividades econômicas atualmente desenvolvidas na propriedade.

Quadro 1 - Atividades que geram renda a família.

Atividades	Taxa de respondentes
Leite	27%
Galinha	23%
Ovo	14%
Horticultura	14%
Porco	8%
Mandioca	3%
Rapadura	3%
Farinha	2%
Biscoito	2%
Polvilho	2%
Polpa de fruta	2%

Fonte: Autora do trabalho, 2017.

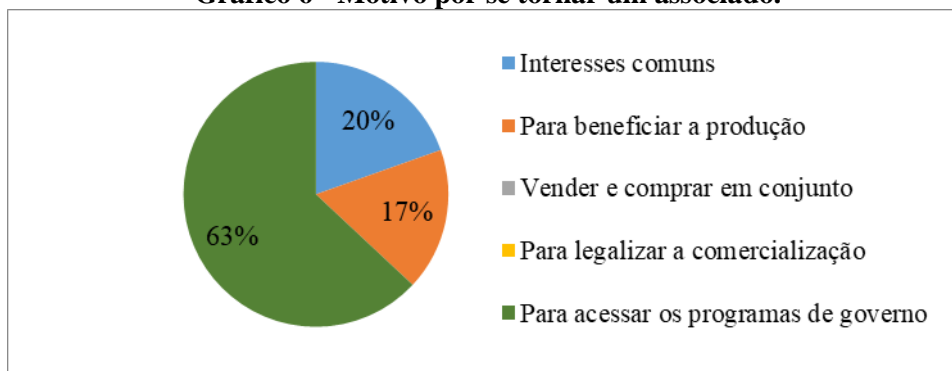
De acordo com a tabela acima, as atividades que geram renda para as famílias do P. A. Boa União é o leite, tendo na tabela acima 27% dos respondentes praticam essa atividade, 23% criam galinhas para venda e abates, 14% praticam a horticultura, 8% criam porcos para venda e abates, 3% planta e vende mandioca, e fabricam rapaduras, 2% praticam atividades como a fabricação de farinha, biscoito, polvilho e polpa de fruta.

É importante acreditar no associativismo e, sobretudo, na agricultura familiar como possibilidade de alcance de uma futura soberania alimentar para o Brasil (MORAES; FERNANDES, 2014).

Foi apurado se os produtores participam da associação do P. A. Boa União, sendo identificado que 100% dos produtores entrevistados participam da associação, por motivo de alcançar os objetivos de interesses comuns e trazer benefícios para a propriedade e para a produção.

Levantamento do motivo pelo qual os produtores rurais se tornarem associados.

Gráfico 6 - Motivo por se tornar um associado.



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

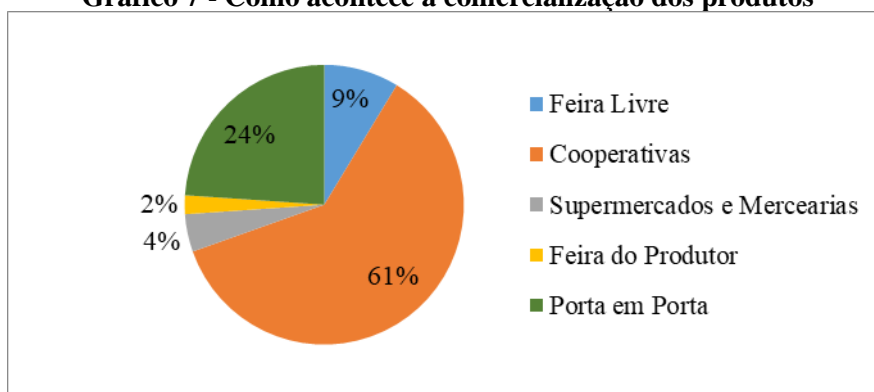
Assim, pode-se detectar que 63% dos residentes do P. A. Boa União tornaram-se associados por motivos de acesso a programas do governo, 20% por interesses comuns das pessoas, e 17% por ser uma forma para beneficiar a produção. Portanto, um dos principais motivos é o acesso a programas do governo.

É importante lembrar que a associação tem como objetivo ajudar os associados nas dificuldades que encontram, fortalecendo as relações e promovendo melhorias de forma coletiva, gerando benefícios e fornecendo serviços (JESUS, 2007).

Ao apurar se os associados utilizam a associação para comercializar seus produtos, foi detectado que 100% dos associados não utilizam a associação para comercializar seus produtos, pois quando se criou a associação, a finalidade era a busca de recursos, para a infraestrutura das casas, para correção do solo, construção de cercas, levar energia elétrica e água aos residentes do P. A. Boa União e comercialização não fazia parte.

Também foi identificado como acontece a comercialização da produção dos associados.

Gráfico 7 - Como acontece a comercialização dos produtos



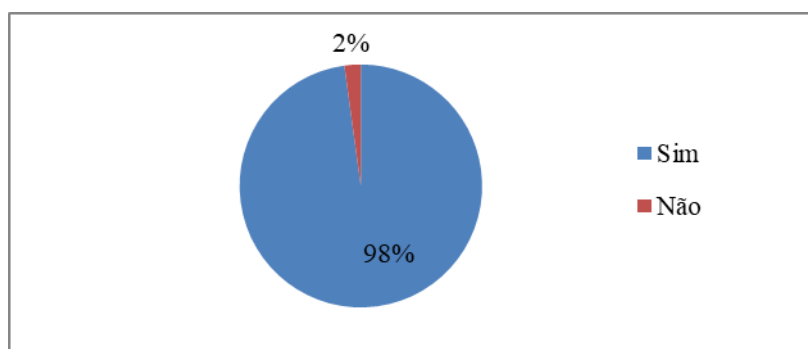
Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Percebe-se que 61% dos associados comercializam seus produtos em cooperativas, 24% comercializam de porta em porta, 9% comercializam em feiras livres, 4% entregam suas mercadorias em supermercados e mercearias, e 2% na feira do produtor. Esse grande percentual (61%) ocorre por trabalharem com um único produto (leite).

De acordo com Pontes e Santos (2015), o que leva os agricultores a continuarem vendendo seus produtos para os intermediários é a falta de tempo e habilidades para negociar e conduzir diretamente aos comerciantes.

Também indagou aos associados se houvesse uma associação específica para auxiliar e ajudar os mesmos na comercialização traria benefícios.

Gráfico 8 - Benefícios para comercialização através de uma associação.



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

De acordo com os pesquisados, 98% acreditam alcançar benefícios através de uma associação e 2% discordaram. Mesmo acreditando ter benefícios, apenas 17% dos produtores utilizam a associação para este fim.

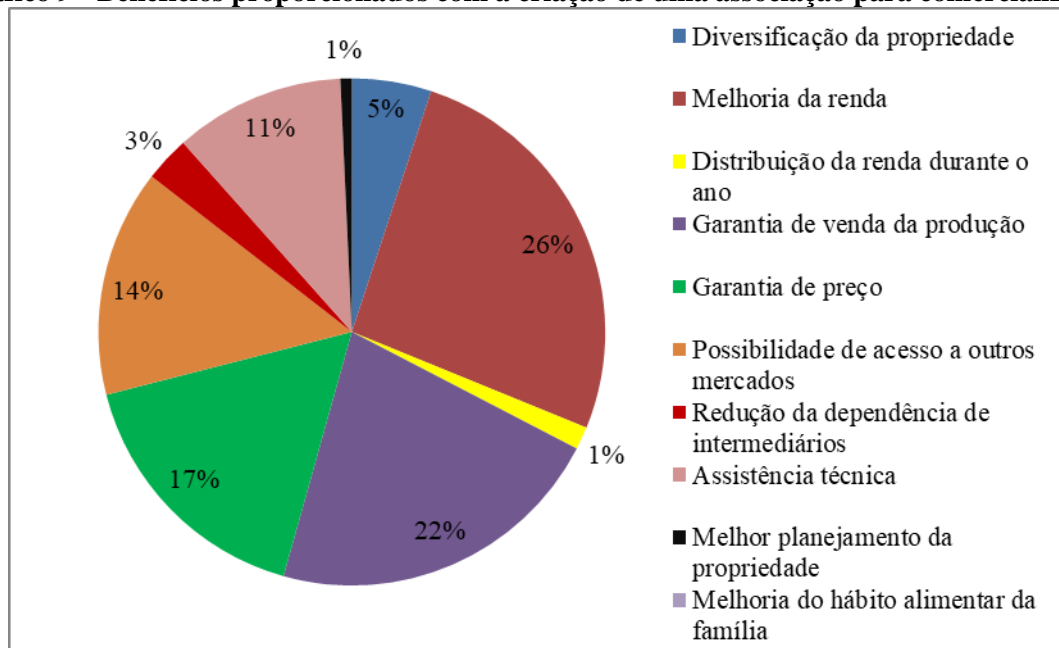
Para a agricultura familiar as associações são extremamente importantes, pois é através deste meio que conseguem apoio dos órgãos públicos e também para a comercialização da produção, onde agricultores que estão organizados em associações têm mais facilidade de atingir seus objetivos (MORAES; FERNANDES, 2014).

Complementando o ponto anterior, foi questionado sobre os benefícios que associados poderiam obter se houvesse a criação de uma associação específica para a comercialização dos produtos, cada pesquisado poderia marcar até três opções.

Dos pesquisados, houve percentuais significativos, pela ordem, 26% acreditam que poderia melhorar a renda da familiar, 22% acreditam que com a associação teriam garantia de venda da produção, 17% acreditam na garantia do preço da produção, 14% na possibilidade de acesso a outros mercados regionais, 11% na assistência técnica para auxiliar melhorias na produção, 5% na diversificação dos produtos entre eles, 3% acreditam que a criação da associação poderia diminuir intermediários na venda dos produtos e 1% na melhoria do planejamento da propriedade e teriam a distribuição da renda durante o ano.

O associativismo vem de compartilhar, repartir e ajudar uns aos outros, pois trabalhando de maneira coletiva pode-se ajudar alcançar objetivos maiores e de forma mais rápida possibilitando aos associados diversos benefícios (JESUS, 2007).

Gráfico 9 - Benefícios proporcionados com a criação de uma associação para comercialização.



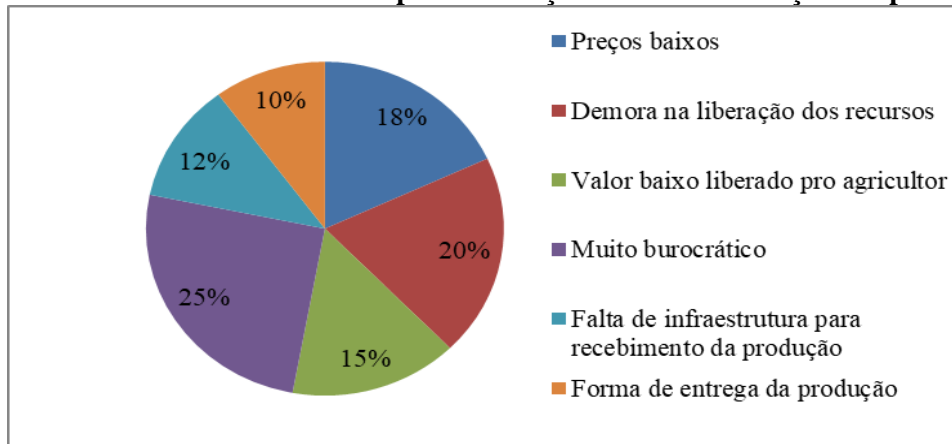
Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Outro ponto levantado, conforme gráfico 10, quais os desafios que poderiam encontrar caso os associados criassem esta associação específica, ressaltando que cada participante marcou três opções.

Verifica-se que 25% dos entrevistados optaram como um dos maiores desafios, a burocracia; 20% relataram a demorara na liberação dos recursos; 18% falaram dos preços baixos; 15% acharam muito baixo o valor dos recursos ou financiamentos liberados; 12% a falta de infraestrutura para o recebimento da produção; e 10% a forma de entrega.

Os mercados regionais podem proporcionar aos produtores da agricultura familiar meios de comercializar a produção, dando preferência na compra dos produtos, com mínima quantidade de agrotóxicos e mais saudáveis (PONTES; SANTOS, 2015).

Gráfico 10 - Desafios encontrados pela associação na comercialização dos produtos.

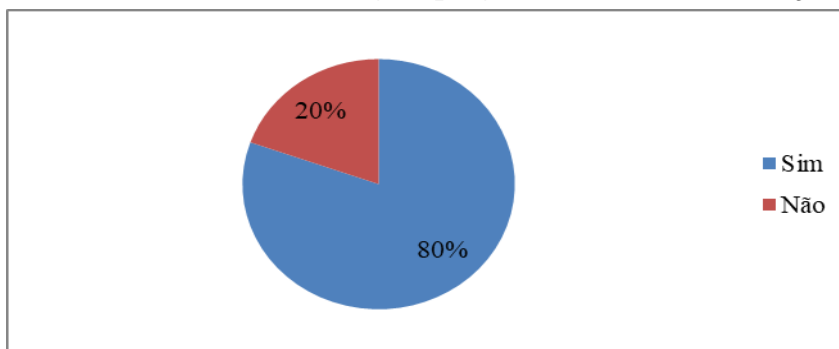


Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Também foi verificado se os associados já tiveram algum tipo de benefício através da associação do P. A. Boa União.

206

Gráfico 11 - Benefício de algum programa através da associação.



Fonte: Autora do trabalho, 2017.

Percebe-se que 80% dos associados já foram beneficiários de programas através da associação, podendo destacar financiamentos, recursos para melhoria na propriedade e infraestrutura das casas, e outros programas municipais que comprava a produção dos associados e entregava os produtos para as escolas, merenda escolar, os outros 20% disseram que não foram beneficiários.

A associação, para Ricciardi e Lemos (2000 apud IGNÁCIO; SOUZA, 2008), tende a beneficiar os associados, pois a produção do pequeno produtor familiar tende a ser marginalizada e excluída dos programas de desenvolvimento, onde o associativismo surge como uma solução para incluir estes no mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As associações são um instrumento de ajuda e apoio ao agricultor familiar e, por meio da união com outros produtores, têm uma força maior para a comercialização dos produtos, além de oferecer benefícios financeiros e capacitação para uma melhor produção.

Sendo assim, a problemática da pesquisa buscou analisar a percepção da comunidade do P. A. Boa União quanto aos benefícios que a constituição de uma associação pode proporcionar na comercialização de produtos da agricultura familiar, sendo que foram aplicados quarenta e seis questionários a agricultores.

Para atingir os objetivos e responder à questão problema, foi realizado um levantamento do perfil dos associados, sendo 54% são do gênero feminino, 59% possuem uma faixa etária entre 45 a 64 anos e 78% possuem ensino fundamental incompleto.

O primeiro objetivo específico se propôs a pesquisar as práticas de comercialização utilizadas pelos produtores da agricultura familiar, verificou-se que a maioria produz leite, pois é um produto de fácil comercialização e as cooperativas realizam a coleta. Os demais produtos são vendidos em feiras livres e de porta em porta.

O segundo objetivo específico foi identificar as dificuldades encontradas para a comercialização dos produtos da agricultura familiar, constatou-se a falta de oportunidade no mercado e a dificuldade de transporte dos produtos.

O terceiro objetivo específico se propôs a analisar os benefícios e desafios que uma associação pode proporcionar à agricultura familiar, mediante a pesquisa ficou claro que a criação de uma associação específica para a comercialização dos produtos da agricultura familiar pode ajudar os agricultores na comercialização da produção, como melhoria na renda das famílias, garantia de venda da produção, redução de dependência de intermediários, garantia de preço, acesso e oportunidades de comercializar em mercados regionais.

Como desafios, preços baixos de venda dos produtos, demora na liberação de algum recurso fornecido pelo governo e a burocracia que os agricultores enfrentam para pegar os recursos, exigências do mercado, pela qualidade dos produtos e falta de infraestrutura no transporte das mercadorias.

A problemática foi respondida e os objetivos atingidos, pois foram encontrados e analisados os benefícios que podem contribuir com a constituição de uma associação para a comercialização dos produtos da agricultura familiar na comunidade P. A. Boa União. Portanto, as associações podem ser consideradas de extrema importância para os pequenos produtores familiares.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, José. **Associativismo e cooperativismo**: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

APPOLINÁRIO, Fábio. **Metodologia da ciência**: filosofia e pratica da pesquisa. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARAÚJO, Malisson J. **Fundamentos do agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BALEM, Tatiana Aparecida. **Associativismo e cooperativismo**. Santa Maria: Rede e-Tec Brasil, 2016. Disponível em: <http://estudio01.proj.ufsm.br/cadernos_fruticultura/sexta_etapa/arte_associativismo_cooperativismo.pdf>. Acesso em: 19 de mar. 2017.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BATALHA, Mário Otávio; BUAINAIN, Antônio Márcio; HILDO FILHO, Meirelles de Souza. **Tecnologia de gestão e agricultura familiar**. Artigo, São Paulo: 2005. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/Tecnologia%20de%20Gest%C3%A3o%20e%20Agricultura%20Familiar.pdf>>. Acesso em: 22 de fev. 2017.

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**: Associativismo. Brasília: Mapa/SDC/Denacop, 2008.

CAUME, José David. **Agricultura familiar e agronegócio**: falsas antinomias. Goiás: Santa Cruz, 2009. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/846/1452>>. Acesso em: 22 mar. de 2017.

DAVILA, Ana Paula Iacovino. **O pequeno produtor de café no Brasil e na Colômbia**: necessidade do mercado ou necessidade social? São Paulo: Annablume, 2009.

DRUMOND, Vitória Resende Soares. **A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos**. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo/1.pdf>>. Acesso: 19 de mar. 2017.

FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Economia solidária**: um caminho para geração de renda e inclusão social. Publicação e apresentação. FBES: Brasília, 2006. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=109&Itemid=18>. Acesso: 11 de mar. 2017.

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia**. ed. Ijuí: Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>>. Acesso: 21 de fev. 2017.

_____. **Tecnologia e agricultura familiar**: uma relação de educação. Ijuí: Ed. Unijuí, 2009. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/963/Associativismo%20e%20cooperativismo%20e%20economia%20solid%C3%A1ria.pdf?sequence=1>>. Acesso: 21 de fev. 2017.

GANANÇA, Alexandre Ciconello. **Associativismo no Brasil**: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. 134 f. Dissertação (mestrado) — Universidade de Brasília: Brasília, 2006.

GAWLAK, Albino. **Cooperativismo**: primeiras lições. Brasília: SESCOOP, 2007.

GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo. **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GONÇALVES, Thais Joana Tito; SOBRINHO, Aparecido Pires de Moraes. **Economia solidária**: um caminho para a geração de renda e inclusão social.

Maringá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Geoinga/article/view/18502>>. Acesso em: 11 de mar. 2017.

IGNACIO, Olímpia Maria de Carvalho; SOUZA, Eliane Moreira de Sá. **Gestão estratégica aplicada ao cooperativismo solidário**: uma alternativa de fortalecimento para os agricultores familiares. Goiânia: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/885.pdf>>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

JESUS, Ronaldo Pereira de. **Associativismo no Brasil do século XIX**: repertório crítico dos registros de sociedades no Conselho de Estado. Revista de história: Juiz de Fora, 2007.

Disponível em:

<<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2714/2116>>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de marketing**: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 5. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MARCONI, Marina de Andrade; EVA, Maria Lakatos. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MORAES, Eriberto Pinto; FERNANDES, Maria José Costa. **Agricultura familiar e agroecologia**: uma análise de associação dos produtores da feira agroecológica de Mossoró. Rio de Janeiro: 2014.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

MOREIRA, Roberto José; COSTA, Luiz Itávio de Carvalho. **Mundo rural e cultural**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio. **A autogestão e o “novo cooperativismo”**. Brasília, maio de 2004. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/prog_autogestaocooperativismo.pdf>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2017.

PONTES, Alzair; SANTOS, Moacir. **Produção e comercialização em assentamentos rurais**: estudo do caso do assentamento. São Domingos dos Olhos D'Água. Goiás: Morrinhos, 2015. Disponível em:

<<http://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/article/view/MAv16n33a06>>. Acesso em: 22 de fev. 2017.

PROJETO GERART. **Associativismo**: União de pessoas por um objetivo comum. Paraná: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2009. Disponível em:

<http://projetos.unioeste.br/projetos/gerart/apostilas/apostila2.pdf>. Acesso em: 13 de mar. 2017.

RECH, Daniel. **Cooperativas: uma alternativa de organização popular**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. Atlas. São Paulo, 1999.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SAMPIERE, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. ver. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

VERRI, Lewton Burity. **Desenvolvendo o cooperativismo empreendedor**. São Paulo: Barra Mansa, 2011. Disponível em:
https://books.google.com.br/books?id=BqNJBQAAQBAJ&pg=PA102&dq=cooperativismo&hl=ptBR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=cooperativismo&f=false. Acesso em: 19 de mar. 2017.

VIANELLO, Luciana Peixoto. **Métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Educ, 1999. Disponível em: < http://disciplinas.nucleoad.com.br/pdf/Livro_mtp.pdf > Acesso em: 21 de mar. 2017.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso 2016.

INFLUÊNCIA DE DIFERENTES CEPAS DE *Trichoderma* spp. NA CULTURA DE TOMATE

RODRIGUES, Reimário de Castro¹
FERREIRA, Marinaldo Loures²
DIAS, Sônia Cristina Jacomini³

RESUMO: O tomate (*Lycopersicon esculentum*) é uma planta consumida tanto beneficiada como *in natura*, é uma das hortaliças de maior importância econômica e alimentar no Brasil, e devido à grande demanda deste produto, seu cultivo vem sendo cada vez mais intensificado e com isso começa a ter o aumento de alguns limitantes, como a resistência de pragas e o surgimento de patógenos de solo que, direto ou indiretamente, interfere no desenvolvimento produtivo do tomate. Devido ao crescente aumento das pragas e doenças nessa cultura e a necessidade de se manter um produto em quantidade e de qualidade na mesa do consumidor, surge então fungos do gênero *Trichoderma* spp., que são utilizados como agentes de controle biológico e indutores de crescimento em plantas, além de ser antagonista a outros fungos patógenos de solo que resulta no controle das principais doenças da cultura, ainda agem como solubilizadores de fosfato funcionando como uma ponte entre o nutriente e o sistema radicular. Entretanto, poucos estudos foram realizados sobre os aspectos morfológicos e anatômicos da interação entre *Trichoderma* spp. e plantas. Com base em seus inúmeros benefícios este trabalho propôs avaliar a influência de diferentes cepas do fungo no desenvolvimento do tomateiro, onde foi utilizado duas espécies de *T. harzianum* com as cepas ESALQ 13065 e IBLF006 e uma de *T. asperellum* com a cepa URM5911. Foram feitas 3 aplicações após o plantio com intervalo de 30 dias uma da outra, sendo a primeira no transplantio, onde se teve como objetivo, avaliar com 90 dias da cultura no campo cinco parâmetros; a produção, tamanho de planta, peso da parte aérea, número de cachos e número de frutos por cachos. Experimento este realizado a campo. O delineamento experimental foi em blocos casualizados, com 4 tratamentos, 6 blocos onde cada um dos 4 tratamentos se apresenta uma única vez em cada bloco, totalizando 24 parcelas com 16 plantas em cada. Foram coletados os dados das 4 plantas centrais eliminando assim o efeito bordadura. Após os 90 dias o experimento foi encerrado e as médias das variáveis foram analisadas por meio do teste de Tukey, utilizando-se o programa estatístico ASSISTAT. Foi observado que não houve nenhuma diferença estatística significativa entre os tratamentos em nenhum dos parâmetros avaliados.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Fungo. *Lycopersicon esculentum*.

1 INTRODUÇÃO

O tomate (*Lycopersicon esculentum*), denominado como uma hortaliça, fruto da família itálico, é originário da América Central e do Sul. Inicialmente, o tomate era considerado uma planta ornamental, pois era tido como planta venenosa pelos europeus. Somente a partir do século XIX que essa cultura veio a ganhar sua popularidade para, então se

¹ Bacharel em Agronomia – FACTU.

² Bacharel em Engenharia Civil, Especialista em Geoprocessamento e Georreferenciamento, Pós-graduando em MBA Executivo em Coaching – UCAM.

³ Graduação em Habilitação plena em Biologia – UNI MAUÁ, Especialista em Biologia Evolutiva – UNIFRAN, Mestrado em Ciências Genômicas e Biotecnologia – UCB/DF, Professora do Curso de Agronomia da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai - FACTU.

tornar uma das hortaliças mais utilizadas na culinária brasileira e com uma expressiva quantidade de áreas plantadas em todo o território nacional, destacando o estado de Goiás, responsável pela maior produção de tomate do Centro-Oeste e do país.

A quantidade de nutrientes extraída pelo tomateiro é relativamente pequena até o aparecimento das primeiras flores, daí em diante, a absorção aumenta e atinge o máximo na fase de pegamento e crescimento dos frutos, porém a eficiência de absorção dos nutrientes pela planta é baixa, exigindo uma adubação em grande quantidade.

Com o aumento dos cultivos do tomate no Brasil, para atender à demanda de mercado, começaram a surgir pragas e doenças do tomateiro, deixando um pouco mais difícil e oneroso o seu cultivo. Para o controle dessas doenças, acaba sendo utilizado uma grande variedade de agrotóxicos, que deixa resíduos no produto final, visto que, este será consumido *in natura*. Para atender à procura, cada vez maior, de produtos e alimentos livres de resíduos deixados pelas aplicações destes agrotóxicos, o controle biológico de pragas e doenças constitui-se uma importante alternativa.

Algumas linhagens de *Trichoderma* destacam-se por possuírem habilidades como a supressão de doenças, a solubilização de fosfatos e a produção de fitormônios, ainda contribuindo no controle de fitopatógenos e na promoção de crescimento vegetal devido a sua versatilidade de ação, como parasitismo, antibiose e competição, além de atuarem como indutores de resistência das plantas contra doenças e disponibilizarem melhor os nutrientes para a planta.

Diante do exposto, o objetivo do trabalho foi avaliar a influência de diferentes cepas de *Trichoderma spp.* na cultura do tomateiro.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CULTURA DO TOMATE

Taxonomicamente, o tomateiro pertence à classe itálico, ordem itálico e família itálico; classificado por Miller, em 1754, como *Lycopersicon esculentum* Mill, pois, até então, segundo Linnaeus, o tomate fazia parte do gênero itálico, adquirindo a denominação *Solanum lycopersicon* L. (ALVARENGA, 2004).

O plantio de tomate no Brasil é feito o ano todo, segundo Raij et al. (1996), visto que cada região tem suas épocas em que a cultura se adapta melhor, embora muitos produtores plantem em períodos menos favoráveis.

O tomate no mundo ocidental ocupa um lugar proeminente dentre as hortaliças já cultivadas, sendo um produto de consumo universal (FILGUEIRA, 1982). No Brasil é uma das hortaliças mais produzidas, chegando a cerca de 1,5 milhão de toneladas por ano. Teve sua origem nas regiões andinas do Equador, Bolívia e Peru como centro primário, sendo chamado pelos indígenas de jitomate ou tomati (EMBRAPA, 1993).

Porém, ainda se acredita que sua domesticação ocorreu no México, seu centro de origem secundário de onde iniciou sua parte de melhoramento; entrou na Europa pela Espanha nos anos de 1523 a 1554 devido ao seu alto teor de toxicidade, cultivado como uma planta ornamental e não na culinária (FILGUEIRA, 2000).

Conforme Anater (2016), o nono lugar na escala de produção do tomate é o Brasil, com uma área plantada com cerca de 142.936 hectares em meados anos de 2009, com acréscimo de 2,7% se comparado com a safra anterior, embora seu cultivo seja bastante expansivo aos estados brasileiros de maior produtividade, seguidos por Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Bahia entre outros, onde 70% é destinado ao consumo itálico, e a indústria absorve o restante, no entanto é uma luta incansável para suprir a demanda do mercado, uma vez que essa hortaliça não possui grande resistência aos patógenos de solo.

Em 2013, o Brasil produziu 4.187.646 milhões de toneladas de tomate, superando as safras anteriores, o ranque de produção foi atualizado, sendo o estado de Goiás o maior produtor nacional, seguidos de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia. Na região Nordeste, a Bahia é o maior produtor, apresentando em 2013 uma produção de 201.842 mil toneladas, o que corresponde a 44% da quantidade produzida na região (IBGE, 2013).

As flores do tomateiro são hermafroditas e agrupam-se em cachos, o que traz dificuldade na fecundação cruzada, devido a esse fator, quando se plantam duas cultivares diferentes uma do lado da outra o sucesso em se obter frutos híbridos do cruzamento naturalmente é menor do que 5%, (FILGUEIRA, 1982). O tomate, por ser uma cultura de caule herbáceo e com boas produtividades obriga-se a fazer sua condução ou tutoramento, com exceção das cultivares conduzidas rasteiras para escala industrial. Adaptado ao clima tropical e altitude subtropical, porém suporta mudanças drásticas de clima. Para que ocorra uma boa floração e frutificação, as temperaturas não devem ser muito altas, devem oscilar entre 18 a 25°C, caso ultrapasse muito essa temperatura pode vir a acarretar perdas na produção (EMBRAPA, 2009).

O tomateiro é considerado, dentre as hortaliças, uma das espécies mais exigentes em adubação. Portanto, conhecer as exigências nutricionais, os principais sintomas de deficiências e o modo de corrigi-las é fundamental para o êxito da cultura. A absorção de nutrientes pelo tomateiro é baixa até o aparecimento das primeiras flores, daí em diante, a absorção aumenta e atinge o máximo na fase de pegamento e crescimento dos frutos (entre 40 e 70 dias após o plantio), voltando a decrescer durante a maturação dos frutos (MOURA E ZANIN, 1998).

Para Silva e Giordano (2000), a escolha do melhor híbrido de tomate é uma etapa crucial para o sucesso, primeiramente o produtor deve avaliar a aceitação do comprador, depois optar por híbridos que se adaptem melhor à região, com resistência a doenças, nematóides e outras que se manifestam na região ou até na área a instalar a cultura.

Segundo Fernando e Oliveira (2002), a quantidade de nutrientes extraída pelo tomateiro é relativamente pequena, mas a exigência de adubação é muito grande, pois a eficiência de absorção dos nutrientes pela planta é baixa. Para os fertilizantes fosfatados, por exemplo, a taxa de absorção é de aproximadamente 10%. O restante fica no solo, na forma de resíduo, podendo ser absorvido por plantas daninhas, ser transportado pela água ou ser retido pelas partículas do solo (FERNANDO e OLIVEIRA, 2002).

A cultura do tomateiro é caracterizada por dois hábitos de crescimentos distintos: hábito indeterminado que é o crescimento de boa parte das culturas onde há o tutoramento ou poda para que a cultura alcance teto máximo em produção, e essas cultivares são criadas especialmente para cultivos rasteiro, no caso do tomate as hastes podem chegar a medir aproximadamente 1 metro (FILGUEIRA, 2000)

Nos últimos anos os melhoristas vem obtendo bons resultados em relação ao cultivo do tomateiro, aumentando assim o número de cultivares plantadas em escala industrial assim como para o consumo itálico (FILGUEIRA, 1982).

2.2 MERCADO ECONÔMICO

O cultivo e a produção de hortaliças têm grande importância social e econômica para a comunidade em geral, haja vista que é uma atividade produtora de alimentos, gera emprego e renda, fortalece a agricultura familiar, diminui o êxodo rural, além de desenvolver a região produtora (VILELA, 2012).

No período de 2005 a 2011, foram produzidas no Brasil 126.358 mil toneladas de hortaliças, com uma produção média de 21.059,66 mil toneladas, ocupando uma área média

de 933 mil hectares, segundo Vilela (2012), houve um crescimento de aproximadamente 22% na produção brasileira de hortaliças de 2001 a 2011.

Dentre as várias hortaliças produzidas no Brasil, algumas se destacam pelo alto consumo, como: mandioca, batata-inglesa e tomate chegando a uma produção média em agosto de 2013 de 3.838.092 toneladas com um crescimento de 1% se comparado com julho de 2013. O cultivo do tomateiro tem uma expressiva quantidade de áreas plantadas que se faz presente em todo o território nacional, destacando os estados de maior produção: Goiás com 32,1% da produção, São Paulo com 17,6%, Minas Gerais com 13,5%, Paraná com 7,3%, Bahia com 5,1% e seguido por Rio de Janeiro com um total de 4,7% fechando o ano de 2013 com essas regiões de alta produção no Brasil (IBGE, 2013). O estado de Goiás, em 2014 foi o responsável pela maior produção de tomate do Centro-Oeste e do país, com uma produtividade de 88.047 kg/ha (IBGE, 2014).

O tomate de mesa cultivado no Brasil, segundo IBGE, 2014, contribuiu com 76% da produção (aproximadamente 3,3 milhões de toneladas) e os 24% restantes destinaram-se ao processamento industrial (1 milhão de toneladas). Trata-se de uma hortaliça de elevada importância socioeconômica, possuidora de propriedades alimentícias benéficas à saúde humana e por ser uma cultura reconhecida como poderosa fonte geradora de emprego, direta ou indiretamente, e renda em todos os segmentos de sua cadeia produtiva (SILVA E GIORDANO, 2000). Segundo Rodrigues (2012), a cadeia produtiva do tomate gera cerca de 300 mil empregos, e movimentada, em termos de mão de obra, o montante de R\$ 280 milhões.

Na safra de 2014/15, o fator clima foi o grande vilão da vez, com estiagem no Sudeste, menos chuva no Nordeste, enquanto Minas e São Paulo foram castigados pela falta de chuva, com os altos custos de produção, afetou seriamente a rentabilidade não só do tomate, mas também de várias outras lavouras. Na safra seguinte 2015/16, continua com custos elevados devido à alta do dólar, com insumos, defensivos, sementes, energia e mão de obra mais caros; o sistema produtivo de tomate ficou oneroso deixando a rentabilidade em baixa, pois, além do cultivo do tomateiro, o produtor precisa ter conhecimento sobre a tecnologia a ser empregada, ou contratar alguém que tenha esse conhecimento para ajudá-lo, não tendo tal conhecimento os custos de produção têm subido muito, principalmente quando se aplica uma tecnologia visando trazer benefícios ao produtor, ao meio ambiente, ao colaborador (mão de obra) e ao consumidor, que está cada dia mais exigente (ANATER, 2016).

2.3 MICRORGANISMOS PROMOTORES DE CRESCIMENTO DE PLANTAS

Para melhorar a produção agrícola convencional, necessita-se de técnicas alternativas, como o uso de microrganismos benéficos capazes de promover crescimento de plantas, que vem ganhando espaço em várias partes do mundo (ROMEIRO, 2007)

Há um nicho de grande densidade e diversidade de microrganismos no solo caracterizado por rizosfera (BARBOSA et al., 2015).

Em 1904, Hiltner denominou de rizosfera a região adjacente às raízes a qual sofre influência direta de sua presença e que tem constituição microbiana diversificada e diferenciada do solo distante das raízes, onde ocorrem diferentes relações bióticas, incluindo a ação de microrganismos decompositores, herbívoros, patógenos, predadores e simbioses constituindo-se um ecossistema complexo (HINSINGER e MARRSCHNER, 2006; HARTMANN et al., 2008; EISENHAEUER, 2012).

Os organismos encontrados na rizosfera, como, por exemplo bactérias e fungos são geralmente estudados devido aos seus efeitos benéficos na sanidade e crescimento das plantas. Estes são classificados como: bactérias fixadoras de nitrogênio, fungos micorrízicos,

rizobactérias promotoras de crescimento das plantas (RPCP), organismos de controle biológico, fungos micoparasíticos e protozoários (MENDES et al., 2014).

Após colonizarem a raiz da planta, os organismos encontrados na rizosfera, possuem vários mecanismos de ação tais como: produção de vitaminas, eliminação de microrganismos prejudiciais às plantas, produção de fito hormônios vegetais como auxinas, giberelinas e citocinas, fixação de nitrogênio, solubilização de fosfato, disponibilização de micronutrientes e minerais, como ferro, manganês e magnésio, facilitando assim a absorção de ferro. Tendo ainda por benefício, alterações benéficas na morfologia e no crescimento do sistema radicular responsáveis pela absorção de nutrientes e conseqüentemente o aumento no nível de defesa da planta (ROMEIRO, 2007).

Para o crescimento e desenvolvimento das plantas, muitas das vezes, os nutrientes encontram-se em formas não disponíveis às plantas, assim, destaca-se a relevância de uma parcela da comunidade microbiana benéfica por sua habilidade em mineralizar fósforo (P) orgânico e solubilizar P inorgânico, permite a liberação deste elemento assimilável às plantas acarretando um melhor desempenho em relação a essa interação como fósforo (SOUCHIE e ABBOUD, 2007)

Dentre os microrganismos conhecidos como promotores de crescimento, encontram-se alguns gêneros bacterianos que mais se destacam como *Pseudomonas*, *Bacillus*, *Serratia*, *Azospirillum* e *Azotobacter* (ZAADY et al., 1993; RODRÍGUEZ e FRAGA, 1999), fungos micorrízidos arbusculares e algumas espécies de *Trichoderma* (HARMAN et al., 2004), podendo ainda destacar que *Trichoderma* spp. pode estar presente no córtex do sistema radicular na parte externa, semelhante a micorrizas, além disso, a presença de *Trichoderma* spp. já foi constatada em raízes de milho, mesmo quando feito no tratamento de sementes juntamente com fungicida (RESENDE et al., 2004).

A passagem dos vegetais do ambiente aquático para o ambiente terrestre, em eras geológicas passadas, exigiu adaptações que permitiram aos mesmos extrair do solo, os elementos minerais indispensáveis a sua formação e metabolismo, porém muitos destes elementos estão de forma em que a planta não consegue absorvê-los. Devido a este fator as associações entre fungo e planta o chamado mutualística, vem ganhando espaço a cada dia. O fungo penetra nas células vivas da planta hospedeira sem causar danos e, ao mesmo tempo, estabelece um íntimo contato de suas hifas com os agregados e a microbiota do solo, essa associação formada pelo fungo com as raízes da planta, é conhecida como micorrizas (BRANCO et al., 2001).

Assim a planta fornece ao fungo carboidratos, obtidos através da fotossíntese, e o fungo, através da rede de hifas externas, capta nutrientes imóveis do solo e os transfere a planta hospedeira. Para que esta associação seja benéfica para ambos, é necessário uma baixa, mas suficiente quantia de fósforo disponível no solo, pois se a quantia de fósforo disponível foi muito baixa, a associação mutualística do fungo com as raízes da planta pode-se tornar uma associação de parasitismo, pois o fungo passa a competir com a planta pelo nutriente. Quando o solo tem uma alta quantia de fósforo disponível, a planta pode obter a quantia suficiente do nutriente, sem a precisar do fungo, portanto, nessa situação, nem sempre ocorre a formação de micorrizas (CARDOSO, 1992).

O uso de diversos microrganismos como bioestimulantes e biofertilizante do crescimento de plantas, como os citados acima, tem sido estudado por pesquisadores em várias espécies vegetais. Porém, os mecanismos que induzem a esse crescimento ainda carecem de novas abordagens científicas, especialmente no que concerne à sua capacidade de disponibilização de micronutrientes e à sua capacidade de produção de análogos fitormônios como o ácido indolacético (AIA) (HARMAN et al., 2004).

Para Novais e Smyth (1999), o fósforo é o nutriente mais limitante da produtividade de biomassa em solos tropicais ricos em ferro e alumínio, porém, a alta estabilidade entre

esses elementos e o fósforo tem como consequência sua indisponibilidade no sistema radicular das plantas, o que, segundo Malavolta (1987), o fósforo tem grande importância para o funcionamento da planta, como, por exemplo, na constituição de compostos energéticos como a adenosina trifosfato (ATP).

3 METODOLOGIA

O experimento foi realizado na Escola Agrícola de Unaí – Escola Estadual Juvêncio Martins Ferreira localizado na BR 251, Km 282 em Unaí-MG. A variedade de tomate trabalhada neste experimento é a híbrida Inox, onde foram utilizadas três cepas comerciais de fungos do gênero *Trichoderma*: as cepas o IBLF006 (1×10^{10} UFC/g) e ESALQ 1306 (6×10^9 conídios viáveis/ml); ambos classificados *Trichoderma harzianum* e a cepa URM 5911, classificada com *T. asperellum* (1×10^{10} UFC/g).

Para a avaliação do efeito de diferentes cepas do fungo *Trichoderma* spp. na cultura do tomateiro, foram realizados quatro tratamentos em um delineamento experimental em blocos casualizados (DBC) com seis blocos e quatro repetições totalizando vinte e quatro parcelas com 13 m² cada no total, contendo dezesseis plantas por parcela. Foram utilizadas as quatro plantas centrais de cada parcela para avaliação, sendo descartadas as doze das laterais para evitar o efeito bordadura. Os tratamentos foram distribuídos da seguinte forma: T1 - testemunha (sem *Trichoderma*); T2- ESALQ13065; T3 - IBLF006; T4 - URM5911.

As mudas de tomate foram semeadas no dia 26 de abril de 2017, na casa de vegetação da própria faculdade. Para isto, foram utilizados tubetes contendo substrato comercial à base de fibra de coco. As sementes comerciais obtidas já estavam tratadas para evitar que insetos danifiquem seu embrião, contribuindo para o insucesso da germinação. A casa de vegetação apresenta uma estufa coberta de plástico, com um sistema de irrigação por micro aspersão, onde foi acionada automaticamente a irrigação nos horários mais frescos do dia, pela manhã e à noite. As mudas ficaram na casa de vegetação até estarem prontas para o transplântio em campo aproximadamente 35 dias após semeadura (DAS).

O solo onde foi realizado o experimento é um latossolo vermelho muito argiloso, sendo corrigido, conforme análise de solo em anexo 1 e 2, no qual além da adubação química recomendada para a cultura do tomateiro, foi incorporado ao solo cinco litros de esterco bovino por cova de plantio, para facilitar o desenvolvimento do sistema radicular da planta. A irrigação utilizada foi o sistema de gotejo, porque se tem um melhor aproveitamento da água pela cultura, fazendo com que a mesma atinja sua capacidade de campo mais rápida.

Devido ao tomate ser uma planta de consistência herbácea, foi necessário fazer o tutoramento, para que a mesma não fique acamado, contribuindo para incidência de doenças com patógeno de solo. Este tutoramento foi feito todo com madeira de eucalipto tratada e arame para a sustentação da planta. O sistema de irrigação foi via gotejo em linhas individuais, as covas foram feitas no início do mês de maio, estas por sua vez bastante profundas (0,7 m) para o melhor desenvolvimento do sistema radicular do tomate, onde foi adicionado 100 gramas de calcário causídico por cova para corrigir o pH do solo, uma vez que a cultura é bastante exigente em fonte de cálcio, posterior foi incorporado 5 litros (l) de esterco bovino e acionado a irrigação até a realização do transplântio.

O transplântio foi realizado no dia 09 de junho do mesmo ano, 44 dias após a semeadura, antes de a muda ser colocada na cova de plantio foi realizada a primeira aplicação de *Trichoderma* das cepas ESALQ13065 e IBLF006 de acordo com orientações do fabricante (ESALQ13065 = 333 gramas por hectare e IBLF006 = 50 gramas por hectare), já a cepa URM5911 a primeira aplicação ocorreu após sete dias do transplântio, sendo essa a recomendação do fabricante assim com a dose de 150 gramas por hectare. Para ambos, os tratamentos e aplicações o fungo foi diluído em 32 ml de água e a aplicação foi realizada com

a utilização de uma seringa de 5 ml descartável onde foi injetado 2 ml da solução em cada planta diretamente no centro do sistema radicular.

O experimento foi mantido por um período de 90 dias contados a partir do transplante das mudas e os parâmetros avaliados por planta foram: (1) número de cachos formados; (2) número de frutos por cachos; (3) produtividade média (g.planta^{-1}) pesados em balança eletrônica; (4) comprimento médio da parte aérea e (5) peso fresco de parte aérea (g.planta^{-1}), aos 90 dias após transplante das mudas.

Segmentos de dois a cinco centímetros de raízes das plantas adultas, foram coletadas, lavadas e inoculadas em placas de Petri contendo meio de cultura BDA, deixadas em câmara tipo BOD com fotoperíodo de 12 horas, para se comprovar a colonização das raízes pelas cepas de *Trichoderma* utilizadas.

As médias das variáveis foram analisadas por meio do teste de Tukey a 5% de probabilidade, utilizando-se o programa estatístico ASSISTAT 7.7 beta 2016 (SILVA e AZEVEDO, 2016).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A associação do *Trichoderma spp.* no tomate reflete a importância da simbiose entre plantas e microrganismos, fato observado naturalmente no ecossistema e que instiga estudos com o intuito de melhorar o desenvolvimento e o crescimento da planta, contribuindo para a produtividade agrícola. Os resultados deste trabalho, o qual foi colhido a campo referente à influência de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma* no desenvolvimento do tomateiro, estão representados nas tabelas a seguir.

Com relação ao peso médio dos frutos (Tabela 1), não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos e a testemunha. Neste caso, as plantas da testemunha desenvolveram-se melhor do que as plantas inoculadas com *Trichoderma*.

Tabela 1 - Peso médio da produção (Kg) de frutos de tomates colhidos aos 90 dias após o transplante com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Produção (Kg/planta)
Testemunha	3,45 a
ESALQ 13065	3,05 a
IBLF 006	3,24 a
URM 5911	3,24 a
Média	3,25
CV%	20,84

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

O solo para a implantação deste experimento foi todo corrigido conforme análise de solo para ambos os tratamentos, porém, mesmo com a função do fungo em ter como uma das características a solubilização de fósforo que atua no desenvolvimento da planta, em relação a testemunha, não apresentou resultado significativo para com o tamanho planta.

Ishimura et al (2008), em trabalho desenvolvido com dois isolados de *T. harzianum* na cultura do tomate, obtiveram um incremento na produtividade final de 57% em todo o ciclo da cultura, contrário ao observado neste trabalho.

Harman (2006), em trabalho com plantas de milho, relatou que as mesmas não apresentaram aumento significativo de produtividade. Lima (2014) inoculou sementes de *Brachiaria brizantha* com o fungo *T. harzianum* e observou que a presença do fungo não promoveu incremento de produtividade.

Fungos do gênero *Trichoderma* devido aos seus benefícios para a planta, contribuem no quesito de aumento de produtividade, fato não observado neste experimento, que pode ter sido em consequência das condições de cultivo, como solo, água e os nutrientes fornecidos a planta de tomate, assim como a variedade utilizada que foi de boa genética já oferecendo boas condições à planta, já que segundo Harman (2006), o fungo *T. harzianum* apresenta melhores resultados em variedades de baixo nível tecnológico que não tenha passado por melhoramento genético ou está sob alguma condição de estresse biótico (doença de solo, antracnose e/ou ferrugem) ou os próprios fatores abióticos como solo compactado, déficit hídrico e deficiência de nutrientes.

Também Harman (2006) relatou que alguns híbridos de milho apresentaram comportamento diferente dos demais, quando inoculados com *T. harzianum*; onde houve estagnação da planta e até mesmo redução na produtividade, o que levanta a hipótese de ter ocorrido o mesmo com o híbrido Inox trabalhado no presente trabalho.

A tabela 2 mostra que não houve diferença estatística significativa entre os tratamentos e a testemunha, onde todos apresentaram praticamente a mesma altura de planta, em torno de 2m.

Tabela 2 - Tamanho da planta (m) de plantas de tomate aos 90 dias após o transplantio com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Tamanho de planta (cm/planta)
Testemunha	2,36 a
ESALQ 13065	2,41 a
IBLF 006	2,37 a
URM 5911	2,42 a
Média	2,39
CV%	4,51

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Benítez et al. (2004) e Stewart e Hill (2014) ressaltam que *Trichoderma* deve ser utilizado com critério, uma vez que a promoção do desenvolvimento pode ser altamente variável devido a vários fatores limitantes, incluindo tipo de cultura, condições de desenvolvimento, taxa de inóculo e tipo de formulação e ainda, conforme Machado et al., (2015), a ação dos fungos promotores de crescimento vegetal, como o *Trichoderma*, é específica e podem variar conforme o ambiente, a disponibilidade de nutrientes e a interferência de outros microrganismos presentes no solo.

Rubio et al., 2012, trabalharam em ensaios itálico e itálico com *T. harzianum* CECT 2413 (T34), *T. virens* Gv29-8 (T87) e *T. hamatum* IMI 224801 (T7) e revelaram que essas cepas afetaram o crescimento e o desenvolvimento de raízes laterais em plantas de tomate de diferentes maneiras, T87, afetou negativamente e T34 teve efeito positivo. Eles justificaram que, como a interação entre *Trichoderma* e plantas é dinâmica, os efeitos negativos que foram observados nas interações T87-tomate podem estar relacionados com a concentração de fungos utilizada, o material da planta, o estágio de desenvolvimento da planta ou o tempo da interação.

Foi relatado que o genótipo da planta afeta as interações *Trichoderma*-tomate e também foram observados tratamentos com agentes de controle biológico que exercem efeitos negativos em alguns genótipos de tomate (TUCCI et al., 2011).

Romão (2010), estudando os efeitos de *Trichoderma* spp. na produção da cana de açúcar, não obteve resultados significativos, uma vez que essa espécie de fungo não foi capaz de promover o crescimento das mesmas, contribuindo assim com os resultados do presente

trabalho.

Harman, et al., (2012) conseguiram relatar que, com a interação do fungo *Trichoderma* spp. em plantas de pepino (*Cucumis sativus*) houve alterações na arquitetura do sistema radicular, aumentando a área de superfície da mesma, sendo esta causada pela colonização do fungo, resultando em inúmeros benefícios como atuar positivamente no aumento da parte aérea.

Nzanza et al. (2011) relataram que ao testarem o sinergismo entre fungos da espécie *T. harzianum* com fungos micorrízicos arbusculares em plantas de tomateiro, observaram um incremento no crescimento da parte aérea e das raízes.

Também observado por Weiler (2004), plantas sobre a influência do fungo *Trichoderma* spp. apresentaram uma diferença satisfatória no crescimento do feijoeiro, nos parâmetros avaliados de desenvolvimento de planta, quando comparados às plantas não tratadas. Porém, o contrário foi observado por Resende (2004) que, trabalhando a inoculação de milho com a utilização do *T. harzianum*, não obtiveram resultados significativos para a altura de planta.

Para peso da parte aérea as plantas de tomate (Tabela 3), não se observou diferença estatística significativa entres os tratamentos e a testemunha. A cepa ESALQ 13065 e a URM 5911 ficaram abaixo da testemunha, apresentado um efeito negativo das mesmas.

Quando analisado a campo, foi possível ver uma diferença visual do T4 (IBLF006) em relação aos demais tratamentos na arquitetura da planta, porém não houve nenhuma diferença significativa após o teste estatístico entre ambos.

Tabela 3 - Peso médio da parte aérea (kg) de plantas de tomate aos 90 dias após o transplântio com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Peso parte aérea (Kg/planta)
Testemunha	1,51 a
ESALQ 13065	1,39 a
IBLF 006	1,59 a
URM 5911	1,48 a
Média	1,49
CV%	18,42

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Carvalho Filho et al. (2008), trabalhando com *Trichoderma* spp. como indutor de crescimento em mudas de eucalipto, notaram um resultado positivo no desenvolvimento e massa da parte aérea com a inoculação de isolados de *T. harzianum*.

Ainda constatado por Chacón et al. (2007), que em plantas de tomateiro utilizando a espécie *T. harzianum* na inoculação das sementes, tiveram seu sistema radicular colonizado pelo fungo, resultando assim no aumento de raízes e no aumento da massa fresca da parte aérea. Mas ao contrário do resultado de Chacón e Carvalho, em um trabalho realizado por Resende (2004), trabalhando com o *T. harzianum* na inoculação das sementes, na cultura do milho, o mesmo não apresentou resultado significativo no peso da massa fresca da parte aérea.

Porém Tavares (2009), utilizando isolados *T. harzianum* (T70) e *T. virens* (T68) obteve aumento significativo na biomassa fresca e seca total na cultura do mamoeiro. Ainda reforçando o que Tavares obteve em seu trabalho, Filho et al., (2008), utilizando o isolado CEN 162 de *T. asperellum* e CEN 262 de *T. harzianum* na fase inicial da cultura de eucalipto onde ambos tiveram maiores médias na massa da parte aérea.

Corrêa (2006), ao realizar experimentos com diferentes concentrações de esporos de

Trichoderma na cultura da alface pôde observar que o mesmo foi incapaz de promover o crescimento na cultura. Segundo Harman et al., (2004), uma das funções do *Trichoderma* é promover o crescimento vegetal, no entanto, ao trabalhar com diferentes cultivares de alface com uso de *Trichoderma*, observaram que houve efeito negativo no desenvolvimento em relação a testemunha sem o fungo.

Em trabalho com o efeito da aplicação de *T. harzianum* na supressão de doença e no desenvolvimento do eucalipto Lohmann et al., (2009) não encontraram efeitos positivos no parâmetro de massa fresca da parte aérea.

O número de cachos (Tabela 4), da mesma forma que os anteriores, não apresentou diferença estatística significativa, porém, neste parâmetro, não se observou nenhum dos tratamentos inferiores à testemunha.

Tabela 4 - Média de número de cachos em unidade por planta de tomate aos 90 dias após o transplântio com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Número de cachos (und/planta)
Testemunha	9,75 a
ESALQ 13065	10,41 a
IBLF 006	10,04 a
URM 5911	10,45 a
Média	10.16
CV%	11,54

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Os cachos representam uma parcela importante na produção do tomateiro, pois é a partir dele que se tem a formação dos frutos, então quanto mais cachos, maior será a produção ao final do ciclo.

No entanto, não foi possível encontrar nenhum trabalho que possibilitasse fazer um comparativo em relação aos resultados obtidos neste trabalho.

No parâmetro avaliado de frutos por cachos (Tabela 5), houve diferença estatística significativa onde o tratamento ESALQ13065 se mostrou inferior aos demais tratamentos. Vale ressaltar que a maioria das informações encontradas na literatura refere-se à capacidade dos fungos do gênero *Trichoderma* em promover o crescimento e a produtividade das culturas (VINALE et al.,2008).

Tabela 5 - Média de frutos por cacho na planta tomate, aos 90 dias após o transplântio com o uso de diferentes cepas de fungo do gênero *Trichoderma*.

Tratamentos	Media de frutos (und/cacho)
Testemunha	4,14 a
ESALQ 13065	3,66 b
IBLF 006	4,07 a
URM 5911	4,04 a
Média	3,98
CV%	5,15

As médias seguidas pela mesma letra não diferem estatisticamente entre si pelo teste de Tukey ao nível de 5% de probabilidade.

Fonte: Autor do trabalho, 2017.

Apesar de o tomate ser uma das hortaliças mais consumidas no país, ainda são escassos os estudos comprovados com uso de fungos do gênero *Trichoderma* no parâmetro de número de frutos por cachos. E pouco se sabe a respeito de como as populações de *Trichoderma* spp. presentes na rizosfera influenciam o modo de ação das plantas (HOMANN

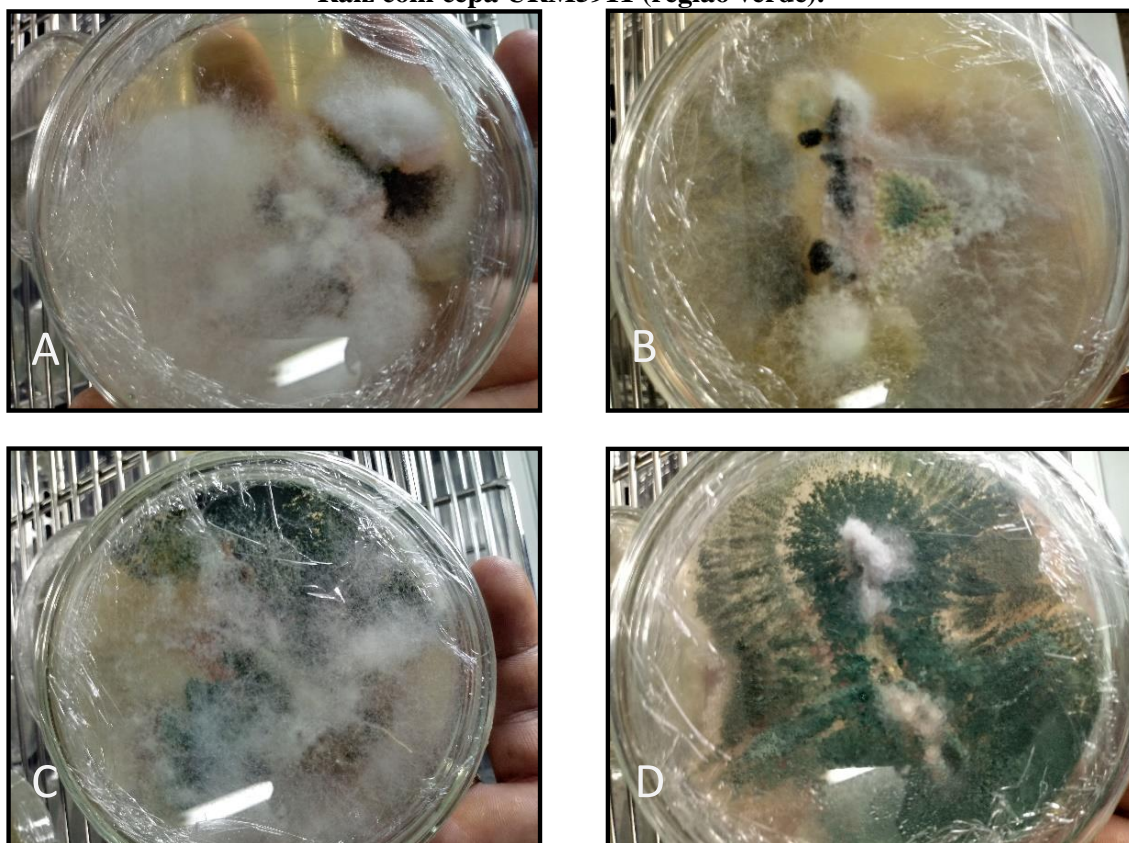
et al., 2011).

Foi comprovada a colonização radicular (Figura 1) das cepas de *Trichoderma* utilizadas através do teste em placas de Petri com meio de cultura, onde foram expostas raízes provenientes de plantas adultas, a partir das quais, foi observado o crescimento de *Trichoderma* nas raízes de plantas inoculadas com *Trichoderma* e sua ausência em raízes de plantas provenientes da testemunha.

A capacidade de colonização radicular é uma característica imprescindível de um agente de biocontrole; mostrado facilmente por simples colocação de superfícies esterilizadas de segmentos de raiz das plantas tratadas em um meio de ágar e depois de um adequado período de incubação, o fungo pode ser visto crescer de praticamente todas as partes da raiz (HOWEL, 2003).

De acordo com Harman et al. (2004), a interferência desse fungo no desenvolvimento de plantas e no aumento de produtividade ocorre devido a sua capacidade em colonizar as raízes. Algumas linhagens colonizam apenas regiões específicas das raízes, enquanto outras, denominadas de rizosfera-competentes, colonizam toda a superfície radicular, penetram no espaço intercelular das primeiras camadas da epiderme e permanecem em associação com as raízes por longos períodos (METCALF e WILSON, 2001; apud HARMAN et al., 2004).

Figura 1 – Colonização radicular das cepas de *Trichoderma* spp. A - Raiz sem *Trichoderma*; B - Raiz com cepa ESALQ13065 (região verde); C - Raiz com cepa IBLF006 (região verde) e D - Raiz com cepa URM5911 (região verde).



Fonte: Autor do trabalho, 2017.

5 CONCLUSÃO

A utilização de *Trichoderma* na cultura de tomate, neste trabalho, não apresentou efeito positivo nos parâmetros avaliados.

É necessário que sejam feitos novos experimentos nesta mesma linha para validar o desempenho de *Trichoderma* em plantas de tomates, ressaltando a necessidade da utilização de novas cultivares associadas à estudada.

REFERÊNCIAS

ALTOMARE, C. **Soluções de biocontrole que contribua com disponibilidade nutricional para a planta.** Lavras: Editora UFLA, 1999. p. 54-71.

ALVARENGA, M. A. R.; **Origem, botânica e descrição da planta.** In: ALVARENGA, M. A. R. et al. (Eds.) *Tomate: produção em campo, em casa de vegetação e em hidroponia.* Lavras: Editora UFLA, 2004. p. 15-18.

ANATER, E. U.; **Tomate.** Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. 2015-2016.

BAUGH, C.L.; ESCOBAR, B. **O uso de *Bacillus* e *Trichoderma* na agricultura.** Lavras: Editora UFLA, 2007. p. 67-74.

BARBOSA, J. Z.; CONSALTER, R.; VEZZANI, F. M.; MOTTA, A. C. V. **Bactérias e fungos benéficos na endosfera das plantas.** Revista Agrogeoambiental, Pouso Alegre, v. 7, n. 3, 2015. p. 99-116.

BOLTON, M. D. **Biologia e moléculas de fitopatógenos de plantas.** Lavras: Editora UFLA, 2006. p. 16-28.

BENÍTEZ, T.; RINCÓN, A. M.; LIMÓN, M. C.; CODÓN, A. C. **Bioncontrol mechanisms of *Trichoderma* strains.** International Microbiology, Barcelona, v. 7, n. 4, p. 249-260, 2004.

BETTIOL, W.; MORANDI, M. A. B. **Controle Biológico de Doenças de Plantas no Brasil.** Jaguariúna-SP. Editora: Embrapa Meio Ambiente, 2009. p. 18-23

BERTTIOL, W. **Componentes do controle biológico de doenças de plantas.** Brasília-DF, Embrapa, 2000. p.18-26

BRANCO, Samuel Murgel; MURGEL, Paulo Henrique; CAVINATTO, Vilma Maria. **Compostagem: solubilização biológica de rocha fosfática na produção de fertilizante organomineral.** Engenharia Sanitária, v. 6, n. 3, p. 115-121, jul/set. 2001.

CARDOSO, Elke Jurandy Bran Nogueira. **Microbiologia do solo.** Campinas SP Sociedade Brasileira de Ciências do solo, 1992.

CARVALHO FILHO, M.R.T., Menêzes J.E., Mello S.C.M., Santos R.P. dos. **Avaliação de isolados de *Trichoderma* no controle da mancha foliar do Eucalipto *in vitro* e quanto a esporulação em dois substratos sólidos.** Brasília-DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia; 2008.

CONTRERAS, C. H. A. ***Trichoderma* e seus benefícios na planta.** São Paulo-SP. Editora: Guia. 2009. p. 228-235.

CORRÊA, E.B. **Controle da podridão de raiz (*Pythium aphanidermatum*) e promoção de crescimento em alface hidropônica.** 2006. Dissertação (Mestrado em Agronomia) Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2006.

CHACÓN M.R., Rodriguez-Galán O., Benítez T., Sousa S., Rey M., Llobell, A., Delgado-Jarana, J. **Microscopic and transcriptome analyses of early colonization of tomato roots by *Trichoderma harzianum*.** International Microbiology 2007.

EISENHAUR, N. Aboveground-belowground interactions as a source of complementarity effects in biodiversity experiments. *Plant and Soil*, Netherlands, v.351, n.1-2, p.1-22, fev. 2012. Disponível em:<<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11104-011-1027-0/fulltext.html>>. Acesso em:04 abr. 2015.

EMBRAPA; **A cultura do tomateiro.** Brasília: EMBRAPA, 1993.

EMBRAPA. **Manual de análises químicas de solos, plantas e fertilizantes.** Embrapa Informação Tecnológica Brasília, DF 2009.

FERNANDES, P. D.; OLIVEIRA, E. D. de K. **Nutrição mineral de hortaliças.** São Paulo-SP. Editora: Guia. 2002. p. 79-84.

FILGUEIRA, F. A. R.; **Novo Manual de Olericultura:** Agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. Viçosa: Editora UFV, 2000. p 189-234.

FILGUEIRA, F. A. R.; **Manual de Olericultura:** Cultura e Comercialização de Hortaliças. 2. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1982. p 223-297.

FILHO G. N. S., NARLOCH C., SCHARF R. **Solubilização de fosfatos naturais por microrganismos isolados de cultivos de Pinus e Eucalyptus de Santa Catarina.** Pesquisa Agropecuária Brasileira, 2002. p. 847-854.

FILHO, M. R. R.; MELO, S. C. M. de; SANTOS, R. P. dos; MENEZES, J. E. **Avaliação de isolados de *Trichoderma* na promoção de crescimento, produção de ácido indolacético in vitro e colonização endofítica de mudas de eucalipto.** Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília-DF, 2008.

HARMAN, G.E. **Agentes Biológicos e seus controles.** São Paulo. Editora: Agronômica Ceres. p. 122-135. 2000.

HARMAN, G. E. **Overview of Mechanisms and Uses of *Trichoderma* spp. Phytopathology**, v. 96, n. 2, p. 190-194, 2006.

HARMAN, G. E.; HERRERA-ESTRELLA, A. H.; HORWITZ, B. A.; LORITO, M. **Special issue: *Trichoderma*. Basic Biology to Biotechnology and Microbiology.** 2012.

HARMAN, G.E. **Agentes Biológicos e seus controles.** 2 ed São Paulo. Editora: Agronômica Ceres.2004. p. 376-393.

HARMAN, G. E. HOWELL, C. R.; VITEBERBO, A.; CHET, I.; LORITO, M. ***Trichoderma* species - opportunistic, avirulent plant symbionts.** *Nature Reviews Microbiology*, London, v. 2, p .43-56, 2004.

HARTMANN, A.; ROTHBALLER, M.; SCHMID, M. Lorenz Hiltner, a pioneer in rhizosphere microbial ecology and soil bacteriology research. *Plant and Soil*, Netherlands, v.312, n.1-2, p.7-14, nov.2008. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs11104-007-9514-z/fulltext.html>>. Acesso em: 04 abr. 2017.

HINSINGER, P.; MARSCHNER, P. **Rhizosphere: perspectives and challenges; a tribute to Lorenz Hiltner**. *Plant and Soil*, Dordrecht, v. 283, 2006. p. 12-13.

HOHMANN, P. et al. **Understanding *Trichoderma* in the root system of *Pinus radiata* associations between rhizosphere colonization and growth promotion for commercially grown seedlings**. *Fungal Biology*, Oxford, v.115, p. 759-767, 2011.

Howell, C.R. **Mechanisms employed by *Trichoderma* species in the biological control of plant diseases: the history and evolution of current concepts**. *Plant Disease* 87:4-10, 2003.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Relatório da produção de lavouras temporárias dos anos 2008 a 2011**. 2013. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/prevsaf/default.asp>>. Acesso em: 26 març. 2017.

IBGE. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/bda/prevsaf/prodagric/asp>>. Acesso em: 15 març. 2017.

ISHIMURA, I.; TIVELLI, S. W.; ALVES, H. S. **Avaliação do tomateiro em sistema orgânico de produção para condições de São Roque**. *SP Hortic. bras.* 2008.

KRUGER, T.L. e BACCHI, L.M.A. **Manual de Fitopatologia**. 3 ed. São Paulo. Editora: Agronômica Ceres.1995. p. 46–95.

LEITÃO, V.O.; LIMA, R.C.M.; VAINSTEIN, M.H. e ULHOA, C.J. **Purification and characterization of an acid phosphatase from *Trichoderma harzianum***. 2010. *Biotechnology Letters*, 32: 1083-1088.

LIMA, V. G. **Utilização de *Trichoderma harzianum* na produtividade de *Brachiaria brizantha* cultivar marandu**. SP, Unicastelo, 2014 43 p

LOHMANN, T. D.; MASCARIN, G.M. Efeito da aplicação de *Trichoderma harzianum* na Supressão de Doenças e no Desenvolvimento de mudas de Eucalipto. Resumo do VI. CBA e II CLAA. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v.4, n. 2, 2009.

MALAVOLTA, E.; MORAES, M. F.; LAVRES JÚNIOR, J.; MALAVOLTA, M. **Micronutrientes e metais pesados - essencialidade e toxidez**. Cap.4, 1987. p.117-154.

MACHADO, D.F.M. et al. ***Trichoderma* spp. NA EMERGÊNCIA E CRESCIMENTO DE MUDAS DE CAMBARÁ (*Gochnatia polymorpha* (Less.) Cabrera)**. *Revista Árvore*, Viçosa-MG, v.39, n.1, p.167-176, 2015.

MELO, I.S. ***Trichoderma* e *Gliocladium* como bioprotetores de plantas. Revisão Anual de Patologia de Plantas**. Lavras: Editora UFLA, 2009. p. 261–295.

MENDES, G.O., FREITAS, A.L.M., PEREIRA, O.L., SILVA, I.R., VASSILEV, N.B. & COSTA, M.D. **Mechanisms of phosphate solubilization by fungal isolates when exposed to different P sources.** *Annals of Microbiology*, 2014 p. 239-249.

MENEZES, L. G. **Agentes biológicos na agricultura.** São Paulo: Editora: Agronomica Ceres, 2009. p. 118-125.

METCALF, D. A.; WILSON, C. R. T. **The process of antagonism of *Sclerotium cepivorum* in white rot affected onion roots by *Trichoderma koningii*.** *Plant Pathology*, Malden, v. 50, p. 249-257, 2001.

MOURA, M. A.; ZANIN, S. R. **Amadurecimento de tomate com pulverização de diferentes doses de ethephon associado com espalhante adesivo.** *Revista Brasileira de Armazenamento*, Viçosa, 1998.p. 11-14.

MORANDI, M.A.B. e BETTIOL, W. **Biocontrole de doenças de plantas: uso e perspectiva.** Jaguariúna, Embrapa Meio Ambiente. 2009. p.07-14.

NAUTIYAL C. S., BHADAURIA S., KUMAR P., LAL H., MONDAL R., VERMA D. **Stress induced phosphate solubilization in bacteria isolated from alkaline soils.** *FEMS Microbiology Letters*, 2000. p 291-296.

NOVAIS, F. R.; SMYTH, T. J. **Fósforo em solo e planta em condições tropicais.** Viçosa: UFV, 1999. p 399.

NZANZA, B.; MARAIS, D.; SOUNDY, P. **Tomate (*Solanum lycopersicum* L.) seedling growth and development as influenced by *Trichoderma harzianum* and arbuscular mycorrhizal fungi.** *African Journal of Microbiology Research*. 2011.

POMELLA, A.W.V.; RIBEIRO, R.T.S. **Controle biológico com *Trichoderma* em grandes culturas – uma visão empresarial.** Jaguariúna, Embrapa Meio Ambiente, 2009 p. 238–244.

RAIJ, B. CANTARELLA, H.; QUAGGIO, J. A.; FURLANI, A. M. C. **Recomendações de adubação e calagem para o Estado de São Paulo.** 2. ed. Campinas: IAC, 1996. p. 285.

RAIJ, B. van. **Fertilidade do solo e adubação.** São Paulo, Ed.: Ceres, 1991. p. 343.

RESENDE, M. L. et al. **Inoculação de sementes de milho utilizando o *Trichoderma harzianum* como promotor de crescimento.** *Ciência Agrotecnologia*, Lavras, 2004. p. 793-798.

RODRIGUES, L. E. **Tomaticultura: valioso segmento do agronegócio nacional.** Associação Brasileira do Comércio de Sementes e Mudas – ABCSM, 2012. Disponível em: <<http://abcsem.com.br/releases/2420/tomaticultura-valioso-segmento-doagronegocio-nacional>>. Acesso em: 15 marc. 2017.

RODRÍGUEZ, H.; FRAGA, R. **Phosphate solubilizing bacteria and their role in plant growth promotion.** *Biotechnology Advances*, v. 17, 1999. p. 319-339

ROMÃO, A. S. **Análise da comunidade fúngica associada à cana-de-açúcar e estudos da interação *Trichoderma virens*-planta hospedeira.** Tese (Doutorado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura. Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2010.

ROMEIRO, S. R. **Controle biológico de doenças de plantas: fundamentos.** Viçosa: Ed. UFV, 2007.

RUBIO M. B., Domínguez S., MONTE E., HERMOSA R. **Comparative study of *Trichoderma* gene expression in interactions with tomato plants using high-density oligonucleotide microarrays.** *Microbiology* 158, 119–128. 10.1099/mic.0.052118-0. (2012).

SAMUEL, G. J. **Potencial do uso de fungos.** Rio Grande do Sul: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996. p. 223-235.

SILVA FILHO, G. N. **Solubilização de fosfatos pela microbiota do solo.** Tese. (Doutorado em Agronomia – Ciência do Solo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SILVA, F. de A. S.; AZEVEDO, C. A. V. de **The Assistat Software Version 7.7 and its use in the analysis of experimental data.** *Afr. J. Agric.* 2016.

SILVA, J. B. C.; GIORDANO, L. B. **Tomate para processamento industrial. Comunicação para transferência de tecnologia.** Brasília: Embrapa-CNPq, 2000. 169 p.
SILVA, G. M.; MAIA, M. S.; MORAES, C. O. C.; MEDEIROS, R. B.; SILVA, C. S.; PEREIRA, D. D. Fungos associados a sementes de cevadilha vacariana (*Bromus auleticus*) coletadas nas plantas e no solo. **Fitopatologia Brasileira**, v. 32, 2007. p. 353-357.

STEWART, A.; HILL, R. Applications of *Trichoderma* in plant growth promotion. In: GUPTA, V. K.; SCHMOLL, M.; HERRERA-ESTRELLA, A.; UPADHYAY, R. S.; DRUZHININA, I.; TUOHY, M. G. **Biotechnology and biology of *Trichoderma*.** Boston: Elsevier USA, 2014. p. 415-428.

SOUCHIE, E. L.; ABOUD, A. C. S. **Solubilização de fosfato por microrganismos rizosféricos de genótipos de Guandu cultivados em diferentes classes de solo.** *Semina: Ciências Agrárias*, v. 28, 2007. p. 11-18.

TAVARES, G. M. **Podridão do pé do mamoeiro: infestação de solos de cultivo, controle alternativo com indutores de resistência e *Trichoderma* e avaliação dos mecanismos de defesa envolvidos.** Universidade Federal do Pernambuco, Recife, 2009.

TUCCI, M.; RUOCCO, M.; MASI, L.; PALMA, M.; LORITO, M. **The beneficial effect of *Trichoderma* spp. on tomato is modulated by the plant genotype.** *Molecular Plant Pathology*, v.12, 2011. p. 341-354.

VILELA, N.J. **Situação das safras de hortaliças no Brasil nos anos 2000-2011.** 2012. Disponível em:

<http://www.cnpq.embrapa.br/paginas/hortalicas_em_numeros/producao_hortalicas_brasil_2000_2011.pdf> : Acesso em: 25 març. 2017.

VINALE F, SIVASITHAMPARAM K, GHISALBERTI EL, MARRA R, WOO SL, Lorito M. ***Trichoderma-plant-pathogen interactions***. Soil Biology & Biochemistry v. 40, p.1-10. 2008.

WEILER. C. A. A interação fungo *Trichoderma* sp. no sistema de produção de mudas. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre 2004.

ZAADY, E.; PEREVOLOTSKY, A.; OKON, Y. Promotion of plant growth by inoculum with aggregated and single cell suspensions of *Azospirillum brasilense* Cd. *Soil Biology and Biochemistry*, Oxford, v. 25, p. 819-823, 1993.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O principal objetivo das Revistas da FACTU é promover a divulgação da produção intelectual do corpo docente e discente da Faculdade e também de profissionais externos à instituição. A revista fará as publicações de artigos originais, revisões literárias, resenhas de assuntos correlatos à diversas áreas.

CONDIÇÕES PARA A PUBLICAÇÃO

Todos os textos serão submetidos à Comissão Editorial da Revista, o material enviado deverá ser inédito e não poderá ser enviado a outras publicações. Os originais não serão devolvidos.

A extensão de cada trabalho deverá seguir os seguintes critérios:

- Artigos: máximo de 20 laudas;
- Revisões literárias: máximo de 20 laudas;
- Resenhas: de 3 a 5 laudas;

O trabalho deverá ser formatado em MSWord 2007, obedecendo às seguintes recomendações: o trabalho deve ser apresentado em papel branco, formato A4 (21 cm x 29,7 cm), digitados na cor preta com exceção das ilustrações, no anverso da folha. Deve ser utilizada a fonte tamanho 12 (Times New Roman) para o texto e tamanho 10 para citações de mais de três linhas, notas de rodapé, paginação, legendas das ilustrações e tabelas. Títulos serão destacados em negrito e caixa alta, subtítulos devem estar em caixa alta sem negrito, o uso de itálico deve ser limitado a palavras ou expressões em outro idioma, no decorrer do texto palavras (não expressões) podem ser destacadas utilizando-se negrito.

Todos os trabalhos devem ser apresentados em formato digital em que conste apenas o trabalho a ser examinado, acompanhado de 02 (duas) vias impressas, juntamente de uma carta encaminhada ao Editor da Revista autorizando sua publicação. O nome do arquivo deve ser o nome do autor, ex: seunome.doc.

As traduções deverão vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. Quadros, tabelas, gráficos, ilustrações e fotos devem ser apresentados em folhas separadas com os respectivos títulos, comunicação da fonte e em condições ótimas para reprodução (para formatação desses elementos solicitar o Manual de Normas para publicação da FACTU).

APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

Página de rosto: a primeira página de cada artigo deverá indicar o título, o nome completo dos autores (máximo cinco), maior titulação e local(s) de trabalho.

Resumo: na segunda folha deverá constar um resumo em português de, no máximo, 150 palavras. O resumo deverá especificar o objetivo, uma breve descrição da metodologia, os apontamentos principais e as conclusões.

Palavras-chave: após o resumo em português, na mesma folha, é essencial uma lista de 3 a 5 palavras em português que descreva o conteúdo do trabalho.

Abstract: na terceira folha deverá constar o resumo em inglês, com no máximo 150 palavras, seguindo as mesmas especificações do resumo em português.

Texto: os artigos originais que contiverem coleta de dados **em campo** deverão obedecer, em linhas gerais, à seguinte sequência: introdução; referencial teórico; metodologia; resultado e discussão dos dados; considerações finais e referências. As revisões bibliográficas deverão obedecer à seguinte sequência: introdução, desenvolvimento, considerações finais e referências.

Para resenhas é dispensado o resumo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

As referências são alinhadas somente à margem esquerda do texto, sem o uso de recuo, digitadas em espaçamento simples e separadas entre si com espaço duplo. Devendo ser apresentadas em ordem alfabética em lista no final do trabalho, de forma complementar pode ser apresentada em nota de rodapé.

Indica(m)-se o(s) autor(es) pelo último sobrenome em letras maiúsculas, seguido do(s) prenome(s) e outros sobrenomes, abreviado(s) ou não. Recomenda-se adotar um padrão quanto ao uso ou não da abreviação.

PADRÃO DE UMA REFERÊNCIA

SOBRENOME, Prenomes do autor. **Título**: subtítulo. ed. Local: Editora, ano.

Exemplo:

FONSECA, Maria Guadalupe Piragibe da. **Iniciação à pesquisa no direito**: pelos caminhos do conhecimento e da invenção. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CITAÇÕES

As citações podem ser diretas ou indiretas, sejam obtidas de documentos ou de canais informais. As fontes de que foram tiradas as citações são indicadas pelo sistema alfabético ou pelo sistema numérico, no entanto, qualquer que seja o método adotado, deve ser seguido consistentemente ao longo de todo o trabalho. Existem alguns tipos de citação que explicaremos a seguir:

229

CITAÇÃO DIRETA

É a **transcrição literal** de um texto ou parte dele, conservando-se a grafia, pontuação, uso de letras maiúsculas e idioma. É usada somente quando um pensamento significativo for particularmente bem expresso, ou quando for absolutamente necessário e essencial transcrever as palavras de um autor. As transcrições no texto devem aparecer entre aspas quando inferior a 3 três linhas ou destacadas graficamente se superior.

a) citação de até três linhas: a citação de até três linhas deve ser inserida no parágrafo, entre aspas, tamanho da fonte 12, não se esquecendo de mencionar Autor, ano e página, conforme modelo a seguir:

Ex.1

Segundo Paulus (1775, p. 46) O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.”

OU

Ex. 2

O “tratamento obtido pela nobreza portuguesa na corte de Madri deveu-se à exímia intervenção de D. Francisco.” (PAULUS, 1775, p. 46).

b) citação com mais de três linhas: a citação com mais de três linhas deve aparecer em parágrafo distinto, a 4 centímetros da margem do texto terminando na margem direita. Esta **deve** ser apresentada **sem aspas**, deixando-se espaço simples entre as linhas e 2 (dois) espaços simples entre a citação e os parágrafos anterior e posterior, conforme modelo:

Ex. 1:

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas

metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas. (STONER, 1985, p. 70).

Ou

Ex. 2:

Para Stoner (1985, p. 70),

Um objetivo é um alvo que precisa ser atingido para a organização poder atingir suas metas. Os objetivos são, por natureza, mais específicos que a definição da missão e são, na realidade, a tradução da missão em termos específicos e concretos com os quais se possa medir os resultados. Estabelecem-se muitos objetivos-marcos de execução das missões e da busca da consecução das metas.

CITAÇÃO INDIRETA

Também conhecida como **paráfrase**, é redigida pelo autor do trabalho com base em ideias de outro autor ou autores. Deve-se sempre indicar a fonte de onde foi tirada a ideia. As citações indiretas podem aparecer sob a forma de paráfrase, isto é, citação livre do texto, ou em forma de condensação que é a síntese dos dados retirados da fonte consultada, sem alterar fundamentalmente a ideia do autor, conforme exemplo a seguir.

230

Ex. 1

A palavra programa implica, um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização (STONER, 1985).

Ou

Ex. 2

Segundo Stoner (1985), a palavra programa implica um papel ativo, consciente e racional desempenhado por administradores na formulação da estratégia da organização e a estratégia é o programa geral para a consecução dos objetivos de uma organização.

CITAÇÃO DE CITAÇÃO

É a menção a um documento ao qual não se teve acesso, mas do qual se tomou conhecimento apenas por citação em outro trabalho. Esta forma de citação só deve ser usada na total impossibilidade de acesso ao documento original. A indicação é feita pelo sobrenome do autor original, ano da obra, seguido da expressão apud e do sobrenome do autor da obra consultada, ano da obra e página de for citação direta. Somente o autor da obra consultada é mencionado nas referências conforme exemplo a seguir:

NO TEXTO:

Segundo Mintzberg (1982 apud STONER, 1985, p. 70)

ou

(MINTZBERG, 1982 apud STONER, 1985, p. 70)

NA REFERÊNCIA:

STONER, J. A. F. **Administração**. 2. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1985. p. 68-87.

ENVIO

Os interessados em apresentar qualquer publicação para avaliação, que sejam diretamente ligados a Faculdade, como docentes e discentes, deverão entregar diretamente a Comissão Editorial na própria sede da Faculdade. Já os profissionais externos deverão enviar para o seguinte endereço:

Faculdade de Ciências e Tecnologia de Unai – FACTU
Comissão Editorial da Revista FactuCiência
Rua Rio Preto, 422 - Centro
CEP: 38.610-000 – Unai/MG